

72.1106714
REG: 205166

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ANUÁRIO DO INSTITUTO RIO-BRANCO

1966/1967

37.014.25(058) 1966/1967
B823a
ex. 1

SEÇÃO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO RIO-BRANCO

INSTITUTO RIO-BRANCO

1966/1967

Diretor:

EMBAIXADOR ANTONIO CAMILLO DE OLIVEIRA
(De 28/1/56 a 21/6/66)

EMBAIXADOR ANTONIO CORRÊA DO LAGO

Chefe da Secretaria:

SECRETÁRIO ISÓCRATES DE OLIVEIRA
(De 25/6/65 a 1/7/66)

MINISTRO FERNANDO PAULO SIMAS MAGALHÃES
(De 1/7/66 a 23/12/66)

CONSELHEIRO OTHON DO AMARAL HENRIQUES FILHO

Coordenador dos Concursos:

CONSELHEIRO OSWALDO BARRETO E SILVA
(a partir de 13/9/67)

Chefe da Seção de Administração:

NAURA TEIXEIRA LOPES DA CRUZ

Chefe da Seção de Pesquisas e Publicações:

MARIA VILHENA FABIANO DE ARAÚJO

Chefe da Seção Técnico-Pedagógica:

PROFESSORA ILNAH DE FIGUEIRÊDO LOBO

Secretária do Diretor:

MARTHA FREIRE PEREIRA PINTO

A Secretaria do Instituto Rio-Branco apreciaria sugestões, críticas e indicações de possíveis erros a fim de melhorar as próximas edições deste anuário.

HISTÓRICO

O Instituto Rio-Branco foi criado pelo Decreto-Lei n.º 7.473, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas, em 18 de abril de 1945, quando se encontrava interinamente à frente do Ministério das Relações Exteriores o Embaixador José Roberto de Macedo Soares.

Fundado na semana das comemorações do Centenário do Barão do Rio-Branco, como centro de investigações e ensino do Itamaraty, o Instituto representava a concretização de proposta formulada no ano anterior pelo então Primeiro Secretário Jorge Latour, Presidente da Comissão Preparatória daquelas comemorações. Tal proposta, apresentada em memorandum de 4 de maio de 1944, fora submetida pelo Chefe do Departamento de Administração, o então Ministro Carlos Alves de Souza Filho, ao Ministro Oswaldo Aranha, que autorizara o início da execução do plano sugerido.

As primeiras atividades do Instituto tiveram a forma de cursos de extensão destinados, quer ao aperfeiçoamento dos funcionários da carreira de Diplomata, quer a difundir conhecimentos relativos à geografia e à cartografia do Brasil.

O Decreto-lei n.º 9.032, de 6 de março de 1946, baixado pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, por iniciativa do Ministro João Neves da Fontoura, veio conferir ao Instituto Rio-Branco, com exclusividade, a missão de recrutar e selecionar os aspirantes ao serviço externo do país, ao mesmo tempo em que o dotava de instrumentos para a execução das tarefas relacionadas com a formação e o adiestramento dos funcionários diplomáticos. Criava o referido Decreto-lei o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas. A admissão à carreira passava a efetuar-se tão-somente na classe inicial, com base no merecimento intelectual dos candidatos e através de processo competitivo: seja o concurso de provas, seja o Curso de Preparação, ambos a cargo do Instituto.

Mantinha-se, pois, o concurso de provas — que tão bons resultados já dera — mas saía êle da esfera do Departamento Administrativo do Serviço Público e passava para a responsabilidade do Instituto. Em vista, porém, da dificuldade para obten-

ção, dentro do sistema educacional existente, do treinamento de caráter profissional requerido dos candidatos, estabelecia-se o Curso de Preparação. Nêle se ingressaria através de concurso de habilitação — exame vestibular — no qual seriam aferidas as condições básicas que deveriam preencher os candidatos para receberem, no Curso, a formação profissional exigida.

O Decreto-lei n.º 9.032 constituiu, assim, um marco de grande importância no processo de institucionalização e democratização da carreira de Diplomata. Ao Instituto Rio-Branco deu posição chave nesse processo, imprimindo-lhe a orientação que caracterizou suas atividades nos vinte anos que se seguiram.

Considerando a conveniência de alargar a área geográfica de recrutamento dos candidatos e, ao mesmo tempo, facilitar a sua seleção por meio da descentralização parcial do Exame Vestibular, foi baixado o Decreto n.º 45.535, de 5 de março de 1959, que permitiu o processamento do referido Exame em duas etapas: uma, de seleção prévia, a realizar-se, concomitantemente e com caráter eliminatório, no Rio de Janeiro e nas capitais de maior densidade demográfica da União; e o Exame Vestibular propriamente dito, a realizar-se no Rio de Janeiro.

A Lei n.º 3.917, de 14 de julho de 1961, criou, no Instituto Rio-Branco, o Curso de Altos Estudos e estabeleceu o princípio de que, decorridos cinco anos de sua instalação só poderão ser promovidos a Ministro de Primeira classe ou comissionados na função de Embaixador os Ministros de Segunda classe que tiverem concluído aquele Curso.

RELATÓRIO 1966/1967

O biênio 1966/1967 assinalou importantes modificações na estrutura e no funcionamento do Instituto Rio-Branco.

Entre 1946 e 1965, o Instituto fornecera ao Itamaraty 383 diplomatas, (1) consolidando definitivamente o princípio da seleção através de provas públicas. A alta qualidade desses funcionários — que, em fins de 1965, representavam mais de 60% do efetivo da carreira — era o melhor testemunho de que o Instituto bem cumprira sua missão como órgão específico de recrutamento e preparação.

Novas necessidades, entretanto, se faziam sentir diante das crescentes responsabilidades internacionais do Brasil. Por um lado, com base na experiência acumulada, cabia efetuar certos reajustamentos no processo de seleção e formação; por outro lado, era indispensável que o Instituto se lançasse resolutamente no campo do treinamento avançado, de modo a que o serviço externo brasileiro pudesse sempre dispor de pessoal atualizado e perfeitamente adestrado para a promoção e a defesa de interesses nacionais cada vez mais amplos e mais complexos.

Cumpria, portanto, proceder a um reexame em profundidade da organização e das atividades do Instituto Rio-Branco, a fim de determinar as medidas institucionais e programáticas capazes de imprimir-lhe uma dinâmica operacional mais conforme com a realidade brasileira e mundial. Tratava-se não somente de assegurar níveis de preparação e eficiência já consagrados, mas também de efetuar uma revisão de métodos e de projetar o Instituto em novas áreas de treinamento e de pesquisa.

PLANO DE AÇÃO

Com tal finalidade, a reformulação do Instituto Rio-Branco se fez de acordo com o seguinte esquema:

- 1) criação de meios de ação mais eficazes, abrangendo os seguintes aspectos:

(1) 326 integrantes de 18 turmas do C.P.C.D.: 7 aprovados no Exame de Suficiência de 1947; 50 selecionados pelos concursos de 1954, 1955 e 1962.

a) nível funcional adequado dentro da estrutura do Ministério;

b) fortalecimento da organização interna, ampliação dos recursos orçamentários, melhoria das instalações e do equipamento didático;

2) elaboração de nova regulamentação com vistas a situar dentro de um plano de conjunto todas as atividades do Instituto, tanto as relacionadas com o recrutamento, quanto as concernentes ao ensino e à pesquisa.

Para a implantação das reformas necessárias, foram adotadas importantes medidas legislativas e administrativas.

A Lei n.º 5.131, de 1.º de outubro de 1966, restabeleceu a subordinação direta do Instituto Rio-Branco ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. Tal forma de vinculação vigorara desde a criação do Instituto até a Lei n.º 3.917, de 14 de julho de 1961, que o fizera depender do Departamento de Administração. O fortalecimento hierárquico, além de dar ao Instituto posição funcional mais condizente com as suas altas finalidades, veio propiciar-lhe participação mais direta no plano decisório do Ministério.

O novo Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto n.º 60.355, de 10 de março de 1967, visou a estabelecer um quadro institucional adequado às atividades do Instituto e ajustá-las às modificações estruturais introduzidas na organização do Itamaraty pela Lei n.º 5.131 e pelo Decreto-lei n.º 69, de 21 de novembro de 1966, que criara o Serviço Exterior Brasileiro.

No tocante à carreira de Diplomata, tomou-se por base o princípio de que o treinamento é um processo contínuo e que, portanto, em vez de cursos isolados era indispensável prever um *sistema* de seleção, formação e aperfeiçoamento que oferecesse ao diplomata, em todas as fases da carreira, o preparo requerido para o bom desempenho das suas funções.

Um dos principais objetivos foi a modernização e a dinamização do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Em primeiro lugar, cumpria situá-lo em seu verdadeiro nível dentro do contexto educacional brasileiro e aperfeiçoar os métodos de seleção dos candidatos. Com esse fim, mesmo antes da aprovação do novo Regulamento, foram baixados os Decretos números 59.167 e 59.665, respectivamente de 1.º de setembro e 5 de dezembro de 1966. O primeiro criou uma comissão — composta de diplomatas — encarregada de avaliar as aptidões básicas dos candidatos e atribuiu ao Ministro de Estado a decisão final em caso de inabilitação. O segundo decreto estabeleceu como pré-requisito para a matrícula no

Curso de Preparação a conclusão de, pelo menos, dois anos de estudos superiores.

A nova regulamentação permitiu modificações substanciais no funcionamento do Curso de Preparação. Mediante um planejamento global, em que se integraram os programas do Curso e os do Exame Vestibular, foi possível concentrar e racionalizar o currículo do C.P.C.D., acentuando o seu caráter profissional: as matérias básicas, de um modo geral, foram deixadas para o Exame Vestibular, ficando o Curso com as disciplinas mais diretamente relacionadas com a formação do diplomata. Para fins de planejamento e coordenação, as matérias foram agrupadas em departamentos. Procedeu-se também à reorganização do regime didático, a fim de, tanto quanto possível, preparar os alunos para situações reais de trabalho.

O novo Regulamento lançou, ainda, as bases de um sistema de aperfeiçoamento amplo e flexível, em substituição ao curso único anteriormente previsto. O aperfeiçoamento dos diplomatas deverá fazer-se, agora, através de cursos mantidos pelo Instituto Rio-Branco ou mediante programas de estudos por este estabelecidos para serem cumpridos em outras instituições de ensino nacionais ou estrangeiras.

O Instituto organizará, inicialmente, dois cursos: o Curso de Prática Diplomática e Consular, para os funcionários da classe inicial, e o Curso de Revisão, destinado a atualizar os conhecimentos dos diplomatas que regressem do exterior e a familiarizá-los com a realidade brasileira.

De particular importância foi a instituição de programas de adestramento avançado para diplomatas lotados no exterior. Aproveitando a própria dinâmica da carreira, tais programas oferecem a possibilidade de cursos de pós-graduação em Política Internacional, Ciência Política, Economia, Direito Internacional e Administração Pública, em universidades estrangeiras.

Foi também consolidada a sistemática do Concurso de Provas, estabelecendo-se como fase final um estágio de formação no Instituto Rio-Branco, destinado essencialmente a dar aos candidatos, antes do ingresso na carreira, orientação profissional e homogeneidade de conhecimentos nas matérias mais relacionadas com a atividade diplomática. Por outro lado, atendendo a que o Decreto-lei n.º 69, de 21 de novembro de 1966, criara o Serviço Exterior Brasileiro (S.E.B.), o novo Regulamento ampliou as responsabilidades do Instituto no tocante a recrutamento, seleção e formação, estendendo-as ao pessoal das carreiras não-diplomáticas do S.E.B.

A NOVA SISTEMÁTICA DO CURSO DE PREPARAÇÃO

A nova sistemática do C.P.C.D. se baseou em duas premissas: que o Curso é uma etapa do sistema de seleção e que se destina a dar a formação profissional necessária ao exercício das funções inerentes à primeira fase da carreira. Não visa, assim, a atender a todas as exigências da preparação do Diplomata: por um lado deve ser o complemento profissional de uma boa base universitária; e, de outro, precisa ser suplementado por cursos e programas de adestramento avançado.

PRÉ-REQUISITOS DE ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Não podendo a formação universitária do diplomata restringir-se aos dois anos do Curso de Preparação — por mais altos que sejam os níveis do treinamento oferecido no Instituto — apresentavam-se duas soluções: aumentar a duração do C.P.C.D. ou elevar os requisitos para o Exame Vestibular.

A primeira solução importaria em ampliar consideravelmente a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores no setor educativo, invadindo áreas que podiam ser atendidas pelo sistema universitário e afastando o Instituto de seus verdadeiros objetivos de formação profissional.

A alternativa era, pois, aproveitar ao máximo o treinamento que pudesse ser adquirido pelos candidatos antes de ingressarem no C.P.C.D., seja no tocante à formação acadêmica em ciências, letras ou artes — seja no referente aos conhecimentos destinados a servir de embasamento aos estudos do C.P.C.D. e aferidos pelo Exame Vestibular. Quanto aos estudos universitários, se tratava de assegurar um nível e não uma especialização, sendo perfeitamente compatível com a constante ampliação das áreas de atuação da carreira a diversificação dos estudos prévios.

Na fixação do pré-requisito se teve em vista a conveniência de a formação do diplomata compreender ao menos quatro anos de estudos superiores. Dêsse modo, os dois anos de estudos prévios constituem o mínimo de formação superior básica para que os candidatos possam receber em outros dois anos o treinamento profissional do C.P.C.D. (1)

(1) No primeiro ano de aplicação — 1967 — foi exigida, para a inscrição no Exame Vestibular, somente matrícula na primeira série de qualquer escola superior e foi dado tempo suficiente para que os eventuais candidatos possuidores apenas de certificado colegial pudessem cumprir com o requisito, ingressando antes em uma faculdade (Decreto nº 59, de 5-12-66, e Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto nº 60.355, de 10-3-67).

REORGANIZAÇÃO DO CURSO

O Curso de Preparação passou a obedecer a um planejamento global. Definidos os objetivos finais, determinou-se o que poderia ser ministrado no Curso e o que deveria ser exigido no Exame Vestibular. De um modo geral, o C.P.C.D. ficou com as matérias de caráter profissional que requerem programação e meios didáticos específicos; as matérias básicas, passíveis de estudo fora do Instituto Rio-Branco, foram deixadas para o Exame Vestibular.

Graças a esse planejamento foi possível uma completa reformulação do plano de estudos e do regime didático. Os programas de todas as disciplinas do Curso e do Exame Vestibular foram integrados — vertical e horizontalmente — de modo a evitar falhas e repetições. O Exame Vestibular e os períodos letivos do C.P.C.D. passaram a constituir etapas bem definidas, em cada uma das quais termina o estudo de certas matérias. Foi, assim, possível racionalizar e concentrar o currículo, e adotar uma sérieação que, em cada período letivo, admite o máximo de quatro matérias substantivas com o total de doze horas de aulas semanais (não compreendidas as línguas e Orientação Profissional). Foi dada ênfase a iniciativa dos alunos, à pesquisa, aos seminários e aos debates, com a conseqüente valorização da biblioteca e a eliminação do uso sistemático de apostilas. Mediante a adoção de processos mais dinâmicos na aferição do aproveitamento, procurou-se criar nos alunos hábitos de estudo que lhes permitissem acompanhar plenamente a execução dos programas.

De acôrdo com essa orientação, as matérias foram reestruturadas e agrupadas em quatro departamentos: Línguas, Política, Direito e Economia. As principais modificações do currículo são indicadas a seguir.

Português — A matéria que era dada no 1.º Ano — Literatura — ficou no Exame Vestibular. A do 2.º ano — Redação Oficial — foi incorporada à nova disciplina Orientação Profissional. Foi mantida a cadeira de Português no C.P.C.D., não sob a forma de aulas, mas de um controle sistemático das provas das demais matérias.

História — As antigas cadeiras de História Diplomática do Brasil e de História das Américas — dadas no 1.º Ano — foram integradas na nova cadeira de História das Relações Exteriores do Brasil, passando para o Exame Vestibular a parte geral de História das Américas.

Geografia — A cadeira do 1.º Ano — Geografia Econômica, Política e Humana — foi completamente reformulada: a parte de Geografia Econômica e Humana se integrou no programa de Geografia do Exame Vestibular; o C.P.C.D. ficou exclusivamente com a parte de Geografia Política, em cujo novo programa se deu ênfase às relações entre a Geografia e a Política, e às doutrinas geo-políticas e geo-estratégicas, e sua aplicação ao Brasil e ao continente sul-americano.

Política — Foi estabelecida nova cadeira no 1.º Ano — Política Internacional I (Teorias Políticas) — e ampliada a do 2.º Ano, que passou a denominar-se Política Internacional II.

Direito — Foram revistos e integrados todos os programas. Direito Comercial passou para o 1.º Ano e Direito Internacional Privado foi concentrado em um período letivo.

Economia — Constituído o Departamento de Economia, foram integrados todos os programas e desapareceu a dualidade de disciplinas do 2.º Ano. Passaram a existir apenas duas cadeiras no C.P.C.D.: 1.º Ano — Economia I (Teoria Econômica); 2.º Ano — Economia II (Desenvolvimento Econômico e Relações Econômicas Internacionais).

Orientação Profissional — Foi restabelecida essa matéria, destinada a dar aos alunos uma visão de conjunto da organização do Ministério e dos métodos de trabalho da Secretaria de Estado. As disciplinas Prática Diplomática e Prática Consular voltaram ao ciclo de aperfeiçoamento, sendo retiradas do currículo do C.P.C.D.

A EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

1ª FASE — 1966

A execução da reforma do Instituto Rio-Branco começou no segundo semestre de 1966, com a promulgação da Lei n.º 5.131 — vinculação direta do Instituto ao Ministro de Estado — e a assinatura dos Decretos números 59.167 e 59.665 — criação da comissão de seleção e estabelecimento do pré-requisito de estudos universitários. Foi também iniciada a reformulação do plano de estudos do C.P.C.D., no segundo período letivo, com adoção de algumas medidas de caráter transitório. O primeiro

problema que se procurou equacionar foi o do acúmulo de matérias. Dada a exigüidade de tempo só foram possíveis soluções parciais. De qualquer forma, o número de matérias estudadas simultaneamente pôde ser reduzido de 10 para 7, no 2.º Ano, e de 8 para 6, no 1.º ano. Para chegar a esse resultado, o estudo de algumas matérias foi condensado em períodos de 4 a 8 semanas (1). Foi também organizado um ciclo de conferências sobre Política Internacional e Política Econômica a fim de dinamizar os estudos do 2.º Ano e preparar a transição para o novo plano de estudos.

2ª FASE — 1967

O ano de 1967 se caracterizou pela implantação da nova sistemática, que veio dar ao Instituto Rio-Branco suficiente flexibilidade para atender às crescentes necessidades do Itamaraty e para ajustar-se às novas condições advindas da criação do Serviço Exterior Brasileiro.

Com efeito, em consequência da ampliação da carreira de Diplomata e do novo instituto da agregação, havia numerosas vagas a serem providas no mais curto prazo possível. Somados aos claros já existentes, os cargos a preencher se elevavam a 135.

Com o fim de acelerar o recrutamento e a seleção de Diplomatas, o Instituto Rio-Branco intensificou o 2.º Ano do C.P.C.D., o que permitiu ao Itamaraty contar, já no mês de outubro, com 26 novos Terceiros-Secretários. Ao mesmo tempo, foi providenciada a realização de um Concurso de Provas, a fim de suplementar, a curto prazo a formação de diplomatas pelo Curso de Preparação.

Paralelamente, dava-se início ao programa de estímulos aos Diplomatas lotados no exterior, para a realização de cursos de pós-graduação em universidades estrangeiras, em setores de aprendizado de interesse do Itamaraty.

Por outro lado, em 1967 coube ao Instituto Rio-Branco, pela primeira vez, planejar um Concurso para Oficial de Chancelaria. Com vistas a atrair para o Serviço Exterior Brasileiro elementos de formação profissional diversificada, foram adotadas novas bases de seleção, e se fizeram valer conhecimentos até então não contemplados no recrutamento para o Serviço Público, como, por exemplo, de russo, japonês, árabe e alemão. Havia 312 cargos a preencher mediante concursos sucessivos. O concurso realizado em 1967 permitiu a seleção de 74 candidatos dentre 725 inscritos.

(1) Vide — Legislação — Circular n.º 2, de 29 de julho de 1966, do Diretor do Instituto aos Professores e Alunos do C.P.C.D.

Antes de serem submetidos à aprovação do Ministro de Estado, os programas de estudos e atividades são levados pelo Diretor à apreciação da Comissão de Programas e Estudos, à qual compete emitir parecer sobre o mérito dos mesmos. Essa Comissão é presidida pelo Secretário Geral de Política Exterior e dela fazem parte os Secretários Gerais Adjuntos, os Chefes de Departamento, o Diretor do Instituto, o Ministro-Assistente do Comando da Escola Superior de Guerra e três especialistas em assuntos internacionais, indicados pelo Diretor do Instituto e designados pelo Ministro de Estado para períodos de dois anos (1).

A Secretaria tem um Chefe designado pelo Ministro de Estado dentre os diplomatas das categorias de Ministro de Segunda Classe e Primeiro Secretário. Compreende três Seções: de Administração, Técnico-Pedagógica e de Pesquisas e Publicações.

Cabe ao Instituto manter os seguintes cursos:

- 1) Curso de Preparação à Carreira de Diplomata;
- 2) Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas;
- 3) Curso de Altos Estudos;
- 4) Cursos Especiais;
- 5) Cursos de Extensão.

O Instituto poderá organizar outros cursos e estabelecer programas de estudos a serem cumpridos em outras instituições de ensino, nacionais ou estrangeiras, com elas celebrando convênios, se necessário.

Compete ainda ao Instituto organizar concursos de provas para a carreira de Diplomata e outras carreiras do Serviço Exterior Brasileiro.

CURSO DE PREPARAÇÃO A CARREIRA DE DIPLOMATA

EXAME VESTIBULAR

A admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata se faz mediante aprovação em Exame Vestibular, realizado em três

- (1) A Comissão de Programas e Estudos foi criada pelo Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto nº 1, de 21 de setembro de 1961, alterado pelo Decreto nº 60.355, de 10 de março de 1967. Dela se ocupa também o Regulamento vigente do IRBr.

ORGANIZAÇÃO ATUAL

O Instituto Rio-Branco é órgão integrante do Ministério das Relações Exteriores e está diretamente subordinado ao Ministro de Estado. Criado pelo Decreto-lei nº 7.473, de 18 de abril de 1945, alterado pelo Decreto-lei nº 8.461, de 26 de dezembro do mesmo ano, dele se ocupam o Decreto-lei nº 9.032, de 6 de março de 1946, a Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, e a Lei nº 5.131, de 1º de outubro de 1966. Possui Regimento e Regulamento próprios, aprovados, respectivamente, pelos Decretos nº 24.883, de 28 de abril de 1948, e nº 60.355, de 10 de março de 1967.

O Instituto Rio-Branco tem por finalidade:

- I — o recrutamento, a seleção e a formação de pessoal para a carreira de Diplomata e outras carreiras do Serviço Exterior Brasileiro;
- II — o aperfeiçoamento e a especialização de funcionários do Ministério das Relações Exteriores;
- III — a realização, por iniciativa própria ou em mandato universitário, de cursos especiais dentro do âmbito de seus objetivos;
- IV — a difusão, mediante ciclos de conferências e cursos de extensão, de conhecimentos relativos aos problemas nacionais e internacionais;
- V — a realização de pesquisas, seja por iniciativa própria, dentro do âmbito de seus objetivos, seja, em colaboração com a Comissão de Planejamento Político e a Divisão de Documentação, quando se tratar de assuntos relacionados com outras finalidades do Ministério.

O Instituto, sob a chefia do Diretor, está organizado em Secretaria e Cursos.

O Diretor é nomeado pelo Presidente da República e escolhido pelo Ministro de Estado, por indicação do Secretário Geral, dentre os Ministros de Primeira e Segunda Classe, inclusive os aposentados. Cabe ao Diretor administrar e representar o Instituto, bem como propor ao Ministro de Estado as providências e modificações que a experiência aconselhar em relação a programas, funcionamento dos cursos, realização de concursos e demais atividades.

fases: a) provas de seleção prévia; b) exames de sanidade e capacidade física e psíquica, investigação social e entrevista; c) provas vestibulares finais.

As provas de seleção prévia se realizam, concomitantemente, na Capital Federal, na sede do Instituto Rio-Branco e nas capitais de vários Estados da União; os exames e provas das demais fases se efetuam na sede do Instituto Rio-Branco. Aos candidatos residentes fora do Estado da Guanabara que se habilitam nas provas de seleção prévia o Instituto Rio-Branco provê transporte e hospedagem, para se submeterem aos demais exames e provas.

Anualmente, o Instituto Rio-Branco publica, no *Diário Oficial*, edital de abertura de inscrições para o Exame Vestibular e baixa as instruções que o regerão. São requisitos para a inscrição: a) ser brasileiro nato; b) contar no mínimo 19 e no máximo 30 anos de idade; c) ser eleitor e estar quite com as obrigações militares; d) ter idoneidade moral, apresentando fôlha corrida e atestado de antecedentes; e) estar vacinado contra a varíola, apresentando atestado fornecido pela Saúde Pública; f) ter concluído, pelo menos, a segunda série de curso de graduação de escola superior, oficial ou reconhecida, ou de universidade estrangeira, neste caso desde que comprovada a equivalência com os correspondentes estudos no Brasil. Por ocasião da inscrição, bastará a apresentação de atestado de matrícula na segunda série, mas será essencial prova de conclusão daquela série acadêmica para a efetivação da matrícula no Curso de Preparação. São admitidos candidatos de ambos os sexos. Quando o candidato fôr casado com pessoa de nacionalidade estrangeira, sua inscrição dependerá de autorização especial do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

As provas de seleção prévia, destinadas a medir o grau de maturidade e o nível mínimo de conhecimentos que os candidatos devem possuir para se submeterem às provas vestibulares finais, são em número de três: Português e Nível Mental; Francês; Inglês. Cada uma dessas provas é eliminatória; não lhes é atribuída nota e o seu resultado é indicado apenas por *aprovado* ou *reprovado*.

Os candidatos habilitados nas provas de seleção prévia são submetidos a exames de sanidade e capacidade física e psíquica, a cargo de entidade oficial ou oficializada, ou de junta médica de especialistas, à escolha do Diretor do Instituto Rio-Branco. É também realizada rigorosa investigação dos costumes e do

conceito corrente dos candidatos. Os exames e a investigação têm efeito eliminatório.

Cabe a uma comissão designada pelo Diretor do Instituto efetuar aquela investigação e entrevistar cada candidato. Com base nos resultados dos exames, da investigação e da entrevista, a Comissão emite, a respeito de cada candidato, parecer sobre sua aptidão para a carreira diplomática e sobre a conveniência de sua admissão às provas vestibulares finais. Quando a comissão conclui contrariamente à admissão do candidato, o Diretor submete o respectivo expediente, com o seu parecer, à decisão do Ministro de Estado. De igual forma procede o Diretor caso discorde de parecer favorável da Comissão.

As provas vestibulares finais destinam-se a completar o processo de seleção do Exame Vestibular e a aferir conhecimentos básicos indispensáveis aos estudos a serem realizados no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Essas provas versam sobre as seguintes matérias: Português; Francês; Inglês; Geografia; História do Brasil; História Mundial e Noções Fundamentais de Direito. As provas de Francês e de Inglês são escritas e orais; as das demais matérias, apenas escritas.

Tôdas as matérias são eliminatórias. São considerados aprovados os candidatos que obtêm a nota mínima de 50 pontos em cada matéria e a média global mínima de 60 pontos. Os candidatos aprovados ficam habilitados a matricular-se no 1.º Ano do Curso de Preparação, de acôrdo com a classificação final e dentro do número de vagas fixado pelo edital de abertura de inscrições. O Exame vestibular só é válido para matrícula no C. P. C. D. no ano letivo imediato.

ORGANIZAÇÃO DO CURSO

O Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C. P. C. D.), ministrado em dois anos, é gratuito e de frequência obrigatória.

O Curso obedece a planejamento global, no qual se integram os programas das diversas matérias, inclusive os do Exame Vestibular. Para fins de coordenação, as matérias estão agrupadas em departamento. O plano de estudo do C. P. C. D. figura no quadro da página 18.

DEPARTAMENTO		EXAME VESTIBULAR		1.º ANO		2.º ANO	
C. P. C. D.	LÍNGUAS	Português Francês Inglês	Geografia (Sistemática, Regional e do Brasil) História Mundial (e das Américas) História do Brasil	Português Francês Inglês	Política Internacional I Política Internacional II	Política Internacional II	Política Internacional II
	Política	Português Francês Inglês	Geografia Política História das Relações Exteriores do Brasil	Português Francês Inglês	Política Internacional I Política Internacional II	Política Internacional II	Política Internacional II
	Direito	Português Francês Inglês	Geografia Política História das Relações Exteriores do Brasil	Português Francês Inglês	Política Internacional I Política Internacional II	Política Internacional II	Política Internacional II
	ECONOMIA	Português Francês Inglês	Geografia Política História das Relações Exteriores do Brasil	Português Francês Inglês	Política Internacional I Política Internacional II	Política Internacional II	Política Internacional II
DEPARTAMENTO		EXAME VESTIBULAR		1.º ANO		2.º ANO	
C. P. C. D.	LÍNGUAS	Português Francês Inglês	Geografia (Sistemática, Regional e do Brasil) História Mundial (e das Américas) História do Brasil	Português Francês Inglês	Política Internacional I Política Internacional II	Política Internacional II	Política Internacional II
	Política	Português Francês Inglês	Geografia Política História das Relações Exteriores do Brasil	Português Francês Inglês	Política Internacional I Política Internacional II	Política Internacional II	Política Internacional II
	Direito	Português Francês Inglês	Geografia Política História das Relações Exteriores do Brasil	Português Francês Inglês	Política Internacional I Política Internacional II	Política Internacional II	Política Internacional II
	ECONOMIA	Português Francês Inglês	Geografia Política História das Relações Exteriores do Brasil	Português Francês Inglês	Política Internacional I Política Internacional II	Política Internacional II	Política Internacional II

O escalonamento das matérias, em grau crescente de conteúdo profissional, é feito de forma a que as disciplinas de uma fase possam servir de embasamento aos estudos da fase seguinte. O plano de estudos obedece, assim, a pressupostos e objetivos correspondentes a cada departamento:

Português — Os alunos devem trazer do Exame Vestibular sólido conhecimento da língua e possuir capacidade de expressão clara e correta. No Curso, a cadeira de Português não se rege pelo sistema de aulas: é realizado em controle sistemático dos conhecimentos do idioma através da apreciação, sob os aspectos gramaticais e estilísticos, das provas e trabalhos escolares de outras matérias.

Francês e Inglês — Os alunos também devem trazer do Exame Vestibular conhecimentos que os habilitem a ler, falar, traduzir e verter corretamente. Durante o 1.º Ano e o 1.º Período do 2.º Ano, recebem treinamento complementar destinado a desenvolver sua capacidade de compreensão e expansão oral e escrita, em condições tanto quanto possível semelhantes às situações reais de trabalho.

Política — Os estudos políticos realizados no Curso têm por fundamento três matérias do Exame Vestibular: Geografia (Sistemática, Regional e do Brasil); História do Brasil; e História Mundial (do Século XVIII até 1950 e uma parte especialmente dedicada à História das Américas). Com base nessas matérias, são ministradas, no 1.º Período do 1.º Ano, duas disciplinas de caráter nitidamente profissional: Geografia Política e História das Relações Exteriores do Brasil. Ao 2.º Período do 1.º Ano corresponde a cadeira de Política Internacional I, na qual se dá ênfase ao estudo das teorias políticas. Finalmente, no decorrer do 2.º Ano, é dada Política Internacional II, em que são apreciadas as teorias e os problemas concretos das relações internacionais.

Direito — já tendo efetuado prova de Noções Fundamentais de Direito (Introdução, Teoria Geral e Teoria do Estado) no Exame Vestibular, recebem os alunos, no 1.º Ano, ensinamentos de Direito Constitucional e Administrativo (1.º Período) e de Direito Civil e Comercial (2.º Período). No 2.º Ano há duas cadeiras de caráter

ter profissional: Direito Internacional Privado (1.º Período) e Direito Internacional Público (1.º e 2.º Períodos).

Economia — Todo o estudo de Economia é feito durante o Curso e compreende as seguintes cadeiras: 1.º Ano — Economia I (Teoria Econômica); 2.º Ano — Economia II (Desenvolvimento Econômico e Relações Econômicas Internacionais).

Orientação Profissional — A par dos estudos das diversas matérias, recebem os alunos do 2.º Ano ensinamentos sobre a organização do Ministério, suas normas de serviço, bem como treinamento prático para as tarefas que deverão desempenhar na Secretaria de Estado.

REGIME DIDÁTICO

Na execução dos programas, são adotados como método de ensino, conforme o assunto, aulas de preleção, conferências, seminários, aulas e trabalhos práticos, pesquisas individuais e em grupos, exercícios, arguições e visitas a centros de interesse. Para cada matéria, em cada ano letivo, há provas periódicas e uma prova final. Essas provas podem tomar a forma de exames escritos ou orais, exercícios escolares, monografias e exposições sobre trabalhos de pesquisa.

APROVAÇÃO

É aprovado o aluno que obtém, no mínimo, 50 pontos em cada matéria e 65 pontos de média global.

Poderá requerer exame de segunda época o aluno que tiver média global e só não tenha logrado a nota final mínima em uma matéria. É permitida a repetência, uma só vez e no ano letivo imediato, ao aluno que se encontre em uma das seguintes situações: não tenha obtido os pontos necessários no exame de segunda época; se bem aprovado em todas as matérias, não tenha conseguido a média global mínima; ou, por motivo justo, haja excedido o número de faltas admissíveis.

A nota final do C. P. C. D. é a média ponderada das médias globais do Exame Vestibular e de cada ano letivo, atribuindo-se peso 1 à primeira e peso 3 à média global de cada ano (1).

PROFESSORES

Os professores são designados pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, após aprovação dos seus nomes pelo Ministro de

(1) A partir de 1968, atribuir-se-á peso 2 à média global de cada ano.

Estado. A designação é feita para um ano letivo apenas, podendo, entretanto, haver recondução. Os membros do Corpo Docente são escolhidos dentre os professores universitários e funcionários da carreira de Diplomata, tendo estes últimos preferência para reger as cadeiras especializadas inerentes à atividade diplomática. O Diretor designa, dentre os professores, o coordenador de cada departamento de estudos que seja constituído.

BÓLSAS

Aos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata são concedidas bôlsas de estudo, cujo montante é fixado pelo Diretor, de acôrdo com normas baixadas pelo Ministro de Estado (1).

PRÊMIOS

Em homenagem ao então Diretor do Instituto e como incentivo aos candidatos ao Exame Vestibular, o Ministro Elmano Cruz, na época examinador de Noções Fundamentais de Direito, instituiu, em 1956, o «Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva», com medalhas de prata e de bronze para os candidatos classificados em 1.º e 2.º lugar, respectivamente.

O «Prêmio Rio-Branco», criado pelo Embaixador Francisco Negrão de Lima, quando Ministro de Estado (Portaria de 16 de julho de 1959) — e atualmente objeto de disposição regulamentar — é constituído de medalhas de ouro e de prata, outorgadas, respectivamente, aos alunos classificados em 1.º e 2.º lugar no C. P. C. D.

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

O aperfeiçoamento de diplomatas se faz através de cursos mantidos pelo Instituto Rio-Branco ou mediante programas de estudos por este estabelecidos para serem cumpridos em outras instituições de ensino nacionais ou estrangeiras. O Instituto deve organizar, entre outros, os seguintes cursos:

- 1) Curso de Prática Diplomática e Consular (C.P.);
- 2) Curso de Revisão para Diplomatas (C.R.D.).

(1) A Portaria Ministerial de 25-1-1968, estabeleceu o princípio da universalidade das bôlsas. Anteriormente, estas só eram concedidas a alunos residentes fora do Rio de Janeiro e que provassem real incapacidade para proverem à própria manutenção; em casos excepcionais era dispensada a primeira exigência.

O Curso de Prática Diplomática e Consular destina-se a dar aos diplomatas da classe inicial orientação específica sobre as tarefas que lhes correspondem em postos no exterior. O Curso de Revisão para Diplomatas destina-se a atualizar os conhecimentos dos diplomatas que regressem de postos no exterior e a familiarizá-los com a realidade brasileira, inclusive mediante viagens e visitas a centros de interesse.

Os diplomatas lotados no exterior beneficiam-se de um programa de treinamento avançado para a realização de estudos de pós-graduação em Política Internacional, Ciência Política, Economia, Direito Internacional ou Administração Pública, a serem realizados em universidades estrangeiras.

CURSO DE ALTOS ESTUDOS

O Curso de Altos Estudos, criado pela Lei nº 3.917, de 1961, visa a dar treinamento de alto nível aos funcionários da Carreira de forma a prepará-los para a chefia de Missão Diplomática e para as funções de direção superior da Secretaria de Estado.

A organização desse Curso, que requer cuidadosa programação, encontra-se ainda em fase de planejamento.

CURSOS ESPECIAIS E DE EXTENSÃO

Além de cursos para diplomatas, é facultado ao Instituto Rio-Branco estabelecer Cursos Especiais e de Extensão. Os primeiros se destinam ao aperfeiçoamento ou à especialização, seja de funcionários do Ministério das Relações Exteriores, seja de estudantes e graduados de escolas superiores, neste caso em mandato universitário. Os Cursos de Extensão têm por finalidade a difusão de conhecimentos relativos aos problemas nacionais e internacionais.

CONCURSOS

O Instituto Rio-Branco organiza concursos de provas para a carreira de Diplomata e outras carreiras do Serviço Exterior Brasileiro sempre que as necessidades de recrutamento o exigem.

ANEXOS

ATIVIDADES EM 1966

CURSO DE PREPARAÇÃO A CARREIRA DE DIPLOMATA

(C. P. C. D)

Em 1966, o ano letivo do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata teve início a 7 de março e terminou a 12 de dezembro, com o seguinte desdobramento:

1º período — 7 de março a 24 de junho;

2º período — 1 de agosto a 18 de novembro, seguido das provas finais.

1º ANO

CORPO DOCENTE

Pelas Portarias nºs 1 e 5, respectivamente de 4 a 15 de março de 1966, o Diretor do Instituto Rio-Branco designou os seguintes professores:

Português

Professora Clara de Andrade Alvim

Francês

Professor André Selon

Inglês

Professor John William Brooks

História Diplomática do Brasil

Professor José Luiz Werneck da Silva

História das Américas

Professor Manuel Maurício de Albuquerque

Geografia Econômica, Política e Humana

Professora Bertha Koifman Becker

Economia I

Professores Antônio Barros de Castro e Josef Barat (substituto)

Direito Constitucional e Administrativo

Professor Paulino Ignacio Jacques

Direito Civil

Professor Ebert Vianna Chamoun

Para integrar, com os respectivos titulares, as bancas das provas orais de Francês e Inglês, foram designados os Professores Adrien Renault e Kenneth James Payne.

CORPO DISCENTE

Cursaram o 1º Ano 27 alunos aprovados no Exame Vestibular realizado de julho a novembro de 1965, os quais foram promovidos ao 2º Ano com a seguinte classificação:

Ednildo Gomes de Soárez

Osmar Vladimir Chohfi

Flávio Eduardo Macedo Soares Regis do Nascimento

Mário da Graça Roiter

Volker Pölsler

José Marcus Vinicius de Souza

Mara Weston

José Maurício de Figueiredo Bustani

Antônio Carlos Coelho da Rocha

Frederico César de Araújo

Antônio Guedes Barbosa

Eduardo Monteiro de Barros Roxo

Fausto Orlando Campello Coelho

Carlos Moreira Garcia

Jom Tob de Azulay

Gastão Felipe Coimbra Bandeira de Mello

Sandra Sybila Fontenelle

Janine-Monique Lázaro

Francisco de Paula de Almeida Nogueira Junqueira

Fernando José Moura Fagundes

Gilda Pereira dos Santos-Jacintho

Victor Manzolilo de Moraes

Sérgio Tutikian

Luiz Carlos de Oliveira Feldman

Marcus Camacho de Vincenzi

Paulo Afonso Souza dos Santos

Alfredo Grieco

2º ANO

CORPO DOCENTE

Pelas Portarias nºs 1, 5 e 11, respectivamente de 4 a 15 de março e 1º de junho de 1966, o Diretor do Instituto Rio-Branco designou os seguintes professores:

Português

Secretário Márcio Fortes de Almeida

Francês

Professor Adrien Renault e Pierre Méricoux (substituto)

Inglês

Professor Kenneth James Payne

Economia II

Professor Werner Baer

Relações Econômicas Internacionais

Professor José Luiz Silveira Miranda e Henrique de Carvalho Gomes (substituto)

Direito Internacional Público

Professor Carlos Alberto Dunshee de Abranches

Direito Internacional Privado

Professor Haroldo Teixeira Valladão

Direito Comercial

Professor Theophilo de Azeredo Santos

Política Internacional

Secretário Sérgio Paulo Rouanet (não chegou a exercer)

Prática Diplomática

Conselheiro Hélio Antônio Scarabótolo

Prática Consular

Conselheiro Ruy Barbosa de Miranda e Silva

Pela Portaria nº 6, de 16 de março de 1966, o Doutor William T. R. Fox, Professor da Universidade de Colúmbia e «Visiting Professor» junto à Pontifícia Universidade Católica, foi designado para ministrar Política Internacional durante o primeiro semestre. Para lecionarem, durante o segundo período letivo, as cadeiras de Economia II e Política Internacional, foram designados pelas Portarias nºs 14 e 22, de 20 de julho e 23 de setembro, os Secretários Marcílio Marques Moreira e Amaury Bier (substituto).

Para integrar, com os respectivos titulares, as bancas das provas orais de Francês e Inglês, foram designados os Professores Pierre Méricoux e John William Brooks, respectivamente.

CORPO DISCENTE

A turma do 2º Ano, que concluiu o C.P.C.D. em 9 de dezembro foi constituída dos seguintes alunos, relacionados na ordem de classificação final:

Luiz Felipe de Seixas Corrêa
Miguel Darcy de Oliveira
Antônio Augusto Dayrell de Lima
Cláudio César de Avellar
Stélio Marcos Amarante
Carlos Eduardo Paes de Carvalho
Carlos Alfredo Pinto da Silva
Armando Sérgio Frazão
Roberto Gasparly Tôrres
Ruy Alejandro Távora
João Carlos de Aguiar Gay
Christiano Whitaker
Oto Agripino Maia
Affonso Emílio Massot
Sérgio Luiz de Souza Tapajós
Wanberto Hudson Ferreira
Orlando Galvêas de Oliveira
Adhemar Gabriel Bahadian

Fizeram jus ao «Prêmio Rio-Branco» os alunos Luiz Felipe de Seixas Corrêa — medalha de «vermel», 1º lugar — e Miguel Darcy de Oliveira — medalha de prata, 2º lugar.

Em cerimônia presidida pelo Embaixador Juracy Magalhães, Ministro de Estado das Relações Exteriores, realizada no Palácio Itamaraty em 6 de março de 1967, foi feita a entrega dos certificados de conclusão do C.P.C.D. e dos prêmios «Rio-Branco» e «Lafayette de Carvalho e Silva».

Com a nomeação dessa turma, elevar-se-á a 401 o número de funcionários que, desde 1947, ingressaram na carreira de Diplomata através do Instituto Rio-Branco.

CONFERÊNCIAS

Dentro da programação do 2º Ano, foram realizados dois ciclos de conferências, a saber:

POLÍTICA INTERNACIONAL

Os Interesses Permanentes do Brasil no Mundo — Embaixador Manoel Pio Corrêa Júnior

As Nações Unidas: sua Missão Moderna e o Papel do Brasil — Embaixador Sérgio Corrêa da Costa

A Guerra Fria: Análise Quantitativa — Ministro Miguel Álvaro Ozório de Almeida

Novas Estruturas de Poder no Mundo: Bipolarismo vs. Policentrismo — Secretário Orlando Soares Carbonar

Relações entre o Brasil e os Estados Unidos — Ministro Jorge de Carvalho e Silva

O Sistema Interamericano: o Problema da Reforma da Carta da OEA — Embaixador Manuel Antônio Pimentel Brandão

Relações Brasil-América Latina — Ministro Fernando Paulo Simas Magalhães

Os Grandes Problemas da Ásia — Embaixador José Oswaldo Meira Penna

Relações Intra-Regionais do Bloco Soviético — Secretário Amaury Bier

A Europa Hoje: sua Posição e suas Tensões — Embaixador Donatello Grieco

Os Grandes Problemas da África — Secretário Sérgio Corrêa do Lago

Os Grandes Problemas do Oriente Médio — Embaixador Donatello Grieco

O Confronto Norte-Sul como Novo Fenômeno na Política Internacional — Secretário Sérgio Paulo Rouanet

O Brasil no Mundo de Hoje — Ministro Juracy Magalhães

POLÍTICA ECONÔMICA

(Economia II e Relações Econômicas Internacionais)

A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento: a Posição Brasileira — Embaixador Paulo Leão de Moura

O GATT e os Países Subdesenvolvidos — Doutor Joaquim Mângia

A Nova Política Brasileira de Exportação — Dr. Benedito Fonseca Moreira

A Associação Latino-Americana de Livre Comércio — Ministro Paulo Cabral de Mello

A Política do Fundo Monetário Internacional em Relação aos Países Subdesenvolvidos — Dr. Antônio de Abreu Coutinho

O Setor da Energia Elétrica e o Papel das Agências Internacionais em seu Financiamento — Dr. John Reginald Cotrim

O Financiamento do Desenvolvimento Econômico — Dr. Jayme Magrassi de Sá

Tendências da Evolução do Produto Nacional Brasileiro — Dr. Isaac Kerstenetzky

Inflação e Desenvolvimento — Dr. Mário Henrique Simonsen

Os Acórdos sobre Produtos de Base — Secretário Octávio Rainho da Silva Neves

O Papel da Livre Iniciativa no Desenvolvimento Brasileiro — Dr. Julian Chacel

A Nova Política Habitacional do Governo e o Desenvolvimento Econômico Brasileiro — Dr. Mário Trindade.

Os Transportes no Brasil e o Trabalho do GEIPOP — Doutor José Lafayette Silviano do Prado

O Planejamento Econômico: a Experiência Brasileira — Doutor João Paulo Reis Velloso

O Planejamento no Nível Estadual: o Exemplo da Guanabara — Conselheiro Armando Salgado Mascarenhas

O Planejamento no Nível Regional: Exemplo do Nordeste — Ministro João Gonçalves de Souza

VISITAS

Os alunos do Curso de Preparação visitaram as Usinas Hidrelétricas de Furnas e de Estreito, acompanhados pelo Chefe da Secretaria do Instituto Rio-Branco, Ministro Fernando Paulo Simas Magalhães.

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

O Exame Vestibular ao C.P.C.D. para o ano letivo de 1967, realizado de 21 de julho a 22 de novembro de 1966, regu-se por Edital e Instruções de 12 de maio de 1966, do Diretor do Instituto Rio-Branco, e programas aprovados pela Portaria Ministerial número 136, de 29 de abril de 1965. O Exame Vestibular efetuou-se em três fases:

- provas de seleção prévia;
- exames de sanidade e capacidade física e psíquica, investigação social e entrevista;
- provas vestibulares finais.

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

As inscrições para as Provas de Seleção Prévia permaneceram abertas de 16 de maio a 30 de junho. As provas se efetuaram nos dias 21 e 22 de julho nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e São Paulo. (*)

A banca examinadora, presidida pelo Diretor do Instituto Rio-Branco e assessorada pelo Secretário Isócrates de Oliveira, pela Professora Ilnah de Figueirêdo Lobo e pelo Secretário Márcio Fortes de Almeida, ficou assim constituída:

Testes de Nível Mental

Elaborados pelo Professor Octávio Augusto Lins Martins

Português

Professor Jesus Bello Galvão e Secretário Márcio Fortes de Almeida

Francês

Professores Adrien Renault e Jean Baptiste Delagis

(*) Deixaram de realizar-se as provas em Brasília, por haverem desistido os dois candidatos inscritos.

Inglês

Professores John William Brooks e John Leo Routledge

As provas realizadas fora do Rio de Janeiro tiveram a supervisão dos seguintes diplomatas:

Belo Horizonte — Secretário Jorge Saltarelli Júnior
 Porto Alegre — Secretário Eurico de Freitas
 Salvador — Secretário Alfredo Rainho da Silva Neves
 São Paulo — Secretário Félix Baptista de Faria.

MOVIMENTO GERAL

Inscritos	414
Dispensados das provas (*)	50
Sujeitos às provas	364
Desistentes	113
Antes das provas	102
Durante as provas	11
Submeteram-se às provas	251
Aprovados	41
(Todos do Rio de Janeiro, sendo 7 do sexo feminino.)	

EXAMES FÍSICOS E PSIQUICOS
 INVESTIGAÇÃO SOCIAL E ENTREVISTA

Os exames de sanidade e capacidade física realizaram-se no Instituto de Seleção, Controle e Pesquisa da Diretoria de Saúde do Ministério da Aeronáutica, sob a direção do Brigadeiro-Médico Dr. Georges Guimarães. Para efetuar os exames de sanidade e capacidade psíquica foi designada a seguinte comissão constituída de especialistas dos Institutos de Psiquiatria e Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro: Dr. Rawlinson Prestes Lemos, presidente; Dr. Adolpho Hoirish, e psicólogas Julia Maria de Almeida Chermont e Regina Maria de Carvalho.

A Comissão encarregada de avaliar a aptidão dos candidatos, de conformidade com o disposto no art. 7º e parágrafos do Regulamento do Instituto Rio-Branco, foi assim constituída: Ministro Fernando Paulo Simas Magalhães, presidente; Conselheiro Espedito de Freitas Resende e Secretário Pedro Hugo Fabrício Belloc.

(*) Portaria nº 3, de 10 de março de 1966, do Diretor do Instituto Rio-Branco.

Submeteram-se a esses exames 83 candidatos: 40 aprovados na seleção prévia realizada em 1966 e 43 anteriormente habilitados. (*)

MOVIMENTO GERAL

Convocados	83
Inabilitados	12
Desistentes	2
Habilitados	69

PROVAS VESTIBULARES FINAIS

As provas vestibulares finais se realizaram de 12 de outubro a 22 de novembro.

A banca examinadora, presidida pelo Diretor do Instituto Rio-Branco e assessorada pelo Ministro Fernando Paulo Simas Magalhães e pela Professora Ilah de Figueirêdo Lobo, ficou assim constituída:

Português

Professores Adriano da Gama Kury e Jesus Bello Galvão e Secretário Márcio Fortes de Almeida

Francês

Professores Adrien Renault e Pierre Méricoux

Inglês

Professores Kenneth James Payne e John William Brooks

História do Brasil

Professor Américo Jacobina Lacombe e Conselheiro Espedito de Freitas Resende

Geografia

Professoras Bertha Koifmann Becker e Haidine da Silva Barros

História Mundial Moderna e Contemporânea

Professores José Luiz Werneck da Silva e Fernando Sgarbi Lima

Noções Fundamentais de Direito

Professores Ebert Vianna Chamoun e Paulino Ignacio Jacques

(*) Não se inscreveram nas provas Vestibulares Finais, um candidato aprovado na Seleção Prévia de 1966 e sete dentre os dispensados das referidas provas.

MOVIMENTO GERAL

M A T É R I A S	PRESTARAM PROVA	REPROVADOS	APROVADOS
Português.....	(*) 70	24	46
Francês.....	46	3	43
Inglês.....	43	4	39
História do Brasil.....	39	3	36
Geografia.....	36	7	29
História Mundial Moderna e Contemporânea.....	29	—	29
Noções Fundamentais de Direito.....	29	—	29

Dos 29 candidatos aprovados, 2 não obtiveram média global.
Foi a seguinte a classificação final:

Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro
 Roberto Rodrigues Krause
 Flávio Miragaia Perri
 Edgard Telles Ribeiro
 Mário Grieco
 Vera Pedroza Martins de Almeida
 Eduardo da Costa Farias
 Fernando Cacciatore de Garcia
 Antônio Carlos Austregésilo de Athayde
 Abelardo da Costa Arantes Júnior
 Júlio César Gomes dos Santos
 Renato Xavier
 Synésio Sampaio Góes Filho
 Ney do Prado Diegues
 Vera Lúcia Barrouin Mello
 Luiz Fernando Gouvêa Athayde
 Roberto de Abreu Cruz
 Fernando José de Carvalho Lopes
 Luiz Henrique Pereira da Fonseca
 Celso Marcos Vieira de Souza

(*) Um candidato foi admitido à prova de Português por força de liminar concedida em mandado de segurança e posteriormente revogada.

Mair Ione Vilhena de Vasconcellos
 Sonia Maria de Castro
 Clemente Rodrigues Mourão Neto
 Maurício Eduardo Côrtes Costa
 Sérgio Luiz Pereira Cavalcanti
 Arnaldo Abílio Godoy Barreira Cravo
 Luiz Augusto de Castro Neves

Fizeram jus às medalhas de prata e de bronze do «Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva», correspondentes aos 1º e 2º lugares no Exame Vestibular, os candidatos Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro e Roberto Rodrigues Krause.

CURSOS ESPECIAIS

A exemplo de anos anteriores, foram realizados, de abril a novembro, Cursos Especiais de Russo, Alemão, Inglês e Francês, destinados a funcionários da Casa e regidos pelos seguintes Professores:

Russo

Oleg Ouchkoff

Alemão

Maila Karen Thielen substituída, em setembro, pela Professora
Charlotte Emmerich

Inglês

Stephen Kenneth Birchall

Francês

Maria Cândida Penido Burnier

PESQUISAS E PUBLICAÇÕES

Dando prosseguimento aos trabalhos de impressão da obra «História do Brasil nos Velhos Mapas» de Jaime Cortesão, a Seção de Pesquisas e Publicações fez entrega das provas do 2º volume ao Departamento de Imprensa Nacional.

Foi publicado, com a tiragem de 1.000 exemplares, o *Anuário do Instituto Rio-Branco* referente aos anos de 1964/65.

O movimento geral de distribuição de publicações editadas pelo Instituto Rio-Branco atingiu o total de 1.677 volumes.

BIBLIOTECA

A Biblioteca do Instituto Rio-Branco, que tem por finalidade oferecer a alunos e professores toda a documentação que se faça necessária a seus estudos e pesquisas, possuía em 31 de dezembro de 1966, um acervo de 8.069 volumes.

Foram adquiridos, no decorrer do ano, 633 obras (com 800 volumes) e 102 folhetos:

Por compra — 570	231 no exterior
Por doação — 332	339 no país

Afora as consultas feitas na própria Biblioteca, foram emprestados 1.503 livros e 1.764 periódicos, de acordo com a seguinte classificação:

000 — Obras Gerais	4
100 — Filosofia	28
300 — Ciências Sociais (*)	1.070
400 — Filologia	9
700 — Arte	2
800 — Literatura	58
900 — História	188
910 — Geografia	142
920 — Biografia	2

(*) A classe 300 — Ciências Sociais — compreende Sociologia, Política, Economia, Direito, Educação, Administração Pública, Comércio.

Realizou-se no dia 24 de junho, na sede do Instituto Rio-Branco, uma homenagem ao Embaixador Antônio Camillo de Oliveira, comemorativa dos dez anos em que exerceu a direção do Instituto. A cerimônia foi presidida pelo Embaixador Antônio Corrêa do Lago, sucessor do homenageado, e contou com a presença do Embaixador Sérgio Corrêa da Costa, professores, alunos e funcionários do Instituto, bem como da família do Embaixador Camillo de Oliveira. Foi inaugurada uma placa de bronze mandada confeccionar pelos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e entregues lembranças oferecidas pelos professores e funcionários. Na ocasião, falaram o Professor Haroldo Teixeira Valladão, em nome do Corpo Docente, e os alunos Gastão Felipe Coimbra Bandeira de Mello e Adhemar Gabriel Bahadrian, pelo Corpo Discente. Ao final, o Embaixador Antônio Camillo de Oliveira proferiu palavras de agradecimento.

C. P. C. D.
TURMA DE 1966

✓ ADHEMAR GABRIEL BAHADIAN — (Estado da Guanabara)

Aluno do Curso de Bacharelado (3º ano) da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Aspirante a Oficial da Reserva do Exército. Eleito Orador Oficial da Turma de 1966 do C.P. C. D.

✓ AFFONSO EMÍLIO MASSOT — (Estado da Guanabara)

Aluno do Curso de Bacharelado (2º ano) da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

✓ ANTÔNIO AUGUSTO DAYRELL DE LIMA — (Inglaterra — Brasileiro de acordo com o art. 115, letra b, da Constituição de 1937)

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — Medalha de bronze, 2º lugar. «Baccalaureat de l'Enseignement Secondaire — Série Philosophie» (França).

✓ ARMANDO SÉRGIO FRAZÃO — (Estado da Guanabara)

Certificado de conclusão de Curso Colegial (Clássico).

✓ CARLOS ALFREDO PINTO DA SILVA — (Estado do Piauí)

Certificado de conclusão de Curso Colegial (Científico).

✓ CARLOS EDUARDO PAES DE CARVALHO — (Estado do Rio de Janeiro)

Aluno (4º ano) da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Michigan. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Cambridge. Certificado de conclusão de um Seminário especial sobre Instituições Norte-Americanas e Problemas de Desenvolvimento Econômico, na Universidade de Harvard, Estados Unidos (Menção Honrosa).

✓ CRISTIANO WHITAKER — (Estado de São Paulo)

Curso até o 3º ano da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

✓ CLÁUDIO CESAR DE AVELLAR — (Estado de Minas Gerais)

Capitão de Corveta da Marinha de Guerra. Aluno do Curso de Bacharelado (3º ano) da Faculdade de Direito do Estado da Guanabara. Cursos de Técnica de Ensino do Centro de Instrução Almirante Wandellkolk do Instituto Brasil-Estados Unidos (5º ano) e da Associação de Cultura Franco-Brasileira (5º ano). Curso o 1º ano da Faculdade de Economia da Universidade da Bahia.

✓ JOÃO CARLOS DE AGUIAR GAY — (Estado do Rio Grande do Sul)

Certificado de conclusão de Curso Colegial (Científico). «Lower Certificate in English» da Universidade de Cambridge. «Certificate of Profi-

ciency in English» da Universidade de Michigan. Aspirante a Oficial da Reserva do Exército.

✓ **LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA** — (Estado da Guanabara)

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — Medalha de prata, 1º lugar. Prêmio Rio-Branco — Medalha de «vermelho», 1º lugar. Aluno do Curso de Bacharelado (5º ano) da Faculdade de Direito Cândido Mendes. Certificado de conclusão de um Seminário especial sobre Instituições Norte-Americanas e Problemas de Desenvolvimento Econômico, na Universidade de Harvard, Estados Unidos da América.

✓ **MIGUEL DARCY DE OLIVEIRA** — (Estado da Guanabara)

Prêmio Rio-Branco — Medalha de prata, 2º lugar. Aluno do Curso de Bacharelado (3º ano) da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

✓ **ORLANDO GALVÊAS OLIVEIRA** — (Estado do Espírito Santo)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo. Certificado de conclusão de um Seminário especial sobre Instituições Norte-Americanas e Problemas de Desenvolvimento Econômico, na Universidade de Harvard, Estados Unidos da América.

✓ **OTO AGRIPINO MAIA** — (Estado do Rio Grande do Norte)

Cursou até o 4º ano da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara.

✓ **ROBERTO GASPARY TORRES** — (Estado de São Paulo)

Cursou até o 3º ano da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

✓ **RUY ALEJANDRO TÁVORA** — (Argentina — Brasileiro de acôrdo com o art. 115, letra b, da Constituição de 1937)

Cursou o 1º ano da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Certificado de conclusão de um Seminário especial sobre Instituições Norte-Americanas e Problemas de Desenvolvimento Econômico, na Universidade de Harvard, Estados Unidos da América (Menção Honrosa). Curso sobre Assuntos de Energia Nuclear (Itamaraty).

✓ **SÉRGIO LUIZ DE SOUZA TAPAJÓS** — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências e Letras pelo Colégio Pedro II. «Lower Certificate in English» da Universidade de Cambridge. Aspirante a Oficial da Reserva do Exército.

✓ **STÉLIO MARCOS AMARANTE** — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil.

✓ **WANBERTO HUDSON FERREIRA** — (Estado de Pernambuco)

Bacharel em Ciências e Letras pelo Colégio Pedro II. Cursou o 1º ano da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Cursou o 1º ano da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. Curso de língua inglesa da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa (5º ano).

PROGRAMAS

EXAME VESTIBULAR
AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA
DE DIPLOMATA

PORTUGUES

a) Gramática (questões objetivas):

1. *Fonética* — Distinção entre fonema e letra. — Prosódia e ortoepia. — Próclise e ênclise. — Fonética sintática.
2. *Morfologia* — Flexão nominal e verbal. — A estrutura e a formação das palavras portuguesas.
3. *Sintaxe* — A estrutura da frase portuguesa contemporânea. — Concordância nominal e verbal. — Regência. — Figuras de sintaxe. — Sintaxe de colocação. — Emprego dos modos e dos tempos verbais.
4. *Semântica* — Sinônimos e antônimos; a escolha adequada das palavras. Sentido próprio e figurado; comparação e metáfora; metonímia e sinédoque.
5. *Versificação* — Principais tipos de versos portugueses. — O ritmo do verso. — Prosa e verso; o verso livre. — Procedimentos poéticos usuais.
6. *História da língua* — O caráter romântico da língua portuguesa evidenciado através da sua evolução; a formação do léxico português. — Latim clássico e latim vulgar. — Principais mudanças fonéticas. — A ação da analogia. — Vocábulos populares e eruditos. — Principais caracteres do português do Brasil.

b) Literatura:

I — Caracterização dos principais movimentos literários

- A) Classicismo.
- B) Barroco.
- C) Neoclassicismo.
- D) Romantismo.

- E) Realismo e Naturalismo.
 F) Parnasianismo.
 G) Simbolismo.
 H) Modernismo.

II — Leituras exigidas

A) Literatura Portuguesa

1. Camões, *Os Lusíadas* *
2. Camões, *Sonetos* *
3. Vieira, *Sermões* *
4. Alexandre de Gusmão — *Eurico o Presbítero*.
5. Camilo Castelo Branco — *Amor de Perdição*.
6. Eça de Queirós — *Os Maias*.
7. Fernando Pessoa — *Poesia*. *

B) Literatura Brasileira

1. Gregório de Matos (*Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial* — Sérgio Buarque de Holanda).
2. Gonçalves Dias — *Poesias* *
3. Castro Alves — *Poesia* *
4. Manuel Antônio de Almeida — *Memórias de um Sargento de Milícias*.
5. José de Alencar — *Iracema*.
6. Machado de Assis — *Dom Casmurro*.
7. Olavo Bilac — *Poesias* *
8. José Lins do Rego — *Menino de Engenho*.
9. Graciliano Ramos — *Vidas Secas*.
10. Manuel Bandeira — *Antologia Poética* (Editôra do Autor).
11. Carlos Drummond de Andrade — *Antologia Poética* (Editôra do Autor).
12. Guimarães Rosa — *Miguelim* e *Manuelzão*.

A questão de literatura constará de:

- i) Caracterização de escolas literárias em pequenos trechos de prosa e verso;
 - ii) Pequena dissertação sobre uma ou mais das obras lidas.
- c) Dissertação sobre um tema de ordem geral, sorteado de lista previamente organizada.

(*) Dos autores assinalados com *, bastará a leitura de trechos seletos nas edições: «Agora», «Clássicos Portugueses» ou «Textos Literários».

FRANCES

1. PROVA ESCRITA

a) Gramática (questões objetivas e composição de pequenas frases).

1. O substantivo: formação do feminino e do plural, sintaxe do substantivo.
 2. O artigo e o adjetivo qualificativo: os diferentes artigos (definido, indefinido, partitivo), seu emprego. Formação do plural e do feminino dos adjetivos qualificativos, sintaxe dos adjetivos qualificativos.
 3. Os pronomes pessoais; formas e sintaxe.
 4. Os pronomes e adjetivos demonstrativos: formas e sintaxe.
 5. Os pronomes e adjetivos possessivos: formas e sintaxe.
 6. Os pronomes interrogativos e os relativos: formas e sintaxe.
 7. Os pronomes indefinidos: formas e sintaxe.
 8. O verbo: conjugações — verbos irregulares — sintaxe do verbo: os sujeitos e os complementos do verbo — regras de concordância (concordância dos participios) — emprego dos tempos e dos modos.
 9. Os advérbios: formação dos advérbios de modo — os diferentes advérbios — sintaxe do advérbio.
 10. Preposições e conjunções: formas e sintaxe.
 11. Galicismo; expressões idiomáticas de uso corrente.
- b) Versão de dois ou mais pequenos trechos de estilos diferentes.
- c) Redação (em qualquer uma de suas formas).

2. PROVA ORAL

- a) Leitura e tradução, à primeira vista, de um trecho e resposta a perguntas relacionadas com o assunto tratado pelo autor.
- b) Desenvolvimento de um tema da atualidade sorteado de lista previamente organizada e conversação sobre o mesmo.

INGLÊS

1. PROVA ESCRITA

a) Gramática (questões objetivas e composição de pequenas frases).

1. Substantivos e artigos. Formação e emprego.

2. Adjetivos.
 3. Pronomes.
 4. Caso possessivo. Pronomes e adjetivos possessivos.
 5. Verbos regulares e irregulares. Verbos auxiliares. Emprego dos tempos e das diversas formas do verbo.
 6. Sintaxe dos advérbios e das expressões adverbiais.
 7. Emprego das preposições e das conjunções.
 8. Construção das frases e colocação das palavras.
 9. Emprego dos verbos compostos.
 10. Relação entre ortografia e pronúncia; acentuação.
- b) Versão de dois ou mais pequenos trechos, de estilos diferentes.
- c) Redação (em qualquer uma de suas formas).

2. PROVA ORAL

- a) Leitura e tradução, à primeira vista, de um trecho, e resposta a perguntas relacionadas com o assunto tratado pelo autor.
- b) Desenvolvimento de um tema da atualidade sorteado de lista previamente organizada, e conversação sobre o mesmo.

HISTÓRIA DO BRASIL

- I — O *Descobrimento do Brasil* — As características econômicas, sociais e políticas da Europa no fim da Idade Média. O desenvolvimento do comércio e do mercado europeu. A formação do reino português, suas instituições e importância da expansão europeia no mundo. O Descobrimento do Brasil.
- II — O *período pré-colonizador* — O reconhecimento do litoral brasileiro. O pau-brasil e os problemas de sua exploração. Aspectos internacionais correlatos.
- III — A *administração portuguesa no Brasil* — O regime das Capitânias e sua evolução. O Governo-Geral. Os estados do Maranhão e do Brasil. Os Vice-Reis. O Município. A Administração metropolitana e o Brasil.
- IV — A *economia colonial* — A economia agrária: a «plantação», a pecuária e a economia de subsistência; a coleta amazônica. A sesmaria e a posse da terra. A mineração. O monopólio colonial. Problemas internacionais

ligados à economia colonial. Agitações de caráter econômico e social.

V — A *sociedade colonial* — Economia, sociedade e trabalho. O indígena e o africano. Os problemas da escravidão. A Igreja. Vida cultural.

VI — A *integração territorial* — A ocupação do litoral. O sertanismo e a fixação humana. A ação missionária. A expansão para o extremo sul e para o extremo norte. Os ajustes diplomáticos na fase colonial. As repercussões no Brasil da política portuguesa e europeia. As intervenções estrangeiras no Brasil e os principais problemas decorrentes no período colonial.

VII — A *libertação política do Brasil* — A influência das idéias liberais: principais manifestações. A situação política europeia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. O Brasil sede da monarquia portuguesa — problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.

VIII — O *Primeiro Reinado* e a *fase regencial* — O regime político administrativo e a primeira Constituição. Os problemas econômicos e políticos internos. As relações exteriores.

IX — O *Segundo Reinado* — Os partidos políticos, os poderes constitucionais e a originalidade parlamentar. Os movimentos liberais. A política externa do Segundo Reinado.

X — O *Segundo Reinado* — O café e sua estrutura sócio-econômica. Os problemas da economia brasileira. Política alfandegária e situação financeira. A industrialização e seus entraves. A mão-de-obra. Abolição e imigração. Vida cultural.

XI — A *República* — As crises do fim do Império — questões militares, religiosas, políticas e sociais e o desgaste da Monarquia. O Partido Republicano, suas idéias e ação. O golpe de Estado e a Proclamação da República. O Governo Provisório, a crise financeira e o «encilhamento». A Constituição de 1891 e suas características. Os problemas políticos até o fim do século XIX.

XII — A *República* — O problema do federalismo e do unitarismo até 1920. As oligarquias estaduais. Os processos e esquemas eleitorais. A política financeira e econômica de Campos Sales a Washington Luiz. As crises econô-

micas. A crise de 1929 e suas repercussões. A imigração. A sociedade. A diplomacia brasileira na «República Velha»; a obra do Barão do Rio-Branco.

XIII — *A República — 1930-1945.*

A «Revolução» de 1930 e suas promessas. A fase de reformas políticas, econômicas e sociais. A Legislação do Trabalho. O Constitucionalismo de 1932. As Constituições de 1934 e 1937 e seu caráter. A política externa e a Segunda Guerra Mundial. Influências ideológicas externas e política interna. O fim do Estado Novo.

XIV — *O Brasil de 1945 a 1960 — A reconstitucionalização do país. Os problemas e a política econômico-financeiros. Os caminhos do desenvolvimento econômico. As transformações e o agravamento das crises sociais. Os rumos da política externa e a posição do Brasil nas questões internacionais. Vida Cultural. A «História do Brasil» e sua evolução.*

GEOGRAFIA

A — GEOGRAFIA SISTEMÁTICA:

I — *Geografia Física*

1. Globo Terrestre:
 - 1.1 — Movimento da Terra e suas consequências.
 - 1.2 — Representação Gráfica da Terra — uso de mapas.
2. Os climas:
 - 2.1 — A temperatura e a pressão do ar atmosférico — fatores gerais e locais.
 - 2.2 — A circulação atmosférica — Características e formação das massas de ar — Regimes circulatórios, tropicais e extratropicais.
 - 2.3 — As precipitações atmosféricas: distribuição e regime.
 - 2.4 — Os conceitos de clima — Problemas das classificações — Os climas e suas influências.
3. O relevo terrestre e seu modelado:
 - 3.1 — Evolução do relevo em função da estrutura e da sucessão climática.
 - 3.2 — A dinâmica atual do relevo — a influência climática e os sistemas de erosão — Os tipos atuais do relevo e suas relações exógenas e endógenas.

4. Os solos:

- 4.1 — Composição e formação dos solos — Características geográficas dos grandes grupos de solos.
- 4.2 — Evolução dos solos — Influência dos fatores físicos e humanos.

5. A vegetação:

- 5.1 — Formações vegetais — os tipos principais, suas características e localização.
- 5.2 — As relações entre a vegetação, os climas, os solos e o relevo.
- 5.3 — O aproveitamento econômico dos recursos vegetais.

II — *Geografia Humana*

1. População:

- 1.1 — Condições gerais de distribuição geográfica da população atual do Globo.
- 1.2 — O crescimento vegetativo e a estrutura da população.
- 1.3 — Movimentos dos grupos humanos:
 - a) As grandes correntes migratórias;
 - b) As migrações nacionais e o crescimento urbano.

2. Geografia Agrária:

- 2.1 — A paisagem agrária: fatores naturais e culturais.
- 2.2 — A utilização da terra e suas formas.

3. Geografia industrial:

- 3.1 — O processo industrial moderno e seus fatores.
- 3.2 — As fontes de energia e a industrialização dos principais minerais.
- 3.3 — Condições gerais de localização industrial. Os tipos de complexo industrial.

4. Geografia Urbana:

- 4.1 — Origens e fatores do desenvolvimento das cidades. As redes urbanas.
- 4.2 — As funções urbanas.
- 4.3 — A cidade e a região: a zona de influência de uma cidade e as relações entre cidade-campo.

B — GEOGRAFIA DO BRASIL:

1. Espaço e posição: problemas e possibilidades.

2. Relêvo:

- 2.1 — Influência da estrutura geológica no modelado e nas atividades econômicas.
- 2.2 — Características gerais do modelado: as formas tabulares e as escarpas.
- 2.3 — Principais unidades morfológicas:
 - a) Os planaltos e as escarpas do Sudeste.
 - b) As bacias sedimentares.

3. Clima:

- 3.1 — Fatores geográficos do clima brasileiro.
- 3.2 — A América do Sul e a circulação atmosférica.
- 3.3 — Tipos de clima: características, área de ocorrência, influência na ocupação humana.

4. Vegetação:

- 4.1 — As paisagens fito-geográficas do Brasil: as formações vegetais, suas características e relações com o clima, solo e relevo.
- 4.2 — Os recursos vegetais brasileiros e seu aproveitamento econômico.

5. O povoamento e a organização do espaço brasileiro:

- 5.1 — O povoamento em função da economia colonial.
- 5.2 — A colonização moderna.
- 5.3 — As frentes pioneiras.

6. A população brasileira:

- 6.1 — A distribuição geográfica da população.
- 6.2 — Crescimento e composição da população.
- 6.3 — Os movimentos da população: as migrações internas e o êxodo rural.

7. Aspectos da geografia urbana:

- 7.1 — O processo de urbanização do país.

8. A Geografia Agrária do Brasil:

- 8.1 — A importância da agricultura na economia do Brasil.
- 8.2 — Características da utilização da terra e das estruturas agrárias brasileiras.
- 8.3 — Os problemas gerais da agricultura brasileira.

9. Geografia das Indústrias:

- 9.1 — A industrialização do Brasil e seus problemas.
- 9.2 — Os principais gêneros de indústrias.
- 9.3 — O complexo industrial do Brasil Sudeste.

10. Geografia Regional do Brasil:

- 10.1 — Conceito de região e divisão regional do Brasil.
- 10.2 — As grandes regiões do Brasil e suas características principais.
- 10.3 — Os problemas do desenvolvimento econômico e a ação governamental. Os Órgãos de Planejamento Regional.

HISTÓRIA MUNDIAL MODERNA E CONTEMPORÂNEA

1ª Parte

1. O pensamento político, social, econômico e científico do século XVIII. O Despotismo esclarecido.
2. A Revolução francesa: principais fases. Reorganização política, social e econômica. Política exterior.
3. A colonização na América. A evolução da América Latina colonial. A independência das 13 colônias inglesas da América.
4. O Congresso de Viena e as Restaurações na Europa. A política de intervenção e os Congressos. Os problemas mundiais.
5. A «Revolução industrial» da Europa e a transformação das estruturas sociais.
6. As Revoluções Liberais e Nacionais de 1830 a 1848.
7. A Inglaterra; suas reformas, sua expansão colonial.
8. A França da 2ª República e do 2º Império.
9. A questão do Oriente, até o Tratado de Paris (1856).
10. Cavour e a unidade italiana. Questão romana.
11. Bismarck, a Prússia e o Império Alemão.
12. Absolutismo e reformas na Rússia. Os Balcãs. Tratado de Berlim (1878).
13. Os movimentos de independência da América Latina no século XIX.
14. Os Estados Unidos. Expansão territorial. Guerra de Secessão. Industrialização.
15. O Extremo Oriente: China e Japão.
16. As relações internacionais de 1878 a 1914. A política das alianças. Rivalidades coloniais. Os problemas balcânicos.

2ª Parte

1. A 1ª Guerra Mundial. A situação internacional nas vésperas da 1ª Guerra Mundial. O desencadear da guerra; as principais frentes de combate; as inovações tecnológicas; a guerra naval. As negociações diplomáticas no decorrer do conflito. A participação americana; a retirada da Rússia.

2. A Elaboração da Paz. Os Princípios de Wilson. Os Tratados de Paz e suas consequências políticas, econômicas e sociais. O problema das nacionalidades. As reparações de guerra.
3. A Liga das Nações. A Organização da Liga das Nações. A Corte Internacional de Justiça e a Organização Internacional do Trabalho. O papel da Liga das Nações entre as duas Guerras; sua significação, suas realizações e seus insucessos. Os mandatos.
4. A Europa entre as duas Guerras: a) Problemas econômicos e Relações Internacionais; a Crise Econômica de 1929, suas repercussões; b) A Rússia Soviética; queda do Tzarismo; revolução de outubro, intervenção estrangeira e guerra civil, comunismo de guerra, NEP e planos quinquenais; a política exterior soviética; c) A Alemanha: a República de Weimar; a ascensão do Nazismo; o III Reich; d) A Itália e o Fascismo: o Tratado de Latrão; e) As crises: Etiópia, Espanha, Áustria, Tcheco-Eslôvaquia, Mandchúria.
5. A Ásia entre as duas Guerras: a) A dissolução do Império Otomano e o problema dos povos árabes; b) O Irã; c) O nacionalismo na Índia; d) A República na China; e) A Expansão Japonesa.
6. A América entre as duas Guerras: a) Os Estados Unidos da América: o isolacionismo; Roosevelt e o New Deal; a Política da Boa-Vizinhança; b) A América Latina: a evolução política e o desenvolvimento econômico.
7. A 2ª Guerra Mundial: Início e propagação do conflito: a guerra na Europa, na África e na Ásia; as Conferências de Moscou, Teerã, Ialta e Potsdam.
8. A Organização das Nações Unidas: a Carta de São Francisco; estrutura e atuação da ONU.
9. A Liquidação do Colonialismo: a independência da Índia; a formação do Paquistão; a Indonésia; a guerra na Indochina; o Oriente Médio; o Egito e a Liga Árabe; a formação do Estado de Israel; as colônias francesas e inglesas na África e o surgimento dos novos Estados Africanos; o Congo Belga; a conferência de Bandung.
10. A Revolução Chinesa: o advento de Mao-Tsé-tung e a República Popular da China; a China Nacionalista.
11. A Reconstrução da Europa Ocidental: o Plano Marshall; o Mercado Comum Europeu e a integração da Europa. O problema alemão. A Grã-Bretanha e a Comunidade Britânica.
12. A Formação de Blocos Político-Militares e as Crises Internacionais: a política soviética no pós-guerra; as Democracias Populares; o problema de Berlim; a guerra da Coreia. Os sistemas de segurança coletiva e regional; a OTAN e o Pacto de Varsóvia. A estratégia nuclear; a guerra fria.

13. A América no Pós-Guerra: a participação dos Estados Americanos: conferências e acordos; as condições econômicas e sociais dos países latino-americanos.

NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO

1ª Parte

Noções introdutórias e Direito Privado

I

1. Direito e Estado. O Direito e as outras normas sociais. Direito e Moral. O Direito positivo.
2. O Direito objetivo: conceito, conteúdo. A norma jurídica: definição e elementos.
3. Direito Público e Privado: suas subdivisões e relações.

II

4. As fontes do Direito objetivo; a lei e o costume, a analogia e os princípios gerais do Direito.
5. A doutrina e a jurisprudência; a equidade.

III

6. Interpretação da norma jurídica; os métodos tradicionais.

IV

7. Conceito de lei; classificação das leis; leis e regulamento.
8. Elaboração das leis; fase legislativa e fase executiva; sanção, promulgação e publicação.

V

9. Eficácia da lei no espaço; conflito de leis no espaço e o direito internacional privado; o princípio da irretroatividade das leis e o direito adquirido no direito positivo brasileiro.

VI

10. Relação jurídica: noção e elementos. Sujeito do direito, pessoa e personalidade.

VII

11. Direito subjetivo: noção. Norma agendi e facultas agendi. Direito subjetivo e faculdade jurídica. Classificação dos direitos subjetivos.

VIII

12. Pessoa natural: início da personalidade; capacidade de direito e de fato; da incapacidade e seu suprimento.
13. Pessoa jurídica: noção, constituição e extinção; classificação.
14. Domicílio; noção; domicílio e residência; importância do domicílio no direito positivo brasileiro.
15. Fatos e atos jurídicos. Classificação dos atos jurídicos. Dos efeitos dos atos jurídicos: o erro, o dolo, a coação, a simulação e a fraude contra credores. Modalidade dos atos jurídicos: condição, termo, prazo e encargo. Forma e prova dos atos jurídicos. Nulidade e anulação dos atos jurídicos. Atos ilícitos. Legítima defesa, estados de necessidade, abuso de direito.

2ª Parte

Direito Público

I

1. O Estado, conceito e elementos essenciais. Estados simples e Estados compostos.

II

2. Formas de Governo: monarquia, república e ditadura (marxista e fascista).

3. Regimes de Governo: presidencialismo, parlamentarismo e sistema diretorial ou regime colegial.

III

4. O princípio democrático; conceito de democracia; democracia direta, democracia representativa; democracia mista ou semi-direta e suas instituições: o *referendum*, o veto popular e a iniciativa popular.

IV

5. Constituição: conceito, tipos de constituição. Leis constitucionais. Inconstitucionalidade das leis e atos.
6. O Estado na comunidade internacional; o Direito Internacional Público, conceito, fundamento.

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

1º ANO

PORTUGUÊS

PLANO DO CURSO DE LITERATURA BRASILEIRA

Observações iniciais

1. Com o objetivo de tornar mais estreito o convívio dos alunos com as obras de nossa literatura, procuraremos, sempre que possível, substituir as aulas de preleção por aulas de análise de texto.

Através de tal método, pretendemos emprestar maior profundidade aos estudos de literatura brasileira que os futuros diplomatas já terão realizado, quando se preparavam para o exame vestibular ao Curso Rio-Branco; capacitá-los a aprender e caracterizar os temas e o estilo dos textos em estudo, levando-os, por meio da observação e esforço próprio, a localizar a obra no movimento literário a que pertence, assim como a individualizar o talento característico de cada autor dentro desse movimento e dentro da literatura brasileira em geral.

2. Para o efeito de atribuir organicidade ao curso, buscaremos apreender, ao longo das aulas de texto, uma constante dentro de nosso complexo literário, perseguindo a sua origem, evolução e variações; assinalando a sua eventual ausência, durante o desenvolvimento de nossa literatura.

3. A partir dessa idéia, cuja configuração faremos apreender pelo esforço próprio dos alunos, é que foram escolhidos os livros-texto de nosso curso; as aulas basear-se-ão em obras representativas da evolução de nossa literatura a partir do Modernismo. Os respectivos textos serão, também, tomados como ponto de partida para confronto com obras de outros períodos literários cujo estudo deverá ser realizado particularmente pelos alunos e cobrado através de provas mensais.

4. Paralelamente à análise dos textos em questão, iremos exigir dos alunos a leitura da história dos movimentos literários em

que se localizem as obras de que estarão tratando e, se fôr o caso, a leitura de livros de crítica especializada sobre os textos em estudo.

5. Pretendemos, na medida do possível, reservar ao professor apenas a tarefa de orientar as pesquisas, de corrigir, acrescentar explicações, aconselhar bibliografia, etc., enquanto tentamos confiar aos alunos, com intensidade crescente, a responsabilidade de um esforço pessoal que os capacite à observação própria, à argumentação lógica sobre conclusões a que tenham chegado por si mesmos. Para essa finalidade, reclamaremos sempre a sua participação ativa, durante as aulas, por meio de debates e de exposições orais sobre os temas dados.

6. Não foi incluída nesse programa a leitura de certas obras fundamentais na evolução da Literatura Brasileira, porque o seu estudo reclamaria um desenvolvimento incompatível com a brevidade do curso; entretanto, acreditamos que o trabalho realizado durante o ano terá familiarizado os alunos com os traços predominantes da literatura brasileira, habilitando-os, pelo método utilizado, a assimilar com maior facilidade o conteúdo e a forma das produções literárias nacionais, que ainda lhes sejam desconhecidas.

LIVROS-TEXTOS DAS AULAS

Fogo Morto, de José Lins do Rêgo, obra exponencial do «Movimento do Nordeste».

- Sua aspiração de, pelo trato dos elementos regionais, atingir o plano universal.
- Representação literária da realidade regional.
- Complexidade psicológica dos personagens.
- Feição realista do romance.

Correspondências temáticas e formais na poesia contemporânea do romance, exemplificadas em Manuel Bandeira e Jorge de Lima.

São Bernardo, de Graciliano Ramos.

- O elemento humano, em seus conflitos individuais e coletivos, sobrepondo-se à paisagem física da região.
- Tendência à introspecção.
- Concisão e apuro do estilo em confronto com a espontaneidade e fluência de forma de *Fogo Morto*.

Marafa, de Marques Rebelo.

- Representação dos aspectos humanos e paisagísticos no regionalismo urbano.

- Confronto da genuinidade de sua língua carioca com a intenção desregionalizante de Graciliano Ramos.

Miguelin e Manuelzão, (*) de Guimarães Rosa.

- A preocupação metafísica acrescentada à inquietação humana do personagem regional.

- Importância e significado do aspecto formal: a língua literária fundamentada na tradição e dinamizada pela invenção do autor.

Correspondência da mesma tendência na temática da poesia contemporânea, exemplificadas em Carlos Drummond de Andrade (cuja *Antologia Poética* já foi estudada pelos alunos para o exame vestibular).

Antologia de Poemas, de João Cabral de Melo Neto.

- Extração do essencial na realidade regional, nos seus problemas individuais e coletivos.

- A objetividade, a contenção de lirismo em confronto com a poesia romântica e de alguns modernistas que versam a mesma temática.

LEITURAS PARALELAS

Inocência, do Visconde de Taunay.

Obra representativa do regionalismo romântico no Brasil. Apresentação da realidade regional à moda romântica. Psicologia esquematizada dos personagens.

Elementos realistas na novela romântica brasileira.

O Cortiço, de Aluizio Azevedo.

- Preocupação de fixar o quadro social em seus conflitos individuais e coletivos.

— Remanescência do nacionalismo romântico na novela naturalista, a despeito dos preceitos da escola.

Correspondência da mesma tendência nos poetas parnasianos e simbolistas, exemplificadas em Olavo Bilac e Alphonsus de Guimaraens.

Correspondência do romance documentário carioca nas obras (já lidas pelos alunos para o exame vestibular) de Manuel Antônio de Almeida e Lima Barreto.

Um Conto de Machado de Assis.

- A preocupação com o transcendente aliada à perquirição da consciência dos personagens.

- Apreensão do quadro social e do ambiente carioca com o «instinto de nacionalidade» a ser confrontado com a

documentação de nossa realidade nos moldes nacionalistas dos românticos.

Macunaima, (*) de Mário de Andrade.

Obra representativa do movimento modernista brasileiro em sua intenção de criar uma literatura genuinamente nacional, constituída com temática e linguagem literária tipicamente nossas.

— Rapsódia anti-heróica, criando um personagem simbólico do complexo da personalidade brasileira na figura do «herói sem caráter».

— Intenção de fixar o complexo correspondente na linguagem literária adotada.

Correspondência nos temas da poesia modernista, exemplificadas no poema *Cobra Norato*, de Raul Bopp e em alguns poemas de Oswald de Andrade.

O *Guarani*, de José de Alencar.

Obra representativa da ficção romântica no Brasil com intenções equivalentes às do modernismo.

— Paralelo entre «herói sem caráter» e o mito heróico, exaltação do nativo brasileiro.

— Incorporação da paisagem, flora e fauna do Brasil à linguagem literária do romance.

— Correspondência na poesia romântica exemplificadas em Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias e Casemiro de Abreu.

FRANCÊS

ORIENTAÇÃO GERAL

Dar aos alunos maior facilidade de expressão, quer oral quer escrita.

MEIOS

1. Revisão gramatical através de exercícios intensivos:

- a) uma versão semanal: correção individual, coletiva e coletivos;
- b) uma redação quinzenal sobre assuntos históricos, sociológicos, artísticos, políticos e literários;

Observação: Por interessarem diretamente ao desenvolvimento e método de nosso estudo, retomamos no plano de curso certos livros, que vão assinalados por um asterisco, já incluídos no programa de leituras obrigatórias para o exame vestibular.

c) emprêgo correto dos tempos verbais (*L'Emploi des Temps en français* — Henri Sensine). Exercícios orais e escritos.

2. Libertar os alunos da inibição através de pequenas conferências feitas por eles sobre assuntos de sua escolha (tempo: 15 minutos). A exposição do «conferencista» será depois debatida pelos outros alunos. Debate coletivo seguido de uma síntese.

3. Leitura de obras francesas modernas, seguida de perguntas sobre o fundo e a forma: expressões idiomáticas.

INGLÊS

ORAL WORK

The immediate aims will be fluency and clear articulation. Speech will be corrected and vocabulary increased through constant practice in a wide variety of classroom situations. There will be no prior classroom drilling and no formal rehearsal of material, which will include the following:

- problem situations
- speeches and oral reports
- group communication accuracy tests
- debates
- press conferences
- interviews

WRITTEN WORK

This will often be based upon material dealt with during oral lessons. There will also be some formal language study. The full programme will include the following:

- correspondence-diplomatic and otherwise (of problem situations)
- written reports and expansion of notes (of debates)
- translation
- study and practice of «clean» English
- study and practice of official and diplomatic language
- study and practice of journalistic language
- exercises in comprehending and summarising
- individual composition assignments as a part of class re-search projects.

HISTÓRIA DIPLOMÁTICA DO BRASIL

1. Conceito e metodologia de História e de História Diplomática. A História Diplomática do Brasil: evolução da bibliografia e do ensino.
2. Caracterização e discussão dos «círculos concêntricos» da História Diplomática do Brasil:
 - a) O Brasil e a América do Sul
 - b) O Brasil e as Américas
 - c) O Brasil e o Mundo.
3. A formação do «espaço brasileiro»:
 - a) A política externa de Portugal nos séculos XVI, XVII e XVIII e sua repercussão no Brasil-Colônia. As fronteiras.
 - b) Antecedentes e implicações das questões de limites nos séculos XIX e XX.
 - c) A política platina do Brasil.
4. A política externa da Inglaterra nos séculos XIX e XX e sua repercussão no Brasil-Reino, Império e República.
5. A política externa dos Estados Unidos da América nos séculos XIX e XX e sua repercussão no Brasil-Reino, Império e República. Pan-americanismo: etapas da ideologia e do sistema.
6. Tendências da política externa do Brasil-República após a 2ª Guerra Mundial.

HISTÓRIA DAS AMÉRICAS

1. O Continente Americano:
 - a) As vias de acesso
 - b) A identificação geográfica do Continente Americano
 - c) A exploração do Continente Americano
 - d) Os elementos povoadores da América
2. A Expansão Europeia e a América:
 - a) Países Ibéricos
 - b) França, Holanda e Inglaterra
 - c) Influência na política internacional
3. A Colonização da América:
 - a) Características gerais
 - b) Os sistemas colonizadores
 - c) A América Colonial e a política internacional

O Processo Revolucionário Americano:

- a) Influências externas
 - b) Influências internas
 - c) Independência dos Estados Unidos
 - d) Repercussões internacionais
5. A Independência da América Latina:
 - a) Características gerais
 - b) A Independência do Brasil
 - c) Repercussões mundiais
 6. América no Século XIX:
 - a) Os Estados Unidos
 - b) América Latina: platina, andina, Caribe
 - c) O Brasil
 - d) A América e a política internacional
 7. O Pan-americanismo:
 - a) Origens
 - b) Evolução
 - c) Problemas atuais
 8. A América de Entre-Guerras:
 - a) Estrutura política
 - b) Problemas econômicos
 - c) Influências internacionais
 9. Problemas da América Contemporânea:
 - a) Fundamentos históricos
 - b) Perspectivas atuais
 10. O Brasil e a América:
 - a) Evolução histórica
 - b) Perspectivas atuais.

GEOGRAFIA ECONÔMICA, POLÍTICA E HUMANA

1ª PARTE (2º SEMESTRE)

1. A Geografia como estudo da organização do espaço terrestre. O agente da organização: a população mundial.
 - 1.1 — Distribuição e crescimento da população mundial e suas causas.
 - 1.2 — Formas de organização econômica da população.
 - 1.3 — A população brasileira.

2. A Organização Agrária.
 - 2.1 — Particularidades da organização agrária.
 - 2.2 — Principais formas mundiais de organização agrária.
 - 2.3 — Características da agricultura brasileira.
3. A Organização Industrial.
 - 3.1 — Características e importância da organização industrial.
 - 3.2 — Tipos de indústrias. Sua produção mundial.
 - 3.3 — Implantação industrial no Brasil SE.
4. A Organização Comercial e os grandes mercados.
 - 4.1 — Características e tendências do comércio na época contemporânea e os grandes mercados.
 - 4.2 — Expansão de mercados no Brasil e transformações recentes no sistema de comercialização.

Seminários

- As grandes bacias carboníferas. Seu papel na expansão industrial e na atualidade.
- A indústria mundial do petróleo.
- Produção mundial de energia elétrica. O seu papel na industrialização da URSS.
- Importância da indústria madeireira no mundo.
- A siderurgia no mundo. A indústria siderúrgica na América Latina.
- A indústria têxtil. Confronto entre EE.UU. e Brasil.

Discussão sobre leituras obrigatórias

Les Pays Tropicaux — Pierre Gourou.
La Campagne — Pierre George.
O que aprendi no Brasil — Leo Waibel.

2ª PARTE (2º SEMESTRE)

- Bases físicas da Geografia Política e Econômica
- América Latina
- Brasil
- Aulas expositivas e discussão de leituras
- Grandes Unidades político-econômicas do Globo. Trabalho de grupo: 4-5 alunos:

 - 1) A Europa e as Bases Geográficas do Mercado Comum Europeu
 - 2) A União Soviética e o Comecon
 - 3) A China e o Sudeste da Ásia

- 4) Índia e Japão
- 5) África do Norte e o Oriente Médio
- 6) África tropical e subtropical

Leituras para discussão

- Teorias Geopolíticas — Fáblio Macedo Soares Guimarães.
- Desenvolvimento do Mercado Interno e Transformações recentes no sistema de abastecimento do Rio de Janeiro — Bertha K. Backer.

ECONOMIA

INTRODUÇÃO À ECONOMIA

1. O Sistema Econômico
 - Os fatores da produção
 - Os setores produtivos
 - A combinação de fatores, as unidades produtivas
 - O fluxo de bens e serviços; o fluxo de rendimentos
2. O Sistema Econômico, versão Ampliada
 - A produção — insumos e valor agregado
 - Produção Bruta e Produto
 - Quadro de relações inter-setoriais
 - Matriz integrada
 - O destino dos fluxos
 - Despesa em consumo e poupança
 - Investimento
3. Circulação
 - Os fluxos real e nominal
 - As empresas e as «famílias»
 - Esquema circulatório simples
 - Os mercados
 - Análise do dispêndio das famílias
 - Análise da constituição do Aparelho produtivo
 - Mercados e preços
 - Significado e funções dos preços
4. Relações com o Exterior
 - O significado das relações econômicas internacionais; suas «modalidades»
 - O esquema matricial para um modelo «aberto»
 - Oferta e Demanda finais no modelo «aberto»

Os movimentos de capitais

Capitais de empréstimo e de risco

Entrada e saída de rendimentos

Os capitais «compensatórios»

O índice de relações de Trocas

A capacidade para importar

O desenvolvimento econômico e o intercâmbio externo; algumas noções

O Balanço de Pagamentos

5. O Setor Público

O péso relativo do setor público; suas funções

A constituição do Governo vista por um prisma econômico

O Setor Público como produtor de bens e serviços

A matriz de relações inter-setoriais compreendendo o S.P.

O financiamento das atividades públicas

A tributação e o crédito público — A emissão

6. O sistema monetário-financeiro

As funções da moeda — suas origens

Significado e uso do crédito

A necessidade de recursos monetários

O coeficiente K_L , a velocidade da circulação e a hipótese quantitativa.

Bancos Comerciais

Banco Central

Intermediários Financeiros

7. A unidade produtora

Função de produção

Produtividade

As pré-condições — Capital Social Básico

Economias externas

O abastecimento da empresa; o escoamento da produção

Dependência «para trás» e «para frente»

O mercado para bens de consumo; bens intermediários e bens de capital

8. A repartição das rendas

A repartição funcional

A repartição «pessoal»

A apropriação do produto

Os instrumentos de ação do governo.

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Conceito e objeto do Direito Constitucional. Sua posição na enciclopédia jurídica e relações com as demais disciplinas. Direito Constitucional clássico e Direito Constitucional contemporâneo.
2. Conceito e objeto da Constituição. O Estado e suas formas. O Estado brasileiro, na Monarquia e na República.
3. Conceito e objeto do Governo. Formas de governo e de associação política. O Governo brasileiro, na Monarquia e na República.
4. Conceito e objeto do sufrágio. O sistema majoritário e o sistema da representação proporcional. Os partidos políticos e sua função no Estado hodierno.
5. A União, os Estados-membros e os Municípios no Brasil; relações e competência. A intervenção federal; natureza e técnica.
6. Os Poderes de União (Legislativo, Executivo e Judiciário) e suas relações. O sistema dos «freios e contrapesos».
7. O Poder Legislativo; organização e atribuições. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal.
8. O Poder Executivo (Presidente, Vice-Presidente e Ministros de Estado). Escolha, atribuições e responsabilidade.
9. O Poder Judiciário e sua composição (Justiça comum, Justiça militar, Justiça eleitoral e Justiça do trabalho). Garantias e vedações dos Juizes.
10. A Justiça dos Estados-membros e seus princípios informadores. O Ministério Público da União e dos Estados-membros; a sua organização e competência.
11. Nacionalidade, naturalidade e cidadania; conceito e distinção. O *jus sanguinis* e *jus soli* no Direito brasileiro. Aquisição, perda e reacquirição da nacionalidade e da cidadania.
12. Capacidade eleitoral ativa e passiva. Inelegibilidades e irregularidades. A Constituição Federal, as Emendas Constitucionais e os Atos Adicionais.
13. Direitos individuais constitucionais; breve histórico, natureza jurídica, técnica e sistemática.
14. As liberdades civis: igualdade jurídica, livre atividade, irretroatividade da lei e o *judicial control*.
15. As liberdades de expressão: livre manifestação do pensamento, proibição do anonimato, direito de resposta, livre divulgação de livros e periódicos, e sigilo da correspondência.
16. As liberdades religiosas: livre crença, livre culto, livre convivência religiosa, filosofia ou política, assistência religiosa às

fôrças armadas e em estabelecimentos de internação coletiva, e secularização dos cemitérios.

17. As liberdades corporativas: livre reunião, livre associação, livre atividade profissional e proibição de determinados partidos políticos ou associações.
18. As liberdades de domínio: livre domínio material (propriedade material), livre domínio imaterial (propriedade imaterial), e inviolabilidade domiciliar.
19. Garantias individuais constitucionais: breve histórico, natureza jurídica, técnica e sistemática.
20. As garantias criminais preventivas: legalidade da prisão, afiançabilidade da prisão, comunicabilidade da prisão, *habeas corpus*, plenitude e contraditoriedade da defesa, inexistência de foro privilegiado, inexistência de juizes e tribunais de exceção, legalidade do processo e da sentença, e o júri.
21. As garantias criminais repressivas: individualização da pena, personalização da pena, humanização da pena, inexistência de determinadas prisões civis, inexistência de extradição de brasileiro e inexistência de extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
22. As garantias tributárias: a legalidade do tributo e a legalidade da cobrança.
23. As garantias civis: mandado de segurança, assistência judiciária gratuita, rápido andamento dos processos administrativos, ciência aos interessados dos despachos e informações nesses processos, certidão para defesa de direito, certidão para esclarecimento de negócio administrativo representando contra abuso de autoridade com sua responsabilização e ação popular.
24. O direito de entrada, permanência e saída do estrangeiro do território nacional. O direito de expulsão.
25. Suspensão das garantias constitucionais: fundamento e breve histórico. O «estado de sítio»; compreensão e processo.
26. A ordem econômica e social. A livre iniciativa e a intervenção estatal.
27. A família, a educação e a cultura; princípios informadores.
28. As Forças Armadas e a segurança nacional. Serviço militar e zonas reservadas à defesa do país.
29. Os funcionários públicos e seu Estatuto.
30. Emendas à Constituição Federal; doutrina, histórico e técnica.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Conceito e objeto do Direito Administrativo. Sua posição na enciclopédia jurídica e relações com as demais disciplinas.

Conceito e objeto da administração pública. O ato administrativo e sua natureza.

2. Os contratos administrativos; natureza e fins. As concessões de serviço público; natureza e fins. As concorrências; natureza e fins.
3. O serviço público e sua execução. Serviço público centralizado e serviço público descentralizado. As Caixas Econômicas e os Bancos do Estado.
4. O regime jurídico da função pública. O provimento dos cargos públicos. Direitos e vantagens dos servidores públicos.
5. O regime disciplinar dos servidores públicos. O processo administrativo e sua técnica. O recurso hierárquico e o recurso ao Judiciário.
6. O Departamento Administrativo do Serviço Público; organização e atribuições. O Tribunal de Contas da União; organização e competência.
7. Bens públicos; conceito e classificação. Os terrenos de marinha e seus acrescidos. Terras devolutas e riquezas minerais.
8. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública e por interesse social; casos e seu processo. A requisição por necessidade da defesa ou da segurança nacional, e seu processo.
9. Atos discricionários; conceito e classificação. Atos políticos. Atos de império e atos de gestão.
10. O *police power* e sua compreensão. A Polícia e sua atividade específica (Polícia sanitária, Polícia de costumes, Polícia de profissões, Polícia de associações, Polícia urbana, Polícia rural, Polícia de construções e Polícia de estrangeiros).
11. A responsabilidade civil e penal dos servidores públicos. A responsabilidade do Estado pelos danos causados a terceiros por seus servidores.
12. A responsabilidade do Estado por danos resultantes de atos legítimos de soberania. A responsabilidade do Estado por danos decorrentes de calamidade pública e de atos da multidão.

DIREITO CIVIL

1. O Direito. Características do fenômeno jurídico. A norma jurídica, atributos. Elementos. Destinatário. Classificação.
2. O Direito Civil: conceitos. Parte Geral e Partes Especiais.

3. Fontes das normas jurídicas. A lei, os costumes, os princípios gerais de direito. A jurisprudência.
4. Interpretação da norma jurídica. A analogia.
5. A vigência da lei. A retroatividade da lei.
6. As pessoas. A pessoa física e a pessoa jurídica. Início e fim da personalidade. Classificação da pessoa jurídica.
7. A capacidade civil. O domicílio.
8. Os bens.
9. Os fatos e os atos jurídicos. Elementos do ato jurídico. Classificação. Os defeitos dos atos jurídicos: os vícios de vontade. A forma do ato jurídico.
10. As modalidades do ato jurídico: o termo, a condição, o encargo.
11. A validade do ato jurídico. Nulidade e anulabilidade.
12. Atos ilícitos. Elementos. Responsabilidade civil.
13. Prescrição e decadência.
14. O Direito das Coisas. Os direitos reais. A propriedade e a posse.
15. Os direitos reais limitados. Os direitos reais à substância e ao valor da coisa.
16. O direito das obrigações. Conceito e elemento de obrigação. Classificação e fontes das obrigações. Os contratos, os atos unilaterais e os atos ilícitos.
17. Os efeitos das obrigações. O pagamento. A cessão de créditos.
18. Os contratos. A compra e venda, a doação, a locação, o empréstimo, o depósito, o mandato, a sociedade, a parceria, o seguro, a fiança, a conta corrente e a abertura de crédito.
19. Obrigações por atos ilícitos.
20. O Direito de família. O casamento, celebração e efeitos do casamento. Relações de parentesco, alimentos.
21. Regimes de bens.
22. Validade do casamento. Dissolução da sociedade conjugal. O desquite.
23. Filiação. Legitimação. Reconhecimento. Adoção. Pátrio poder.
24. Tutela, curatela e ausência.
25. Direito das sucessões: conceito e espécies de sucessão. Herança e legado. Transmissão de herança. Aceitação e renúncia.
26. Herança jacente e herança vacante.
27. A sucessão legítima. Representação.
28. A sucessão testamentária. Conceito e espécies de testamento. Formalidades. Codicilos.

29. Herdeiros necessários. Redução. Substituições. Deserdanças; indignidade. Revogação dos testamentos.
30. Inventário e partilha.

2º ANO

PORTUGUÊS

Redação Oficial

FRANÇÊS

- 1) Elementos de correspondência diplomática, as fórmulas da nota, da carta; as fórmulas, as abreviaturas — Exercícios práticos de redações de cartas e notas.
- 2) Aperfeiçoamento geral do uso escrito da língua através de redação de um trabalho pessoal sobre um assunto escolhido pelo professor; estudo de uma obra literária: *La Peste* (Camus).
- 3) Exercícios de tradução instantânea de artigos de jornais franceses.
- 4) Uso oral da língua: exposições e debates sobre temas diplomáticos de economia e de ordem geral.

INGLÊS

Two class periods a week. Normally one of these will be devoted to oral work, and the other to written work.

1 — ORAL.

- a) Discussions and debates (generally informal) on current topics, sometimes in the form of interviews, press conferences, «Brains Trusts».
- b) Problems situations.
- c) Oral translation (Portuguese to English).
- d) Text discussion (language items, comprehensions).

2 — WRITTEN.

- a) Written work arising out of topics dealt with in the oral class, e.g. reports, expansion of notes, translation, etc.
- b) Detailed text study: comprehension, reproduction and transformation exercises.
- c) Note-making (and subsequent writing up).

- d) Group research projects.
- e) Social and diplomatic correspondence.

POLITICA INTERNACIONAL

Introduction

- 1 — Political science and the study of international relations.

Development of the nation-state system

- 2 — Antecedents of the Western state system.
- 3 — The emergence of the Western state system in Europe.
- 4 — Its transformation into a world system.

Nations and states

- 5 — Nations and the quest for national self-determination.
- 6 — Imperialism and decolonization.

Material factors affecting the position of states

- 7 — Population.
- 8 — Geography.
- 9 — Raw materials and productivity.

The goals of foreign policy

- 10 — The idea of national interest.
- 11 — The goal of security.
- 12 — The quest for peace and or stability.

Theories of international relations

- 13 — Normative and utopian theories.
- 14 — Scientific theories.

Conflicts and methods of adjustment

- 15 — Diplomacy and the harmonization of interests.
- 16 — International law and organization.
- 17 — New instruments of foreign policy.
- 18 — War.

Problems in contemporary world politics

- 19 — Security in a bipolar world.

Obs.: Esta matéria foi ministrada, no 1º semestre, em idioma inglês, pelo Professor William T. R. Fox, da Universidade de Columbia.

- 20 — Arms control and nuclear technology.
- 21 — The North-South problem: developing areas.

Exemplification

- 22 — Brazil in world politics.

ECONOMIA II

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- 1 — Teorias de Crescimento
 - a) Ricardo
 - b) Marx
 - c) Schumpeter
 - d) Post-Keynes
- 2 — Teorias Modernas para Explicar o Subdesenvolvimento
 - a) Circulo Vicioso do Subdesenvolvimento
 - b) Crescimento equilibrado e desequilíbrio
 - c) Desemprêgo disfarçado
 - d) População e desenvolvimento
- 3 — Problemas Técnicos do Desenvolvimento
 - a) Rigidez de fatores de produção
 - b) Economias externas
- 4 — Comércio Internacional e Problemas do Desenvolvimento
 - a) A relevância da teoria tradicional
 - b) A visão da CEPAL
 - c) Substituição de importação
- 5 — Inflação e Desenvolvimento Econômico
- 6 — Planejamento do Desenvolvimento Econômico
- 7 — Seminários.

RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS

1º SEMESTRE

Parte I — Teoria das Relações Internacionais

- 1. As transações econômicas internacionais: natureza e classificação. O Balanço de pagamentos: conceito, estrutura e condições de equilíbrio. *Deficit* e *superavit* no balanço de pagamentos e seu financiamento. Endividamento externo. Balanço de pagamentos e renda nacional. Estrutura do balanço de pagamentos do Brasil.

2. A taxa do câmbio. Meios de pagamento e compensação internacional. Oferta e procura de divisas estrangeiras. Mecanismo geral de determinação da taxa de câmbio. Casos especiais: sistemas do padrão-ouro e dos Fundos de Estabilização de Câmbio.
3. Teoria do comércio e da especialização internacional. A teoria estática do comércio: sentido, alcance, exame crítico da teoria. Qualificações de natureza dinâmica à teoria e tentativas de sua reformulação. Comércio internacional e desenvolvimento econômico. Análise comparativa da composição do comércio exterior e do processo de desenvolvimento econômico do Brasil.
4. Movimentos internacionais de capital: natureza, modalidades e mecanismos de transferência. Teoria clássica e moderna do mecanismo de transferência. Movimentos de capital e estágios de desenvolvimento econômico. O capital estrangeiro no Brasil.
5. Desequilíbrio do balanço de pagamentos e sua correção. Modalidades de desequilíbrio (estacional, cíclico e estrutural) e suas causas. Mecanismos de correção: a) sistemas de taxas de câmbio estáveis, com ajustamento através de variações nos níveis dos preços e da renda: a interpretação clássica do processo de ajustamento e suas deficiências; aplicação da teoria da renda à interpretação do processo de ajustamento: o multiplicador do comércio exterior; b) sistemas de taxas livres e flexíveis: a Teoria da Paridade do Poder de Compra e a taxa de câmbio de equilíbrio; a interpretação «Marshalliana», o jogo das elasticidades-preço, a condição «Marshall-Lerner» e efeitos da depreciação cambial; integração das duas interpretações e teoria objetiva da depreciação cambial. O problema do desequilíbrio cambial no Brasil e sua interpretação.

Parte II — Política internacional

1. Evolução do liberalismo para o nacionalismo e o protecionismo econômico no Mundo e no Brasil. O debate entre livre-cambistas e protecionistas. O desequilíbrio econômico internacional, a preo-

- cupação com a industrialização e o desenvolvimento econômico e a afirmação do protecionismo.
2. Instrumentos de controle do comércio exterior: a tarifa aduaneira, os controles quantitativos, o controle cambial e outras modalidades de intervenção do Estado no comércio internacional: sua natureza e efeitos econômicos.
 3. Cartéis, Acórdos Internacionais sobre mercadorias e comércio estatal.
 4. Acórdos comerciais e Acórdos de pagamentos: sua natureza, modalidades e técnica. Bilateralismo e Multilateralismo. União Aduaneira e União de Pagamentos. O Acórdo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e seu alcance. A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento e os países subdesenvolvidos.
 5. Análise da evolução da política econômica internacional do Brasil: a) a política aduaneira e de acórdos comerciais; b) a política cafeeira e de outros produtos básicos de exportação; c) a política cambial; d) a política de capital estrangeiro. Efeitos sobre a composição e direção do comércio exterior e sobre o processo de industrialização e desenvolvimento econômico do país.
 6. A Cooperação Econômica Internacional no Após Guerra: a) antecedentes; b) agências e programas internacionais de cooperação econômica: o Fundo Monetário Internacional, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), a Organização Europeia de Cooperação Econômica (O.E.C.E.), o Ponto IV, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a «Aliança para o Progresso». Outros programas de assistência econômica e técnica.
 7. Constituição de grandes blocos econômicos e tendências para a integração econômica internacional: a C.E.C.A. e o Mercado Comum Europeu. Integração Econômica de Países Socialistas Europeus (Comercon). Áreas de livre comércio: a Associação Europeia de Livre Comércio (AELC), a Área Centro-Americana de Livre Comércio (ACALC) e a Associação Latino-

Americana de Livre Comércio (ALALC). A economia brasileira e o processo de integração econômica internacional.

2º SEMESTRE

I — *Política Comercial — aspectos internos:*

Tarifas

Outras restrições ao comércio
Controle cambial.

II — *Política Comercial — aspectos internacionais:*

Acordos de pagamentos.

Acordos de mercadorias: café
açúcar
cacau

GATT — Acordo Geral de Tarifas e Comércio.

III — *Integração Econômica Regional*

Problemas das uniões aduaneiras
Mercado Comum Europeu
Área Européia de Livre Comércio
Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

IV — *Situação Monetária Internacional*

O Problema da liquidez internacional.

DIREITO COMERCIAL

1. Fontes do direito comercial.
2. O comerciante.
3. O estabelecimento comercial.
4. O Registro do Comércio.
5. Emprêzas de depósito.
6. Emprêzas e instituições de crédito.
7. Emprêzas de seguro privado e de capitalização.
8. Bólsas, corretores e leiloeiros.
9. Sociedades comerciais: conceito e tipos.
10. Sócios e órgãos das sociedades.
11. Transformação, fusão e incorporação.
12. Dissolução e liquidação.
13. Sociedade em nome coletivo.
14. Sociedade por quotas, de responsabilidade limitada.

15. Sociedades anônimas.
16. Sociedades com participação do Estado.
17. Sociedade em conta de participação.
18. Mercado de capitais.
19. Direito da Navegação: conteúdo.
20. Conceito e natureza jurídica do navio e da aeronave.
21. Formas de explorações do navio e da aeronave.
22. Funções do capitão ou comandante.
23. Limitação da responsabilidade no transporte marítimo.
24. Limitação da responsabilidade no transporte aéreo.
25. Cláusulas CIF, FOB e FAS.
26. O Conhecimento de transporte.
27. A cláusula de não indenizar ou de irresponsabilidade.
28. Falência: conceito e princípios fundamentais.
29. Falências: pressupostos.
30. Concordatas: conceito e espécies.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. Direito Internacional Privado e Direito Intertemporal.
2. Conflito de leis no espaço — Diversidade legislativa: internacional, interestadual, interprovincial.
3. Solução dos conflitos de leis no espaço — DIP — Direito Uniforme e Direito Comparado.
4. Definição do DIP — Divisão do objeto do DIP. Impropriedade do nome DIP.
5. Fontes do DIP; internacionais e internas. Relevância da jurisprudência e da doutrina — Conflitos entre as diversas fontes.
6. Natureza das normas do DIP. Regras unilaterais e bilaterais.
7. Divergência espacial de normas do DIP: teorias da renúncia e da devolução.
8. Divergência temporal das normas do DIP. Conflitos de qualificação.
9. Dos elementos de conexão. Conflitos sobre sua determinação.
10. Nacionalidade. Princípios gerais. Pessoas naturais. Nacionalidade de origem. Aquisição. Lugar do nascimento. Filiação e casamento. Prova da nacionalidade de origem. Ação declaratória.
11. Naturalização. Espécies. Condições. Processo. Efeitos. Revogação.

12. Perda da nacionalidade. Reaquisição da nacionalidade.
13. Pluralidade e ausência de nacionalidade.
13. Nacionalidade e Serviço Militar no direito brasileiro. Serviço Militar dos brasileiros residentes no Brasil e no estrangeiro. Casos de conflitos de nacionalidade. Fraude à lei. Nacionais no serviço estrangeiro e estrangeiro no serviço nacional.
14. Domicílio. Aquisição. Domicílio de origem. Domicílio necessário. Domicílio voluntário. Domicílio especial. Prova de domicílio. Mudança de domicílio. Perda e reaquisição do domicílio. Pluralidade e falta de domicílio. Residência.
15. Autonomia da vontade. Outros elementos de conexão: território, foro, religião, raça, etc. Efeitos da mudança dos elementos de conexão.
16. Condição dos estrangeiros no Brasil. Entrada no território nacional. Imigração. Facilidades e restrições. Recursos administrativos e judiciários.
17. Expulsão. Casos. Processo. Recursos. Efeitos.
18. Direitos e deveres em geral. Direitos políticos, direitos públicos não políticos e direitos privados.
19. Regime especial das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado. Nacionalidade. Domicílio. Reconhecimento. Funcionamento.
20. Aplicação da lei estrangeira. Conhecimento e prova da lei estrangeira.
21. A ordem pública. A fraude à lei.
22. Aplicação indireta. A teoria dos direitos adquiridos.
23. Direito Civil internacional. Personalidade. Capacidade de direito. Capacidade de fato. Luta entre os princípios da nacionalidade e do domicílio. Solução do direito brasileiro.
24. Atos jurídicos. Vícios do consentimento. Forma. Prescrição.
25. Direito de Família. Conflitos de leis pessoais. Do casamento. Impedimentos. Forma.
26. Relações pessoais dos cônjuges. Regime de bens do casamento.
27. Desquite, divórcio e anulação do casamento.
28. Relações jurídicas entre pais e filhos. Constituição, efeitos e extinção ou suspensão. Alimentos. Tutela e Curatela.
29. Direitos das Coisas.
30. Direitos das Obrigações. Substâncias e efeitos. Modalidades da execução. Da cláusula ouro. Das dívidas em moeda estrangeira simples e «aparentes». Dívidas em moedas estrangeiras e taxa de conversão.
31. Direito das sucessões.

32. Direito marítimo e aéreo internacional.
33. Direito Penal Internacional — Territorialidade e Extra-territorialidade das Leis Penais.
34. Direito processual civil internacional. Competência — Forma do Processo. Rogatórias. Homologação de sentenças estrangeiras.
35. Da cooperação internacional nos processos criminais. Da extradição internacional.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

I — Introdução.

1. Conceitos e terminologia.
2. A comunidade não organizada dos Estados.
3. Natureza das relações interestatais.
4. Formação e evolução do Direito Internacional.
5. Progressos da ciência e tecnologia. Explosão demográfica. Irrupção do homem no Direito Internacional.
6. Luta pelo desenvolvimento econômico e justiça social. Conflito ideológico. Coexistência pacífica.
7. Proliferação de Estados e de organizações internacionais.
8. Liberação da energia nuclear e conquista do espaço exterior. Desafio ao direito antropocêntrico. Hipótese de um Direito Inter Gentes Planetárias.
9. Função do direito na comunidade universal. Conceito do Direito Internacional.

II — Organização Jurídica da Sociedade Internacional.

1. Antecedentes. Independência e interdependência dos Estados. As duas ordens jurídicas.
2. Nações Unidas. Membros. Bases da Carta. Propósitos.
3. Princípios. Natureza constitucional.
4. Assuntos da competência nacional (art. 2º nº 73). Determinação pelo D.I. do âmbito de eficácia da norma interna.
5. Órgãos, a Corte e o Secretariado. Emendas à Carta.
6. Organismos especializados.
7. Organização dos Estados Americanos. Princípios e estrutura.

8. Outras organizações regionais.
9. Universalização da ONU, voto ponderado, jurisdição internacional obrigatória e força policial supranacional.

III — *Natureza do Direito Internacional.*

1. Estrutura da norma interestatal. D.I. geral e particular, comum e consensual. *Jus cogens*.
2. Força obrigatória do Direito Internacional. Teorias jusnaturalistas, voluntaristas e objetivas.
3. Validade do art. 2º nº 6 da Carta da ONU.
4. Peculiaridades da norma internacional quanto à:
 - a) elaboração; b) aplicação judicial; c) execução coativa.
5. Relação entre a norma internacional e a interna.
6. Dualismo e monismo. Primado da norma internacional.
7. Textos convencionais e prática consuetudinária dos Estados nessa matéria.
8. Principais sistemas constitucionais.

IV — *Fontes do Direito Internacional.*

1. Conceito. Fonte material e formal.
2. Art. 38 nº 1 do Estatuto da CIJ.
3. Convenção internacional. *Pacta sunt servanda*.
4. Prática consuetudinária dos Estados.
5. Princípios gerais de direito.
6. Precedente judicial e doutrina dos publicistas.
7. Resolução de organização internacional.
8. Codificação. Obra da Comissão de Direito Internacional da ONU.

V — *Sujeitos de Direito Internacional.*

1. Estado. Elementos constitutivos.
2. Soberania (art. 2º nº 1º da Carta da ONU).
3. Estrutura do Estado.
4. Reconhecimento de Estado e de Governo.
5. Territórios sem governo próprio. Mandato. Tutela. Aquisição de independência.
6. Sucessão de Estados.
7. Personalidade das organizações internacionais.
8. Indivíduos e outros sujeitos.

VI — *Atos Jurídicos Internacionais.*

1. Atos unilaterais. Tratado-lei e tratado-contrato.
2. Convenções e projetos sobre Direito dos Tratados.
3. Capacidade. Estado e Organização Internacional. *Treaty-making power*.
4. Celebração, ratificação, vigência e registro.
5. Validade: consentimento, objeto e forma.
6. Reservas.
7. Interpretação, execução e efeitos. Incorporação ao direito interno.
8. Revisão e terminação.

VII — *Direitos e Deveres do Estado.*

1. Independência. Auto-determinação.
2. Exercício da competência, inclusive jurisdicional.
3. Igualdade jurídica.
4. Legítima defesa.
5. Não intervenção e ação coletiva.
6. Outros deveres básicos.

VIII — *Competência do Estado.*

1. Fatores determinantes: espaço, pessoas e outros. Âmbito da eficácia territorial da norma interna.
2. Elementos do território. Natureza da autoridade do Estado sobre cada elemento. Atos de império. Problemas terminológicos.
3. Território terrestre. Estabelecimento e perda de competência. Limites. Zonas polares.
4. Território equóreo. Zona contígua. Plataforma continental.
5. Alto Mar. Competência relativa à navegação, pesca, outras utilizações econômicas e cabos submarinos. Testes nucleares e usos bélicos. Polícia do alto mar e repressão da pirataria e tráfico de escravos.
6. Território aéreo. Competência relativa ao espaço aéreo não abrangido nos territórios estatais.
7. Espaço exterior e corpos celestes. Internacionalização.
8. Competência extraterritorial, pessoal ou por outro título.

IX — *Órgãos das Relações Internacionais.*

1. Chefe de Estado. Atribuições do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.
2. Ministro das Relações Exteriores e outros órgãos.
3. Relações e imunidades diplomáticas.
4. Congressos e conferências. Diplomacia parlamentar.
5. Relações e imunidades consulares.
6. Bens e serviços do Estado no estrangeiro. Doutrina dos Atos de Estado.
7. Organizações internacionais em suas relações externas.
8. Imunidades e privilégios das organizações internacionais.

X — *O Indivíduo no Direito Internacional.*

1. Distinção entre homem e súdito.
2. Nacionalidade. Aquisição, pluralidade e perda. Nacionalidade da sociedade privada.
3. Proteção diplomática do nacional.
4. Estrangeiro. Entrada e expulsão. Direitos e restrições. Bens e inversões estrangeiros.
5. Apátrida. Refugiado.
6. Responsabilidade do indivíduo no Direito Internacional. Genocídio.
7. Extradição.

XI — *Proteção Internacional dos Direitos Humanos.*

1. Equiparação do estrangeiro ao nacional. Antecedentes. Minorias. Trabalhadores (OIT).
2. Defesa de nacionais e estrangeiros contra abusos do Estado. Pressupostos. Carta da ONU e OEA.
3. Declarações Americana e Universal.
4. Tratado de Roma, 1950 e protocolos adicionais. Carta Social da Europa.
5. Órgãos de execução. Prática interamericana.
6. Direito de petição e acesso a jurisdição internacional.
7. Convenções especiais (Direitos da mulher, escravidão, trabalho forçado, discriminação, asilo e outras).
8. Relação entre direitos humanos e democracia representativa.

9. Projetos de pactos da ONU. Projeto de Convenção Interamericana.

XII — *Responsabilidade Internacional.*

1. Fundamentos: dever de reparar, abuso de direito ou teoria da boa-fé.
2. Ação ou omissão violadora do Direito Internacional. Atos do Legislativo, Executivo, Judiciário e fatos de particulares.
3. Imputabilidade. Causas excludentes da responsabilidade.
4. Denegação de justiça, negligência e violação de direito adquirido.
5. Reclamação diplomática. Esgotamento dos recursos internos. Capacidade e nacionalidade do reclamante.
6. Danos causados por uso da energia nuclear ou do espaço exterior.
7. Reparação do dano.
8. Responsabilidade das organizações internacionais.

XIII — *Cooperação Internacional.*

1. Da assistência à institucionalização da cooperação. Dever estatal (art. 1º nº 3 da Carta da ONU).
2. Comércio e tarifas. Finanças. Órgãos.
3. Desenvolvimento econômico. Ajuda técnica. Órgãos.
4. Alimentação e agricultura. FAO.
5. Higiene e saúde. Órgãos.
6. Educação e cultura. Órgãos.
7. Ciência e tecnologia. Usos pacíficos da energia nuclear. Salvaguardas.
8. Repressão da criminalidade. Delitos internacionais. Convenções e órgãos.
9. Administração da Justiça. Rogatórias, homologação de sentença estrangeira. Exequatur. Convenções.

XIV — *Comunicações Internacionais.*

1. Vias terrestres, fluviais, marítimas e aéreas. Liberdade de circulação e comunicação. Direito de passagem inofensiva.
2. Convenções sobre circulação por estrada e ferrovia.
3. Principais convenções sobre rios, canais e estreitos internacionais. Tratados e legislação do Brasil.

4. Aproveitamento industrial dos rios internacionais.
5. Alto mar. Navios e estações. Regime da navegação: Segurança da vida no mar.
6. Regime do espaço aéreo. Aeronaves. Convenção de Chicago, 1944 e as posteriores OACI.
7. Regime do espaço exterior. Foguetes e naves espaciais. Assistência a astronauta. Comunicações interplanetárias e problemas jurídico-internacionais.
8. Correio UPU. Telecomunicações. Repartições de frequência UIT. Satélites de comunicação.

XV — *Integração Econômica.*

1. Relação entre comércio internacional, segurança regional, ideologia política, desenvolvimento econômico e justiça social.
2. Fenômeno integracionista e seu impacto sobre o DI.
3. Integração europeia. CEEA, Mercado Comum e Euratom. Tratados de Roma, 1957. Estrutura institucional. Direito comunitário. Harmonização das legislações.
4. Integração centro americana. Antecedentes. Tratados e convenções integracionistas.
5. ALALC. Tratado de Montevideu, 1960. Objeto e estrutura. Lacunas. Evolução.
6. Integração latino americana. Subdesenvolvimento. Carta de Punta del Este. Aliança para o Progresso. Reforma da Carta da OEA.
7. Projetos de integração geral da América Latina. Integração jurídica.

XVI — *Solução Pacífica das Controvérsias.*

1. Natureza da controvérsia jurídica e distinção do conflito político.
2. Negociação, bons ofícios e mediação.
3. Investigação e conciliação.
4. Solução através de organização internacional.
5. Arbitragem. Natureza e forma arbitral. Corte Permanente de Arbitragem. Processo. Efeitos do laudo. Convenções vigentes.
6. Solução judiciária. Corte Internacional de Justiça. Arts. 92 a 96 da Carta da ONU. Estatuto anexo.

7. Competência contenciosa e consultiva. Cláusula facultativa. Processo. Execução das decisões.
8. Outras côrtes internacionais.

XVII — *Segurança Coletiva e uso da força.*

1. Limitações do *ius ad bellum*. Pacto Briand-Kellog. Guerra crime. Interdição do uso da força (art. 2º nº 4 da Carta da ONU).
2. Segurança internacional. Ameaça à paz. Medidas não coercitivas (arts. 39 a 41). Emprêgo de forças aéreas, navais ou terrestres (arts. 42 a 50).
3. Legítima defesa. Conceito de ataque armado. Limite ao exercício (art. 51).
4. Organismos regionais e ação coletiva (arts. 52 a 54).
5. Casos de uso da força pela ONU. As operações preventivas ou asseguratórias da paz. Custeio e aplicação do art. 19 da Carta. Força Interamericana de Paz.
6. *Jus in bello*. Convenções. Violações.
7. Neutralidade. Direitos dos beligerantes e neutros.
8. Testes nucleares. Tratado de Moscou, 1963. Illegitimidade das armas nucleares. Necessidade da sua proscrição absoluta.
9. Projetos de desarmamento. Requisitos de viabilidade jurídica.

PRÁTICA CONSULAR

I — *Introdução.*

1. Importância do Serviço Consular
2. Resumo histórico
3. Definição de Cônsul
4. Categoria dos funcionários consulares.

II — *Dos Funcionários Consulares Brasileiros.*

1. Remoção para o pôsto — providências
2. Chegada ao pôsto — providências
3. Funções, atribuições, incompatibilidades
4. Isenções, imunidades e prerrogativas
5. Férias, licenças e aposentadoria
6. Deveres, obrigações e remuneração
7. Dos Cônsules e Vice-Cônsules honorários.

III — Da Repartição Consular.

1. Abertura de um Consulado
2. Passagem da direção de um Consulado
3. Organização do arquivo
4. Emolumentos consulares, estampilhas e renda
5. Prestações de contas
6. Verbas: recebimento e prestações de contas
7. Correspondência.

IV — Das Relações Comerciais.

1. Serviço de propaganda e expansão comercial
2. Intercâmbio comercial
3. Intensificação do intercâmbio comercial
4. Divulgação de dados estatísticos
5. Relatórios comerciais e financeiros
6. Remessa anual de dados relativos à importação
7. Investimento de capitais
8. Propaganda: feiras, exposições produtos brasileiros
9. Fiscalização dos produtos brasileiros nos mercados importadores
10. Fiscalização dos produtos importados pelo Brasil.

V — Da Proteção dos Nacionais.

1. Nacionalidade brasileira: opção, perda e reaquisição
2. Matrícula
3. Processo inventário, heranças, prisão
4. Repatriação
5. Alistamento militar
6. Registro, nascimento. Casamento. Inventário.

VI — Dos Passaportes e Vistos.

1. Tipos de passaportes, concessão de passaportes
2. Vistos em passaportes estrangeiros.

VII — Das Faturas Comerciais.

1. Faturas consulares: divulgação, modelos, vias, etc.
2. Legalização. Visto
3. Emolumentos
4. Certificado de origem. Certificado fitosanitário.

VIII — Das Licenças de Importações.

1. Licenças e Certificados de Cobertura Cambial
2. Categoria geral e especial
3. Aditivos.

IX — Do Despacho de Embarcações.

1. Embarcações brasileiras
2. Embarcações estrangeiras
3. Documentos necessários
4. Manifesto de carga: tipos diversos
5. Legalização dos Manifestos
6. Serviço extraordinário no despacho de embarcações
7. Manifestos de armas e explosivos
8. Conhecimentos de cargas
9. Despacho de embarcações de recreio
10. Navios de guerra
11. Conferência Internacional para Facilitação de Viagens e Transportes Marítimos.

X — Do Despacho de Aeronaves.

1. Facilidades. Convenção da I.C.A.O.
2. Declaração Geral. Decreto 49.621-B
3. Conhecimento aéreo.

XI — Do Despacho de Caminhões.

1. Manifesto, legalização
2. Conhecimentos
3. Acórdos com Argentina, Uruguai e Paraguai.

XII — Dos Atos Notariais.

1. Casamento, nascimento, óbito, inventário, testamento, mandato e procuração
2. Reconhecimento de assinatura
3. Escrituras de formação e dissolução de sociedades
4. Hipotecas.

XIII — Das Atribuições Consulares Relativas à Navegação.

1. O Cônsul como Capitão do Porto
2. Deveres e atribuições
3. Inquéritos sobre acidentes
4. Cerimonial das Marinhas Mercante e de Guerra
5. Honras e visitas oficiais
6. Mudança de bandeira.

XIV — Convenção sobre Relações Consulares.

1. Histórico. Princípios gerais
2. Finalidades.

PRÁTICA DIPLOMÁTICA

- I — Conceito de diplomacia. Objetivos da diplomacia. Evolução da diplomacia através dos tempos.
- II — Órgãos das Relações Diplomáticas
 - a) Soberanos ou chefes de Estado;
 - b) Ministro das Relações Exteriores;
 - c) Ministério das Relações Exteriores.
- III — A Missão diplomática — categorias, estrutura e funcionamento. A criação da Missão diplomática e sua extinção.
- IV — O Agente diplomático
 - a) Nomeação do Agente diplomático. Cartas credenciais;
 - b) As qualidades de um bom diplomata. A escola e a tradição;
 - c) Classificação dos Agentes diplomáticos. O Corpo Diplomático.
- V — Deveres e atribuições do Agente diplomático; privilégios e imunidades. A inviolabilidade.
- VI — Protocolo e cerimonial — Normas de cerimônia a serem seguidas pelo Agente diplomático. Precedência.
- VII — A Diplomacia Parlamentar e os Organismos Internacionais.
- VIII — Evolução histórica da Chancelaria brasileira.
- IX — A organização atual do Ministério das Relações Exteriores e as reformas por que passou.
- X — Congressos e Conferências — A Diplomacia Parlamentar.

LEGISLAÇÃO

LEI Nº 5.131 — DE 1º DE OUTUBRO DE 1966

Altera a Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, que reorganiza o Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, que reorganiza o Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I — O art. 5º é acrescido do seguinte:

«11 — Instituto Rio-Branco»;

II — Os §§ 1º e 2º do art. 11 passam a vigorar como art. 10 e seu parágrafo único, respectivamente;

III — é revogado o disposto no «caput» do art. 11;

IV — o art. 10 passa a vigorar como art. 11;

V — o «caput» do art. 12 passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 12 — Os Departamentos de Administração, Consular e de Imigração e o de Assuntos Jurídicos compreenderão Divisões e Serviços Funcionais».

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

HUMBERTO CASTELLO BRANCO
Pio Corrêa

DECRETO Nº 59.167, DE 1º DE SETEMBRO DE 1966

Altera o Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto nº 54.130, de 13 de agosto de 1964.

O Presidente da República,
usando da atribuição que lhe confere o art. 87, nº I, da Constituição,

Decreta:

Art. 1º. Acrescentem-se ao art. 7º do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto nº 54.130, de 13 de agosto de 1964, os seguintes parágrafos:

«§ 3º — Uma comissão, composta de três membros designados pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, entrevistarà cada candidato e efetuarà a investigação a que se referem os §§ 1º e 2º d'este artigo.

«§ 4º — Como base nos resultados dos exames, da investigação e da entrevista, de que tratam este artigo e seus parágrafos, a Comissão emitirá, a respeito de cada candidato, parecer sobre sua aptidão para a carreira diplomática e sobre a conveniência de sua admissão às provas vestibulares finais.

«§ 5º — Se a Comissão concluir contrariamente à admissão do candidato, o Diretor do Instituto Rio-Branco submeterà o respectivo expediente, com o seu parecer, à decisão do Ministro de Estado das Relações Exteriores. De igual forma procederà o Diretor nos casos em que discordar de conclusão favorável da Comissão».

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 1º de setembro de 1966, 145º da Independência e 78º da República.

HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO

Juracy Magalhães.

DECRETO Nº 59.665, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1966

Altera o Regulamento do Instituto Rio-Branco, do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto nº 54.130, de 13 de agosto de 1964, e modificado pelo Decreto nº 59.167, de 1º de setembro de 1966.

O Presidente da República,
usando da atribuição que lhe confere o Art. 87, item b, da Constituição,

Decreta:

Art. 1º As alíneas d e f do Art. 6º do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto nº 54.130, de 13 de agosto de 1964, e modificado pelo Decreto nº 59.167, de 1º de setembro de 1966, passam a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 6º

d) ter idoneidade moral, apresentando fôlha corrida e atestado de antecedentes;

f) ter concluído, pelo menos, a segunda série de curso de graduação de escola superior, oficial ou reconhecida; ou ainda apresentar diploma expedido por escola superior, oficial ou reconhecida, ou de universidade estrangeira, neste caso submetido à revalidação no Brasil».

Art. 2º Acrescente-se o seguinte parágrafo ao Art. 6º do referido Regulamento do Instituto Rio-Branco:

«Art. 6º

Parágrafo único — Por ocasião da inscrição no Exame Vestibular, considerar-se-á preenchido o requisito da alínea f se o candidato apresentar atestado de matrícula na segunda série de curso de graduação de escola superior, oficial ou reconhecida; a apresentação de atestado de conclusão daquela série acadêmica será, entretanto, condição essencial para a efetivação da sua matrícula no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata».

Art. 3º Para a inscrição no Exame Vestibular de 1967, considerar-se-á preenchido o requisito da alínea f do Art. 6º do Regulamento do Instituto Rio-Branco se o candidato apresentar atestado de matrícula na primeira série de curso de graduação de es-

cola superior, oficial ou reconhecida; sua matrícula no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no ano letivo de 1968, ficará, porém, condicionada à apresentação de atestado de conclusão daquela série acadêmica.

Parágrafo único — Para a matrícula no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no ano letivo de 1967, observar-se-ão os requisitos vigentes por ocasião da inscrição no Exame Vestibular de 1966.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 5 de dezembro de 1966, 145º da Independência e 78º da República.

HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO
Manoel Pío Corrêa

Publicado no *Diário Oficial* de 6 de dezembro de 1966.

PORTARIA Nº 3, DE 10 DE MARÇO DE 1966

O Diretor do Instituto Rio-Branco, usando das atribuições que lhe confere o art. 11, inciso VIII, do Regimento do referido Instituto, aprovado pelo Decreto nº 24.883, de 28 de abril de 1948,

considerando que a finalidade do Exame de Seleção Prévia é selecionar candidatos aptos a prestarem as Provas Vestibulares finais;

considerando que entre cada Exame de Seleção Prévia nunca decorre período superior a um ano, havendo assim uma proximidade relativa, no tempo, entre um e outro;

Resolve:

1. Os candidatos aprovados no Exame de Seleção Prévia ficarão dispensados de repeti-lo no ano subsequente, resguardados os limites de idade, previstos nas Instruções que regulam tal exame.
2. Para os candidatos que nos Exames Vestibulares anteriores, a partir de outubro e novembro de 1963, tenham sido aprovados nas três línguas — Português, Francês e Inglês — a dispensa da repetição do Exame de Seleção Prévia só será válida para o próximo Vestibular de 1966.
3. Ficam revogadas as disposições anteriores sobre o assunto.

Rio de Janeiro, em 10 de março de 1966.

A. Camillo de Oliveira

PORTARIA Nº 15, DE 26 DE JULHO DE 1966

O Diretor do Instituto Rio-Branco, usando das atribuições que lhe confere o art. 25, § 2º, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto nº 54.130, de 13 de agosto de 1964, e

Considerando que a assiduidade e pontualidade dos alunos e a sua efetiva participação nos trabalhos escolares são condições essenciais para o aproveitamento nos cursos do Instituto Rio-Branco,

Resolve:

Baixar as seguintes instruções sobre a frequência no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

I — Só poderão comparecer aos exames finais os alunos que tenham assistido efetivamente a 85% das aulas;

II — Qualquer atraso será considerado falta; para a primeira aula será concedida uma tolerância de dez minutos, até quatro vezes por mês;

III — Os alunos que tiverem mais de 15% de faltas terão sua matrícula trancada, sendo-lhes concedida nova matrícula, uma só vez e no ano letivo imediato;

IV — Fica revogada a Portaria nº 5, de 25 de março de 1959.

Rio de Janeiro, em 26 de julho de 1966.

Antonio Corrêa do Lago

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA EXAME VESTIBULAR

EDITAL

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que estarão abertas, do dia 16 de maio ao dia 30 de junho, as inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

O Exame Vestibular e a prova de Seleção Prévia, que lhe precederá, obedecerão às instruções e ao programa que acompanham o presente Edital.

As provas de Seleção Prévia realizar-se-ão nos dias 21 e 22 de julho vindouro, à mesma hora, em Brasília, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. Seu

resultado, do qual não caberá recurso, será tornado público até o dia 16 de agosto de 1966.

Se o número de candidatos habilitados à prestação de provas numa das referidas capitais não justificar a constituição de uma Comissão Examinadora *in loco*, o Ministério das Relações Exteriores se reserva o direito de transferi-los para outra capital em que se realize o exame, nesse caso, as despesas de transporte e alojamento correrão por conta do candidato.

Os candidatos aprovados no Exame de Seleção Prévia deverão solicitar inscrição no Vestibular, apresentando toda a documentação exigida, nas seguintes datas: até 26 de agosto, os que prestaram exame no Rio de Janeiro, até 31 de agosto, os que prestaram exame nas outras capitais.

As provas intelectuais do Exame Vestibular realizar-se-ão no Rio de Janeiro, nos meses de outubro e novembro de 1966.

É fixado em 20 o número de vagas a serem providas pelos candidatos aprovados nesse exame, os quais serão aproveitados rigorosamente de acordo com a ordem de classificação.

Será mantido o currículo de dois anos para os alunos que se matricularem no primeiro ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata de 1967.

Rio de Janeiro, em 12 de maio de 1966.

A. CAMILLO DE OLIVEIRA

CIRCULAR Nº 1

Regime escolar do 1º e 2º ano do C.P.C.D. em 1966

O Diretor do Instituto Rio-Branco cumprimenta os Senhores Professores e Alunos do 1º e 2º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e lhes comunica que, de acordo com a legislação vigente e as instruções baixadas, o regime escolar obedecerá, no ano letivo de 1966, às seguintes normas:

I — Ano Letivo:

O ano escolar compreenderá dois períodos de 16 semanas cada um: o primeiro estender-se-á de 7 de março a 24 de junho. As provas parciais e finais desse período deverão realizar-se a partir de 27 de junho, seguindo-se um período de férias. O segundo período letivo estender-se-á de 1º de agosto a 18 de novembro, quando terão início as provas finais.

II — Distribuição de matérias e horários:

A distribuição das matérias do ano letivo obedece ao plano anexo. Nas aulas de Francês e Inglês, as turnas poderão ser divididas, de acordo com a orientação do professor, e será obrigatório o sistema de debates orais sobre assuntos internacionais.

III — Frequência:

Só poderão comparecer às provas finais os alunos que tiverem assistido efetivamente a 90% das aulas. Qualquer atraso será considerado falta; para a primeira aula será concedida uma tolerância de 10 minutos. Os alunos que tiverem mais de 10% de faltas terão sua matrícula cancelada, sendo-lhes concedida nova matrícula, uma só vez e no ano letivo imediato (Portaria do Diretor, nº 5, de 25 de março de 1959).

IV — Regime de provas e exercícios escolares:

Para as matérias lecionadas em dois períodos, haverá uma prova parcial no fim do primeiro período e uma prova final no fim do segundo período. Para as matérias lecionadas em um só período, haverá apenas uma prova final no fim do período. As provas parciais e finais serão escritas. Para Francês e Inglês, haverá também uma prova oral no fim do segundo período. Para cada matéria, haverá o mínimo de 1 (um) exercício por período. (Portaria Ministerial nº 3, de 1º de abril de 1963).

V — Regime de notas:

As notas das provas e dos exercícios escolares serão atribuídas na escala de 0 (zero) a 100 (cem). A nota final de cada matéria será a média ponderada das notas da prova final, da prova parcial (se for o caso) e da média dos exercícios escolares, adotando-se os seguintes pesos:

I — Matérias lecionadas em um só período: a) nota da prova final: peso 5; b) média aritmética das notas dos exercícios escolares: peso 3; II — Matérias lecionadas durante todo o ano letivo: a) nota da prova final: peso 4; b) nota da prova oral: peso 2; c) nota da prova parcial: peso 3; d) média aritmética das notas dos exercícios escolares: peso 3. (Portaria Ministerial de 27 de novembro de 1963). A média global do ano é igual a soma das notas finais divididas pelo número de matérias. A nota final

do curso será igual à média ponderada das médias globais anuais, em cujo cômputo a média final do Exame Vestibular entrará com o peso 1, e as médias globais do 1º e 2º ano com peso 3, em cada ano. (Art. 12 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto nº 54.130, de 13 de agosto de 1964).

VI — Conclusão do curso. Segunda época, repetência:

i) A aprovação em uma matéria perfaz-se com a nota final de primeira época. iii) A repetência pode dar-se: necessárias duas condições: a) média global igual ou superior a 65. ii) O exame de segunda época é concedido ao aluno que obtiver média global igual ou superior a 65 pontos, mas não houver logrado a nota final mínima em uma só das matérias. Para efeito de aprovação, a nota obtida na segunda época substituirá a nota obtida na prova final de primeira época. iii) A repetência pode dar-se: 1) por motivo de doença grave, comprovada por laudo médico oficial do Ministério das Relações Exteriores, doenças que impeçam o aluno de prosseguir seus estudos durante o ano; ou por haver o aluno excedido o número de faltas prefixado pelo Diretor do Instituto. Nesse caso, ficam anulados todos os resultados escolares correspondentes ao ano em causa; 2) por reprovação, devida a insuficiência dos resultados escolares dentro de limites que não impliquem a eliminação do Curso, a saber: a) média global igual ou superior a 65 e reprovação em uma matéria; ou b) aprovação em todas as matérias e média global inferior a 65. Também neste caso, serão desprezadas as notas do ano em que o aluno foi reprovado e a nota final do Curso será obtida tirando-se a média aritmética entre as médias globais dos anos em que o aluno logrou aprovação. A repetência será admitida uma só vez durante o Curso (Arts. 13, §§ 1º, 2º, 3º e 14 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto nº 54.130, de 13 de agosto de 1964).

Rio de Janeiro, em 7 de março de 1966.

A. CAMILLO DE OLIVEIRA

ANEXO

DISTRIBUIÇÃO DAS MATÉRIAS NOS PERÍODOS LETIVOS — 1966

1.º ANO

Primeiro período: 7 de março a 24 de junho.			Segundo período: 1 de agosto a 18 de novembro.		
MATÉRIAS		N.º DE AULAS POR SEMANA	MATÉRIAS		N.º DE AULAS POR SEMANA
Português.....	Português.....	2	Português.....	Português.....	2
Francês.....	Francês.....	3	Francês.....	Francês.....	3
Inglês.....	Inglês.....	3	Inglês.....	Inglês.....	3
Economia I.....	Economia I.....	3	Economia I.....	Economia I.....	3
Geografia Econômica, Política e Hu- mana.....	Geografia Econômica, Política e Hu- mana.....	3	Geografia Econômica, Política e Hu- mana.....	Geografia Econômica, Política e Hu- mana.....	3
História Diplomática do Brasil.....	História Diplomática do Brasil.....	2	História Diplomática do Brasil.....	História Diplomática do Brasil.....	2
História das Américas.....	História das Américas.....	2	História das Américas.....	História das Américas.....	2
Dr. Const. e Administrativo.....	Dr. Const. e Administrativo.....	3	Dr. Const. e Administrativo.....	Dr. Const. e Administrativo.....	—
—	—	—	Direito Civil.....	Direito Civil.....	2

2.º ANO

Primeiro período: 7 de março a 24 de junho.			Segundo período: 1 de agosto a 18 de novembro.		
MATÉRIAS		N.º DE AULAS POR SEMANA	MATÉRIAS		N.º DE AULAS POR SEMANA
Português.....	Português.....	1	Português.....	Português.....	1
Francês.....	Francês.....	2	Francês.....	Francês.....	2
Inglês.....	Inglês.....	2	Inglês.....	Inglês.....	2
Economia II.....	Economia II.....	3	Economia II.....	Economia II.....	3
Relações Econômicas Internacionais.....	Relações Econômicas Internacionais.....	3	Relações Econômicas Internacionais.....	Relações Econômicas Internacionais.....	3
Direito Internacional Público.....	Direito Internacional Público.....	3	Direito Internacional Público.....	Direito Internacional Público.....	3
Direito Internacional Privado.....	Direito Internacional Privado.....	2	Direito Internacional Privado.....	Direito Internacional Privado.....	2
Política Internacional.....	Política Internacional.....	2	Política Internacional.....	Política Internacional.....	2
Prática Diplomática.....	Prática Diplomática.....	1	Prática Diplomática.....	Prática Diplomática.....	1
Prática Consular.....	Prática Consular.....	1	Prática Consular.....	Prática Consular.....	1
Direito Comercial (Marítimo e Aero- náutico).....	Direito Comercial (Marítimo e Aero- náutico).....	3	—	—	—

CIRCULAR Nº 2

Regime escolar do C.P.C.D. em 1966

O Diretor do Instituto Rio-Branco cumprimenta os Senhores Professores e Alunos do 1º e 2º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e lhes comunica que o regime escolar, no segundo período de 1966, obedecerá às normas abaixo.

I — *Distribuição de matérias e horários:*

1º ANO

1. As matérias serão lecionadas da seguinte forma:

Português — durante quatro semanas (1º a 26 de agosto); prova final: 3 de setembro;

História Diplomática — durante oito semanas (5 de agosto a 26 de setembro); prova final: 30 de setembro;

História das Américas — durante oito semanas (3 de outubro a 25 de novembro);

Geografia e Economia I — durante doze semanas (30 de agosto a 25 de novembro);

Francês, Inglês e Direito Civil — durante todo o período letivo.

As provas finais das matérias que terminarem em novembro serão realizadas entre 28 de novembro e 9 de dezembro.

2. Para melhor aproveitamento no estudo de línguas, serão constituídas, na fase de 1º a 29 de agosto, três turmas de Francês (A, B e C) e duas turmas de Inglês (A e B). Na fase de 30 de agosto a 25 de novembro, a classe será dividida em dois grupos (por ordem alfabética), a fim de que, no mesmo horário, um grupo receba aulas de Francês e o outro de Inglês. Serão dadas aulas suplementares de uma e outra língua aos alunos que delas necessitarem (turmas D), a critério dos Professores.

3. As aulas obedecerão aos horários constantes dos quadros n.ºs 1 a 3.

2º ANO

1. As matérias serão lecionadas da seguinte forma:

Prática Diplomática — durante quatro semanas (1º a 22 de agosto); prova final: 3 de setembro;

Prática Consular — durante quatro semanas (29 de agosto a 19 de setembro); prova final: 26 de setembro;

Francês e Inglês — durante oito semanas (2 de agosto a 23 de setembro); provas finais: entre 27 e 30 de setembro;

Português — durante oito semanas (5 de outubro a 23 de novembro);

Direito Internacional Privado — durante oito semanas (4 de outubro a 25 de novembro);

Direito Internacional Público, Política Internacional, Relações Econômicas Internacionais e Economia II — durante todo o período.

As provas finais das matérias que terminarem em novembro serão realizadas entre 28 de novembro e 9 de dezembro.

2. Para melhor aproveitamento no ensino de línguas, serão constituídas turmas de acordo com a orientação dos Professores.

3. As aulas obedecerão aos horários constantes dos quadros n.ºs 4 a 6.

II — *Frequência* — Obedecerá ao disposto na Portaria nº 15, de 26 de julho de 1966.

III — Continuam em vigor as disposições dos itens IV, V e VI da Circular nº 1, de 7 de março de 1966.

Rio de Janeiro, em 29 de julho de 1966.

ANTONIO CORRÊA DO LAGO

ATIVIDADES EM 1967

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

(C. P. C. D.)

Em 1967, o ano letivo do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata teve início a 13 de março e terminou a 25 de outubro, com o seguinte desdobramento:

1º período — 13 de março a 7 de julho;

2º período — 24 de julho a 13 de outubro, seguido das provas finais.

1º ANO

CORPO DOCENTE

Pelas Portarias n.ºs 3, 13, 16 e 20, respectivamente de 3 de março, 18 de julho, 16 de agosto e 11 de setembro, o Diretor do Instituto Rio-Branco designou os seguintes professores:

Português

Secretário Márcio Fortes de Almeida

Francês

Professor André Selon

Inglês

Professor Kenneth James Payne

História das Relações Exteriores do Brasil

Professores Américo Jacobina Lacombe (Coordenador) e Guy de Hollanda

Geografia Política

Professora Bertha Koiffmann Becker

Economia I ()*

Professores Mário Henrique Simonsen (Coordenador do Departamento de Economia), Augusto Jefferson de Oliveira Lemos,

(*) A título experimental, foram atribuídas aos professores responsabilidades específicas com relação às diferentes unidades do programa.

Luiz Fernando da Silva Pinto, José Antônio Gonçalves Amaral de Figueiredo Rodrigues, Pedro Paulo Martins Soares, David Antonio da Silva Carneiro Jr., Hélio José da Silva Lanna, Og Francisco Leme e João Ferreira Bentes (substituto)

Direito Constitucional e Administrativo

Professor Paulino Ignacio Jacques

Direito Civil

Professor Ebert Vianna Chamoun

Direito Comercial

Professor Theophilo de Azeredo Santos

Para integrar, com os respectivos titulares, as bancas das provas orais de Francês e Inglês, foram designados os Professores Adrien Renault e Piotr Pavel Kranc.

CORPO DISCENTE

Cursaram o 1º Ano 27 alunos aprovados no Exame Vestibular realizado de julho a novembro de 1966, os quais foram promovidos ao 2º Ano com a seguinte classificação:

Luiz Augusto Saint-Brissson de Araújo Castro
Luiz Henrique Pereira da Fonseca
Abelardo da Costa Arantes Júnior
Fernando Cacciatore de Garcia
Flávio Miragaia Perri
Eduardo da Costa Farias
Antônio Austregésilo de Athayde
Luiz Fernando Gouvêa de Athayde
Celso Marcos Vieira de Souza
Arnaldo Abílio Godoy Barreira Cravo
Vera Pedroza Martins de Almeida
Roberto Rodrigues Krause
Mair Ione Vilhena de Vasconcellos
Clemente Rodrigues Mourão Neto
Maurício Eduardo Côrtes Costa
Mário Grieco
Sérgio Luiz Pereira Cavalcanti
Synesio Sampaio Goes Filho
Edgard Telles Ribeiro
Fernando José Carvalho Lopes

Roberto de Abreu Cruz
Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado (*)
Sonia Maria de Castro
Luiz Augusto de Castro Neves
Ney do Prado Dieguez
Renato Xavier
Júlio Cesar Gomes dos Santos

2º ANO

CORPO DOCENTE

Pelas Portarias nºs 3, 7 e 8, respectivamente de 3 de março, 1º de abril e 2 de maio de 1967, o Diretor do Instituto Rio-Branco designou os seguintes professores:

Português

Secretário Márcio Fortes de Almeida

Francês

Professor Adrien Renault

Inglês

Professores Kenneth James Payne e Ian Dennis Lodge (substituto)

Economia II

Professores Mário Henrique Simonsen (Coordenador do Departamento de Economia), Henrique de Carvalho Gomes e Mircea Buescu

Direito Internacional Público

Professor Carlos Alberto Dunshee de Abranches

Direito Internacional Privado

Professores Haroldo Teixeira Valladão (Coordenador do Departamento de Direito) e Pedro Paulo Rocha Bandeira (substituto)

Direito Comercial

Professor Theophilo de Azeredo Santos

Política Internacional II

Secretário Orlando Soares Carbonar

Orientação Profissional

Secretário Márcio Fortes de Almeida

(*) Em virtude de ter contraído núpcias a aluna Vera Lúcia Barrouin Mello passou a assinar-se Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado.

Para integrar, com os respectivos titulares, as bancas das provas orais de Francês e Inglês, foram designados os Professores André Selon e Ian Dennis Lodge.

CORPO DISCENTE

A turma que concluiu o C.P.C.D. em 25 de outubro foi constituída dos seguintes alunos, relacionados na ordem de classificação final (*):

Ednildo Gomes de Soárez
Osmar Vladimir Chohfi
Mário da Graça Roiter
Volker Pölsler
José Marcus Vinicius de Sousa
Mara Weston
José Maurício de Figueiredo Bustani
Flávio Eduardo Macedo Soares Regis do Nascimento
Antônio Carlos Coelho da Rocha
Carlos Moreira Garcia
Jom Tob de Azulay
Janine-Monique Lazaro
Gastão Felipe Coimbra Bandeira de Mello
Frederico Cezar de Araújo
Eduardo Monteiro de Barros Roxo
Antônio Guedes Barbosa
Francisco de Paula de Almeida Nogueira Junqueira
Luiz Carlos de Oliveira Feldman
Fausto Orlando Campello Coelho
Sergio Tutikian
Gilda Pereira dos Santos-Jacinto
Fernando José Moura Fagundes
Victor Manzolillo de Moraes
Alfredo Grieco
Paulo Afonso Souza dos Santos
Marcus Camacho de Vincenzi

Fizeram jus ao «Prêmio Rio-Branco» os alunos Ednildo Gomes de Soárez — medalha de ouro, 1º lugar — e Osmar Vladimir Chohfi — medalha de prata, 2º lugar.

Em cerimônia presidida pelo Excelentíssimo Senhor Marechal Arthur da Costa e Silva, Presidente da República, realizada no Museu Imperial de Petrópolis, em 15 de janeiro de 1968, foi feita

(*) Uma aluna desligou-se do Curso durante o ano letivo.

a entrega dos certificados de conclusão do C.P.C.D. e dos prêmios «Rio-Branco» e «Lafayette de Carvalho e Silva».

Com a nomeação dessa turma elevou-se a 427 o número de funcionários que, desde 1947, ingressaram na Carreira de Diplomata através do Instituto Rio-Branco.

CONFERÊNCIAS

Dentro da programação do C.P.C.D. foi realizada uma série de conferências no âmbito das cadeiras de «História das Relações Exteriores do Brasil», «Geografia Política» e «Direito Internacional Público»:

1º Ano

Fronteiras do Brasil: Bolívia — Embaixador João Guimarães Rosa

Fronteiras do Brasil: Paraguai — Embaixador João Guimarães Rosa

Fronteiras do Brasil: Uruguai e Argentina — Ministro Arthur Gouvêa Portella

Fronteiras do Brasil: Peru, Colômbia, Venezuela e Guianas — General Ernesto Bandeira Coelho

Atuação Internacional das Comissões Demarcadoras de Limites — Coronel Juvenal Milton Engel

Geopolítica de Fronteiras — A Faixa de Fronteiras — A Política de Fronteiras — Coronel Octavio Tosta

As Grandes Unidades da Organização do Espaço na América do Sul — Professor Michel Rochefort (3 conferências)

2º Ano

Independência e Sucessão de Estados — Professor André Gonçalves Pereira, da Faculdade Nacional de Direito de Lisboa

A Posição Brasileira no Conflito do Oriente Médio — Embaixador José Sette Câmara Filho

Novas Formas da Diplomacia — Professor Luis Garcia Arias, da Universidade de Saragoça.

APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS LOTADOS NO EXTERIOR

Dentro do programa de aperfeiçoamento no exterior, previsto no artigo 29 e seus parágrafos do Regulamento do Instituto Rio-Branco, foram contemplados com auxílio financeiro, nos termos das circulares números 6.681 e 7.065, de 1967, os seguintes diplomatas matriculados em Universidades estrangeiras:

Celso de Almeida Miguel Rebas — George Washington University (Graduate School of Arts and Science) — «Master» em Economia

Ítalo Miguel Alexandre Mastrogiovanni — New York University (Graduate School of Arts and Science) — «Master» em Política Internacional

Jório Dauster Magalhães e Silva — McGill University (Faculty of Graduate Studies and Research) — «Master» em Economia

José Jerônimo Moscardo de Souza — Columbia University (Graduate School of Political Science) — «Master» em Direito Público e Governo

Luiz Brum de Almeida e Souza — Georgetown University (Summer School) — Fatores Estratégicos no Desenvolvimento Econômico da América Latina.

Márcio Rêgo Monteiro — Massachusetts Institute of Technology (M.I.T.) — Doutorado em Ciência Política

Octavio José de Almeida Goulart — Georgetown University (Graduate School) — «Master» em Ciência Política

Pedro Paulo Pinto Assumpção — George Washington University (Graduate School of Arts and Science) — «Master» em Economia

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

O Exame Vestibular ao C.P.C.D. para o ano letivo de 1968, realizado de 1º de junho a 24 de outubro de 1967, regu-se por Edital e Instruções de 16 de fevereiro de 1967, do Diretor do Instituto Rio-Branco, e programas aprovados pelo Portaria Ministerial nº 170, de 2 de fevereiro do mesmo ano.

Nos termos do Regulamento em vigor, o Exame Vestibular efetuou-se em três fases:

- a) provas de seleção prévia;
- b) exames de sanidade e capacidade física e psíquica, investigação social e entrevista;
- c) provas vestibulares finais.

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

As inscrições para as provas de Seleção prévia permaneceram abertas de 20 de março a 5 de maio. As provas se efetuaram nos dias 1º e 2 de junho nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

A banca examinadora, presidida pelo Diretor do Instituto Rio-Branco e assessorada pelo Conselheiro Othon do Amaral Henriques Filho e Professora Ilnah de Figueirêdo Lobo, ficou assim constituída:

Português e Nivel Mental

Professores Adriano da Gama Kury e Jesus Bello Galvão e Secretário Márcio Fortes de Almeida

Francês

Professores Adrien Renault e Georges Rollet

Inglês

Professores Kenneth James Payne e Piotr Pawel Kranc

As provas realizadas fora do Rio de Janeiro tiveram a supervisão dos seguintes diplomatas:

Belo Horizonte — Secretário Luiz Filipe Macedo Soares Guimarães
 Brasília — Conselheiro José Barreiros
 Pôrto Alegre — Secretário Murillo de Miranda Basto Júnior
 Recife — Ministro Nestor Luiz Fernandes Barros dos Santos Lima
 Salvador — Secretário Sérgio da Veiga Watson
 São Paulo — Secretário Amaury Bier

MOVIMENTO GERAL

Inscritos	330
Dispensados das provas (*)	42
Sujeitos às provas	288
Desistentes	50
Antes das provas	40
Durante as provas	10
Submeteram-se às provas	238
Aprovados	70
(Rio de Janeiro 62, sendo 9 do sexo feminino; Belo Horizonte 1, Brasília 2, Pôrto Alegre 1, Recife 1, Salvador 1, São Paulo 2).	

EXAMES FÍSICOS E PSIQUICOS INVESTIGAÇÃO SOCIAL E ENTREVISTA

Os exames de sanidade e capacidade física realizaram-se no Instituto de Seleção, Controle e Pesquisa da Diretoria de Saúde do Ministério da Aeronáutica, sob a direção do Brigadeiro-Médico Dr. Georges Guimarães. Para efetuar os exames de sanidade e capacidade psíquica foi designada a seguinte Comissão constituída de especialistas dos Institutos de Psiquiatria e de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro: Dr. Rawlinson Prestes Lemos, presidente; Dr. Adolpho Hoirish e psicólogas Júlia Maria de Almeida Chermont e Ana Maria Coutinho Hissa.

A Comissão encarregada de avaliar a aptidão dos candidatos, de conformidade com o disposto no Art. 7º e parágrafos do Regu-

(*) Portaria nº 1, de 11 de janeiro de 1967, do Diretor do Instituto Rio-Branco.

lamento do Instituto Rio-Branco, foi assim constituída: Ministro Espedito de Freitas Resende, presidente; Conselheiros Othon do Amaral Henriques Filho e Ítalo Zappa.

Submeteram-se a esses exames 109 candidatos: 67 aprovados na seleção prévia (*) e 42 anteriormente habilitados.

MOVIMENTO GERAL

Convocados	109
Inabilitados	13
Desistentes	2
Habilitados	94

PROVAS VESTIBULARES FINAIS

As provas vestibulares finais se realizaram de 22 de setembro a 24 de outubro.

A banca examinadora, presidida pelo Embaixador Donatello Grieco e assessorada pelo Conselheiro Oswaldo Barreto e Silva e pelo Secretário Augusto César de Vasconcellos Gonçalves, ficou assim constituída:

Português

Professores Adriano da Gama Kury e Jesus Bello Galvão e Secretário Márcio Fortes de Almeida

Francês

Professores Adrien Renault, Pierre Méricoux e Georges Rollet

Inglês

Professores Kenneth James Payne, Piotr Pawel Kranc e Geofrey Lloyd Gilbert

Geografia

Professoras Bertha Koiffmann Becker e Maria Terezinha Segadas Soares

História do Brasil

Professores Américo Jacobina Lacombe e Guy de Hollanda

História Mundial

Professores Guy de Hollanda e Pedro Freire Ribeiro

Noções Fundamentais de Direito

Professor Paulino Ignacio Jacques

(*) Dois candidatos desistiram de prosseguir no Exame Vestibular e um deixou de apresentar a documentação exigida.

MOVIMENTO GERAL

M A T É R I A S	PRESTARAM PROVA	REPROVADOS	APROVADOS
Português.....	(*) 90	33	57
Francês.....			
Inglês.....	57	11	46
Geografia.....	46	7	39
História do Brasil.....	59	2	37
História Mundial.....	57	2	35
Noções Fundamentais de Direito.....	55	—	35

Dos 35 candidatos aprovados, 2 não obtiveram média global.
Foi a seguinte a classificação final:

Luiz Fernando de Oliveira e Cruz Beneditini
Alfredo Carlos de Oliveira Tavares
José Antônio de Castello Branco de Macedo Soares
Joaquim Arnaldo de Paiva Oliveira
Sérgio Simas Carriço
Oswaldo Eurico Balhazar Portella
Godofredo Rayol Almeida Santos
Margarida Zobarán
Clovis Abuhamad
Celina Maria Barão de Assumpção
Joaquim Augusto Whitaker Salles
Antonino Lisboa Mena Gonçalves
Gelson Fonseca Júnior
José Alfredo Graça Lima
Lúcio Pires de Amorim
Marcos Borges Duprat Ribeiro
Sérgio Ney Medeiros de Carvalho
Antônio José Telles Bueno
Ronaldo Edgar Dunlop
Lúcia de Aguiar Patriota
Márcio Botelho Serra do Valle Pereira
Wilmary Dias Maciel
Renato Luiz Rodrigues Marques

(*) Dos 94 candidatos habilitados às provas finais, 4 não compareceram à 1ª prova.

(**) As provas de Francês e de Inglês foram identificadas conjuntamente: 3 candidatos foram reprovados em ambas as matérias, 1 em Francês e 7 em Inglês.

Pedro Luiz Carneiro de Mendonça
Paulo Alberto da Silveira Soares
Luiz Sérgio Gama Figueira
Abílio Machado Cantuária
Haroldo Teixeira Valladão Filho
Elim Saturnino Ferreira Dutra
Armando Vitor Boisson Cardoso
André Mattoso Maia Amado
Júlio Celso Ramos
Raul Euclydes Aranha d'Escagnole Taunay

Fizeram jus às medalhas de prata e de bronze do «Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva», correspondentes aos 1º e 2º lugares no Exame Vestibular, os candidatos Luiz Fernando de Oliveira e Cruz Beneditini e Alfredo Carlos de Oliveira Tavares.

e pelo Secretário Augusto César de Vasconcellos Gonçalves, ficou assim constituída:

Português

Professores Adriano da Gama Kury e Jesus Bello Galvão e Secretário Márcio Fortes de Almeida

Geografia

Professoras Bertha Koifmann Becker e Maria Therezinha Segadas Soares

História

Professores Américo Jacobina Lacombe e Guy de Hollanda

Francês

Professores Adrien Renault e Pierre Méricoux

Inglês

Professores Kenneth James Payne e Piotr Pawel Kranc

As provas realizadas fora do Rio de Janeiro tiveram a supervisão dos seguintes diplomatas:

Belo Horizonte — Secretário Cláudio César de Avellar
Brasília — Conselheiro José Barreiros
Pôrto Alegre — Secretário Murilo de Miranda Basto Júnior
Recife — Ministro Nestor Luiz Fernandes Barros dos Santos
Lima

São Paulo — Secretário Christiano Whitaker

MOVIMENTO GERAL

Inscritos	170
Dispensados (*)	26
Sujeitos às provas	144
Desistentes	48
Antes das provas	42
Durante as provas	6
Submeteram-se às provas	96
Aprovados	31
(Rio de Janeiro 28, sendo 4 do sexo feminino; Belo Horizonte 1, Brasília 1, São Paulo 1).	

(*) Portaria Ministerial nº 197, de 17 de julho de 1967.

CONCURSO DE PROVAS PARA A CARREIRA DE DIPLOMATA

O Concurso regeu-se pela Portaria Ministerial nº 197, de 17 de julho de 1967, e pelo Edital e Instruções baixados, na mesma data, pelo Diretor do Instituto Rio-Branco. Foi organizado em 4 fases, a saber:

1ª fase (seleção prévia):

— provas de Português, Geografia e História e provas preliminares de Francês e Inglês, todas escritas;

2ª fase:

— exames de sanidade e capacidade física e psíquica, investigação social e entrevista;

3ª fase:

— provas escritas e orais de Francês e Inglês e provas escritas de Economia, Direito Civil e Comercial, e Direito Constitucional e Administrativo;

4ª fase:

— estágio de formação, no Instituto Rio-Branco, no qual serão ministradas as seguintes matérias: Política Internacional, Geografia Política, História das Relações Exteriores do Brasil, Economia, Direito Internacional Público, Direito Internacional Privado e Orientação Profissional: ao concluir o estágio de formação, os candidatos se submeterão a provas escritas das matérias nêle incluídas.

1ª FASE

As inscrições permaneceram abertas de 14 de agosto a 6 de outubro, realizando-se as provas nos dias 3, 4 e 6 de novembro. A banca examinadora, presidida pelo Embaixador Donatello Grieco, e assessorada pelo Conselheiro Oswaldo Barreto e Silva

Relação nominal dos aprovados:

Affonso José Santos
 Almir Franco de Sá Barbuda
 Annamaria Ângela Mosella Pereira da Silva
 Antônio Carlos Vereza Coutinho
 Antonio Humberto dos Cavalcanti de Albuquerque e Fontes
 Braga
 Carlos Alberto Ferreira Guimarães
 Cesar de Faria Domingues Moreira
 Fausto Fernando Rocha Cardona
 Geraldo Affonso Muzzi
 Guilherme Fausto da Cunha Bastos
 Isis Martins Ribeiro de Andrade
 Isnard Penha Brasil Júnior
 João Alfredo Pinheiro Monteiro
 José Augusto Lindgren Alves
 José Vicente de Sá Pimentel
 Luiz Antonio Fachini Gomes
 Luiz Fernando de Freitas Ligiéro
 Luiz Guilherme de Moraes
 Luiz Tupy Caldas de Moura
 Maria Celina de Azevedo Rodrigues
 Maria Helena de Matos Pimenta
 Nelson Rafael Allemann Borges
 Paulo Sérgio Pontes da Silva Mafra
 Raul Campos e Castro
 Ricardo Luiz Viana de Carvalho
 Roberto Pessoa da Costa
 Ronaldo de Campos Vêras
 Sérgio Elias Couri
 Tomás Maurício Guggenheim
 Vitor Otávio Pinheiro de Lima
 Washington Luiz Pereira de Souza Neto

2ª FASE

A 2ª fase iniciou-se a 18 de dezembro. Os exames de sanidade e capacidade física estiveram a cargo do Instituto de Seleção, Controle e Pesquisa da Diretoria de Saúde do Ministério da Aeronáutica, sob a direção do Brigadeiro-Médico Dr. Georges Guimarães. Os exames de sanidade e capacidade psíquica, da seguinte Comissão de especialistas dos Institutos de Psiquiatria e de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro: Dr. Rawlinson Prestes Lemos e psicóloga Júlia Maria de Almeida Chermont. (*)

(*) O Concurso prosseguiu em 1968.

CONCURSO PARA A CARREIRA DE OFICIAL
 DE CHANCELARIA

O Concurso regeu-se pela Portaria Ministerial nº 186, de 30 de maio de 1967, e pelo Edital, Instruções e Programas baixados na mesma data pelo Diretor do Instituto Rio-Branco.

As inscrições permaneceram abertas de 5 de junho a 21 de julho e as provas se realizaram de 5 a 27 de agosto.

Inscreveram-se 726 candidatos, dos quais 546 se submeteram efetivamente ao Concurso.

A banca examinadora presidida pelo Professor Jesus Bello Galvão e assessorada pelos Conselheiros Othon do Amaral Henriques Filho e Oswaldo Barreto e Silva e pelo Secretário Augusto César de Vasconcellos Gonçalves, ficou assim constituída:

PROVAS BÁSICAS

Geografia e História
 Professora Carlinda Garcia Ferreira
Direito Constitucional
 Professor Pedro Calheiros Bonfim
Francês e Inglês
 Professores Simone Mathieu e Thomas Scott Newlands Neto
Português
 Professora Therezinha Pinto
Datilografia
 Professor Adnar Salgado

PROVAS COMPLEMENTARES

Alemão
 Professor Roland Schaffner
Árabe
 Professor Padre Alphonse Nagib Sabbagh

Arquivo e Biblioteca

Professora Maria Elisa Pimenta Baptista

Direito Administrativo e Contabilidade Pública

Professor Júlio d'Assunção Barros

Espanhol

Professora Emília Navarro Moraes

Francês

Professora Simone Mathieu

Inglês

Professor Thomas Scott Newlands Neto

Italiano

Professora Maria Teresa Valente

Russo

Professor Oleg Ouchkoff

Taquigrafia

Professor João da Silva Balthasar

MOVIMENTO GERAL

PROVAS BÁSICAS

M A T É R I A S	MOVIMENTO POR PROVA					RESULTADO POR GRUPO DE PROVAS	
	CONPA- RECERAM	APRO- VADOS	REPRO- VADOS	DESIS- TENTES	APRO- VADOS	REPRO- VADOS	
1.º GRUPO							
Geografia e História.....	546	401	145	—	392	123	
Direito Constitucional.....	515	472	43	31			
2.º GRUPO							
Francês e Inglês.....	388	220	168	4	118	266	
Português.....	385	192	193	3			
Dactilografia.....	584	265	119	1			

PROVAS COMPLEMENTARES

M A T É R I A S	CANDIDATOS	REPROVADOS	APROVADOS
Alemão.....	2	1	1
Árabe.....	1	0	1
Arquivo e Biblioteca.....	2	0	2
Direito Administrativo e Contabilidade Pública.....	9	0	9
Espanhol.....	8	1	7
Francês.....	34	11	23
Inglês.....	54	27	27
Italiano.....	3	0	3
Russo.....	1	0	1
Taquigrafia.....	4	2	2
	118	42	76

EXAMES DE SANIDADE E CAPACIDADE FÍSICA E PSÍQUICA

Os 76 candidatos aprovados nas Provas Complementares submeteram-se a Exames de Sanidade e Capacidade Física e Psíquica, realizados, respectivamente, pelo Serviço de Assistência Médica e Social do Ministério das Relações Exteriores e pelo Instituto de Seleção, Controle e Pesquisa da Diretoria de Saúde do Ministério da Aeronáutica. Nestes Exames foram inabilitados 2 candidatos.

RESULTADO FINAL DO CONCURSO

Lograram aprovação os 74 candidatos abaixo relacionados, de acordo com a classificação final obtida:

Zuleide de Souza Pessoa
 Liliâne Robichez Ramos
 Joaquim Corrêa de Oliveira Andrade
 Ricardo Menezes Lima
 Antonio Baptista Luz
 Maria Elisa de Bittencourt Berenguer
 Maria Helena Aguirre de Barros
 Maria da Conceição Bastos Borges
 Lindomir da Cunha Matos
 Chafic José Simão
 Luiz Gonzaga Figueiredo do Amaral
 Arles Martinho
 Luiz Carlos Humbert de Albuquerque Maranhão
 Carlos Alberto Ferreira Guimarães

Renata de Estelita Pessoa
Noemia Wainer
Guilherme Ramos de Oliveira
Rui Fernandes da Rosa Filho
Victoria Fonseca
João Carlos de Camargo Eboli
Cláudia Flechtmann Ferreira
Martha Lúcia Marques de Valls
Renate Washmuth
Renato Luiz Rodrigues Marques
Armando Vitor Boisson Cardoso
Maria Alice Lott da Nobrega
Astrid Cabral Felix de Souza
Giovanni Jannuzzi Fico
Marlene de Medeiros e Albuquerque Bräuer
Norah Therezinha de Freitas Braga
Dora Maria Macedo Pinheiro de Lima
Nair Rosário dos Santos
Regina Hazan
Helena de Araújo Góes
Walinda Rodrigues Mendes de Carvalho
Fernando Werneck Magalhães
Sônia Maria do Nascimento Corrêa
Regina Célia Colonia Sette Ferreira Pires
Aurelina de Oliveira Campos
Margarida Exel Gonçalves
Maria Cristina de Andrade Vieira
José Eduardo Brazil Vivacqua
Jorge Octavio de Castro Miguez Figueiredo
Cecília de Almeida Rocha
Maria Lúcia de Almeida Ramos
Alfredo Carlos de Oliveira Tavares
Maria Humbertina Nobrega
Esther Guitmann
Vera Maria França Leite
Regina Helena de Moura Câmara
Risete da Penha Travassos
Henry Bianor Chalu Barbosa
Elisabeth Helena Pereira Erdos
Elim Saturnino Ferreira Dutra
Wladimir Clovis Moreira
Wilson Alves de Souza
Vera Regina Salgado Guimarães
Pitágoras Marques Lopes
Marlene Maria Milani
Marina Lúcia de Novaes Tavares

Maria Luiza Pennafort Brazão
Iracema de Oliveira Macedo
Hebe Lagos
Michael Francis de Maya Monteiro Gepp
José Adonias de Araújo Neto
Maria Clara de Azevedo Sodré
Lúcia Teixeira Lemine
Carlos José Middeldorf
Irene Amaral Paternot
Antonio Carlos Sampaio
Dante Coelho de Lima
Jacira Brandão da Silva
Luiz Carlos Pereira de Sá
Eliana de Souza Cavalcante

CURSOS ESPECIAIS DE FRANCÊS E INGLÊS

Em janeiro e fevereiro foram organizados cursos especiais, para alguns dos candidatos aprovados no Exame Vestibular de 1966, na Associação de Cultura Franco-Brasileira e na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, sob a direção dos professores Pierre Méricoux e Ian Dennis Lodge, respectivamente.

CURSOS ESPECIAIS

Foram realizados, de 12 de junho a 9 de agosto, Cursos Especiais destinados a funcionários da Casa, regidos pelos seguintes professores :

Português

Professor Amaro Ventura Nunes

Francês

Professora Maria Cândida Penido Burnier

Inglês

Professor Piotr Pawel Kranc

Administração

Professor Júlio d'Assunção Barros

Taquigrafia

Professor João da Silva Balthazar

De 16 de outubro a 15 de dezembro, efetuou-se um segundo ciclo dos cursos de Português, Francês e Inglês, ministrados pelos mesmos professores.

PESQUISAS E PUBLICAÇÕES

Em 1967, foi publicado o novo Regulamento do Instituto Rio-Branco, atualizada a sua legislação e organizado o *Anuário* do Instituto referente aos anos de 1966/67.

Proseguiram normalmente os trabalhos de rotina, tais como: distribuição de publicações, atualização de fichário e de listas de autoridades, estudos de história, bibliotecas e outras entidades culturais, brasileiras e estrangeiras.

BIBLIOTECA

A Biblioteca do Instituto Rio-Branco possuía em 31 de dezembro de 1967 um acervo de 10.006 volumes.

Foram adquiridos no decorrer do ano 423 obras (com 1.799 volumes) e 138 folhetos:

Obras — 423; por compra: 332; por doação: 91.
 Volumes — 1.799; por compra: 1.545; por doação: 254.
 Folhetos — 138; por compra: 32; por doação: 106.

Excetuadas as consultas feitas na própria Biblioteca, foram emprestados 2.025 livros e 403 periódicos, de acordo com a seguinte classificação:

000 — Obras gerais	2
100 — Filosofia. Psicologia	38
300 — Ciências Sociais:	
301 — Sociologia. Psicologia Social	92
310 — Estatística. Demografia	11
320 — Ciências Políticas	152
327 — Política Internacional	214
330 — Economia	289
340 — Direito	570
400 — Filologia	32
700 — Belas Artes	3
800 — Literatura	47
900 — História	267
910 — Geografia	247
920 — Biografia	3

C. P. C. D.

TURMA DE 1967

- ✓ **ÁLFREDO GRIECO** — (Estados Unidos da América — Brasileiro.
de acôrdo com o art. 115, letra b, da Constituição
de 1937)
Cursou o 1º ano da Faculdade de Direito de Paris. «Certificate of Pro-
ficiency in English» da Universidade de Michigan.
- ✓ **ANTÔNIO CARLOS COELHO DA ROCHA** — (Estado da Guanabara)
Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. «Lower Certificate in
English» da Universidade de Cambridge. Curso de Língua Francesa (4º ano)
na Associação de Cultura Franco-Brasileira. Membro da Ordem dos Advogados
do Brasil (Seção do Estado da Guanabara).
- ✓ **ANTÔNIO GUEDES BARBOSA** — (Estado da Paraíba)
Bacharel em Ciências e Letras pelo Colégio Pedro II. Cursou o 1º ano
da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara.
- ✓ **CARLOS MOREIRA GARCIA** — (Estado de Minas Gerais)
Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — Medalha de bronze, 2º lugar.
Técnico em Contabilidade — Instituto Granbery, Juiz de Fora, M. G. Cursou
o 1º ano de Filosofia na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do
Rio de Janeiro. Cursou o 1º ano da Faculdade de Ciências Econômicas da
Universidade do Estado da Guanabara. «Certificate of Proficiency in English» da
Universidade de Michigan.
- ✓ **ÉDNILDO GOMES DE SOÁREZ** — (Estado do Ceará)
Prêmio Rio-Branco — Medalha de ouro, 1º lugar. Certificado de conclusão
de Curso Colegial. Comandante-Aluno do Colégio Naval — 1963.
- ✓ **EDUARDO MONTEIRO DE BARROS ROXO** — (Estado da Guanabara)
Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. «Certificat de Conclusion
du Cours Supérieur de Littérature» — Associação de Cultura Franco-Brasileira.
- ✓ **FAUSTO ORLANDO CAMPELLO COELHO** — (Estado de Minas
Gerais)
Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da
Universidade de Minas Gerais. «Certificate of Proficiency in English» da
Universidade de Cambridge. «Certificate of Proficiency in English» da Uni-
versidade de Michigan. Curso de Língua Francesa (4º ano) na Associação
de Cultura Franco-Brasileira de Belo Horizonte.

- ✓ **FERNANDO JOSÉ MOURA FAGUNDES** — (Estado da Guanabara)
«Certificat d'Études Françaises — Faculté des Lettres et Sciences Humaines de l'Université de Grenoble», (Premier e deuxième degrés). Curso o 1º ano de Jornalismo na Faculdade Nacional de Filosofia da UFRJ.
- ✓ **FLÁVIO EDUARDO MACEDO SOARES REGIS DO NASCIMENTO** — (Estado de São Paulo)
Curso até o 2º ano de Bacharelado na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- ✓ **FRANCISCO DE PAULA DE ALMEIDA NOGUEIRA JUNQUEIRA** — (Estado de São Paulo)
Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1964). Curso de Doutorado na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro — Setor Direito Público (1966). Professor regente de Direito Internacional Público, contratado pela Faculdade de Direito Cândido Mendes. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil (Seção de São Paulo).
- ✓ **FREDERICO CEZAR DE ARAÚJO** — (Estado da Guanabara)
Bacharel em Ciências e Letras pelo Colégio Pedro II. Curso o 1º ano de Bacharelado na Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Michigan.
- ✓ **GASTÃO FELIPE COIMBRA BANDEIRA DE MELLO** — (Estado da Guanabara)
Curso até o 2º ano da Escola Politécnica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Aluno do 2º ano da Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro. Curso de Língua Francesa na Associação de Cultura Franco-Brasileira (6º ano). «Certificate of English» do Curso Oxford.
- ✓ **GILDA PEREIRA DOS SANTOS-JACINTHO** — (Estado da Guanabara)
Licenciada em Línguas Neolatinas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Santa Ursula.
- ✓ **JANINE-MONIQUE LÁZARO** — (Estado da Guanabara)
«Certificato di Conclusione del Corso Triennale di Lingua Italiana» — Instituto Italiano di Cultura di Rio de Janeiro. «Certificat de Conclusion du Cours Supérieur de Littérature» — Associação de Cultura Franco-Brasileira. Curso de Formação Psico-Pedagógica — Ministério da Educação e Cultura. Curso de Museologia — Museu Histórico Nacional — UFRJ.
- ✓ **JOM TOB DE AZULAY** — (Estado da Guanabara)
Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. «Special Student» (1 ano) da «School of Foreign Service» da Georgetown University, Washington, D. C.
- ✓ **JOSÉ MARCOS VINÍCIUS DE SOUZA** — (Estado do Ceará)
Aluno do Curso de Bacharelado (3º ano) da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. «Diplôme de Langue» da Associação de Cultura Franco-Brasileira de Brasília. Certificado de «Advanced Course in

- English for Foreigners», University of Miami, Flórida. Curso de Língua Inglesa na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa (5º ano) — Brasília.
- ✓ **JOSÉ MAURÍCIO DE FIGUEIREDO BUSTANI** — (Rondônia)
Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Michigan. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil.
- ✓ **LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA FELDMAN** — (Estado de São Paulo)
Aluno do 5º ano do Curso de Bacharelado da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Michigan. Diploma de Suficiência da Associação de Cultura Franco-Brasileira.
- ✓ **MARA WESTON** — (Estado da Guanabara)
Certificado de Conclusão de Curso Colegial (Clássico). «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Cambridge — Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa de São Paulo. Diploma de Língua Alemã pelo «Sprach — und Dolmetscher Institut München», em Munique — Alemanha.
- ✓ **MARCUS CAMACHO DE VINCENZI** — (Estado da Guanabara)
Curso o 1º ano de Sociologia e Política na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. «Lower Certificate in English» da Universidade de Cambridge. Curso até o 8º ano da Associação de Cultura Franco-Brasileira do Rio de Janeiro.
- ✓ **MÁRIO DA GRAÇA ROITER** — (Estado da Guanabara)
1º Tenente da Reserva da Marinha de Guerra. Curso até o 2º ano de Filosofia na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- ✓ **OSMAR VLADIMIR CHOHI** — (Estado de São Paulo)
Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — Medalha de prata, 1º lugar. Prêmio Rio-Branco — Medalha de prata, 2º lugar. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo Eleito Orador Oficial da Turma de 1967 do C. P. C. D.
- ✓ **PAULO AFONSO SOUZA DOS SANTOS** — (Estado da Guanabara)
Certificado de Conclusão de Curso Colegial (Científico).
- ✓ **SÉRGIO TUTIKIAN** — (Estado do Rio Grande do Sul)
Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Livre de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul. Curso de Doutorado pela Faculdade de Direito da UFRJ — Setor Direito Público. 2º Tenente da Reserva do Exército Brasileiro. Curso de Língua Armênia — USP. Curso de Civilização e História Moderna e Contemporânea — URGs. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil.
- ✓ **VÍCTOR MANZOLILLO DE MORAES** — (Estado da Guanabara)
Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da PUC. «Lower Certificate in English» da Universidade de Cambridge. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Michigan. Vencedor dos seguintes prêmios no Concurso Nacional Universitário de Literatura realizado pelo Ministério da Educação e Cultura: 1º lugar em *Ensaio* — Viagem através do Brasil; 2º lugar em *Conto* — Viagem às Cidades Históricas de Minas Gerais. Prêmio de livros — Setor Crítica Literária.

✓ VOLKER PÖLSLER — (Estado do Rio de Janeiro)

Certificado de Conclusão de Curso Colegial (Clássico) . «Diplome de Langue Française — Alliance Française de Paris». «Lower Certificate in English — University of Cambridge», «Intermediate Certificate — The London Chamber of Commerce». «Examination Certificate — The London School of English».

PROGRAMAS

EXAME VESTIBULAR
AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA
DE DIPLOMATA

PORTUGUÊS

Literatura

1) *Caracterização dos movimentos literários:*

- a) Classicismo e Neoclassicismo
- b) Barroco
- c) Romantismo
- d) Realismo, Naturalismo e Parnasianismo
- e) Simbolismo
- f) Modernismo

2) *Análise crítica das seguintes obras, de leitura obrigatória:*

a) *Literatura Portuguesa*

CAMÕES — *Os Lusíadas* (visão global da obra e principais episódios dos Cantos III, IV, V e IX)
VIEIRA — *Sermões* (em antologias)
ALEXANDRE HERCULANO — *Lendas e Narrativas*
ALMEIDA GARRETT — *Frei Luís de Sousa*
CAMILO CASTELO BRANCO — *A Queda dum Anjo*
EÇA DE QUEIRÓS — *Correspondência de Fradique Mendes*
FERNANDO PESSOA — *Cancioneiro*

b) *Literatura Brasileira*

GREGÓRIO DE MATOS — *A Lírica*
GONÇALVES DIAS — *Segundos Cantos e Novos Cantos*
JOSÉ DE ALENCAR — *O Gaúcho*
MANUEL ANTÔNIO DE ALMEIDA — *Memórias de um Sargento de Milícias*
MACHADO DE ASSIS — *Quincas Borba*
OLAVO BILAC — *Tarde*
CRUZ E SOUSA — *Broquéis e Últimos Sonetos*
LIMA BARRETO — *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*
GRAÇA ARANHA — *Canaã*

- JOSÉ LINS DO RÊGO — *Menino de Engenho*
 GRACILIANO RAMOS — *São Bernardo*
 MANUEL BANDEIRA — *Estréla da Manhã e Lira dos Cin-
 quent'Anos*
 GUIMARÃES ROSA — *Sagarana*
 JOÃO CABRAL DE MELO NETTO — *Antologia Poética.*

Gramática

- 1) *Fonética*: Distinção entre fonema e letra. Prosódia e ortografia. Próclise e ênclise. Fonética sintática.
- 2) *Morfologia*: Flexão nominal e verbal. A estrutura e a formação das palavras portuguesas.
- 3) *Sintaxe e Estilística*: A estrutura da frase portuguesa contemporânea. Concordância nominal e verbal. Regência. Figuras de sintaxe. Sintaxe de colocação. Emprego dos modos e dos tempos verbais.
- 4) *Semântica*: Sinônimos e antônimos; a escolha adequada das palavras. Sentido próprio e figurado; comparação, imagem e metáfora; metonímia e sinédoque.
- 5) *Versificação*: Principais tipos de versos portugueses. O ritmo do verso. Prosa e verso; o verso livre. Procedimentos poéticos usuais.
- 6) *História da Língua*: O caráter românico da língua portuguesa evidenciado através de sua evolução. Latim clássico e latim vulgar. Principais mudanças fonéticas. A ação da analogia. A formação do léxico português. Vocabúlos populares e eruditos. Principais caracteres do português do Brasil.

FRANÇÊS

Gramática

Formação das palavras derivadas e compostas.
 Famílias de palavras, sinônimos, antônimos.
 Formas e sintaxe dos artigos definidos, indefinidos, partitivos.
 Formas e sintaxe dos adjetivos qualificativos.
 Formas e sintaxe dos adjetivos numerais.
 Formas e sintaxe dos pronomes pessoais.
 Formas e sintaxe dos adjetivos e dos pronomes demonstrativos.
 Formas e sintaxe dos adjetivos e dos pronomes possessivos.
 Formas e sintaxe dos adjetivos e dos pronomes indefinidos.
 Formas e sintaxe dos adjetivos e dos pronomes interrogativos.
 Formas e sintaxe dos pronomes relativos.
 Formas e sintaxe dos advérbios.
 Formas e sintaxe das preposições e das conjunções.
 Formas e sintaxe do verbo.
 Galicismos, expressões idiomáticas de uso corrente.

INGLÊS

Gramática

Substantivos: plurais, formas do possessivo, coletivos com-
 postos, emprego dos artigos.
 Adjetivos.
 Numerais.
 Pronomes (inclusive adjetivos pronominais).
 Advérbios (formas, colocação, emprego).
 Preposições e conjunções.
 Verbos: formas regulares e irregulares. Verbos auxiliares.
 Emprego das formas verbais.
 Verbos compostos (expressões verbais).
 Construção da frase e colocação das palavras.
 Relação entre ortografia e pronúncia. Acentuação.

GEOGRAFIA

1) — GEOGRAFIA SISTEMÁTICA

1 — *Geografia física*

- 1.1 — O relevo terrestre: principais tipos e fatores de sua gênese.
- 1.2 — Fatores e elementos do clima. Tipos de clima e sua distribuição.
- 1.3 — Fatores de formação e distribuição mundial dos solos. Características e distribuição dos grandes tipos de vegetação. Interrelações entre o clima, o relevo, o solo e a vegetação.

2 — *Geografia da população*

- 2.1 — A distribuição mundial da população e seus fatores.
- 2.2 — A mobilidade da população: o crescimento vegetativo, as migrações internacionais e as migrações internas.

3 — *Geografia agrária*

- 3.1 — O desenvolvimento da agricultura: condições naturais e culturais.
- 3.2 — Tipos de economia agrária (agricultura de subsistência e formas de agricultura de mercado).

4 — *Geografia industrial e urbana*

- 4.1 — Condições geográficas e características do desenvolvimento industrial moderno.

- 4.2 — As fontes de energia: reservas e aproveitamento. Seu papel na indústria moderna.
- 4.3 — Origens e fatores do desenvolvimento das cidades.

b) — GEOGRAFIA REGIONAL

- 1 — A Anglo-América: características gerais: Os Estados Unidos da América.
- 2 — A Europa Ocidental: características gerais. A Grã-Bretanha. A França. A Alemanha Ocidental.
- 3 — A Europa Oriental: características gerais. A URSS.
- 4 — A América Latina: características gerais. O México. Os países do Caribe. Os países andinos. Os países platinos.
- 5 — O continente africano: características gerais. A África do Norte. A África ao sul do Saara.
- 6 — A Ásia e o Pacífico: características gerais. O Oriente Médio. A Índia e o sudeste da Ásia. A China. O Japão. A Austrália.

c) — GEOGRAFIA DO BRASIL

- 1 — O quadro natural
 - 1.1 — Características gerais e principais unidades morfológicas do relevo brasileiro.
 - 1.2 — Fatores geográficos do clima brasileiro. Tipos de clima.
 - 1.3 — Paisagens fito-geográficas do Brasil.
- 2 — A distribuição geográfica da população e seus fatores: o povoamento, o crescimento vegetativo, as migrações internas e o processo de urbanização do país.
- 3 — Características da atividade agrícola no Brasil: a utilização da terra; áreas agro-pastoris.
- 4 — A atividade industrial no Brasil. Principais centros industriais.
- 5 — As grandes regiões brasileiras. Características fundamentais.

HISTÓRIA DO BRASIL

1ª Parte:

1. O Descobrimento do Brasil: As características econômicas, sociais e políticas da Europa, no fim da Idade Média. O Reino Português: características da sua evolução até o advento da União Ibérica. A expansão marítima europeia nos séculos

XV e XVI: o papel pioneiro de Portugal; problemas diplomáticos: as bulas de Alexandre VI, o Tratado de Tordesilhas e as bulas complementares. O Descobrimento do Brasil.

2. O Período Pré-Colonizador: O reconhecimento do litoral brasileiro. O pau-brasil e os problemas da sua exploração. Aspectos internacionais correlatos. As capitulações de Saragoça.
3. O Brasil colonial — Política e Administração: As capitânias hereditárias e sua evolução. O governo-geral e os vice-reis. O Estado do Maranhão e o Estado do Brasil. O município. A administração metropolitana e o Brasil.
4. O Brasil colonial — Economia: A economia agrária: a agro-indústria do açúcar e outras culturas, a pecuária, a economia de subsistência e a coleta amazônica. A sesmaria e a posse da terra. A mineração. O comércio colonial. Agitações de caráter econômico e social.
5. O Brasil colonial — Sociedade e cultura: A população: crescimento demográfico, ocupação do território, principais concentrações urbanas. A estrutura social. A mão-de-obra: o braço indígena e o escravo africano. Relações com a África. A Igreja. A vida cultural: as possibilidades de acesso à cultura, os centros culturais e sua repercussão na vida social.
6. A integração territorial: A ocupação do litoral. O sertanismo e a fixação humana. A ação missionária. A expansão para o extremo sul e para o extremo norte. Os ajustes diplomáticos na fase colonial. As repercussões no Brasil da política portuguesa e europeia. As intervenções estrangeiras no Brasil e os principais problemas decorrentes no período colonial.
7. A evolução da Independência: A situação política europeia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da monarquia portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O constitucionalismo português e a independência do Brasil.

2ª Parte:

1. O Brasil imperial — Política e administração: A Constituição de 1824 e o Ato Adicional de 1834. A evolução dos partidos políticos. Os poderes constitucionais e a solução parlamentar. Os movimentos políticos e suas influências sócio-econômicas.
2. O Brasil imperial — Economia: A estrutura econômica: as heranças coloniais e o advento do café. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário.

rio e suas consequências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado. A imigração e a colonização europeia.

3. O *Brasil imperial* — *Sociedade e cultura*: A população: crescimento demográfico, ocupação do território; principais concentrações urbanas. A estrutura social. Vida cultural: as possibilidades de acesso à cultura; os centros culturais e sua repercussão na vida social.

4. O *Brasil imperial* — *Política externa*: O reconhecimento da independência. A questão dinástica portuguesa. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.

5. O *advento da República*: As crises do fim do Império: a questão religiosa, as questões militares, a abolição da escravatura. O desgaste da Monarquia. O Partido Republicano: suas idéias e ação. O positivismo. A proclamação da República.

3ª Parte:

1. O *Brasil Republicano* — *Política e administração*:

a) A *Primeira República* (1889-1930) — O Govêrno Provisório. A Constituição de 1891. A consolidação da República. O federalismo: as oligarquias estaduais, a política dos governadores. A Emenda Constitucional de 1926. A revolução de 1930.

b) A *Segunda República* (1930-1950) — O Govêrno Provisório Revolucionário e sua atuação. O constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado-Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946.

2. O *Brasil Republicano* — *Economia*:

a) A *Primeira República* (1889-1930) — A estrutura econômico-financeira: as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas consequências.

b) A *Segunda República* (1930-1950) — A industrialização. A política econômico-financeira. Repercussões da Segunda Guerra Mundial na economia brasileira.

3. O *Brasil Republicano* — *Sociedade e cultura*. A população: a expansão demográfica, a imigração e a colonização; as migrações internas, a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista. A ampliação do horizonte cultural.

4. O *Brasil Republicano* — *Política externa*:

a) A *Primeira República* (1889-1930). O reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio-Branco. O Brasil e o Pan-americano. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.

b) A *Segunda República* (1930-1950). Política exterior do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.

HISTÓRIA MUNDIAL

1ª Parte:

1. O pensamento político, social, econômico e científico do século XVIII. O Despotismo Esclarecido.

2. A revolução industrial e a transformação das estruturas sociais.

3. A Revolução francesa: principais fases. Reorganização política, social e econômica. Política exterior. A Era Napoleônica.

4. O Congresso de Viena e as restaurações na Europa. A política de intervenção e os Congressos. Os problemas mundiais.

5. As revoluções liberais e nacionais de 1830 a 1848.

6. A Inglaterra: suas reformas, sua expansão colonial.

7. A França: da Segunda à Terceira República.

8. Cavour e a unidade italiana. A Questão Romana.

9. Bismarck, a Prússia e o Império Alemão.

10. A Rússia. Expansão continental. Absolutismo e reformas.

11. A Questão do Oriente. Os Balcãs. A Conferência de Berlim de 1878.

12. O Extremo Oriente. A política das Grandes Potências. A China e o Japão.

13. A partilha da África. A Conferência de Berlim de 1885.

14. As relações internacionais de 1885 a 1914. A política das alianças. As rivalidades coloniais. Os problemas balcânicos.

15. O pensamento político, social e econômico do século XIX. O progresso científico e tecnológico.

2ª Parte:

16. A Primeira Guerra Mundial. A situação internacional nas vésperas da guerra. O desencadear da guerra; as principais frentes de combate; as inovações tecnológicas, a guerra naval. As negociações diplomáticas no decorrer do conflito. A participação americana; a retirada da Rússia.

17. A elaboração da Paz. Os Princípios de Wilson. Os tratados de paz e suas consequências políticas, econômicas e sociais. O problema das nacionalidades. As reparações de guerra.
 18. A Liga das Nações. A organização da Liga das Nações. A Corte Internacional de Justiça e a Organização Internacional do Trabalho. O papel da Liga das Nações entre as duas Guerras: sua significação; suas realizações e seus insucessos. Os mandatos.
 19. A Europa entre as duas Guerras. Problemas econômicos e relações internacionais; a crise econômica de 1929, suas repercussões. A Rússia Soviética: política interna e externa. A Alemanha: a República de Weimar; a ascensão do Nazismo; o III Reich. A Itália e o Fascismo. O Tratado de Latrão. As crises: Etiópia, Espanha, Áustria, Tcheco-Eslôvquia, Manchúria.
 20. A Ásia entre as duas Guerras. A dissolução do Império Otomano e o mundo árabe. O Irã. A Índia. A China. O Japão.
 21. A Segunda Guerra Mundial. Início e propagação do conflito: a guerra na Europa, na África e na Ásia. As negociações diplomáticas no decorrer do conflito. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta e Potsdam.
 22. A Organização das Nações Unidas. A Carta de São Francisco. Estrutura e atuação da ONU até 1951.
 23. O após-guerra (1945-1951). A reconstrução da Europa Ocidental: o Plano Marshall e a integração da Europa. O Bloco Soviético. Os tratados de paz. O problema alemão. A Grã-Bretanha e a Comunidade Britânica.
 24. O após-guerra (1945-1951). O Extremo Oriente: a ocupação do Japão e o tratado de paz; a revolução chinesa. A emancipação do sudeste asiático. A Liga Árabe, o Próximo e o Médio Oriente. A formação do Estado de Israel.
 25. A guerra fria e a formação de blocos. As crises internacionais. O problema de Berlim. A guerra da Coreia. A política soviética no após-guerra e a OTAN.
- 3ª Parte:*
26. Os sistemas coloniais europeus nas Américas, no século XVIII: comparação entre os diferentes aspectos político-administrativos, sócio-econômicos e culturais.
 27. A Independência das Treze Colônias inglesas da América do Norte. A formação dos Estados Unidos da América. A consolidação da Independência.

28. A Independência da América Latina. Os diversos movimentos. A formação dos novos Estados.
29. Os Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra Mundial: expansão territorial, Guerra de Secessão e desenvolvimento econômico.
30. A política externa dos Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra Mundial. A Doutrina de Monroe e a América Latina. A guerra com a Espanha.
31. A América Latina, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.
32. Os Estados Unidos entre as duas Guerras. O isolacionismo. Roosevelt e o New Deal. A política da Boa-Vizinhança.
33. A América Latina entre as duas Guerras. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.
34. O Pan-Americanismo. Origem e principais aspectos da sua evolução até a Segunda Guerra Mundial.
35. As Américas e a Segunda Guerra Mundial. A participação da América Latina. A consolidação do princípio de solidariedade continental e o fortalecimento do sistema interamericano. O Pan-Americanismo no após-guerra: o Tratado do Rio de Janeiro e a Organização dos Estados Americanos.

NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO

1ª Parte:

1. Direito e Estado. O Direito e as outras normas sociais. Direito e Moral. Direito natural e Direito positivo.
2. O Direito objetivo: conceito, conteúdo. A norma jurídica: definição e elementos. O Direito subjetivo.
3. As fontes do Direito objetivo: a lei e o costume, a analogia e os princípios gerais do Direito.
4. A autonomia da vontade e a ordem pública. A doutrina e a jurisprudência.
5. A Lei, espécies. A Constituição e as leis ordinárias. O Decreto e o Regulamento. Os Tratados.
6. Promulgação e publicação. Vigência espacial e temporal. Revogação.
7. Conflitos de leis. Hierarquia das normas. Conflitos no espaço: Direito Internacional Privado.
8. Conflitos no tempo: Direito intertemporal. Princípios básicos do Direito brasileiro no assunto.

9. A interpretação da norma jurídica; os métodos tradicionais. O bem comum, a justiça social, a equidade. Condenação do abuso do direito.
10. Pessoa natural: o início da personalidade; capacidade de direito e de fato; da incapacidade e seu suprimento.
11. Pessoa jurídica: noção, constituição e extinção; classificação.
12. Domicílio. Dos bens: principais classificações.
13. Os fatos e os atos jurídicos. Elementos do ato jurídico. Classificação. Os defeitos dos atos jurídicos: os vícios de vontade. A forma e a prova do ato jurídico.
14. As modalidades do ato jurídico: o tempo, a condição e o encargo. A validade do ato jurídico. Nulidade e anulabilidade.
15. Atos ilícitos. Elementos. Responsabilidade civil. Obrigações por atos ilícitos. Prescrição e decadência.
2ª Parte:
16. O Estado, conceito e elementos essenciais. Estados simples e Estados compostos. O Estado brasileiro na Monarquia e na República.
17. Formas de governo: monarquia, república e ditadura (marxista e fascista).
18. Regimes de governo: presidencialismo, parlamentarismo e sistema diretorial ou regime colegial. O Governo brasileiro na Monarquia e na República.
19. O princípio democrático; conceito de democracia; democracia direta, democracia representativa; democracia mista ou semidireta e suas instituições: o *referendum*, o veto popular e a iniciativa popular.
20. Conceito e objeto do sufrágio. O sistema majoritário e o sistema da representação proporcional. Os partidos políticos e sua função no Estado hodierno e no Brasil.
21. Constituição: conceito, tipos de constituição. Leis constitucionais. As Constituições do Brasil. Inconstitucionalidade das leis e atos.
22. O Estado e o poder de repressão. O Direito penal. Princípios gerais.
23. O Estado e o seu poder tributário. Princípios gerais.
24. O Direito do Trabalho e da Previdência Social. Princípios gerais.
25. O Estado na comunidade internacional. O Direito Internacional Público, conceito, fundamento.

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

1º ANO

PORTUGUÊS

A cadeira de Português não se regue pelo sistema de aulas. Foi realizado um controle sistemático dos conhecimentos da língua através da apreciação, sob os aspectos gramaticais e estilísticos, das provas e trabalhos escolares de outras matérias.

FRANÇÊS

1ª Fase:

Pontos básicos da língua: gramática, ditado, etc.

2ª Fase:

Exercícios de versão e redação. Trabalhos sobre assuntos históricos, econômicos, sociais.

Debates e Seminários sobre problemas da atualidade.

INGLÊS

Course divided into four fifty-minute periods a week, covering the following material:

Spoken English

Impromptu discussions, panel discussions, prepared talks, interviews.

Written English

Letters, reports on real and imaginary situations. Out-of-class work includes language practice exercises (occasional), commentaries and reports following-up class discussion, and essays on international affairs.

Translation

Chiefly Portuguese-English, dealing with international and economic affairs, historical events, topical and everyday

occurrences. (Translation involves oral discussion in class and written following-up work for home assignment.)

Text Study

Reading selected passages for intensive language study, which includes all or any of the following aspects: reading aloud, translating into Portuguese, interpretation of the meaning, comments on pronunciation, grammar, structure and vocabulary. Most of the material drawn from Oliver & Fage: *A Short History of Africa*, and Andrew Boyd: *United Nation — Piety, Myth, and Truth*.

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL

I — *A Herança de Portugal*

1. Bulas, Papéis e Tratados de Limites entre Portugal e Espanha, até meados do século XVIII.
2. Do Tratado de Madrid ao de Badajoz.
3. A política exterior de D. João VI no Brasil: *A Cisplatina e Caíena*. Tratados.

II — *O Brasil e a América do Sul*

1. O Brasil e as nações platinas:
 - 1.1 — Evolução histórica do Rio da Prata e Paraguai;
 - 1.2 — Relações do Brasil com as nações platinas;
 - 1.3 — Limites e fronteiras. Tratados e demarcações.
2. O Brasil e as nações andinas:
 - 2.1 — Evolução histórica da área andina;
 - 2.2 — Relações do Brasil com as nações andinas;
 - 2.3 — Limites e fronteiras. Tratados e demarcações.

3. O Brasil e as nações setentrionais da América do Sul:

- 3.1 — Evolução histórica do Norte da América do Sul (Colômbia, Venezuela e Guianas);
- 3.2 — Relações do Brasil com a Colômbia e Venezuela;
- 3.3 — Limites e fronteiras com a Colômbia, Venezuela e Guianas. Tratados e demarcações.

III — *O Brasil e a América do Norte e Central*

1. O Brasil e os EE.UU.:

- 1.1 — Evolução histórica dos EE.UU.;
- 1.2 — Relações do Brasil com os EE.UU. (1822-1950). Tratados.

2. O Brasil e o México:

- 2.1 — Evolução histórica do México;
- 2.2 — Relações do Brasil com o México. Tratados.

3. O Brasil e a América Central e Antilhana:

- 3.1 — Evolução histórica da América Central;
- 3.2 — Relações do Brasil com a América Central. Tratados;
- 3.3 — Evolução histórica das Antilhas;
- 3.4 — Relações do Brasil com as nações antilhanas. Tratados.

IV — *O Brasil e o Pan-Americanismo*

1. O Pan-americanismo, do Congresso do Panamá à OEA. As conferências pan-americanas.
2. O Brasil e o Pan-americanismo; participação nas conferências pan-americanas e na OEA.

V — *O Brasil e o Mundo*

1. O Brasil na política internacional, da Independência à Primeira Guerra Mundial.
2. O Brasil, do Tratado de Versalhes à Segunda Guerra Mundial.
3. O Brasil na Segunda Guerra Mundial.
4. O Brasil e a ONU.

GEOGRAFIA POLITICA

I — *Geografia e Política*

1. Geografia e Geografia Política, Geografia Política e Geopolítica.
2. Concepções geopolíticas.
3. Panorama político do mundo contemporâneo: grandes regiões geo-estratégicas e geopolíticas.

II — *Características e potencialidades do espaço: o caso brasileiro*

1. As características formais:
 - 1.1 — Dimensões e posição.
 - 1.2 — Fronteiras.
2. O potencial natural:
 - 2.1 — Condições naturais.
 - 2.2 — Recursos naturais.
3. O potencial humano:
 - 3.1 — Aspectos quantitativos.
 - 3.2 — Aspectos qualitativos.
4. A organização do espaço e a produção:

- 4.1 — A organização agrária.
- 4.2 — A organização industrial e seus reflexos.
- 4.3 — A disparidade regional e o problema da integração nacional.

III — *Características e potencialidades do espaço latino-americano*

1. Aspectos gerais. A diversidade regional.
2. A América do Caribe.
3. A América Andina.
4. A América Platina.

POLÍTICA INTERNACIONAL I

INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO POLÍTICO

1. O pensamento realista.
2. As origens ideológicas dos modernos totalitarismos.
3. As raízes da democracia.
4. As fontes do Marxismo.
5. O pensamento liberal.
6. A crítica do Marxismo e a interrelação entre fatores ideais e reais.
7. A «revisão leninista».
8. O papel das ideologias.
9. As teorias elitistas do poder.
10. A aplicação dos novos conceitos científicos e tecnológicos ao estado da política.

ECONOMIA I

1º Período Letivo

I — O funcionamento do sistema econômico

A produção, o consumo, a circulação e a repartição. A divisão do trabalho e os fatores de produção. O funcionamento do sistema de mercado. A poupança e o investimento. As possibilidades de produção e a noção de custo alternativo. O papel do Governo.

II — *Análise microeconômica*

1. Estruturas de mercado. O consumo, a produção, mercados de produtos e de fatores. Concorrência perfeita, monopólio, oligopólio, concorrência monopolística.
2. A procura de bens de consumo. O conceito de utilidade e de utilidade marginal. O princípio da utilidade marginal decres-

cente. Curvas de indiferença. Efeitos renda e preço. O conceito de elasticidade.

3. A procura de bens duráveis de consumo. A demanda de expansão e de reposição. O princípio de aceleração.
4. Teoria da produção. Função de produção e curvas de custo. Custos médio e marginal.
5. A formação dos preços em concorrência perfeita. A oferta e a procura. Equilíbrio instantâneo, a curto e a longo prazo.
6. Eficiência econômica e concorrência perfeita. O conceito de eficiência de Pareto.
7. Aplicações da teoria da concorrência. Efeitos de impostos. As oscilações tipo «teia de aranha» na agricultura. Preços mínimos e controles de preços.
8. A formação de preços em regime de monopólio. Distorções típicas. Os monopólios naturais. Intervenção do Governo e controle de preços. Discriminação de preços e outras práticas.
9. O oligopólio e a concorrência monopolística.
10. Estruturas monopolísticas. O acesso financeiro pelos *trusts* e *holdings*. Cartéis. Legislação antitruste. A legislação brasileira contra abusos do poder econômico.
11. A procura de matérias-primas, bens intermediários e bens de capital. A noção de procura derivada.
12. Salários concorrenciais. O princípio da produtividade marginal. Os efeitos da acumulação de capital e do progresso tecnológico. Diferenças salariais e equilíbrio do mercado de trabalho. A interferência institucional: salário-mínimo. A negociação coletiva.
13. Juro e capital. Produtividade de capital. Equilíbrio do investimento. A teoria do juro.
14. Lucros e riscos. O lucro como remuneração do risco. O lucro como prêmio da inovação. O lucro como remuneração implícita dos fatores de produção.
15. A renda da terra. A teoria de Ricardo.
16. Revisão da formação de preços. Análise de equilíbrio geral.

III — *Economia interna da empresa*

1. O papel da empresa no sistema econômico. Estrutura de organização.
2. Noções básicas de contabilidade. Os recursos, as aplicações e o balanço. Lançamentos contábeis. A conta de lucros e perdas.
3. Noções de análise de balanços.
4. Estrutura financeira das empresas. Ativo fixo e de giro. Capital de giro.

5. Noções de matemática financeira. Juros simples. Descontos por fora e por dentro. Juros compostos. Planos de amortização e uso da Tabela Price.
6. Noções básicas sobre projetos.

2º Período Letivo:

IV — Contabilidade Nacional

1. Noções básicas de contabilidade nacional. Renda, Produto e Despesa.
2. Os grandes agregados e as componentes das Contas Nacionais. Relações Contábeis. A identidade entre produto, renda e despesa. A identidade entre poupança e investimento.
3. Sistemas de contabilidade nacional. O sistema de Leontief. O sistema de fluxos financeiros. O sistema funcional.
4. Estimativa das Contas Nacionais no Brasil. Métodos de cálculo.
5. Medição do crescimento econômico. Índices do produto real e do produto real *per capita*. Métodos de estimação no Brasil.
6. Comparações internacionais de renda *per capita*.
7. Análise das séries brasileiras do produto real, total e por setores.

V — Moeda e Política Monetária

1. Funções e tipos de moeda. O conceito de meios de pagamentos.
2. O papel dos Bancos na criação de moeda.
3. Bancos Centrais.
4. Estrutura do sistema monetário no Brasil.
5. Legislação passada, recente e atual. A SUMOC e o Banco Central.
6. Exame das contas monetárias no Brasil.
7. Instrumentos de política monetária. Redescontos, recolhimentos compulsórios, etc.

VI — Análise macroeconômica

1. A teoria neoclássica do equilíbrio a curto prazo. A Lei de Say.
2. O problema do emprego. Tipos de desemprego.
3. A teoria quantitativa da moeda.
4. A taxa de juros e o mecanismo cumulativo de Wicksell.
5. A teoria neoclássica e o equilíbrio automático a pleno emprego.
6. Os fundamentos da teoria keynesiana.

7. A propensão marginal a consumir.
8. A eficiência marginal do capital.
9. A preferência pela liquidez e a procura especulativa de moeda.
10. O princípio da demanda efetiva e o equilíbrio em desemprego.
11. Ciclos econômicos. Política anticíclica.

VII — Política Fiscal

1. O papel do Governo no sistema econômico.
2. Tipos de impostos. Impostos diretos e impostos indiretos. Progressividade e regressividade.
3. Efeitos econômicos da tributação.
4. Despesa pública. Classificação e efeitos.
5. Orçamento público.
6. Política fiscal anticíclica.
7. Política fiscal para o desenvolvimento.

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Conceito e objeto do Direito Constitucional. A Constituição brasileira.
2. A União, os Estados-membros e os Municípios no Brasil: relações e competência. A intervenção federal; natureza e técnica.
3. Os Poderes da União (Legislativo, Executivo e Judiciário) e suas relações. O sistema dos «freios e contrapesos».
4. O Poder Legislativo; organização e atribuições. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Elaboração das Leis. Sanção e promulgação.
5. O Poder Executivo (Presidente, Vice-Presidente e Ministros de Estado). Escolha, atribuições e responsabilidade.
6. O Poder Judiciário. Garantias e vedações dos juízes. Justiça da União. Justiça dos Estados. Ministério Público.
7. Capacidade eleitoral ativa e passiva. Inelegibilidades e irregularidades. A Constituição Federal, as Emendas Constitucionais e os Ato Institucionais.
8. Direitos individuais constitucionais: breve histórico, natureza jurídica, técnica e sistemática. As liberdades civis: igualdade jurídica, livre atividade, irretroatividade da lei e o *judicial control*.
9. As liberdades de expressão: livre manifestação do pensamento, proibição do anonimato, direito de resposta, livre divulgação de livros e periódicos, e sigilo da correspondência. As liberdades religiosas: livre crença, livre culto, livre convicção.

religiosa, filosófica ou política, assistência religiosa às forças armadas e em estabelecimentos de internação coletiva, e secularização dos cemitérios.

10. As liberdades corporativas: livre reunião, livre associação, livre atividade profissional e proibição de determinados partidos políticos ou associações. As liberdades de domínio: livre domínio material (propriedade material), livre domínio imaterial (propriedade imaterial), e inviolabilidade domiciliar.

11. Garantias individuais constitucionais; breve histórico, natureza jurídica, técnica e sistemática. As garantias criminais preventivas: legalidade da prisão, afiançabilidade da prisão, comunicabilidade da prisão, *habeas corpus*, plenitude e contradição da defesa, inexistência de fóro privilegiado, inexistência de juízes e tribunais de exceção, legalidade do processo e da sentença, e o júri. As garantias criminais repressivas: individualização da pena, personalização da pena, humanização da pena, inexistência de determinadas prisões civis.

12. As garantias tributárias: a legalidade do tributo e a legalidade da cobrança. As garantias civis: mandado de segurança, assistência judiciária gratuita, rápido andamento dos processos administrativos, ciência aos interessados dos despachos e informações nesses processos, certidão para defesa de direito, certidão para esclarecimento de negócio administrativo, representação contra abuso de autoridade com sua responsabilização e ação popular.

13. Suspensão das garantias constitucionais: fundamento e breve histórico. O «estado de sítio»; compreensão e processo.

14. A ordem econômica e social. A livre iniciativa e a intervenção estatal.

15. A família, a educação e a cultura; princípios informadores.

16. As Forças Armadas e a segurança nacional. Serviço militar e zonas reservadas à defesa do país.

17. Emendas à Constituição Federal; doutrina, histórico e técnica.

DIREITO ADMINISTRATIVO

18. Conceito e objeto do Direito Administrativo. O ato administrativo e sua natureza. Atos discricionários; conceito e classificação. Atos políticos. Atos de império e atos de gestão. Os contratos administrativos; natureza e fins. As concessões de serviço público; natureza e fins. As concorrências; natureza e fins.

20. O serviço público e sua execução. Serviço público centralizado e serviço público descentralizado. As Caixas Econômicas e os Bancos do Estado.

21. O regime jurídico da função pública. O provimento dos cargos públicos. Direitos e vantagens dos servidores públicos. O regime disciplinar dos servidores públicos. O processo administrativo e sua técnica. O recurso hierárquico e o recurso ao Judiciário.

23. O Departamento Administrativo do Serviço Público; organização e atribuições. O Tribunal de Contas da União; organização e competência.

24. Bens públicos; conceito e classificação. Os terrenos de marinha e seus acrescidos. Terras devolutas e riquezas minerais.

25. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública e por interesse social; casos e seu processo. A requisição por necessidade da defesa ou da segurança nacional, e seu processo.

26. O *police power* e sua compreensão. A polícia e sua atividade específica (polícia sanitária, polícia de costumes, polícia de profissões, polícia de associações, polícia urbana, polícia rural, polícia de construções e polícia de estrangeiros).

27. A responsabilidade civil e penal dos servidores públicos. A responsabilidade do Estado pelos danos causados a terceiros por seus servidores. A responsabilidade do Estado por danos resultantes de atos legítimos de soberania. A responsabilidade do Estado por danos decorrentes de calamidade pública e de atos da multidão.

DIREITO CIVIL

1. O Direito Civil. Parte Geral e Especial. Fontes e interpretação.

2. A vigência da lei. Retroatividade. Teoria geral dos atos jurídicos. Elementos. Classificação. Defeitos. Validade. Atos ilícitos.

3. O Direito das Coisas. Os direitos reais. A propriedade e a posse.

4. Os direitos reais limitados. Os direitos reais à substância e ao valor da coisa. A propriedade literária, científica e artística.

5. O direito das obrigações. Conceito e elemento de obrigação. Classificação e fontes das obrigações. Os contratos, os atos unilaterais e os atos ilícitos.

6. Os efeitos das obrigações. O pagamento. A cessão de créditos.

7. Os contratos. A compra e venda, a doação, a locação, o empréstimo, o depósito, o mandato, a sociedade, a parceria, o seguro, a fiança, a conta-corrente e a abertura de crédito.

8. O Direito de família. O casamento, celebração e efeitos do casamento. Relações de parentesco, alimentos.

9. Regimes de bens.
10. Validade do casamento. Dissolução da sociedade conjugal. O desquite.
11. Filiação. Legitimação. Reconhecimento. Adoção. Pátrio poder.
12. Tutela, curatela e ausência. Proteção social dos incapazes.
13. Direito das sucessões: conceito e espécies de sucessão. Herança e legado. Transmissão de herança. Aceitação e renúncia.
14. Herança jacente e herança vacante.
15. A sucessão legítima. Representação.
16. A sucessão testamentária. Conceitos e espécies de testamento.
17. Herdeiros necessários. Redução. Substituições. Desherdações; indignidade. Revogação dos testamentos.
18. Inventário e partilha.

DIREITO COMERCIAL

1. Direito Comercial: conceito, fontes e interpretação, objeto. Do comerciante e da empresa.
2. Empresas auxiliares. Auxiliares autônomos.
3. Das sociedades comerciais.
4. Da organização da empresa e sua proteção.
5. Títulos de crédito.
6. Contratos comerciais.
7. Direito da Navegação: conteúdo. Conceito e natureza jurídica do navio e da aeronave.
8. Formas de exploração do navio e da aeronave. Funções do capitão ou comandante.
9. Limitação da responsabilidade nos transportes marítimos e aéreos. A cláusula de não indenizar ou de irresponsabilidade.
10. Cláusulas CIF, FOB e FAS. O conhecimento de transporte.
11. Falência: conceito e princípios fundamentais.

OBSERVAÇÕES:

1. *Parte Prática* — Serão discutidos, durante as aulas, casos práticos, a fim de os ensinamentos teóricos serem convenientemente assimilados e resolvidas hipóteses que normalmente ocorrem no exercício da carreira diplomática.
2. *Legislação* — Serão sempre indicados os textos legislativos, a fim de, no decurso das aulas, serem consultados pelos alunos, para se tornarem conhecidos, entendidos e criticados.
3. *Jurisprudência* — As grandes decisões serão comentadas em aula, como ilustração das questões teóricas e com o escopo de

orientar o aluno para a realidade jurisprudencial brasileira e estrangeira.

4. *Direito Comparado* — As referências à legislação estrangeira serão realizadas nas matérias mais importantes.

2º ANO

PORTUGUES

A cadeira de Português não se reger pelo sistema de aulas. Foi realizado um controle sistemático dos conhecimentos da língua através da apreciação, sob os aspectos gramaticais e estilísticos, das provas e trabalhos escolares de outras matérias.

FRANCES

Exercices systématiques de correction phonétique.
Étude des formes et des formules utilisées dans la correspondance de chancellerie.

Étude de quelques points particuliers de syntaxe française:

- morphologie et place des pronoms,
- place des adjectifs qualificatifs,
- usage des mots de liaison: prépositions, conjonctions.

Entraînement à l'expression orale: — exposés, suivis de leur critique du point de vue de la langue, sur des sujets concernant la politique internationale, l'économie, les grands organismes internationaux, ou sur des sujets de culture générale.

Entraînement à l'expression écrite:

- compte-rendu d'exposé ou de lecture abordant les mêmes sujets.
- exercices de rédaction portant sur les mêmes sujets.

INGLÊS

Course divided into four fifty-minute periods a week, covering the following material:

Spoken English

Impromptu discussions, panel discussions, debates, prepared talks, interviews.

Written English

Letter writing, reports on real and imaginary situations, independent group projects on world affairs, occasional out-of-class essays.

Translation

Chiefly Portuguese-English passages dealing with international and economic affairs, historical events, topical and everyday occurrences. Occasional English-Portuguese translation.

Text Study

Reading selected short passages for intensive study of language and meaning. This involves all or any of the following aspects: reading aloud, translating into Portuguese, comments on points of pronunciation, grammar, structure and vocabulary, and detailed interpretation and commentary on the subject matter. Passages drawn chiefly from Andrew Boyd: *United Nations* — Piety, Myth, and Truth.

POLÍTICA INTERNACIONAL II

I — *Teoria das Relações Internacionais*

1. Método e escopo.
2. Exame crítico das principais teorias contemporâneas.
 - 2.1 — Teoria realista.
 - 2.2 — Teoria do processo divisório.
 - 2.3 — Teoria do equilíbrio.
 - 2.4 — Teoria sistêmica.
 - 2.5 — Outras teorias relevantes.

II — *O Estado Nacional*

1. A evolução do estado nacional. O nacionalismo.
2. O poder nacional.
3. O interesse nacional.
4. Política externa e diplomacia.

III — *Organizações e Instrumentos Internacionais*

1. As Nações Unidas e as agências especializadas.
2. As organizações regionais.
3. As alianças militares.

Observação: A análise teórica dos temas da parte IV será combinada com seminários sobre aspectos concretos dos problemas examinados.

IV — *Grandes Problemas Atuais das Relações Internacionais*

1. Imperialismo e descolonização.
2. Bipolarismo e guerra fria.
3. A emergência do policentrismo.
4. O confronto Norte-Sul como nova dimensão do jogo internacional.
5. O problema da paz e do desarmamento.

ECONOMIA II

1º PERÍODO LETIVO:

I — *Balanço de Pagamentos*

- 1 — Estrutura do balanço de pagamentos.
- 2 — Contas principais no balanço de pagamentos. O balanço de transações correntes. O balanço de capitais.
- 3 — Principais lançamentos no balanço de pagamentos.
- 4 — Estimativa do balanço de pagamentos no Brasil.
- 5 — Análise dos movimentos de capitais.
- 6 — Análise do balanço de pagamentos no Brasil.

II — *Análise do Comércio Exterior*

- 1 — As vantagens do comércio e a doutrina dos custos comparativos.
- 2 — Análise dinâmica e tarifas aduaneiras. Os argumentos protecionistas.
- 3 — Sistemas de tarifas aduaneiras.
- 4 — Bilateralismo e multilateralismo. O problema da convertibilidade.
- 5 — Taxa de câmbio. Teorias de determinação. A paridade do poder de compra.
- 6 — Taxa cambial no Brasil. Sistemas usados no período de após-guerra. Taxas múltiplas, depósitos compulsórios.
- 7 — Tarifas aduaneiras no Brasil. A Lei nº 3.244.
- 8 — Acórdãos de tarifas. O GATT.
- 9 — União Aduaneiras. O mercado comum europeu. A ALALC.
- 10 — O equilíbrio do balanço de pagamentos e o Fundo Monetário Internacional. Regras de operações do FMI.
- 11 — Agências internacionais de financiamento. O BIRD, a USAID, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc. Critérios de operação.

2º PERÍODO LETIVO:

III — *Inflação*

- 1 — A mensuração da inflação. Índices de preços e sua construção.
- 2 — Tipos de inflação. Inflação de demanda, inflação de custos, inflação setorial.
- 3 — Inflação de demanda. Análise monetária. O efeito dos deficits públicos. A expansão de crédito. Efeitos das operações internacionais.
- 4 — Inflação setorial.
- 5 — A experiência inflacionária brasileira.
- 6 — Programas de estabilização e seus resultados.

IV — *Desenvolvimento Econômico e Planejamento*

- 1 — Conceitos básicos e mensuração do desenvolvimento.
- 2 — Características dos países subdesenvolvidos.
- 3 — Modelos de crescimento. A poupança e a relação capital/produto.
- 4 — Tipos de desenvolvimento econômico.
- 5 — Inflação e desenvolvimento. Teses e controvérsias.
- 6 — Industrialização e desenvolvimento.
- 7 — Desenvolvimento e comércio internacional.
- 8 — Planejamento econômico. Conceitos. Sistemas.
- 9 — As experiências de Planejamento econômico no Brasil.
- 10 — Órgãos e instrumentos de Planejamento regional.
- 11 — Sistemas econômicos comparados.

V — *Problemas Econômicos Brasileiros (Seminários)*

- 1 — Análise do desenvolvimento brasileiro no período de após-guerra.
- 2 — Desenvolvimento e industrialização.
- 3 — Problemas econômicos internacionais.
- 4 — Comércio exterior e relações de trocas.
- 5 — O papel do setor público.
- 6 — Contrôles de preços.
- 7 — O desenvolvimento regional.
- 8 — Política anti-inflacionária.
- 9 — Legislação econômica recente. Reformas tributárias, bancária, mercado de capitais, habitacional, agrária, etc.

DIREITO COMERCIAL

V. PROGRAMAS — 1º ANO

(Aulas dadas em conjunto visto ter esta matéria passado a fazer parte do currículo do 1º Ano Letivo).

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. Apresentação e solução dos conflitos de leis no espaço. Direito Internacional Privado, Direito Uniforme e Direito Comparado.
2. Fontes especiais do DIP; internacionais e internas. Relevância da jurisprudência e da doutrina. Conflitos entre as diversas fontes. Natureza das normas do DIP. Regras unilaterais e bilaterais.
3. Divergência espacial de normas do DIP, teorias da renúncia e da devolução e divergência temporal das normas do DIP.
4. Conflitos de qualificação. Dos elementos de conexão. Conflitos sobre sua determinação.
5. Nacionalidade. Princípios gerais. Pessoas naturais. Nacionalidade de origem. Aquisição. Lugar do nascimento. Filiação e casamento. Prova da nacionalidade de origem. Ação declaratória.
6. Naturalização. Espécies. Condições. Processo. Efeitos. Revogação.
7. Perda da nacionalidade. Reaquisição da nacionalidade. Pluralidade e ausência de nacionalidade.
8. Nacionalidade e Serviço Militar no direito brasileiro. Serviço Militar dos brasileiros residentes no Brasil e no estrangeiro. Casos de conflitos da nacionalidade. Fraude à lei. Nacionais no serviço estrangeiro e estrangeiro no serviço nacional.
9. Domicílio. Aquisição. Domicílio necessário. Domicílio de origem. Domicílio voluntário. Domicílio especial. Prova de domicílio. Mudança de domicílio. Perda e reaquisição do domicílio. Pluralidade e falta de domicílio. Residência.
10. Autonomia da vontade. Outros elementos de conexão: território, fôro, religião, raça, etc. Efeitos da mudança dos elementos de conexão.
11. Condição dos estrangeiros no Brasil. Entrada no território nacional. Imigração. Facilidades e restrições. Recursos administrativos e judiciais. Expulsão. Casos. Processo. Recursos. Efeitos.

12. Direitos e deveres dos estrangeiros em geral. Direitos políticos, direitos públicos não políticos e direitos privados.
13. Regime especial das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado. Nacionalidade. Domicílio. Reconhecimento. Funcionamento.
14. Aplicação da lei estrangeira. Conhecimento e prova da lei estrangeira. A ordem pública. A fraude à lei. A teoria dos direitos adquiridos.
15. Direito Civil internacional. Personalidade. Capacidade de direito. Capacidade de fato. Luta entre os princípios da nacionalidade e do domicílio. Solução do direito brasileiro.
16. Atos jurídicos. Vícios do consentimento. Forma. Prescrição.
17. Direito de Família. Conflitos de leis pessoais. Do casamento. Impedimentos. Forma. Efeitos pessoais e patrimoniais.
18. Desquite, divórcio e anulação do casamento.
19. Relações jurídicas entre pais e filhos. Constituição, efeitos e extinção ou suspensão. Alimentos. Tutela e Curatela. Proteção social dos incapazes.
20. Direito das Coisas. Direito das Obrigações. Substância e efeitos. Modalidades da execução. Da cláusula ouro. Das dívidas em moeda estrangeira simples e «aparentes». Dívidas em moedas estrangeiras e taxa de conversão.
21. Direito das sucessões. Testamentos.
22. Direito marítimo e aéreo internacional.
23. Direito Penal Internacional. Territorialidade e extra-territorialidade das leis penais.
24. Direito processual civil internacional. Competência. Forma do Processo. Rogatórias. Homologação de sentenças estrangeiras.
25. Da cooperação internacional nos processos criminais. Da extradição internacional.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

I — Introdução

1. Conceitos e terminologia.
2. A comunidade não organizada dos Estados.
3. Natureza das relações interestatais.
4. Formação e evolução do Direito Internacional.
5. Progressos da ciência e tecnologia. Explosão demográfica. Irrupção do homem no Direito Internacional.

6. Luta pelo desenvolvimento econômico e justiça social. Conflito ideológico. Coexistência pacífica.
7. Proliferação de Estados e de organizações internacionais.
8. Liberação da energia nuclear e conquista do espaço exterior. Desafio ao direito antropocêntrico. Hipótese de um Direito Inter Gentes Planetárias.
9. Função do direito na comunidade universal. Conceito do Direito Internacional.

II — Organização Jurídica da Sociedade Internacional

1. Antecedentes. Independência e interdependência dos Estados. As duas ordens jurídicas.
2. Nações Unidas. Membros. Bases da Carta. Propósitos.
3. Princípios. Natureza constitucional.
4. Assuntos da competência nacional (art. 2º nº 7). Determinação pelo D.I. do âmbito de eficácia da norma interna.
5. Órgãos, a Corte e o Secretariado. Emendas à Carta.
6. Organismos especializados.
7. Organização dos Estados Americanos. Princípios e estrutura.
8. Outras organizações regionais.
9. Universalização da ONU, voto ponderado, jurisdição internacional obrigatória e força policial supranacional.

III — Natureza do Direito Internacional

1. Estrutura da norma interestatal. DI. geral e particular, comum e consensual. *Jus cogens*.
2. Força obrigatória do Direito Internacional. Teorias jusnaturalistas, voluntaristas e objetivas.
3. Validade do art. 2º nº 6 da Carta da ONU.
4. Peculiaridades da norma internacional quanto à:
 - a) elaboração; b) aplicação judicial; c) execução coativa.
5. Relação entre a norma internacional e a interna.
6. Dualismo e monismo. Primado da norma internacional.
7. Textos convencionais e prática consuetudinária dos Estados nessa matéria.
8. Principais sistemas constitucionais.

IV — Fontes do Direito Internacional

1. Conceito. Fonte material e formal.
2. Art. 38 nº 1 do Estatuto da CIJ.
3. Convenção internacional. *Pacta sunt servanda*.
4. Prática consuetudinária dos Estados.
5. Princípios gerais de direito.
6. Precedente judicial e doutrina dos publicistas.
7. Resolução de organização internacional.
8. Codificação. Obra da Comissão de Direito Internacional da ONU.

V — Sujeitos de Direito Internacional

1. Estado. Elementos constitutivos. Formas especiais.
2. Soberania (art. 2º nº 1 da Carta da ONU).
3. Estrutura do Estado.
4. Reconhecimento de Estado e de Governo.
5. Territórios sem governo próprio. Mandato. Tutela. Aquisição de independência.
6. Sucessão de Estados.
7. Personalidade das organizações internacionais.
8. Indivíduos. Responsabilidade internacional. Direitos.

VI — Atos Jurídicos Internacionais

1. Atos unilaterais. Tratado-lei e tratado-contrato.
2. Convenções e projetos sobre Direito dos Tratados.
3. Capacidade. Estado e Organização Internacional. *Treatymaking power*.
4. Celebração, ratificação, vigência e registro.
5. Validade: consentimento, objeto e forma.
6. Reservas.
7. Interpretação, execução e efeitos. Incorporação ao direito interno.
8. Revisão e terminação.

VII — Direitos e Deveres do Estado

1. Independência. Auto-determinação.
2. Exercício da competência, inclusive jurisdicional.
3. Igualdade jurídica.
4. Legítima defesa.
5. Não intervenção e ação coletiva.
6. Cooperação internacional. Extensão e órgãos.
7. Outros deveres.

VIII — Competência do Estado

1. Fatores determinantes: espaço, pessoas e outros. Âmbito da eficácia territorial da norma interna.
2. Elementos do território. Natureza da autoridade do Estado sobre cada elemento. Atos de império.
3. Território terrestre. Estabelecimento e perda de competência. Limites. Zonas polares.
4. Território equívoco. Zona contígua. Plataforma continental.
5. Alto Mar. Competência relativa à navegação, pesca, outras utilizações econômicas e cabos submarinos. Testes nucleares e usos bélicos. Política do alto mar e repressão da pirataria e tráfico de escravos.
6. Território aéreo. Competência relativa ao espaço aéreo não abrangido nos territórios estatais.
7. Espaço exterior e corpos celestes. Internacionalização.
8. Competência extraterritorial, pessoal ou por outro título.

IX — Órgãos das Relações Interestatais

1. Chefe de Estado. Atribuições do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.
2. Ministro das Relações Exteriores e outros órgãos.
3. Relações e imunidades diplomáticas.
4. Congressos e conferências. Diplomacia parlamentar.
5. Relações e imunidades consulares.
6. Bens e serviços do Estado no estrangeiro. Doutrina dos Atos de Estado.
7. Organizações internacionais em suas relações externas.
8. Imunidades e privilégios das organizações internacionais.

X — Proteção Internacional dos Direitos Humanos

1. Distinção entre homem e súdito. Nacional apátrida e refugiado.
2. Defesa de nacionais e estrangeiros contra abusos do Estado. Pressupostos. Cartas da ONU e OEA.
3. Declarações Americana e Universal.
4. Tratado de Roma, 1950 e protocolos adicionais. Carta Social da Europa.
5. Órgãos de execução. Prática interamericana.
6. Direito de petição e acesso à jurisdição internacional.

7. Convenções especiais. Genocídio. Direitos da mulher. Escravidão e trabalho forçado. Discriminação. Asilo e outras.
8. Relação entre direitos humanos e democracia representativa. Projetos.

XI — *Responsabilidade Internacional*

1. Fundamentos: dever de reparar, abuso de direito ou teoria da boa-fé.
2. Ação ou omissão violadora do Direito Internacional. Atos do Legislativo, Executivo, Judiciário e fatos de particulares.
3. Imputabilidade. Causas excludentes da responsabilidade.
4. Denegação de justiça, negligência e violação de direito adquirido.
5. Proteção diplomática. Reclamação. Esgotamento dos recursos internos.
6. Danos causados por uso da energia nuclear ou do espaço exterior.
7. Reparação do dano.
8. Responsabilidade das organizações internacionais.

XII — *Comunicações Internacionais*

1. Vias terrestres, fluviais, marítimas e aéreas. Liberdade de circulação e comunicação. Direito de passagem inofensiva.
2. Convenções sobre circulação por estrada e ferrovia.
3. Principais convenções sobre rios, canais e estreitos internacionais. Tratados e legislação do Brasil.
4. Navios e estações. Regime da navegação.
5. Aeronaves. Convenção de Chicago, 1944, e as posteriores. OACI.
6. Foguetes e naves espaciais. Assistência a astronauta. Regime Jurídico.
7. Convenção sobre telecomunicações. Repartição de freqüências. Satélites de comunicação.

XIII — *Integração Econômica*

1. Fenômeno integracionista e seu impacto sobre o DI.
2. Integração européia. Tratados de Roma, 1957. Natureza do direito comunitário. Harmonização das legislações.

3. Integração centro-americana. Tratados e convenções. Tratado de Montevideu, 1960. Problemas Jurídicos. Lacunas.
5. Reforma da Carta da OEA e integração da América Latina.
6. Integração jurídica. Medidas internas e órgãos supranacionais.

XIV — *Solução Pacífica das Controvérsias*

1. Controvérsia jurídica e conflito político. Distinção.
2. Negociação, bons ofícios e mediação.
3. Investigação e conciliação.
4. Solução através de organização internacional.
5. Arbitragem. Natureza e forma. Côte Permanente de Arbitragem. Processo. Efeitos de laudo. Convenções vigentes.
6. Solução judiciária. Côte Internacional de Justiça. Arts. 92 a 96 da Carta da ONU. Estatuto anexo.
7. Competência contenciosa e consultiva. Cláusula facultativa. Processo. Execução das decisões.
8. Outras côtes internacionais.

XV — *Segurança Coletiva e Uso da Força*

1. Limitações do *jus ad bellum*. Pacto Briand-Kellog. Guerra crime. Interdição do uso da força (art. 2º nº 4 da Carta da ONU).
2. Segurança internacional. Ameaça à paz. Medidas não coercitivas (arts. 39 a 41). Emprêgo de forças aéreas, navais ou terrestres (arts. 42 a 50).
3. Legítima defesa. Conceito de ataque armado. Limite ao exercício (art. 51).
4. Organismos regionais e ação coletiva (arts. 52 a 54).
5. Casos de uso da força pela ONU. As operações preventivas ou asseguratórias da paz. Custeio e aplicação do art. 19 da Carta. Força Interamericana de Paz.
6. *Jus in bello*. Convenções. Violações.
7. Neutralidade. Direitos dos beligerantes e neutros.
8. Testes nucleares. Tratado de Moscou, 1963. Ilegalidade das armas nucleares. Necessidade da sua proscrição absoluta.
9. Projetos de desarmamento. Requisitos de viabilidade jurídica.

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

I — Organização

- a) Administração pública: visão geral.
- b) Ministério das Relações Exteriores:
 - 1. Secretaria de Estado: estrutura, competência dos diversos órgãos.
 - 2. Missões diplomáticas: categorias, competência.
 - 3. Repartições consulares: categorias, competência.

II — Pessoa

- a) Diplomata: legislação; deveres e funções; informações gerais.
- b) Oficial de Chancelaria: legislação; deveres e funções.
- c) Funcionários administrativos, Auxiliares locais: legislação; deveres e funções.
- d) Cônsules Privativos e Honorários: legislação; deveres e funções.

III — Comunicações

- a) Regras gerais de correspondência oficial.
- b) Andamento e trânsito de correspondência oficial.
- c) Normas específicas de redação oficial.
- d) Correspondência postal, telegráfica e serviço telex:
 - 1. Memorando.
 - 2. Ofício.
 - 3. Despacho.
 - 4. Aviso.
 - 5. Nota.
 - 6. Exposição de Motivos.
 - 7. Carta de Chancelaria.
 - 8. Carta de Gabinete.
 - 9. Carta.
 - 10. Telegrama e telex.
 - 11. Carta-telegrama.
 - 12. Circulares.

CONCURSO DE PROVAS PARA A CARREIRA DE DIPLOMATA

Os programas de Português, Geografia, História, Francês e Inglês foram idênticos aos do Exame Vestibular ao C.P.C.D.; o de Economia corresponde ao do 1º ano do C.P.C.D. Os programas de Direito Civil e Comercial e de Direito Constitucional e Administrativo incluíram a matéria lecionada no 1º ano e exigida em Noções Fundamentais de Direito, no Exame Vestibular, de acordo com a sistemática abaixo:

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

A) *Direito Civil*

- 1. Direito e Estado. O Direito e as outras normas sociais. Direito e Moral. Direito natural e Direito positivo.
- 2. O Direito objetivo: conceito, conteúdo. A norma jurídica: definição e elementos. O Direito subjetivo.
- 3. As fontes do Direito objetivo: a lei e o costume, a analogia e os princípios gerais do Direito.
- 4. A autonomia da vontade e a ordem pública. A doutrina e a jurisprudência.
- 5. A Lei, espécies. A Constituição e as leis ordinárias. O Decreto e o Regulamento. Os Tratados.
- 6. Promulgação e publicação. Vigência espacial e temporal. Revogação.
- 7. Conflitos de leis. Hierarquia das normas. Conflitos no espaço: Direito Internacional Privado.
- 8. Conflitos no tempo: direito intertemporal. Princípios básicos do direito brasileiro no assunto.
- 9. A interpretação da norma jurídica; os métodos tradicionais. O bem comum, a justiça social, a equidade. Condenação do abuso do direito.
- 10. Direito Civil: conceito. Parte Geral e Partes Especiais.
- 11. Pessoa natural: o início da personalidade; capacidade de direito e de fato; da incapacidade e seu suprimento.

12. Pessoa jurídica: noção, constituição e extinção; classificação.
13. Domicílio. Dos bens: principais classificações.
14. Os fatos e os atos jurídicos. Elementos do ato jurídico. Classificação. Os defeitos dos atos jurídicos: os vícios de vontade. A forma e a prova do ato jurídico.
15. As modalidades do ato jurídico: o termo, a condição e o encargo. A validade do ato jurídico. Nulidade e anulabilidade.
16. Atos ilícitos. Elementos. Responsabilidade civil. Obrigações por atos ilícitos. Prescrição e decadência.
17. O Direito das Coisas. Os direitos reais. A propriedade e a posse.
18. Os direitos reais limitados. Os direitos reais à sub-tância e ao valor da Coisa. A propriedade literária, científica e artística.
19. O direito das obrigações. Conceito e elemento de obrigação. Classificação e fontes das obrigações. Os contratos, os atos unilaterais e os atos ilícitos.
20. Os efeitos das obrigações. O pagamento. A cessão de créditos.
21. Os contratos. A compra e venda, a doação, a locação, o empréstimo, o depósito, o mandato, a sociedade, a parceria, o seguro, a fiança, a conta corrente e a abertura de crédito.
22. O Direito de família. O casamento, celebração e efeitos do casamento. Relações de parentesco, alimentos.
23. Regimes de bens.
24. Validade do casamento. Dissolução da sociedade conjugal. O desquite.
25. Filiação. Legitimação. Reconhecimento. Adoção. Pátrio poder.
26. Tutela, curatela e ausência. Proteção social dos incapazes.
27. Direito das sucessões: conceito e espécies de sucessão. Herança e legado. Transmissão de herança. Aceitação e renúncia.
28. Herança jacente e herança vacante.
29. A sucessão legítima. Representação.
30. A sucessão testamentária. Conceitos e espécies de testamento.
31. Herdeiros necessários. Redução. Substituições. Deserdações; indignidade. Revogação dos testamentos.
32. Inventário e partilha.

B) *Direito Comercial*

1. Direito comercial: conceito, fontes e interpretação, objeto. Do comerciante e da empresa.
2. Empresas auxiliares. Auxiliares autônomos.
3. Das sociedades comerciais.
4. Da organização da empresa e sua proteção.
5. Títulos de crédito.
6. Contratos comerciais.
7. Direito da Navegação: conteúdo. Conceito e natureza jurídica do navio e da aeronave.
8. Formas de exploração do navio e da aeronave. Funções do capitão ou comandante.
9. Limitação da responsabilidade nos transportes marítimos e aéreos. A cláusula de não indenizar ou de irresponsabilidade.
10. Cláusulas CIF, FOB e FAS. O conhecimento de transporte.
11. Falência: conceito e princípios fundamentais.

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

A) *Direito Constitucional*

1. O Estado, conceito e elementos essenciais. Estados simples e Estados compostos. O Estado brasileiro na Monarquia e na República.
2. Formas de governo: monarquia, república e ditadura (marxista e fascista).
3. Regimes de Governo: presidencialismo, parlamentarismo e sistema diretorial ou regime colegial. O Governo brasileiro na Monarquia e na República.
4. O princípio democrático; conceito de democracia; democracia direta, democracia representativa; democracia mista ou semidireta e suas instituições; o *referendum*, o veto popular e a iniciativa popular.
5. Conceito e objeto do sufrágio. O sistema majoritário e o sistema da representação proporcional. Os partidos políticos e sua função no Estado hodierno e no Brasil.
6. Direito Constitucional. Constituição: conceito, tipos de constituição. Leis constitucionais. As Constituições do Brasil. Inconstitucionalidade das leis e atos.

7. A União, os Estados-membros e os Municípios no Brasil: relações e competência. A intervenção federal; natureza e técnica.
8. Os poderes da União (Legislativo, Executivo e Judiciário) e suas relações. O sistema dos «freios e contrapesos».
9. O Poder Legislativo; organização e atribuições. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Elaboração das Leis. Sanção e promulgação.
10. O Poder Executivo (Presidente, Vice-Presidente e Ministros de Estado). Escolha, atribuições e responsabilidade.
11. O Poder Judiciário. Garantias e vedações dos juizes. Justiça da União. Justiça dos Estados. Ministério Público.
12. Capacidade eleitoral ativa e passiva. Inelegibilidades e irregistraribilidades. A Constituição Federal, as Emendas Constitucionais e os Atos Institucionais.
13. Direitos individuais constitucionais: breve histórico, natureza jurídica, técnica e sistemática. As liberdades civis; igualdade jurídica, livre atividade, irretroatividade de lei e o «judicial control».
14. As liberdades de expressão: livre manifestação do pensamento, proibição do anonimato, direito de resposta, livre divulgação de livros e periódicos, e sigilo da correspondência. As liberdades religiosas: livre crença, livre culto, livre convicção religiosa, filosófica ou política, assistência religiosa às forças armadas e em estabelecimentos de internação coletiva, e secularização dos cemitérios.
15. As liberdades corporativas: livre reunião, livre associação, livre atividade profissional e proibição de determinados partidos políticos ou associações. As liberdades de domínio: livre domínio material (propriedade material), livre domínio imaterial (propriedade imaterial), e inviolabilidade domiciliar.
16. Garantias individuais constitucionais: breve histórico, natureza jurídica, técnica e sistemática. As garantias criminais preventivas: legalidade da prisão, afiançabilidade da prisão, comunicabilidade da prisão, «habeas corpus», plenitude e contraditoriedade da defesa, inexistência de foro privilegiado, inexistência de juizes e tribunais de exceção, legalidade do processo e da sentença, e o júri. As garantias criminais repressivas:

individualização da pena, personalização da pena, humanização da pena, inexistência de determinadas prisões civis.

17. As garantias tributárias: a legalidade do tributo e a legalidade da cobrança. As garantias civis: mandado de segurança, assistência judiciária gratuita, rápido andamento dos processos administrativos, ciência aos interessados dos despachos e informações nesses processos, certidão para defesa de direito, certidão para esclarecimento de negócio administrativo, representação contra abuso de autoridade com sua responsabilização e ação popular.
18. Suspensão das garantias constitucionais: fundamento e breve histórico. O «estado de sítio»; compreensão e processo.
19. A ordem econômica e social. A livre iniciativa e a intervenção estatal. O trabalho e a previdência social.
20. A família, a educação e a cultura; princípios informadores.
21. As Forças Armadas e a segurança nacional. Serviço militar e zonas reservadas à defesa do País.
22. Emendas à Constituição Federal; doutrina, histórico e técnica.

B) *Direito Administrativo*

1. Conceito e objeto do Direito Administrativo. A Reforma Administrativa de 1967; principais aspectos.
2. O ato administrativo e sua natureza. Atos discricionários; conceito e classificação. Atos políticos. Atos de império e atos de gestão.
3. Os contratos administrativos; natureza e fins. As concessões de serviço público; natureza e fins. As concorrências; natureza e fins.
4. O serviço público e sua execução. Serviço público centralizado e serviço público descentralizado. Os Bancos do Estado.
5. O regime jurídico da função pública. O provimento dos cargos públicos. Direitos e vantagens dos servidores públicos.
6. O regime disciplinar dos servidores públicos. O processo administrativo e sua técnica. O recurso hierárquico e o recurso ao Judiciário.

7. O Departamento Administrativo do Pessoal Civil; organização e atribuições. O Tribunal de Contas da União; organização e competência.
8. Bens públicos; conceito e classificação. Os terrenos de marinha e seus acrescidos. Terras devolutas e riquezas minerais.
9. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública e por interesse social; casos e seu processo. A requisição por necessidade da defesa ou da segurança nacional, e seu processo.
10. O «police power» e sua compreensão. A polícia e sua atividade específica (polícia sanitária, polícia de costumes, polícia de profissões, polícia de associações, polícia urbana, polícia rural, polícia de construções e polícia de estrangeiros).
11. A responsabilidade civil e penal dos servidores públicos. A responsabilidade do Estado pelos danos causados a terceiros por seus servidores. A responsabilidade do Estado por danos resultantes de atos legítimos de soberania. A responsabilidade do Estado por danos decorrentes de calamidade pública e de atos da multidão.

CONCURSO PARA A CARREIRA DE OFICIAL DE CHANCELARIA

I — PROVA DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

A prova de Geografia e História consistirá em questões objetivas sobre a matéria — em nível colegial — contida nos programas abaixo:

GEOGRAFIA GERAL

1. *A Anglo-América*: Estados Unidos e Canadá. População: áreas de maior densidade demográfica. Cidades principais. Recursos minerais. Produção agrícola e industrial. Principais exportações.
2. *A América Latina*: População: áreas de maior densidade demográfica. Cidades principais. Recursos minerais. Produção agrícola e industrial. Principais exportações. Divisão política.
3. *A Europa*: População: áreas de maior densidade demográfica. Cidades principais. Recursos minerais. Produção agrícola e industrial. Principais exportações. Divisão política.
4. *A Ásia e a Oceania*: População: áreas de maior densidade demográfica. Cidades principais. Recursos minerais. Produção agrícola e industrial. Principais exportações. Divisão política.
5. *A África*: População: áreas de maior densidade demográfica. Cidades principais. Recursos minerais. Produção agrícola e industrial. Principais exportações. Divisão política.

Observação: O objetivo da prova é aferir conhecimentos globais sobre cada uma das cinco grandes regiões indicadas no programa, não se pretendendo medir conhecimentos específicos de cada país, isoladamente.

GEOGRAFIA DO BRASIL

1. Posição geográfica do Brasil.
2. A população brasileira: distribuição, crescimento, migrações internas. As cidades brasileiras.

3. Principais recursos minerais e energéticos.
4. As atividades da população: a agricultura e a indústria.
5. Principais meios de transporte e o comércio exterior.

HISTÓRIA GERAL

Da Paz de Versalhes a 1950

1. *Os Tratados de Paz da Primeira Guerra Mundial*. O novo mapa político. A Sociedade das Nações.
2. *O Mundo entre as duas Guerras*. As grandes potências européias e o surgimento de novos regimes políticos (socialismo soviético, fascismo italiano e nazismo alemão). A expansão japonesa na Ásia. O Continente americano.
3. *A Segunda Guerra Mundial*. Início e propagação do conflito; a guerra na Europa, África e Ásia. A participação dos Estados Unidos e da América Latina.
4. *O Após-Guerra*. As Nações Unidas: objetivos e principais órgãos. As novas grandes potências. As novas nações da Ásia e África. A Organização dos Estados Americanos: objetivos e principais órgãos.

HISTÓRIA DO BRASIL

A República

1. *A política brasileira de 1889 a 1930*. A proclamação da República e o Governo Provisório; A Constituição de 1891 e o regime federativo. Floriano Peixoto e a consolidação da República. Campos Sales e a política dos governadores. O Barão do Rio-Branco e a política exterior do Brasil; questões de fronteiras. O Brasil na Primeira Guerra Mundial e na Sociedade das Nações.
2. *A economia brasileira de 1889 a 1930*. O encilhamento. O café e a borraça. A imigração estrangeira. O início da industrialização.
3. *A política brasileira de 1930 a 1950*. A Revolução de 1930 e o Governo Provisório. A Revolução de 1932 e a Constituição de 1934. A Constituição de 1937 e o Estado Novo. A redemocratização e a Constituição de 1946. O Brasil na Segunda Guerra Mundial; sua participação nas Nações Unidas (ONU) e na Organização dos Estados Americanos (OEA).
4. *A economia brasileira de 1930 a 1950*. A política econômica e financeira. A legislação trabalhista. A industrialização e o desenvolvimento urbano.

2 — PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

A prova de Direito Constitucional versará sobre a Constituição Federal e compreenderá a resolução de questões objetivas sobre assuntos do seguinte programa:

1. A União, os Estados e Municípios; competência da União. O que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
2. Brasileiro nato e naturalizado; aquisição, perda e reaqusição da nacionalidade brasileira.
3. Direitos políticos: aquisição, suspensão, reaqusição. Elegibilidade e inelegibilidade.
4. O Poder Executivo. O Presidente da República: elegibilidade, atribuições, responsabilidade. Os Ministros de Estado.
5. O Poder Legislativo. Câmara dos Deputados e Senado Federal; atribuições, elaboração das leis; hierarquia e vigência das leis.
6. O Poder Judiciário; organização e competência.
7. Direitos e garantias individuais.

Observação: Não será permitida consulta a qualquer obra ou documento durante a realização da prova.

3 — PROVA DE FRANCÊS E INGLÊS

A prova de Francês e Inglês consistirá na tradução, sem auxílio de dicionário, de:

- a) texto em francês corrente, com cerca de 300 palavras;
- b) texto em inglês corrente, com cerca de 300 palavras.

4 — PROVA DE PORTUGUÊS

A prova de Português constará de duas partes:

- a) redação de ofício ou memorando;
- b) resolução de questões objetivas dentro do seguinte programa:

1. Ortografia oficial. Regras gerais de acentuação gráfica. Pontuação.
2. Formação das palavras. Derivação e composição.
3. Classificação das palavras. Flexões. Vozes verbais.
4. Concordância nominal e verbal; casos gerais e particulares.
5. Regência verbal e nominal. Crase.

6. Colocação dos pronomes oblíquos átonos.
7. Oração, sujeito, predicado e predicativo. Predicação verbal. Vocativo. Classificação das orações.
8. Significado das palavras: antônimo, sinônimo, sentido figurado.

5 — PROVA DE DATILOGRAFIA

A prova de Datilografia consistirá em cópia de texto corrido, datilografado ou impresso, no espaço de 10 (dez) minutos, à base mínima de 100 batidas líquidas por minuto. A cada erro corresponderá um desconto de 10 batidas.

6-A — PROVA COMPLEMENTAR DE TAQUIGRAFIA

A prova complementar de Taquigrafia consistirá de:

- a) apanhamento taquigráfico, durante 10 (dez) minutos, de ditado feito à velocidade crescente de 75 a 95 palavras por minuto;
- b) decifração a máquina das notas taquigráficas (em duas horas).

No julgamento da prova serão levadas em conta a fidelidade da decifração e a correção da linguagem.

6-B — PROVA COMPLEMENTAR DE ARQUIVO E BIBLIOTECA

A prova complementar de Arquivo e Biblioteca constará de questões objetivas sobre assuntos do seguinte programa:

ARQUIVO

1. Classificação dos diversos tipos de correspondência oficial.
2. Arquivos horizontais e arquivos verticais. Vantagens, preferências e aplicações.
3. Sistemas de arquivamento: direto, semi-direto e indireto.
4. Métodos numéricos de arquivamento, Decimal e Duplex. Vantagens da elaboração de classificadores ou códigos.
5. O sistema de classificação decimal de Dewey.
6. Métodos alfabético-numéricos de arquivamento: automático, numeralfaroneo e soundex.
7. Métodos alfabéticos de arquivamento: mneumônico, geográfico, topográfico e variedades.
8. Métodos imediatos (follow up).
9. Fichários: cronológico, didascálico, geográfico, onomástico, sistemático, topográfico e de seguimento ou lembretes.

Técnica dos lançamentos em fichas. Preenchimento de fichas, fornecidos os dados.

BIBLIOTECA

1. *Serviço de Biblioteca*: Marcha do livro dentro da Biblioteca.

Arrumação dos livros; principais normas a observar. Coleção. Duplicatas. Baixas. Permutas. Serviço de empréstimo.

2. *Classificação*: Principais sistemas de classificação: decimal de Dewey e decimal universal — CDU. Enquadramento.

3. *Catálogo*: Definição e função. Código de catalogação usado nas Bibliotecas brasileiras: «Normas para catalogação de impressos» (Biblioteca Apostólica Vaticana). Tipos de catálogos. Arrumação dos catálogos.

6-C — PROVA COMPLEMENTAR DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONTABILIDADE PÚBLICA

A prova complementar de Direito Administrativo e Contabilidade Pública constará da resolução de questões objetivas sobre assuntos do seguinte programa:

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Governo e Administração. Administração geral e administração específica.
2. Organização da Administração Pública Federal. Presidência da República, órgãos subordinados à Presidência da República. Ministérios. Departamento Administrativo do Pessoal Civil: organização e atribuições.
3. Sistema de Orçamento: elaboração, execução e controle. Programação financeira e orçamento-programa.
4. Sistema de Pessoal: funcionamento e órgãos que participam do Sistema do Pessoal.
5. Sistema de Material: funcionamento e órgãos que participam do Sistema do Material.
6. Normas relativas a licitações para compras, obras, serviços e alienações.

Observação: Esta parte da prova visa principalmente a aferir o conhecimento das disposições do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, em especial dos Títulos II, III e XII.

CONTABILIDADE PÚBLICA

1. *Noções de Contabilidade.* Patrimônio: ativo, passivo e situação líquida; o patrimônio das empresas e o patrimônio das instituições. Custo, ingressos e crédito; receita e despesa. Superveniências e insubsistências. Contas: conceito; contas integrais e contas diferenciais, contas estáveis e instáveis; contas de compensação. Digrafia ou método das partidas dobradas; fórmulas. Escrituração cronológica e sistemática de operações necessárias ao funcionamento de empresas e instituições. Balancetes. Inventário. Balanços e apuração de resultados.
2. *Normas de contabilidade e administração financeira.* Organização contábil da Fazenda Pública Federal: órgãos de execução e órgãos de controle; a sistemática imposta pela Reforma Administrativa. Plano de contas: sistemática e disposições sobre sua elaboração; escrituração financeira e patrimonial; acompanhamento da execução orçamentária. Tomadas de contas. Prestações de contas.

Observação: Esta segunda parte da prova objetiva aferir conhecimentos básicos do sistema de contabilidade e de administração financeira da Fazenda Pública Federal. Será exigida, principalmente, a matéria específica da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967 (Capítulo V e Capítulo VI, Seções VI e VII), da Lei n.º 4.320, de 16 de março de 1964, e do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 (Títulos III, V, X e XIII).

Será permitida a consulta, durante a execução da prova, aos textos legais citados, desde que não comentados.

6-D — PROVA COMPLEMENTAR DE IDIOMA ESTRANGEIRO

A prova complementar de idioma estrangeiro consistirá de três partes:

- a) versão de um texto em português corrente, com extensão aproximada de 300 palavras;
- b) tradução de um texto no idioma estrangeiro, com a extensão de 400 palavras;
- c) exame oral — com duração de 10 minutos — constante de:
 - 1) leitura e tradução de texto em idioma estrangeiro e
 - 2) conversação, no idioma estrangeiro, sobre o tema do texto traduzido.

LEGISLAÇÃO

DECRETO Nº 60.355 DE 10 DE MARÇO DE 1967 (*)

*Aprova o Regulamento do Instituto Rio-Branco,
do Ministério das Relações Exteriores.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o Regulamento do Instituto Rio-Branco, do Ministério das Relações Exteriores que, assinado pelo respectivo Ministro de Estado, com êste baixa.

Art. 2.º Êste decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 10 de março de 1967, 146.º da Independência e 79.º da República.

HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO
Juracy Magalhães

REGULAMENTO DO INSTITUTO RIO-BRANCO
DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

TÍTULO I

DAS FINALIDADES

Art. 1.º O Instituto Rio-Branco (I. R. Br.), criado no Ministério das Relações Exteriores pelo Decreto-lei n.º 7.473, de 18 de abril de 1945, alterado pelo Decreto-lei n.º 8.461, de 26 de dezembro do mesmo ano, e do qual se ocupam o Decreto-lei número 9.032, de 6 de março de 1946, a Lei n.º 3.917, de 14 de julho de 1961, e a Lei n.º 5.131, de 1.º de outubro de 1966, tem por finalidade:

I — o recrutamento, a seleção e a formação de pessoal para a carreira de Diplomata e outras carreiras do Serviço Exterior Brasileiro;

II — o aperfeiçoamento e a especialização de funcionários do Ministério das Relações Exteriores;

(*) Publicado no *Diário Oficial* de 14 de março de 1967.

III — a realização, por iniciativa própria ou em mandato universitário, de cursos especiais dentro do âmbito de seus objetivos;
 IV — a difusão, mediante ciclos de conferências e cursos de extensão, de conhecimentos relativos aos problemas nacionais e internacionais;

V — a realização de pesquisas, seja por iniciativa própria, dentro do âmbito de seus objetivos, seja em colaboração com a Comissão de Planejamento Político e a Divisão de Documentação, quando se tratar de assuntos relacionados com outras finalidades do Ministério.

Art. 2.º Para preencher as finalidades a que se referem os itens I a IV do artigo anterior, o Instituto Rio-Branco manterá os seguintes cursos:

- 1.º Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C. P. C. D.);
- 2.º Cursos de Aperfeiçoamentos de Diplomatas (C. A. D.);
- 3.º Curso de Altos Estudos (C. A. E.);
- 4.º Cursos Especiais (C. E.);
- 5.º Cursos de Extensão (C. Ex.).

§ 1.º O Instituto poderá organizar outros cursos e estabelecer programas de estudos a serem cumpridos em outras instituições de ensino, nacionais ou estrangeiras, com estas celebrando convênios, se necessário.

§ 2.º Os cursos e programas a que se refere o parágrafo anterior serão estabelecidos por proposta do Diretor do Instituto e aprovados pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, ouvida a Comissão de Programas e Estudos.

§ 3.º O Instituto organizará concursos de provas para a carreira de Diplomata e outras carreiras do Serviço Exterior Brasileiro, sempre que as necessidades de recrutamento o exigirem.

TÍTULO II

DOS CURSOS

CAPÍTULO I

DO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

Seção I — Dos objetivos

Art. 3.º O Curso de Preparação à Carreira de Diplomata tem por objetivo o preparo e a formação de candidatos ao cargo inicial da carreira de Diplomata.

Seção II — Do Exame Vestibular

Art. 4.º A admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata se fará mediante aprovação em Exame Vestibular, realizado em três fases:

- a) provas de seleção prévia;
- b) exames de sanidade e capacidade física e psíquica, investigação social e entrevista;
- c) provas vestibulares finais.

Parágrafo único. As provas de seleção prévia serão realizadas na Capital Federal, na sede do Instituto Rio-Branco e nas capitais de vários Estados da União; os exames e provas das demais fases se efetuarão na sede do Instituto Rio-Branco.

Art. 5.º Para inscrição no Exame Vestibular requer-se do candidato que preencha formulário de dados pessoais, fornecido pelo Instituto Rio-Branco, e prove:

- a) ser brasileiro nato; se casado com pessoa de nacionalidade estrangeira, sua inscrição dependerá de autorização especial do Ministro de Estado das Relações Exteriores;
- b) contar, no mínimo, 19 e no máximo 30 anos de idade;
- c) ser eleitor e estar quite com as obrigações militares;
- d) ter idoneidade moral, apresentando fôlha corrida e atestado de antecedentes;
- e) estar vacinado contra a varíola, apresentando atestado fornecido pela Saúde Pública; e
- f) ter concluído, pelo menos, a segunda série de curso de graduação de escola superior, oficial ou reconhecida, ou de universidade estrangeira, neste caso desde que comprovada a equivalência com os correspondentes estudos no Brasil.

Parágrafo único. Por ocasião da inscrição no Exame Vestibular, considerar-se-á preenchido o requisito da alínea f se o candidato apresentar atestado de matrícula na segunda série de curso de graduação de escola superior, oficial ou reconhecida; a apresentação de atestado de conclusão daquela série acadêmica será, entretanto, condição essencial para a efetivação da sua matrícula no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Art. 6.º As provas de seleção prévia, organizadas de acordo com as normas fixadas pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, têm por fim medir o grau de maturidade e o nível mínimo de conhecimentos que os candidatos devem possuir para se submeterem às provas vestibulares finais.

Art. 7.º Os candidatos habilitados nas provas de seleção prévia submeter-se-ão a exames de sanidade e capacidade física e psíquica, a cargo de entidade oficial ou oficializada, ou de junta médica de especialistas, à escolha do Diretor do Instituto Rio-Branco.

§ 1.º Proceder-se-á também a rigorosa investigação dos costumes e do conceito corrente dos candidatos, para o que se solicitará, quando necessária, a cooperação de quaisquer autoridades oficiais.

§ 2.º Os exames e a investigação terão efeito eliminatório.

§ 3.º Uma comissão, composta de três membros designados pelo Diretor do Instituto, entrevistarão cada candidato e efetuará a investigação a que se referem os §§ 1.º e 2.º deste artigo.

§ 4.º Com base nos resultados dos exames, da investigação e da entrevista, de que tratam este artigo e seus parágrafos, a comissão emitirá, a respeito de cada candidato, parecer sobre sua aptidão para a carreira diplomática e sobre a conveniência de sua admissão às provas vestibulares finais.

§ 5.º Se a comissão concluir contrariamente à admissão do candidato, o Diretor do Instituto submeterá o respectivo expediente, com o seu parecer, à decisão do Ministro de Estado das Relações Exteriores. De igual forma procederá o Diretor nos casos em que discorde de conclusão favorável da comissão.

Art. 8.º As provas vestibulares finais destinam-se a completar o processo de seleção do Exame Vestibular e a aferir conhecimentos básicos indispensáveis aos estudos a serem realizados no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

§ 1.º O Ministro de Estado determinará, por proposta do Diretor do Instituto e ouvida a Comissão de Programas e Estudos, as matérias, os programas, os tipos, o caráter e os pesos das provas vestibulares finais, bem como a ordem cronológica de sua realização.

§ 2.º Considerar-se-ão aprovados no Exame Vestibular os candidatos que, nas provas a que se refere este artigo, obtiverem a nota mínima de 50 pontos em cada matéria e a média global mínima de 60 pontos.

Seção III — Da Organização do Curso

Art. 9.º O Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.) tem o seguinte currículo:

Português
Francês
Inglês

Geografia Política
História das Relações Exteriores do Brasil
Política Internacional
Economia
Direito (Civil, Comercial, Constitucional e Administrativo, Internacional Privado e Internacional Público)
Orientação Profissional.

§ 1.º Para efeitos de ensino, as matérias relacionadas neste artigo poderão ser reunidas ou subdivididas em unidades didáticas.

§ 2.º Para fins de coordenação, o Diretor do Instituto poderá agrupar as matérias em departamentos.

Art. 10. O Curso de Preparação à Carreira de Diplomata obedecerá a planejamento global, no qual deverão integrar-se os programas das diversas matérias, inclusive os do Exame Vestibular.

Parágrafo único. Antes de serem submetidos ao Diretor, para efeitos de planejamento global, os programas, elaborados pelos professores, serão, se for o caso, coordenados em nível departamental.

Art. 11. O Ministro de Estado, por proposta do Diretor do Instituto e ouvida a Comissão de Programas e Estudos, aprovará o planejamento global do Curso, a seriação das matérias e os respectivos programas.

Seção IV — Do Regime Didático

Art. 12. Na execução dos programas, serão adotados como método de ensino, conforme o assunto, aulas de preleção, conferências, seminários, aulas e trabalhos práticos, pesquisas individuais e em grupo, exercícios, arguições e visitas a centros de interesse.

Parágrafo único. No caso das línguas, poderão ser adotadas formas especiais de ensino e utilizadas provas e exercícios de outras matérias para a aferição do aproveitamento.

Seção V — Do Regime de Provas

Art. 13. Para cada matéria, em cada ano letivo, haverá provas periódicas e uma prova final.

§ 1.º As provas a que se refere este artigo poderão ter a forma de exames escritos ou orais, exercícios escolares, monografias e exposições sobre trabalhos de pesquisa.

§ 2.º O número, os tipos e as épocas das provas de cada matéria serão fixados pelo Diretor do Instituto, por proposta do

respectivo professor, ouvido, quando fôr o caso, o coordenador departamental.

§ 3.º A nota final de cada matéria será a média aritmética das notas das provas de que trata este artigo.

Art. 14. A média global do ano letivo será a média aritmética das notas finais das matérias do referido ano.

Art. 15. A nota final do Curso será a média ponderada das médias globais do Exame Vestibular e de cada ano letivo, atribuindo-se peso 1 à primeira e peso 2 à média global de cada ano.

Art. 16. Será promovido à série seguinte, ou ficará habilitado a receber o certificado de conclusão do Curso, o aluno que obtiver, no ano letivo, a média global mínima de 65 pontos e a nota final mínima de 50 pontos em cada matéria.

Art. 17. Ao aluno que obtiver média global igual ou superior a 65 pontos, mas não houver logrado a nota final mínima em uma só matéria, será facultado requerer exame de segunda época dessa matéria.

§ 1.º No caso previsto neste artigo, a nota final da matéria passará a ser a média ponderada das notas das provas de que trata o artigo 13 e da nota do exame de segunda época, com pesos respectivamente iguais a 3 e 2.

§ 2.º A média global do ano letivo será obtida em primeira época, não computado, para esse efeito, o resultado do exame de segunda época.

Art. 18. Será permitida a repetência ao aluno que:

- a) se bem aprovado em todas as matérias, não obtiver a média global mínima exigida no artigo 16;
- b) se encontre na situação prevista no artigo 17 e não haja obtido os pontos necessários no exame de segunda época;
- c) por motivo justo, haja excedido o número de faltas admissíveis fixado na forma do parágrafo único do artigo 34.

Parágrafo único. A repetência será admitida no ano letivo imediato e uma só vez durante o Curso.

Seção VI — Dos Alunos

Art. 19. As condições para a inscrição no Exame Vestibular estabelecidas nas alíneas a, c, d e e do artigo 5.º são requisitos essenciais para a matrícula e permanência no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

§ 1.º Os candidatos habilitados no Exame Vestibular que houverem contraído matrimônio após sua inscrição no referido Exame só poderão matricular-se no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata depois de preenchidos todos os requisitos estabelecidos, para os candidatos casados, nas Instruções que regulam aquele Exame.

§ 2.º Aos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata aplica-se, no que couber, o disposto na legislação vigente para o casamento de Diplomata.

Art. 20. Em qualquer época do Curso, o Diretor do Instituto poderá determinar que o aluno seja novamente submetido aos exames ou à investigação de que tratam o artigo 7.º e seu § 1.º.

§ 1.º No caso deste artigo, caberá à Secretaria do Instituto proceder à investigação, se necessário com a cooperação de quaisquer autoridades oficiais.

§ 2.º Quando concluírem pela inaptidão do aluno, os laudos dos exames e o resultado da investigação serão submetidos pelo Diretor, com o seu parecer, à decisão do Ministro de Estado.

§ 3.º Da decisão que o julgar inapto, caberá ao aluno pedido de reconsideração ao Ministro de Estado, que poderá determinar novo exame por entidade de sua escolha.

§ 4.º Verificada a inaptidão do aluno, a matrícula será cancelada.

Art. 21. A permanência no Curso pressupõe procedimento pessoal irrepreensível, dentro e fora do Instituto, e conformidade com as disposições legais e as normas que regulam a vida escolar.

Parágrafo único. Os alunos deverão aplicar a máxima diligência no aproveitamento do ensino ministrado e abster-se de quaisquer atos ou atividades que, direta ou indiretamente, interfiram com o programa de estudos ou a disciplina.

Art. 22. Em cada ano letivo, será atribuída a cada aluno uma nota de conceito, resultado das observações efetuadas pelos professores e pela direção do Instituto sobre o seu procedimento geral, interesse pelos estudos e aptidão para a carreira diplomática.

Parágrafo único. A concessão das notas de conceito obedecerá a normas fixadas pelo Ministro de Estado, por proposta do Diretor do Instituto.

Art. 23. São aplicáveis aos alunos do Curso, por ato do Diretor do Instituto, as penas de advertência, repreensão, suspensão e exclusão.

§ 1.º Será excluído do Curso o aluno que incorrer em falta grave, a juízo do Diretor.

§ 2.º Será também excluído o aluno que demonstrar desinteresse pelo Curso ou utilizar processos e meios ilícitos na execução de provas ou trabalhos escolares.

§ 3.º Do ato de exclusão, caberá recurso ao Ministro de Estado.

Art. 24. Por ocasião da conclusão do Curso, o Instituto Rio-Branco remeterá à Divisão do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores, para fins de inclusão nos respectivos assentamentos individuais, um resumo da vida escolar de cada aluno, o qual conterá, *inter alia*:

- a) a nota final do Curso;
- b) os resultados do Exame Vestibular;
- c) os dados constantes das fichas de aproveitamento, com as notas obtidas no decorrer de cada ano letivo;
- d) as notas de conceito e a súmula das observações que lhes hajam servido de base.

Art. 25. Aos alunos que mais se distinguirem durante o Curso, será conferido o Prêmio Rio-Branco.

Parágrafo único. O primeiro colocado receberá medalha de ouro e o segundo, medalha de prata.

CAPÍTULO II

DOS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

Art. 26. O aperfeiçoamento dos Diplomatas far-se-á através de cursos mantidos pelo Instituto Rio-Branco ou mediante programas de estudos por este estabelecidos para serem cumpridos em outras instituições de ensino, nacionais ou estrangeiras.

Parágrafo único. O Instituto Rio-Branco organizará, entre outros, os seguintes cursos:

- 1.º Curso de Prática Diplomática e Consular (C. P.);
- 2.º Curso de Revisão para Diplomatas (C. R. D.).

Art. 27. O Curso de Prática Diplomática e Consular destina-se a dar aos Diplomatas da classe inicial orientação específica sobre as tarefas que lhes correspondem em postos no exterior.

§ 1.º O Curso, ministrado sob a forma de seminários e de aulas e trabalhos práticos, compreenderá as seguintes matérias:

- a) Prática Diplomática;
- b) Prática Consular;
- c) Promoção Comercial;

d) Comunicações;

e) Organização e Administração de Chancelarias.

§ 2.º As provas finais consistirão em exames práticos e será considerado aprovado o aluno que obtiver a média global mínima de 65 pontos e a nota mínima de 50 pontos em cada matéria.

§ 3.º Só poderão ser removidos para o exterior os Diplomatas da classe inicial que hajam sido aprovados no Curso de Prática Diplomática e Consular.

§ 4.º Poderão ser admitidos como ouvintes Diplomatas não sujeitos à obrigatoriedade do Curso.

§ 5.º O Ministro de Estado, por proposta do Diretor do Instituto e ouvida a Comissão de Programas e Estudos, fixará as normas de funcionamento do Curso.

Art. 28. O Curso de Revisão para Diplomatas destina-se a atualizar os conhecimentos dos diplomatas que regressem de postos no exterior e a familiarizá-los com a realidade brasileira.

§ 1.º O Curso compreenderá ciclos de conferências e seminários sobre política e direito internacional, política econômica e problemas brasileiros, e incluirá visitas de estudos a centros de interesse.

§ 2.º O Ministro de Estado, por proposta do Diretor do Instituto e ouvida a Comissão de Programas e Estudos, fixará as normas de funcionamento do Curso, assim como as condições de matrícula e aprovação.

Art. 29. O Instituto Rio-Branco estabelecerá, entre outros, programas de adestramento avançado para Diplomatas lotados no exterior.

§ 1.º Os programas a que se refere este artigo terão por fim estudos de pós-graduação em Política Internacional, Ciência Política, Economia, Direito Internacional ou Administração Pública, a serem realizados em universidades estrangeiras.

§ 2.º O Ministro de Estado, por proposta do Diretor do Instituto e ouvida a Comissão de Programas e Estudos, fixará as condições que terão de preencher os interessados e as normas gerais a que deverão obedecer os programas de estudos de que trata este artigo.

CAPÍTULO III

DO CURSO DE ALTOS ESTUDOS

Art. 30. O Curso de Altos Estudos (C. A. E.) se destina a dar treinamento de alto nível aos funcionários da carreira de

Diplomata a fim de prepará-los para a chefia de Missão diplomática e para as funções de direção superior da Secretaria de Estado. Parágrafo único. O Curso de Altos Estudos obedecerá a regulamento especial a ser baixado por decreto do Presidente da República.

CAPÍTULO IV

DOS CURSOS ESPECIAIS

Art. 31. Os Cursos Especiais (C. E.) serão de dois tipos:

- a) cursos organizados por iniciativa do Ministério das Relações Exteriores, para o aperfeiçoamento ou a especialização de seus funcionários;
- b) cursos realizados em mandato universitário, dentro do âmbito dos objetivos do Instituto Rio-Branco, destinados ao aperfeiçoamento e à especialização de estudantes e graduados de Escolas Superiores.

Parágrafo único. Os Cursos Especiais se regerão por instruções baixadas pelo Diretor do Instituto, dentro do planejamento global anual aprovado pelo Ministro de Estado, ouvida a Comissão de Programas e Estudos.

CAPÍTULO V

DOS CURSOS DE EXTENSÃO

Art. 32. Os Cursos de Extensão (C. Ex.) têm por finalidade a difusão de conhecimentos relativos aos problemas nacionais e internacionais.

Parágrafo único. O edital de abertura das inscrições em cada curso fixará o número de alunos, bem como as condições de admissão.

CAPÍTULO VI

DOS CURSOS EM GERAL

Art. 33. A duração dos cursos será fixada pelo Ministro de Estado, por proposta do Diretor do Instituto, ouvida a Comissão de Programas e Estudos.

Parágrafo único. A duração do ano escolar, dos períodos letivos e das férias será fixada pelo Diretor do Instituto, após

aprovação do Ministro de Estado, ouvida a Comissão de Programas e Estudos.

Art. 34. Em qualquer curso, é obrigatória a frequência às aulas e conferências, bem como a participação em provas, seminários, trabalhos práticos, pesquisas, exercícios e visitas constantes da respectiva programação.

Parágrafo único. O Diretor do Instituto fixará, para cada curso, o número máximo de faltas toleráveis.

Art. 35. As notas serão graduadas de zero a cem, admitidas até duas decimais.

Art. 36. Ao aluno que concluir qualquer dos cursos será conferido um certificado.

CAPÍTULO VII

DO CORPO DOCENTE

Art. 37. O ensino será ministrado por professores designados em portaria, pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, após aprovação, pelo Ministro de Estado, da indicação dos seus nomes.

§ 1.º Os professores poderão ser nacionais ou estrangeiros, servidores públicos ou não.

§ 2.º Para a regência de cadeiras especializadas, inerentes à atividade diplomática, terão preferência funcionários da carreira de Diplomata.

Art. 38. Aos professores compete:

- a) elaborar, de acordo com o planejamento global do curso, o programa da matéria de sua regência e submetê-lo à aprovação do Diretor do Instituto, após coordená-lo em nível departamental, se for o caso;
- b) dirigir o ensino da matéria e executar integralmente o programa elaborado;
- c) conferir notas de julgamento das provas e demais trabalhos escolares;
- d) tomar parte em reuniões do Corpo Docente ou, quando para isso designados, em comissões de exames ou de estudos;
- e) apresentar ao Diretor, no fim do ano letivo, relatório sobre as atividades relativas ao ensino da matéria a seu cargo;
- f) exercer as demais atribuições conferidas por instruções especiais do Diretor.

§ 1.º Sempre que necessário e de acordo com programa fixado pelo Diretor, os professores, além das aulas, consagrarão

determinado número de horas à orientação dos estudos e das pesquisas dos alunos.

§ 2.º Poderão também ser designados professores assistentes com o encargo específico de que trata o § 1.º.

Art. 39. Para cada departamento de estudos, que venha a ser organizado na forma do § 2.º do artigo 9.º, o Diretor do Instituto designará, dentre os professores, um coordenador.

Parágrafo único. O Diretor poderá também designar coordenadores de matérias ou de ciclos de conferências, quando o ensino exigir a participação de vários professores ou conferencistas.

Art. 40. Na portaria de designação, o Diretor do Instituto fixará a remuneração atribuída a cada professor, por aula ou por tarefa.

§ 1.º Para efeitos de remuneração, serão computadas como aulas as reuniões do Corpo Docente e as atividades a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 38.

§ 2.º A remuneração pelos serviços prestados em comissões de exames ou de estudos será fixada, pelo Diretor, na portaria de designação.

Art. 41. O Diretor do Instituto poderá remunerar serviços de conferencistas mediante a publicação do respectivo ato no Boletim de Serviço do Ministério das Relações Exteriores.

TÍTULO III

DOS CONCURSOS

CAPÍTULO I

DO CONCURSO DE PROVAS PARA A CARREIRA DE DIPLOMATA

Art. 42. O Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata obedecerá às seguintes normas gerais:

a) os requisitos de inscrição serão idênticos aos fixados no artigo 5.º para a inscrição no Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

b) os candidatos inscritos no Concurso submeter-se-ão a provas de seleção prévia e a exames de sanidade e capacidade física e psíquica, a investigação social e a entrevista, nas mesmas condições estabelecidas, no artigo 7.º e parágrafos, para os candidatos ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata;

c) as provas intelectuais versarão sobre os programas de todas as matérias do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, inclusive as do Exame Vestibular, e serão realizadas em duas fases, imediatamente antes e após o estágio de formação a que se refere o item *d* abaixo;

d) a fase final do Concurso consistirá em um estágio de formação no Instituto Rio-Branco, durante o qual os candidatos receberão orientação profissional e adiestramento nas matérias mais relacionadas com a atividade diplomática, dentre as mencionadas no item *c* acima;

e) as condições de aprovação serão as estabelecidas para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Parágrafo único. O Ministro de Estado, por proposta do Diretor do Instituto e ouvida a Comissão de Programas e Estudos:

a) determinará a duração e as condições de funcionamento do estágio de formação, bem como as matérias que nele serão ministradas;

b) fixará os tipos, o caráter, os pesos e a ordem cronológica das provas intelectuais que precederão o estágio de formação e das correspondentes às matérias neste incluídas;

c) estabelecerá as condições em que poderão ser matriculados no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata os candidatos inscritos no Concurso e que se hajam habilitado nas provas correspondentes ao Exame Vestibular ou ao 1.º Ano do Curso.

CAPÍTULO II

DOS DEMAIS CONCURSOS

Art. 43. Caberá ao Instituto Rio-Branco organizar, além do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata, concursos para as demais carreiras específicas do Ministério das Relações Exteriores integrantes do Serviço Exterior Brasileiro.

Parágrafo único. Os concursos a que se refere este artigo obedecerão a normas fixadas pelo Ministro de Estado, por proposta do Diretor do Instituto, ouvida a Comissão de Programas e Estudos.

TÍTULO IV

DAS PESQUISAS

Art. 44. O Instituto Rio-Branco poderá realizar, por iniciativa própria, pesquisas relacionadas com as suas finalidades de ensino, de acordo com o planejamento global dos Cursos.

Art. 45. O Instituto Rio-Branco poderá colaborar com a Comissão de Planejamento Político e a Divisão de Documentação em trabalhos de pesquisas sobre assuntos relacionados com as finalidades do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 46. Para a realização de pesquisas, o Instituto Rio-Branco poderá contratar serviços de terceiros.

TÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 47. O Diretor do Instituto Rio-Branco proporá ao Ministro de Estado as modificações que a experiência aconselhar em relação aos programas, funcionamento dos cursos, realização de concursos e outras atividades do Instituto.

§ 1.º Antes de submeter ao Ministro de Estado as alterações propostas, o Diretor do Instituto as levará à Comissão de Programas e Estudos, a qual emitirá parecer sobre o mérito das mesmas.

§ 2.º Em casos de urgência, o Diretor do Instituto porá em prática as modificações que se fizerem necessárias e, posteriormente, as submeterá à aprovação do Ministro de Estado, ouvida a Comissão de Programas e Estudos.

Art. 48. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do Instituto, que, se necessário, os submeterá antes ao Ministro de Estado.

Art. 49. A Comissão de Programas e Estudos deliberará com o *quorum* mínimo de metade mais um de seus membros.

Art. 50. Por proposta do Diretor do Instituto, o Ministro de Estado baixará as normas para a concessão de bolsas-de-estudo aos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e aos candidatos que efetuem o estágio de formação do Concurso para a mesma carreira.

TÍTULO VI

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 51. O requisito de nacionalidade originária estabelecido na alínea a do artigo 5.º começará a vigorar em 15 de março de 1967.

Art. 52. Para a inscrição no Exame Vestibular de 1967, considerar-se-á preenchido o requisito da alínea f do artigo 5.º deste Regulamento se o candidato apresentar atestado de ma-

trícula na primeira série de curso de graduação de escola superior, oficial ou reconhecida; sua matrícula no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no ano letivo de 1968, ficará, porém, condicionada à apresentação de atestado de conclusão daquela série acadêmica.

Parágrafo único. Para a matrícula no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no ano letivo de 1967, observar-se-ão os requisitos vigentes por ocasião da inscrição no Exame Vestibular de 1966.

Art. 53. Para os alunos que concluírem o 2.º Ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1967, a nota final do Curso será a média ponderada das médias globais do Exame Vestibular e de cada ano letivo, atribuindo-se peso 1 à primeira e peso 3 à média global de cada ano.

Art. 54. Aplicar-se-á o disposto no artigo 27, § 3.º, sobre o Curso de Prática Diplomática e Consular, aos Diplomatas da classe inicial nomeados a partir de 1967.

Brasília, em 10 de março de 1967, 146.º da Independência e 79.º da República.

Juracy Magalhães.

PORTARIA N.º 1, DE 11 DE JANEIRO DE 1967

O Diretor do Instituto Rio-Branco, usando das atribuições que lhe confere o artigo 11, inciso VIII, do Regimento do referido Instituto, aprovado pelo Decreto n.º 24.883, de 28 de abril de 1948.

Considerando que as provas de seleção prévia do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata têm por fim medir o grau de maturidade e o nível mínimo de conhecimentos que os candidatos devem possuir para se submeterem às provas vestibulares finais.

Resolve:

I — Ficam dispensados de repetir as provas de seleção prévia do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata os candidatos que:

- a) tenham sido aprovados nas provas finais de Português, Francês e Inglês dos Exames Vestibulares realizados a partir de outubro e novembro de 1963, inclusive; ou
- b) tenham sido aprovados nas provas de seleção prévia realizadas a partir de 1965, inclusive.

II — A inscrição dos candidatos a que se refere a alínea anterior será feita diretamente para o Exame Vestibular, observados

os demais requisitos estabelecidos pela legislação em vigor, inclusive as instruções que acompanham o edital de convocação do Exame a que pretendam submeter-se.

III — Fica revogada a Portaria n.º 3, de 10 de março de 1966.

ANTONIO CORRÊA DO LAGO

(Publicada no *Diário Oficial* de 20 de janeiro de 1967)

PORTARIA N.º 2, DE 27 DE JANEIRO DE 1967

O Diretor do Instituto Rio-Branco, usando das atribuições que lhe confere o item 11, inciso VIII, do Regimento do referido Instituto, aprovado pelo Decreto n.º 24.883, de 28 de abril de 1948, e tendo em vista a programação geral do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata a realizar-se em 1967,

Resolve:

Revogar a Portaria n.º 56, de 6 de setembro de 1961.
Rio de Janeiro, em 27 de janeiro de 1967.

ANTONIO CORRÊA DO LAGO

(Publicada no *Diário Oficial* de 3 de fevereiro de 1967)

PORTARIA MINISTERIAL N.º 170, DE 2 DE FEVEREIRO DE 1967

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando das atribuições que lhe confere o artigo 76, do Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto n.º 1, de 21 de setembro de 1961,

tendo em vista o disposto no artigo 37, parágrafo único, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto n.º 54.130, de 13 de agosto de 1964, e atendendo ao que lhe expôs o Diretor do Instituto Rio-Branco,

Resolve:

I — Aprovar os Programas do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, os quais, assinados pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, são com esta publicados;

II — Revogar a Portaria Ministerial n.º 136, de 29 de abril de 1965.

Rio de Janeiro, em 2 de fevereiro de 1967.

JURACY MAGALHÃES

(Publicada no *Diário Oficial* de 15 de fevereiro de 1967)

PORTARIA N.º 5, DE 3 DE MARÇO DE 1967

O Diretor do Instituto Rio-Branco, usando das atribuições que lhe confere o artigo 25, § 2.º, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto n.º 54.130, de 13 de agosto de 1964, e

considerando que a assiduidade e pontualidade dos alunos e a sua efetiva participação nos trabalhos escolares são condições essenciais para o aproveitamento nos cursos do Instituto Rio-Branco,

Resolve:

baixar as seguintes instruções sobre frequência no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

I — Para serem admitidos às provas finais, os alunos deverão ter assistido efetivamente a, pelo menos, 80% das aulas de cada matéria.

II — Qualquer atraso será considerado falta.

III — Os alunos que, por motivo justo, tiverem mais de 20% de faltas em qualquer matéria terão a sua matrícula trancada, sendo-lhes facultada nova matrícula uma só vez e no ano letivo imediato.

IV — Não terão direito a nova matrícula os alunos que não justificarem devidamente as faltas em excesso aos 20% tolerados.

V — Fica revogada a Portaria n.º 15, de 26 de julho de 1966.
Rio de Janeiro, em 3 de março de 1967.

ANTONIO CORRÊA DO LAGO

(Publicada no *Diário Oficial* de 16 de março de 1967)

PORTARIA MINISTERIAL DE 4 DE ABRIL DE 1967

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando das atribuições que lhe confere o artigo 34 do Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto n.º 1, de 21 de setembro de 1961, e atendendo ao proposto pelo Diretor do Instituto Rio-Branco,

Resolve:

prorrogar por dois anos o mandato do Professor Américo Jacobina Lacombe, como membro integrante da Comissão de Programas e Estudos do Instituto Rio-Branco.

Rio de Janeiro, em 4 de abril de 1967.

JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO

PORTARIA MINISTERIAL DE 4 DE ABRIL DE 1967

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando das atribuições que lhe confere o artigo 34 do Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto n.º 1, de 21 de setembro de 1961, e atendendo ao proposto pelo Diretor do Instituto Rio-Branco.

Resolve:

designar o Doutor Luiz Simões Lopes para integrar a Comissão de Programas e Estudos do Instituto Rio-Branco, por um período de dois anos.

Rio de Janeiro, em 4 de abril de 1967.

JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO

(Publicada no *Diário Oficial* de 11 de abril de 1967)

PORTARIA MINISTERIAL DE 4 DE ABRIL DE 1967

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando das atribuições que lhe confere o artigo 34 do Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto n.º 1, de 21 de setembro de 1961, e atendendo ao proposto pelo Diretor do Instituto Rio-Branco,

Resolve:

designar o Embaixador Cyro de Freitas Valle para integrar a Comissão de Programas e Estudos do Instituto Rio-Branco, por um período de dois anos.

Rio de Janeiro, em 4 de abril de 1967.

JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO

(Publicada no *Diário Oficial* de 11 de abril de 1967)

PORTARIA MINISTERIAL N.º 186, DE 30 DE MAIO DE 1967

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando das atribuições que lhe confere o artigo 76 do Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto n.º 1, de 21 de setembro de 1961;

tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 43 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto n.º 60.355, de 10 de março de 1967;

considerando que aos ocupantes dos cargos da carreira de Oficial de Chancelaria compete executar, entre outros, serviços

gerais de escritório, datilografia e secretariado, assim como serviços de administração geral, taquigrafia, arquivo e biblioteca, tradução e interpretação, quer na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, quer em Missões Diplomáticas e Repartições Consulares; considerando a urgente necessidade de pessoal do Ministério das Relações Exteriores; e atendendo ao que lhe expôs o Diretor do Instituto Rio-Branco,

Resolve:

baixar as seguintes normas para o provimento de cem (100) cargos da classe inicial da Carreira de Oficial de Chancelaria, do Serviço Exterior Brasileiro:

I — Em agosto e em dezembro de 1967, terão início concursos para o preenchimento de cinquenta (50) vagas, cada um.

II — São condições de inscrição:

- a) ser brasileiro;
- b) contar no mínimo dezoito (18) e no máximo trinta e cinco (35) anos de idade, aplicando-se, quanto aos servidores públicos, o disposto no parágrafo 2º do artigo 19 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União;
- c) ser eleitor e estar quite com as obrigações militares;
- d) ter idoneidade moral, apresentando folha corrida e atestado de antecedentes;
- e) estar vacinado contra a varíola, apresentando atestado do fornecido pela Saúde Pública.

III — Os candidatos se submeterão a cinco (5) provas básicas, a uma (1) prova complementar e a provas de capacidade física, psíquica e moral. Todas as provas são obrigatórias e de caráter eliminatório.

IV — As provas básicas são as seguintes:

Geografia e História;
Direito Constitucional;
Francês e Inglês;
Português;
Datilografia.

V — A prova complementar será escolhida pelo candidato, dentre as seguintes:
Taquigrafia;
Arquivo e Biblioteca;

Direito Administrativo e Contabilidade Pública;
Idioma estrangeiro.

VI — As provas de capacidade física, psíquica e moral serão efetuadas por entidades ou comissões designadas pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, e incluirão rigorosa investigação dos costumes e do conceito dos candidatos, para o que poderá ser solicitada a colaboração de quaisquer autoridades oficiais. Do resultado dessas provas não caberá recurso.

VII — Considerar-se-ão aprovados os candidatos que obtiverem a nota mínima de cinquenta (50) pontos em cada prova, a média global mínima de sessenta (60) pontos e se habilitarem nas provas de capacidade física, psíquica e moral.

VIII — Uma vez nomeados, os Oficiais de Chancelaria selecionados através dos concursos a que se refere esta Portaria poderão receber treinamento complementar, de acordo com as necessidades do serviço do Ministério das Relações Exteriores, a critério da Administração.

IX — O Diretor do Instituto Rio-Branco baixará instruções complementares, fixará os programas e publicará editais de abertura de inscrições para os concursos a que se refere esta Portaria.

Rio de Janeiro, em 30 de maio de 1967.

JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO

PORTARIA MINISTERIAL Nº 197, DE 17 DE JUNHO DE 1967

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando das atribuições que lhe confere o artigo 76 do Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto nº 1, de 21 de setembro de 1961;

tendo em vista o disposto no artigo 42, e seu parágrafo único, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto nº 60.355, de 10 de março de 1967;

considerando a urgente necessidade de acelerar o recrutamento, a seleção e a formação de pessoal para a carreira de Diplomata; e

atendendo ao que lhe expôs o Diretor do Instituto Rio-Branco,

Resolve:

Baixar as seguintes normas reguladoras do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata:

I — O Concurso terá início em novembro de 1967 e processar-se-á em quatro fases:

1ª fase (*seleção prévia*):

provas de Português, Geografia e História e provas preliminares de Francês e Inglês, tôdas escritas;

2ª fase:

exames de sanidade e capacidade física e psíquica, investigação social e entrevista;

3ª fase:

provas escritas e orais de Francês e Inglês e provas escritas de Economia, Direito Civil e Comercial, e Direito Constitucional e Administrativo;

4ª fase:

estágio de formação, que compreenderá dois períodos de 16 semanas cada um e no qual serão ministradas as seguintes matérias: Política Internacional, Geografia Política, História das Relações Exteriores do Brasil, Economia, Direito Internacional Público, Direito Internacional Privado e Orientação Profissional; ao concluírem o estágio de formação, os candidatos se submeterão a provas escritas das matérias nele incluídas; quando se tratar de matérias ministradas apenas no primeiro período, as provas correspondentes se efetuarão ao findar esse período.

II — Para a inscrição no Concurso, os candidatos deverão preencher os requisitos estabelecidos no artigo 5º do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto nº 60.355, de 10 de março de 1967. Será aceita a inscrição de candidatos que provem matrícula na segunda série de curso de graduação de escola superior oficial ou reconhecida, sendo, porém, indispensável a apresentação de atestado de conclusão daquela série acadêmica para efeito de sua admissão à quarta fase do Concurso.

III — As provas da primeira e da terceira fases obedecerão ao plano e aos programas constantes do Anexo a esta Portaria.

IV — Os exames de sanidade e capacidade física e psíquica, a investigação social e a entrevista regular-se-ão pelo disposto no artigo 7º do citado Regulamento do Instituto Rio-Branco.

V — Ao estágio de formação se aplicará, no que couber, o disposto nas Seções IV e VI do Capítulo I do Título II do mencionado Regulamento do Instituto Rio-Branco. Os programas de estudos serão os que estiverem em vigor para as matérias correspondentes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

VI — As provas e exames são todos eliminatórios e a habilitação em cada fase do Concurso é requisito essencial para a admissão do candidato à fase seguinte.

VII — As provas da primeira fase realizar-se-ão concomitantemente em Brasília, no Rio de Janeiro e, se houver candidatos em número que o justifique, em Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. As demais fases processar-se-ão no Rio de Janeiro.

VIII — As provas da primeira fase não será atribuída nota e seu resultado, do qual não caberá recurso, será indicado apenas por *aprovado* ou *reprovado*.

IX — Na terceira e na quarta fases, serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem a média global mínima de 65 pontos e a nota mínima de 50 pontos em cada matéria. Em cada uma das referidas fases, a média global será a média aritmética das notas das matérias correspondentes à fase. A nota final do Concurso será a média aritmética das médias globais da terceira e da quarta fases.

X — Desde que preencham as demais condições estabelecidas para o Concurso, estarão dispensados:

- a) das provas preliminares de Francês e Inglês constantes da primeira fase:
- 1) os candidatos amparados pela Portaria nº 1, de 11 de janeiro de 1967, do Diretor do Instituto Rio-Branco;
- 2) os candidatos habilitados nas provas de seleção prévia do Exame Vestibular de 1967.
- b) da primeira fase do Concurso, os candidatos que houverem logrado aprovação no Exame Vestibular de 1967;
- c) da segunda fase do Concurso, os candidatos que, na forma do artigo 7º do citado Regulamento do Instituto Rio-Branco, se hajam habilitado nos exames de sanidade e capacidade física e psíquica, na investigação social e na entrevista do Exame Vestibular de 1967.

XI — Os candidatos que não lograrem aprovação na terceira fase do Concurso poderão matricular-se, em 1968, no

1º Ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, desde que hajam sido aprovados nas provas de Francês e Inglês dessa fase.

XII — Os candidatos que não lograrem aprovação na quarta fase do Concurso poderão matricular-se, em 1969, no 2º Ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, desde que, nessa fase, se encontrem em uma das situações abaixo indicadas:

- a) hajam obtido nota mínima de 50 pontos em cada matéria, sem lograr a média global de 65 pontos;
- b) hajam obtido a média global mínima de 65 pontos, mas não tenham logrado a nota mínima em uma só matéria; ou
- c) hajam excedido por motivo justo, o número de faltas admissíveis fixado para o estágio de formação.

XIII — Aos candidatos residentes fora do Estado da Guanabara e que se hajam habilitado nas provas da primeira fase do Concurso, será provido transporte para o Rio de Janeiro e alojamento durante a segunda e a terceira fases, na forma a ser regulada pelo Diretor do Instituto Rio-Branco.

XIV — Serão concedidas aos candidatos bolsas de estudos durante a quarta fase do Concurso.

XV — É fixada em 30 (trinta) o número de vagas a serem preenchidas pelos candidatos aprovados no concurso de que trata esta Portaria, observada a ordem em que forem classificados.

XVI — O Diretor do Instituto Rio-Branco baixará instruções complementares e publicará edital de abertura de inscrições para o Concurso a que se refere esta Portaria.

Brasília, em 17 de julho de 1967.

JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO.

PORTARIA Nº 18, DE 28 DE MARÇO DE 1967

O Diretor do Instituto Rio-Branco, usando das atribuições que lhe conferem o item XXV do Regulamento do Instituto, aprovado pelo Decreto nº 24.883, de 28 de abril de 1948, e o artigo 43 e seu parágrafo único do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto nº 60.355, de 10 de março de 1967; e considerando o disposto nos itens III e VI da Portaria ministerial nº 186, de 30 de maio de 1967, combinado com os itens 20 e 21

das Instruções que acompanham o Edital, de 30 de maio de 1967, do Concurso para provimento de cargos da classe inicial da carreira de Oficial de Chancelaria do Serviço Exterior Brasileiro,

Resolve:

I — As provas de capacidade psíquica do Concurso serão realizadas pelo Instituto de Seleção, Controle e Pesquisa da Diretoria de Saúde do Ministério da Aeronáutica.

II — As provas de capacidade física serão realizadas pelo Serviço de Assistência Médica e Social do Ministério das Relações Exteriores.

Rio de Janeiro, em 28 de agosto de 1967.

ANTONIO CORRÊA DO LAGO.

Publicada no *Diário Oficial* de 5 de setembro de 1967.

PORTARIA Nº 25, DE 31 DE OUTUBRO DE 1967

O Diretor, Substituto, do Instituto Rio-Branco, usando das atribuições que lhe confere o art. 11, inciso VIII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 24.883, de 28 de abril de 1948, e tendo em vista o disposto na Portaria nº 2, de 4 de fevereiro de 1957, do Diretor do Instituto Rio-Branco,

Resolve:

fixar, em caráter excepcional, o período de 1º a 29 de dezembro de 1967 para a matrícula no 2º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata a realizar-se em 1968.

Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1967.

OTHON DO AMARAL HENRIQUES FILHO.

Publicada no *Diário Oficial* de 9 de novembro de 1967.

PORTARIA MINISTERIAL DE 9 DE NOVEMBRO DE 1967

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando das atribuições que lhe confere o artigo 76 do Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto nº 1, de 21 de setembro de 1961; e tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 43 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto nº 60.355, de 10 de março de 1967,

Resolve:

suspender até ulterior deliberação, a realização do Concurso previsto para dezembro de 1967 no item I da Portaria Ministerial número 186, de 30 de maio de 1967.

JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO.

Publicada no *Diário Oficial* de 13 de novembro de 1967.

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA
EXAME VESTIBULAR

EDITAL

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que estarão abertas, do dia 20 de março ao dia 5 de maio de 1967, as inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, o qual obedecerá às Instruções que acompanham o presente Edital e aos programas aprovados pela Portaria Ministerial nº 170, de 2 de fevereiro de 1967 (*Diário Oficial* de 15-2-1967).

Os candidatos dispensados das provas de seleção prévia, nos termos da Portaria nº 1, de 11 de janeiro de 1967, do Diretor do Instituto Rio-Branco, deverão apresentar, com o requerimento de inscrição, toda a documentação exigida.

Os demais candidatos apresentarão apenas requerimento de inscrição e preencherão ficha de identificação para a prestação das provas de seleção prévia.

As provas de seleção prévia realizar-se-ão nos dias 1 e 2 de junho vindouro, à mesma hora, em Brasília, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. Seu resultado, do qual não caberá recurso, será tornado público até o dia 3 de julho de 1967.

Se, em qualquer das referidas capitais, os candidatos à prestação das provas de seleção prévia forem em número que não justifique a constituição de uma comissão examinadora *in loco*, o Instituto Rio-Branco se reserva o direito de convocá-los para outra capital em que se realizem as provas, correndo por conta dos candidatos as despesas de transporte e alojamento.

Os candidatos aprovados nas provas de seleção prévia deverão apresentar toda a documentação exigida para completar a

sua inscrição, nos seguintes prazos: entre 4 e 14 de julho, os que se houverem submetido às provas no Rio de Janeiro; e entre 4 e 21 de julho, os demais.

Aos candidatos de que trata o parágrafo anterior, bem como aos amparados pela citada Portaria nº 1, de 1967, residentes fora do Estado da Guanabara, o Instituto Rio-Branco proverá transporte para o Rio de Janeiro e alojamento, na forma estabelecida nas Instruções anexas.

Terão início em 5 de junho os exames de sanidade e capacidade física e psíquica dos candidatos dispensados das provas de seleção prévia; os demais candidatos serão submetidos a tais exames a partir de 17 de julho.

As provas vestibulares finais — Português, Francês, Inglês, Geografia, História do Brasil, História Mundial e Noções Fundamentais de Direito — realizar-se-ão no Rio de Janeiro, entre 22 de setembro e meados de novembro.

É fixado em 30 o número de vagas no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata a serem providas pelos candidatos aprovados no Exame Vestibular, os quais serão aproveitados de acordo com a ordem de classificação.

Rio de Janeiro, em 16 de fevereiro de 1967.

ANTONIO CORRÊA DO LAGO

CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE OFICIAL DE CHANCELARIA

EDITAL

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que estarão abertas, do dia 5 de junho ao dia 21 de julho de 1967, as inscrições para o concurso destinado ao provimento de cinquenta (50) cargos da classe inicial da carreira de Oficial de Chancelaria do Serviço Exterior Brasileiro, do Ministério das Relações Exteriores.

O Referido concurso se regulará pelo disposto na Portaria Ministerial nº 186, de 30 de maio de 1967, e pelas Instruções e programas que acompanham o presente Edital. A primeira prova realizar-se-á em 5 de agosto de 1967.

Rio de Janeiro, em 30 de maio de 1967.

CONCURSO DE PROVAS PARA A CARREIRA DE DIPLOMATA

EDITAL

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que estarão abertas, do dia 14 de agosto ao dia 6 de outubro de 1967, na sede do Instituto, na avenida Presidente Vargas 62, 4º andar, Rio de Janeiro, as inscrições para o concurso destinado ao provimento de trinta (30) cargos da classe inicial da carreira de Diplomata, do Ministério das Relações Exteriores.

O referido concurso se regulará pelo disposto na Portaria Ministerial nº 197, de 17 de julho de 1967, pelos planos e programas anexos a essa Portaria, e pelas Instruções que acompanham o presente Edital. A primeira prova realizar-se-á em 3 de novembro de 1967.

Rio de Janeiro, em 17 de julho de 1967.

CIRCULAR Nº 6.681

Aperfeiçoamento profissional no exterior

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas e Repartições consulares e tem a honra de comunicar-lhes que o Ministro de Estado aprovou proposta do Secretário Geral no sentido de se dar início imediato a um programa de incentivo e apoio a estudos de aperfeiçoamento por diplomatas lotados no exterior, realizados sem prejuízo de suas atribuições de serviço.

2. Tais estudos, quando em campos de interesse profissional e com obrigação de exame, passarão a ser custeados pelo Itamaraty.

3. O programa aprovado pelo Ministro de Estado obedece às seguintes diretrizes:

- 1) O Itamaraty custeará as despesas de matrícula e de pagamento de taxas universitárias, incorridas a partir de 1º de junho de 1967;
- 2) O auxílio financeiro será efetivado mediante reembolso, contra a apresentação de comprovantes remetidos à Secretaria de Estado pelo Chefe do posto em que estiver lotado o diplomata interessado;
- 3) O auxílio financeiro somente será concedido ao diplomata que comprovar matrícula em *programa de*

curios, de nível pós-universitário, com vistas à obtenção do título de Mestre ou Doutor;

4) Os campos de interesse profissional são:

a) *Política Internacional*; b) *Ciência Política*; c) *Economia*; d) *Direito Internacional*; e e) *Administração Pública*.

5) Somente se qualifica para continuar a receber o auxílio financeiro, o diplomata que comprovar aprovação, no período letivo anterior, nos Cursos custeados pelo Itamaraty.

4. Caberá ao Instituto Rio-Branco, na forma do artigo 29 de seu novo Regulamento, a administração do programa de auxílio financeiro a que se refere a presente Circular.

Rio de Janeiro, em 26 de abril de 1967.

CIRCULAR Nº 7.065

Aperfeiçoamento profissional no exterior

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Misses diplomáticas e Repartições consulares e, em aditamento à Circular nº 6.681 deste ano, tem a honra de informá-las de que o Itamaraty custeará também as despesas de diplomatas matriculados em cursos universitários («undergraduate»), nos campos de estudos mencionados no item 4 do parágrafo 3, desde que a realização de tais cursos seja condição imposta pela Universidade para a aceitação da inscrição do diplomata em aprêço em programas de pós-graduação (Mestrado ou Doutorado).

Rio de Janeiro, em 17 de novembro de 1967.

CIRCULAR Nº 1

Regime escolar do C.P.C.D. em 1967

O Diretor do Instituto Rio-Branco cumprimenta os Senhores Professores e Alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e lhes transmite informações relativas ao regime escolar que vigorará no ano letivo de 1967, de acordo com o novo Regulamento do Instituto.

I — Ano Letivo

O ano letivo se dividirá em dois períodos, cada um com 16 semanas de aulas e tempo adicional destinado às provas finais:

1º período — 13 de março a 7 de julho;

provas finais de 10 a 14 de julho.

2º período — 1º de agosto a 16 de novembro;

provas finais de 17 a 30 de novembro.

II — Distribuição de matérias e horários

1. As matérias obedecerão à seguinte seriação:

1º ANO

1º Período	2º Período
Português — Francês — Inglês	Português — Francês — Inglês
Economia I	Economia I
Geografia Política	Política Internacional I
História das Relações Exteriores do Brasil	Direito Civil
Direito Constitucional e Administrativo	Direito Comercial

2º ANO

1º Período	2º Período
Português-Francês-Inglês	Português
Economia II	Economia II
Política Internacional II	Política Internacional II
Direito Internacional Público	Direito Internacional Público
Direito Internacional Privado	Direito Comercial
	Orientação Profissional

2. As aulas do 1º período letivo obedecerão aos horários constantes dos Quadros nºs 1 a 4, anexos.

III — Regime didático

1. Na execução dos programas das diversas matérias, serão adotados como método de ensino, conforme o assunto, aulas de preleção, conferências, seminários, aulas e trabalhos práticos, pesquisas individuais e em grupo, exercícios, arguições e visitas a centros de interesse.

2. Visar-se-á principalmente a desenvolver a iniciativa dos alunos, acostumá-los a realizar estudos e pesquisas, bem como a expor e debater em classe, e, de um modo geral, a prepará-los para situações reais de trabalho profissional.

3. Professores orientadores darão assistência aos alunos fora das aulas, em horário previamente estabelecido.

4. A cadeira de Português não se regerá pelo sistema de aulas. Será realizado um controle sistemático dos conhecimentos da língua através da apreciação, sob os aspectos gramaticais e estilísticos, das provas e trabalhos escolares de outras matérias. Nos casos em que os alunos revelem deficiências marcantes, o Professor poderá convocá-los, por grupos, para reuniões de revisão. A nota final de Português será a média das notas atribuídas durante o ano letivo em resultado da referida apreciação.

5. Para melhor aproveitamento no estudo de Francês e Inglês, os alunos serão agrupados, em turmas, de acordo com critérios estabelecidos pelos Professores.

IV — Frequência

1. É obrigatória a frequência às aulas e conferências, bem como a participação em provas, seminários e demais trabalhos escolares.

2. Os alunos apresentar-se-ão à primeira aula com a devida antecedência, para fins de verificação de presença, e deverão encontrar-se na sala na hora fixada para o início de cada aula. Qualquer atraso será considerado falta.

3. Só serão admitidos às provas finais os alunos que tiverem assistido efetivamente a, pelo menos, 80% das aulas de cada matéria (nestas incluídas as demais sessões escolares). Os que, por motivo justo, tiverem mais de 20% de faltas em qualquer matéria terão a sua matrícula trancada, sendo-lhes concedida nova matrícula, uma só vez e no ano letivo imediato. Não terão direito a nova matrícula os alunos que não justificarem devidamente as faltas em excesso aos 20% tolerados.

V — Regime de provas

1. Para cada matéria, em cada ano letivo, haverá provas periódicas e uma prova final.

2. As provas periódicas poderão ter a forma de exames escritos ou orais, exercícios escolares, monografias e exposições sobre trabalhos de pesquisa. O número, os tipos e as épocas das provas de cada matéria serão fixados pelo Diretor, por proposta do respectivo Professor.

3. As provas finais de Francês e Inglês serão escritas e orais. As provas das demais matérias serão apenas escritas, observado o disposto no item III — 4, no tocante a Português.

4. Os trabalhos escolares preparados fora de classe deverão ser entregues rigorosamente dentro dos prazos fixados para a sua apresentação.

VI — Regime de notas

1. As notas serão graduadas de zero a cem, admitidas até duas decimais.

2. A nota final de cada matéria será a média aritmética das notas das provas periódicas e da prova final.

3. A média global do ano letivo será a média aritmética das notas finais das matérias do referido ano.

4. A nota final do Curso será a média ponderada das médias globais do Exame Vestibular e de cada ano letivo. A nota final dos alunos do 2º Ano será calculada atribuindo-se peso 1 à média global do Exame Vestibular e peso 3 à média global de cada ano; para os alunos que iniciam o C.P.C.D. em 1967, o cálculo se fará adotando pesos 1 e 2, respectivamente.

VII — Aprovação

Será promovido à série seguinte, ou ficará habilitado a receber o certificado de conclusão do Curso, o aluno que obtiver, no ano letivo, a média global mínima de 65 pontos e a nota final mínima de 50 pontos em cada matéria.

VIII — Segunda época

1. Ao aluno que obtiver média global igual ou superior a 65 pontos, mas não houver logrado a nota final mínima em uma só matéria, será facultado requerer exame de segunda época. Neste caso, a nota final da matéria passará a ser a média ponderada das notas das provas de que trata o item V desta Circular e da nota do exame de segunda época, com pesos respectivamente iguais a 3 e 2.

2. A média global do ano letivo será sempre a obtida em primeira época, não se computando, para esse efeito, o resultado do exame de segunda época.

IX — Repetência

Será permitida a repetência, uma só vez e no ano letivo imediato, ao aluno que:

1. se bem aprovado em todas as matérias, não obtiver a média global mínima de 65 pontos;

2. se encontre na situação prevista no item VIII, inciso 1, desta Circular e não haja obtido os pontos necessários no exame de segunda época;

3. por motivo justo, haja excedido os 20% de faltas administráveis.

Rio de Janeiro, em 13 de março de 1967.

CIRCULAR Nº 3

Regime escolar dos Cursos Especiais para aperfeiçoamento do Pessoal Administrativo do Itamaraty

O Diretor do Instituto Rio-Branco cumprimenta os Senhores Professores e Alunos dos Cursos Especiais de Aperfeiçoamento do Pessoal Administrativo do Itamaraty e lhes transmite informações relativas ao regime escolar que vigorará nos períodos letivos de 1967.

2. O Instituto Rio-Branco, de acordo com o que prevê o artigo 31 do seu Regulamento, programou a realização, em 1967, entre outros, dos seguintes Cursos Especiais para aperfeiçoamento do Pessoal Administrativo do Itamaraty:

1. Português
2. Francês
3. Inglês
4. Taquigrafia
5. Administração

3. Os cursos serão ministrados em períodos de oito semanas, o primeiro dos quais com início a 12 de junho.

4. A composição das turmas se fará inicialmente de acordo com os níveis de conhecimento dos alunos, apurados em testes de seleção, bem como no interesse da harmonização dos horários dos alunos inscritos em diferentes cursos. Periódicamente poderão ser realizados testes para aferição do aproveitamento individual dos alunos e sua eventual transferência de uma turma para outra.

5. As aulas do primeiro período letivo obedecerão aos horários em anexo.

6. É obrigatória a frequência às aulas, bem como a participação nos testes e demais trabalhos escolares.

7. Os alunos apresentar-se-ão pontualmente à hora fixada para o início de cada aula, quando será feita a verificação de presença.

8. Será desligado o aluno que, sem motivo justo, deixar de assistir efetivamente a pelo menos 2/3 das aulas do respectivo curso, consoante apuração feita ao final de cada período de quatro semanas.

Rio de Janeiro, em 9 de junho de 1967.

CIRCULAR Nº 4

Regime escolar do C. P. C. D. em 1967

2º período letivo

O Diretor do Instituto Rio-Branco cumprimenta os Senhores Professores e Alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e lhes comunica que, a fim de atender às necessidades da Administração do Itamaraty, o 2º período letivo do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata terá início no dia 24 do corrente, com a duração de 12 semanas, terminando, assim a 13 de outubro; as provas finais se realizarão entre 16 e 27 também de outubro.

2. Oportunamente, serão dados a conhecer os horários que vigorarão no período letivo em apêço.

3. As demais disposições da Circular nº 1, de 13 de março de 1967, continuam em vigor.

Rio de Janeiro, em 3 de junho de 1967.

PESSOAL

PESSOAL DO INSTITUTO RIO-BRANCO DE 1945 A 1967

N O M E S	C A R G O	E X E R C Í C I O
DIRETORES		
Hildebrando Pompeu Pinto Accioli.....	Embaixador.....	28- 4-1945 a 13- 1-1947
Jacome Baggi de Berenguer César (*).....	Ministro.....	26- 7-1946 a 27-12-1946
Hélio Lôbo.....	Ministro.....	15- 1-1947 a 24- 4-1947
Lafayette de Carvalho e Silva.....	Embaixador.....	24- 4-1947 a 26- 1-1956
Antonio Camilo de Oliveira.....	Embaixador.....	28- 1-1956 a 21- 6-1966
Antonio Corrêa do Lago.....	Embaixador.....	21- 6-1966 a 16- 9-1967
Othon do Amaral Henriques Filho (*).....	Conselheiro.....	17- 9-1967 a 22-12-1967
Antonio Corrêa do Lago.....	Embaixador.....	25-12-1967 a

CHEFES DA SECRETARIA

Labieno Salgado dos Santos.....	Ministro.....	1- 9-1945 a 3- 6-1946
Jacome Baggi de Berenguer César.....	Ministro.....	3- 6-1946 a 7- 1-1947
João Guimarães Rosa.....	Secretário.....	24- 1-1947 a 7- 8-1948
Vera Regina Amaral Sauer (*).....	Cônsul.....	1- 8-1947 a 31- 8-1947
Raul Bopp.....	Ministro.....	17- 9-1948 a 17-11-1951
Beata Vettori.....	Conselheiro.....	17-11-1951 a 30- 5-1953
Jayme de Azevedo Rodrigues.....	Conselheiro.....	30- 5-1953 a 11-11-1953
Antônio Corrêa do Lago.....	Ministro.....	11-11-1953 a 1-10-1954
Luiz Almeida Nogueira Pôrto.....	Cônsul.....	6-10-1954 a 26- 5-1955
Vera Regina Amaral Sauer.....	Ministro.....	26- 5-1955 a 22- 8-1962
Arnaldo Rigueira (*).....	Secretário.....	24- 9-1960 a 20-12-1960
Hélio Antônio Scarabótol.....	Conselheiro.....	22- 8-1962 a 1- 8-1964
Arthur Pimenta Valente.....	Secretário.....	12- 8-1964 a 1- 4-1965
Isócrates de Oliveira.....	Secretário.....	25- 6-1965 a 1- 7-1966
Fernando Paulo Simas Magalhães.....	Ministro.....	1- 7-1966 a 23-12-1966
Othon do Amaral Henriques Filho.....	Conselheiro.....	28-12-1966 a 31- 5-1967
Oswaldo Barreto e Silva (*).....	Conselheiro.....	1- 6-1967 a 31- 7-1967
Othon do Amaral Henriques Filho.....	Conselheiro.....	1- 8-1967 a

COORDENADOR DOS CONCURSOS

Oswaldo Barreto e Silva.....	Conselheiro.....	13-9-1967 a
------------------------------	------------------	-------------------

CHEFES DA SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga.....	Cônsul.....	12- 5-1948 a 18-11-1949
Ayrton Diniz (*).....	Cônsul.....	18-11-1949 a 23-6 -1950
Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga (*).....	Cônsul.....	23- 6-1950 a 9- 2-1951

(*) Em caráter interino.

AUXILIARES DA SECRETARIA E SUA DISTRIBUIÇÃO PELAS DIVERSAS SEÇÕES

SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

N O M E S	CARGO	EXERCÍCIO
Maria Virginia Dantas Cavalcanti.....	Auxiliar.....	1-9-1945 a 31-12-1945
Ladislau Colaço.....	Auxiliar.....	10-11-1945 a 14-11-1945
Jorge Malheiros dos Santos.....	Auxiliar.....	5-10-1945 a 13-11-1945
Estevão Botelho.....	Contador.....	1-1-1946 a 9-12-1958
Martha Freire Pereira Pinto.....	Escriturário.....	6-3-1946 a 12-2-1949
		4-7-1953 a 15-1-1955
Vera Pereira Corrêa da Costa.....	Auxiliar.....	8-7-1946 a 20-12-1946
Manoel Moreira de Barros.....	Auxiliar.....	8-3-1946 a 18-10-1946
Ida Lôbo de Brito.....	Arquivista.....	8-3-1946 a 1-2-1947
Naura Teixeira Lopes da Cruz.....	Oficial de Chancelaria.....	28-11-1946 a
Maria Paletta de Alencar.....	Oficial de Chancelaria.....	6-3-1947 a 12-12-1947
		7-3-1957 a
Dalce Soares de Oliveira.....	Datilógrafo.....	3-9-1947 a 31-12-1947
Clotilde Paletta de Alencar.....	Auxiliar.....	7-11-1947 a 31-5-1951
Washington Muller dos Reis.....	Auxiliar.....	21-11-1947 a 5-5-1948
Iolanda Lúcia Vettori.....	Arquivologista.....	12-1-1948 a 30-8-1948
Cecília Leite Carneiro Monteiro.....	Datilógrafo.....	1-1-1949 a 9-12-1952
Regina Lima de Abreu.....	Datilógrafo.....	23-3-1949 a 25-8-1951
Lygia Lima de Abreu.....	Escriturário.....	25-10-1951 a 16-1-1956
Vera de Pimentel Brandão Corrêa Pinto.....	Auxiliar.....	1-11-1951 a 31-12-1953
Iris Coelho.....	Taquígrafo.....	1-1-1953 a 31-8-1955
Silvia Ribeiro Póvoas.....	Auxiliar Administrativo.....	15-7-1954 a 26-8-1954
Zoch Ivone da Veiga Ferreira Pontes.....	Auxiliar Administrativo.....	26-11-1951 a 1-8-1952
Maria Aparecida de Carvalho Sá.....	Auxiliar Técnico Financeiro.....	1-12-1953 a
Rachel Biasotto Mano.....	Escrevente Datilógrafo.....	1-10-1954 a 13-1-1955
Maria Sylvia de Noronha.....	Auxiliar Administrativo.....	1-10-1954 a 2-9-1955
Anna Maria Teixeira Nunes.....	Auxiliar.....	22-8-1955 a 7-3-1960
Luciôla Junqueira.....	Auxiliar.....	22-8-1955 a 7-3-1957
Laura Moura Aquino.....	Datilógrafo.....	10-5-1962 a 2-5-1967
Ilma Drinkwater de Oliveira Gomes.....	Auxiliar de Escritório.....	5-11-1962 a

SEÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA

Marina de Barros Vasconcelos.....	Assistente.....	21-9-1946 a 9-10-1951
	Encarregado de Seção.....	9-10-1951 a 3-1-1955
Maria Paletta de Alencar.....	Auxiliar.....	12-12-1947 a 7-3-1957
Rachel Biasotto Mano.....	Oficial de Chancelaria.....	3-1-1955 a 12-1-1965
Zina Arcary.....	Datilógrafo.....	1-10-1954 a 31-12-1959
Ilka Vianna de Moura.....	Oficial de Chancelaria.....	1-11-1956 a 6-8-1965
Luciôla Junqueira.....	Assistente Comercial.....	8-3-1957 a
Ana Maria Teixeira Nunes.....	Técnico Contabilidade.....	7-3-1960 a
Juraciema Marciano de Amorim.....	Auxiliar de Escritório.....	26-7-1965 a

N O M E S	CARGO	EXERCÍCIO
Cláudio Garcia de Souza.....	Cônsul.....	9-2-1951 a 26-5-1952
Luiz Benjamim de Almeida Cunha (*).....	Cônsul.....	2-4-1951 a 28-5-1951
Marcos Antônio de Salvo Coimbra (*).....	Cônsul.....	28-5-1952 a 27-3-1953
Manoel Maria Fernandes Alcázar.....	Cônsul.....	8-6-1953 a 7-4-1954
Osires Carneiro Leão (*).....	Auxiliar Administrativo.....	11-1-1954 a 10-5-1954
José Maria Villar de Queiroz.....	Cônsul.....	7-4-1954 a 10-1-1955
Martha Freire Pereira Pinto.....	Escriturário.....	15-1-1955 a 20-1-1959
Arnaldo Rigueira.....	Secretário.....	21-1-1959 a 8-3-1961
Naura Teixeira Lopes da Cruz.....	Oficial de Chancelaria.....	25-3-1961 a

CHEFES DA SEÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA

Alvaro Moitinho Neiva (*).....	Técnico de Educação.....	19-5-1948 a 31-12-1949
Marina de Barros Vasconcelos (*).....	Professora.....	9-10-1951 a 13-1-1955
Rachel Biasotto Mano.....	Professora.....	15-1-1955 a 1-4-1965
Ilhah de Figueiredo Lobo.....	Professora.....	1-4-1965 a

CHEFES DA SEÇÃO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES

José Honório Rodrigues.....	Professor.....	2-9-1948 a 24-7-1950
Raul José de Sá Barbosa.....	Cônsul.....	21-8-1950 a 26-5-1951
Luiz Benjamim de Almeida Cunha (*).....	Cônsul.....	11-6-1951 a 24-9-1951
Cláudio Garcia de Souza (*).....	Cônsul.....	24-9-1951 a 19-1-1952
Flávio Garcia de Souza.....	Auxiliar.....	19-1-1952 a 7-1-1955
Maria de Vilhena Fabiano de Araújo.....	Oficial de Chancelaria.....	7-1-1955 a

SECRETÁRIOS DO DIRETOR

Mello Moreira de Mello.....	Cônsul.....	22-5-1946 a 3-12-1946
Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga.....	Cônsul.....	23-12-1946 a 12-5-1948
Vera Regina Amaral Sauer (*).....	Cônsul.....	1-8-1947 a 31-1-1948
Ayrton Diniz.....	Cônsul.....	12-5-1948 a 23-6-1950
Luiz Benjamim de Almeida Cunha.....	Cônsul.....	13-2-1951 a 24-9-1951
Cláudio Garcia de Souza (*).....	Cônsul.....	24-9-1951 a 5-10-1951
Marcos Antônio de Salvo Coimbra.....	Cônsul.....	5-10-1951 a 27-3-1953
Manoel Maria Fernandes Alcázar.....	Cônsul.....	8-7-1953 a 7-4-1954
José Maria Villar de Queiroz.....	Cônsul.....	7-4-1954 a 25-1-1955
Elza Gomes (*).....	Auxiliar Administrativo.....	9-2-1956 a 15-5-1957
Naura Teixeira Lopes da Cruz.....	Escriturário.....	16-5-1957 a 24-3-1961
Martha Freire Pereira Pinto.....	Oficial de Chancelaria.....	25-3-1961 a

(*) Em caráter interino.

N O M E S	C A R G O	E X E R C Í C I O
-----------	-----------	-------------------

SEÇÃO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES

Atréia Dutra dos Santos.....	Pesquisador.....	26-11-1945 a 31-12-1949
Jacy Lobato Alvarães.....	Bibliotecário.....	10- 9-1948 a 10- 6-1951
Maria de Vilhena Fabiano de Araújo.....	Oficial de Chancelaria.....	31-11-1948 a
Osires Carneiro Leão.....	Auxiliar Administrativo.....	19- 6-1951 a 26- 1-1955
Ronaldo Costa.....	Serviço Extraordinário.....	
Othon Guimarães.....	da Biblioteca.....	
	Serviço Extraordinário.....	
	da Biblioteca.....	

BIBLIOTECA

Heloísa Behring Tonello.....	Oficial de Chancelaria.....	15- 3-1955 a
Laura Moura de Aquino.....	Datilógrafo.....	2- 5-1967 a

PORTARIA

Wilson Teixeira (Servindo na S.T.P.).....	Impressor.....	1-11-1945 a
Ivan Teixeira.....	Porteiro.....	1- 4-1947 a
Antônio Jorge dos Santos.....	Servente.....	(até 15-12-1961)
Rubens Pereira de Souza e Silva.....	Porteiro.....	(até 12- 4-1963)
Adilson de Miranda Miguel.....	Servente.....	(até 2-12-1963)
		De 1-4-1965 a 4-10-1965
Joaquim Francisco da Costa.....	Servente.....	(até 2-9-1963)
Gilberto de Jesus.....	Servente.....	(até 1-4-1963)
		De 17-11-1966 a
Jorge Melo da Costa.....	Servente.....	5- 9-1963 a 30-11-1967
Luiz Carlos da Gama.....	Servente.....	5-10-1965 a 15-11-1966
Leônidas Rosa de Oliveira.....	Servente.....	2- 5-1967 a
Rogério Lourenço Pereira.....	Servente.....	9- 5-1967 a
Jorge Ivo Marcelo.....	Servente.....	1-12-1967 a

PROFESSORES DO INSTITUTO RIO-BRANCO

1966/1967

ABRANCHES, Carlos Alberto Dunshee de

(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1965 a 1967) Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil (1935). *Atividades Profissionais*: Professor universitário, advogado e jornalista. *Funções Públicas*: a) Assessor Jurídico do Ministro da Fazenda (1945); b) Membro da Comissão de Reparações de Guerra (1945); c) Diretor do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais (1946-53); d) Consultor Especial da Comissão Nacional de Energia Nuclear desde 1961; e) Delegado do Brasil ao Comitê Intergovernamental sobre Responsabilidade Civil da Agência Internacional de Energia Atômica (Viena, 1962); f) Delegado do Brasil e Presidente do Comitê Jurídico da Comissão Interamericana de Energia Nuclear da OEA (Washington, 1962; Viena, 1963; Washington, 1963; Buenos Aires, 1964 e México, 1967); g) Delegado do Brasil e «Rapporteur» à Conferência Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares (Viena, 1963); h) Delegado do Brasil à 5ª Reunião da Comissão Interamericana de Energia Nuclear da OEA (Valparaíso, 1964); i) Membro da Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, eleito em 3-6-64; j) Delegado do Brasil à II Conferência Interamericana Extraordinária (Rio de Janeiro, 1965); k) Delegado do Brasil na Comissão de Peritos sobre Assistência de Emergência em caso de Acidente Nuclear da AIEA (Viena, 1965); l) Representante do Brasil no Seminário das Nações Unidas sobre o Apartheid (Brasília, 1966); m) Membro do Tribunal de Arbitragem do Consortium Internacional de Telecomunicações por Satélites (Washington, 1967). *Exercício de Magistério*: a) Professor contratado de História da Civilização do Colégio Pedro II (1934); b) Professor contratado de Direito Penal na Faculdade Nacional de Direito (1940); c) Professor contratado do Curso de Direito Nuclear da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara

(1963); d) Professor livre-docente de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da UEG (1965); f) Catedrático interino de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da UEG (1966); g) Catedrático interino de Direito Constitucional da mesma Faculdade (1967); h) Professor do Curso de Direito Nuclear da Universidade Nacional de Brasília e conferencista na Universidade de Coimbra, na Universidade de Lisboa, na Universidade de Juiz-de-Fora, na Pontifícia Universidade Católica e outras universidades. *Congressos e Conferências Jurídicas*: a) «Conferência Interamericana sobre Problemas da Paz e da Guerra» (México, 1946); b) «Inter-American Bar Association» (Rio de Janeiro, 1943; Detroit, 1949; São Paulo, 1954; Bogotá, 1961; Panamá, 1963; San Juan, 1965 e Costa Rica, 1967); c) «Union Internationale des Avocats» (Rio de Janeiro, 1951 e Lisboa, 1962); d) «World Peace Through Law Center» (Costa Rica, 1961; Atenas, 1963; Washington, 1965 e Genebra, 1967); e) Simpósio Interamericano de Energia Nuclear e Direito (Pôrto Rico, 1959); f) «International Law Association» (Bruxelas, 1962 e Tóquio, 1964); g) «Académie Internationale de Droit Comparé» (Hamburgo, 1962). *Publicações*: a) *Sentença Indeterminada* — Rio, 1939; b) *O Método do Caso e o Ensino Jurídico* — Rio, 1943; c) *Estatuto do Advogado* (Substituto) — Rio, 1955; d) *Regime de Previdência do Advogado* — Rio, 1958; e) *Crise do TFR* — Rio, 1960; f) *Convenção Interamericana sobre Drogas e Alimentos* — Rio, 1962; g) *Trabalhos Forenses* (Coletânea), 4 volumes — Rio, 1934-63; h) *Proteção Internacional dos Direitos Humanos* — Rio, 1964; i) *Proscrição das Armas Nucleares* — Rio, 1964; j) *O Espaço Exterior e a Responsabilidade Internacional* — Rio, 1965; l) *Missão em São Domingos* (3 relatórios) — Washington, 1965-66; m) *Apartheid* (Min. Relações Exteriores) — Rio, 1966; n) *Convenção Interamericana de Direitos Humanos* (Projeto e Relatório) — União Pan-Americana — Washington, 1966-67.

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de

(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1960 a 1964)
(C.P.C.D. — História das Américas — 1965, 1966)

Bacharel em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia da U.B. Curso de História do Amazonas. Geógrafo, integrante do Conselho Nacional de Geografia. Documentarista do Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Professor de História do Curso Toneleros. Professor de História do Instituto Central do Povo. Professor de História do Ginásio dos

Comerciários e do Ginásio Machado de Assis da C.N.E.G. Professor de História do Colégio Frederico Ribeiro. Professor de História do Colégio Guanabara. Professor de Geografia e História do Curso Carioca. Ex-Professor de Geografia e História do Curso Papini. Professor Auxiliar de Ensino junto à cadeira de História do Brasil da Faculdade de Filosofia da U.B. Professor Auxiliar de Ensino junto à cadeira de Etnografia do Brasil da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor substituto da cadeira de História do Brasil da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. *Publicações*: «Mapas Históricos do Brasil» (in Atlas Histórico Escolar — M.E.C.). «O Emigrante Japonês de após-Guerra» (Inédito) I.N.I.C. «Cartilha do Imigrante (Inédito)» I.N.I.C. «Características Gerais da Região Centro-Oeste» (in Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vol. II — I.B.G.E.). «O Povoamento, População e Colonização do Centro-Oeste» (in A Grande Região Centro-Oeste — I.B.G.E.). «Povoamento do Meio Norte» (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vol. III — I.B.G.E.). «Povoamento do Nordeste Oriental» (in Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vols. IV e V — I.B.G.E.). «Povoamento da Grande Região Nordeste» (in A Grande Região Nordeste — I.B.G.E.). «População Indígena da Amazônia» (in A Grande Região Norte — I.B.G.E.). «Tipos Étnicos do Brasil» (in Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vol. XXXVII — I.B.G.E.).

ALMEIDA, Secretário Márcio Fortes de

(C.P.C.D. — Português — 1966, 1967)

(C.P.C.D. — Orientação Profissional — 1967)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito, da Universidade do Brasil (1963). Aluno do 2º ano do Curso de Doutorado, Direito Público, da Faculdade Nacional de Direito, da Universidade do Brasil. Aluno do 6º ano do Curso de Piano e dos Cursos de Harmonia e Morfologia, Transposição, Canto Coral e História da Música e portador do Certificado do Curso de Teoria e Solfejo, da Escola Nacional de Música, da Universidade do Brasil. Certificado do Curso de Civilização Francesa da Associação Cultural Franco-Brasileira do Rio de Janeiro (1962). Diplomado no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco. Prêmio «Rio-Branco», medalha de ver-

meil — 1º lugar, 1963. Prêmio «Lafayette de Carvalho e Silva» (vestibular ao Instituto Rio-Branco, 1962). Prêmio Panthéon, Duque de Caxias (medalha de ouro) e Frederico Fróes Filho e título de Coronel-Comandante-aluno (Colégio Militar do Rio de Janeiro, 1959). Título de Estudante do Ano de 1959 e Menção Honrosa em 1963, conferidos pelo «Diário de Notícias» do Rio de Janeiro. Terceiro Secretário de Embaixada, da carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, em novembro de 1963. Segundo Secretário em novembro de 1966. Assessor das Delegações do Brasil às II Reuniões Anuais do Comitê Interamericano Econômico e Social da Organização dos Estados Americanos, em níveis técnico e ministerial (outubro-novembro de 1963). Assessor do Exame de Seleção Prévia e do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco (julho de 1964 e julho-novembro de 1965). Chefe, substituto, da Divisão das Nações Unidas do Ministério das Relações Exteriores (julho-agosto de 1964). Membro da Comissão Preparadora das Instruções para a Delegação do Brasil à XIX Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (setembro-novembro de 1964). Assessor da Delegação do Brasil à XIX Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (dezembro de 1964, março de 1965). Auxiliar do Secretário Geral Adjunto para Organismos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores (março-julho de 1965). Membro do Conselho da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (G.O.), como representante do Ministério das Relações Exteriores (maio de 1965-fevereiro de 1967). Membro da Comissão Preparadora das Instruções para a Delegação do Brasil à XX Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (julho-setembro de 1965). Auxiliar do Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores (agosto de 1965-fevereiro de 1966). Examinador de Português dos Exames de Seleção Prévia e do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco (julho-setembro de 1966 e junho-setembro de 1967). Examinador de Português da 1ª fase (Seleção Prévia) do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata (novembro de 1967). Orientador do 1º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata — 1967. Membro do Grupo de Estudos sobre Direito Internacional Público e Política Internacional na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, representando o Ministério das Relações Exteriores (setembro de 1966 e março de 1967). Assessor da Assessoria Especial do Presidente da República — 1966, 1967.

ALVIM, Clara de Andrade

(C.P.C.D. — Português — 1966)

Licenciada em Letras Neolatinas pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1958). Bacharel em Letras Neolatinas pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1958). Curso de Especialização de Literatura Espanhola pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1959). Curso de Especialização de Literatura Brasileira pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1962). Professora efetiva de Português no Colégio Pedro II (a partir de 1960). Professora Auxiliar de Ensino na Cadeira de Literatura Brasileira da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (a partir de março de 1964). Membro da Banca Examinadora do Vestibular à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1965). Professora-assistente no Curso de Altos Estudos do Colégio Pedro II (1966).

BAER, Werner

(C.P.C.D. — Economia II — 1966)

Bacharel em Economia pelo Queen's College, 1953. Mestrado (1955) e Doutorado (1958) em Economia, pela Harvard University. Instrutor na Harvard University, 1958/61. Professor Associado na Vanderbilt University, 1965. Professor Assistente na Yale University, 1961/65. Consultor do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos da América, 1961. Tese de doutorado: «The Postwar Foreign Trade Recovery of Germany», Harvard, 1958. *Principais trabalhos publicados*: 1. «The Promoting and the Financing of the Suez Canal», *The Business History Review*, dezembro, 1956. 2. «Current Views on the Dollar Shortage», *Public Policy*, 1956. 3. «Puerto Rico: An Evaluation of a Successful Development Program», *The Quarterly Journal of Economics*, novembro, 1959. 4. «The Economics of Prebisch and ECLA», *Economic Development and Cultural Change*, janeiro, 1962 (também publicado em *El Trimestre Económico*). 5. «Multiple Exchange Rates and Multiple Policy Objectives» (com M. Herivel), *Economica*, maio, 1962. 6. «The Puerto Rican Economy and U. S. Economic Fluctuations», Rio de las Piedras, Puerto Rico: *The University of Puerto Rico Press*, 1962. 7. «Inflation and Economic Growth: An Interpretation of the Brazilian Case», *FDCC*, outubro, 1962. 8. «Brazil: Inflation and Economic Efficiency», *EDCC*, julho, 1963. 9. «American Capital and Brazilian Nationalism» (com M. H. Simonsen),

The Yale Review, 1964. 10. «Regional Inequality and Economic Growth in Brazil». *EDCC*, abril, 1964. 11. «Import Substitution and Industrialization in Brazil» (com I. Kerstenetzky). *American Economic Review*, maio, 1964. 12. «Inflation and Growth in Latin America» (com I. Kerstenetzky). *Homewood Illinois* — Richard D. Irwin, Inc., 1964. 13. «Transportation and Inflation: A Study of Irrational Policy Making in Brazil» (com Simonsen and Kerstenetzky). *EDDC*, janeiro, 1965. 14. «Profit Illusion and Policy Making in an Inflationary Economy» (com M. H. Simonsen), *Oxford Economic Papers*, julho, 1965. 15. «Industrialization and Economic Development in Brazil», Homewood Illinois, Richard D. Irwin, Inc., 1965. 16. «Employment and Industrialization in Developing Countries» (com M. Herve). *The Quarterly Journal of Economics*, fevereiro, 1966. 17. «Review Article of Brazil's Three Year Plan», *Revista Brasileira de Economia*, dezembro, 1962. 18. «Patterns of Brazilian Economic Growth», conferência na Cornell University em abril de 1966 (com I. Kerstenetzky).

BALTHASAR, João da Silva

C.E. — Taquigrafia — 1967)

(Não apresentou o «Curriculum»).

BANDEIRA, Pedro Paulo Rocha

(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1967).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (1958). Orador Oficial da Turma. *Cursos de Extensão Universitária*: Sistemas Penitenciários e Eloquência forense. Redator do Jornal «Cartas Universitárias» e da Revista «A Época». Diretor do Jornal «A Crítica». Fundador do «Centro de estudos Europeus» e Sócio fundador da Associação Universitária de Recuperação do Ex-detento. Curso de Doutorado na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, Seção de Direito Privado (1960). Assistente Jurídico da Superintendência de Urbanização e Saneamento do Estado da Guanabara. Advogado da Editora Última Hora S.A.. Professor Assistente de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1961). Auxiliar de ensino da Cadeira de Direito Internacional Privado na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1966). Membro efetivo do Comitê Nacional de Direito Comparado (1963). *Publicações e Conferências Jurídicas*: «A Justiça» (monografia premiada e pu-

blicada na edição do cinquentenário da Revista «A Época» da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (1956). «A Equidade» (1957); «Discurso de Orador da Turma de Bacharelados de 1958»; «Ministro Alfredo Valladão» (1959); «Direito Internacional Privado, a obra centenária de Pimenta Bueno» (conferência pronunciada na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1963, publicada na Revista Jurídica da Faculdade Nacional de Direito, vol. XVIII); «A situação jurídica da mulher sueca casada com brasileiro» (1965); «O *prélèvement* no Direito Internacional Privado Brasileiro» (1966); «Haroldo Valladão e os Jovens Juristas» (1967); «Os novos brasileiros da Constituição de 1967: natos e naturalizados».

BARAT, Josef

(C.P.C.D. — Economia I — 1966).

Licenciado pela Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil — 1963. Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico pelo IX Curso Intensivo CEPAL-BNDE no Rio — 1963. Especialização em Planejamento Econômico no «Commissariat Général du Plan» do Governo Francês em Paris — 1964/65. *Atividades Profissionais*: Assistente do economista João Paulo de Almeida Magalhães — 1962/63. Assessor técnico da Comissão Nacional do Planejamento — 1963/64. Assessor técnico do grupo misto CEPAL-BID para estudos do comércio exterior Brasil-Uruguai — 1964. Economista da Coordenação Técnica do G.E.I.P.O.T. (Grupo Executivo de Integração da Política de Transporte) — 1966.

BARROS, Julio d'Assunção

(C.E. — Direito Administrativo e Contabilidade Pública — 1967)

(Não apresentou o «Curriculum»).

BECKER, Bertha Koiffmann

(C.P.C.D. — Geografia — 1966, 1967).

Licenciada (1952) e Bacharel (1953) em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Assistente da Cadeira de Geografia do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia (1957). Pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisas em 1951, 1952, 1958; do Con-

selho de Pesquisas da Universidade do Brasil em 1964, 1965 e 1966. Membro da Associação dos Geógrafos Brasileiros. *Cursos de Extensão Universitária*: Curso de Altos Estudos Geográficos, promovido pelo Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia, 1956. Asspetos da Geografia Carioca, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1958. A Colonização Germânica no Rio Grande do Sul, promovido pela Cadeira de Geografia do Brasil, ministrado pelo Prof. Jean Roche, da Universidade de Toulouse, 1960. Imigração e Colonização do Brasil, ministrado pelo Prof. José Arthur Rios, promovido pela Cadeira de Geografia do Brasil, 1960. Geografia Carioca, para a Cadeira de Estudos Sociais, organizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1964. *Participação em Reuniões Científicas*: XVIII Congresso Internacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1956. VI Congresso Brasileiro de Solos, Salvador, 1957. Observador da Fac. Nac. de Filosofia à Assembléia da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Santa Maria, 1958. Congresso de Geologia, São Paulo, 1959. Assembléia da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Mossoró, membro *in absentia*, 1960. Observador da Fac. Nac. de Filosofia à Assembléia da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Londrina, 1961. Assembléia da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Poços de Caldas, 1964. XX Congresso Internacional de Geografia, Londres, membro *in absentia*, 1964. II Congresso Brasileiro de Geógrafos, Rio de Janeiro, 1965. Membro da Delegação Brasileira à I Conferência Regional Latino-Americana da União Geográfica Internacional, México, 1966. *Trabalhos publicados*: «Bibliografia Geográfica Brasileira» (participação na elaboração dos volumes referentes a 1951, 1952 e 1953); «Significado do Núcleo Colonial do Pium para aproveitamento dos vales úmidos do NE», in *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, vol. XIII, 1964; «O Rio de Janeiro e as Cidades Serranas» (co-autora), in *Roteiro das Excursões do II Congresso Brasileiro de Geógrafos*, 1965; «Aplicação de índices climáticos ao nordeste do Brasil» (abstracts of papers — 20th International Geographical Congress); «Expansão do Mercado Urbano e transformação da Economia Pastoral» a ser publicado nos *Anais do II Congresso Brasileiro de Geógrafos*, Rio de Janeiro, 1965; «O mercado carioca e seu sistema de abastecimento», in *Revista Brasileira de Geografia*, C.N.G., I.B.G.E., ano XXVIII, nº 2; «Transformações recentes no sistema de abastecimento do Rio de Janeiro», *Anais da I Conferência Regional Latino-Americana da União Geográfica Internacional*, México, 1966.

BENTES, João Ferreira

(C.P.C.D. — Economia I — 1967).

Oficial da Marinha de Guerra pela Escola Naval. Economista pela Faculdade de Ciências Econômicas do Estado da Guanabara. Curso de Pós-Graduação em Economia pelo então Centro de Aperfeiçoamento de Economistas da Fundação Getúlio Vargas (atual EPGE). «Master in Economics» pela Universidade de Virgínia, E.U.A. Cargos: Professor de Economia da Escola Naval (1962); Chefe de Divisão de Mobilização Industrial da Secretaria-Geral da Marinha (1965); Economista do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA), do Ministério do Planejamento (1965); Coordenador do Setor de Comércio Internacional do EPEA (1966-67); Professor de Macroeconomia do Curso do Conselho Nacional de Economia (1965); Professor de Macroeconomia do Curso de Pós-Graduação do CENDEG, Ministério do Planejamento (1966); participou de vários grupos de estudo como Coordenador do Setor de Comércio Internacional do EPEA; Representante do Ministério do Planejamento no Seminário para Professores Brasileiros realizado pelo FMI e BIRD (1967); Representante do EPEA na XXII Reunião do FMI-BIRD no Rio de Janeiro. *Trabalhos publicados*: «The Influence of the Fall in the Gold Price of Silver on the Mexican Economy — 1892/1905», Universidade de Virgínia, 1965; «A Taxa de Câmbio e o PAEG, Perspectivas», Suplemento Econômico do «Jornal do Brasil», 1966; «Integração Econômica Latino-Americana», Suplemento Econômico do «Jornal do Brasil», 1967; «Liquidez Internacional e Desenvolvimento», APEC, 1967; «The Most Important Bottlenecks in the Brazilian Economic Development», publicado pela «Commission for Economic Development» juntamente com outros estudos, sob o título «Como Pueden los Países de Bajos Ingresos Promover su Crecimiento», 1966.

BIER, Secretário Amaury

(C.P.C.D. — Economia II)

(C.P.C.D. — Política Internacional)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1954. Aspirante a Oficial da Reserva, em 1953. Diplomata classe K, pelo Instituto Rio-Branco, em 31-1-1957. Diplomado pelo Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio-Branco, em 1958. Estagiário na ONU, de 18-4-58 a 16-6-58. Membro da Comissão Comercial do Brasil à U.R.S.S., em 1959. Removi-

do para Varsóvia em 20-5-59. Encarregado de Negócios de 1-10-60 a 1-1-61 e de 1-7-61 a 5-4-62. Segundo Secretário, por merecimento, em 24-10-61. Serviu junto à Embaixada em Washington de 17-9-62 a 1-10-64. Presidente do Grupo de Trabalho encarregado de estudar Operações Comércio-Concessionais «Grey Area Panel» do Subcomitê de Excedentes Agrícolas da FAO, em Washington, em junho de 1964. Serviu junto à Embaixada em Porto Príncipe de 5-10-64 a 15-6-66. Encarregado de Negócios de 19-11-64 a 31-9-64 e de 7-2-66 a 6-4-66. Primeiro Secretário, por merecimento, em 19-1-67. Chefe da Divisão de Comércio e Organismos Internacionais do Departamento de Operações Internacionais, do BNDE, de julho de 1966 a dezembro de 1967; Membro da Delegação que negociou, no plano técnico, o Acórdão de Cooperação Econômica com Portugal-Lisboa, agosto de 1966; Assistente do Chefe da Divisão de Política Comercial, em dezembro de 1966; Membro da VIII Sessão do Comitê de Comércio e Desenvolvimento do GATT, em Punta del Este, em janeiro de 1967; Assessor da XI Reunião de Consulta da Organização dos Estados Americanos, OEA, em Buenos Aires, fevereiro de 1967; Assessor da Reunião da Comissão Especial de Representantes dos Presidentes Americanos, em Montevideu, março de 1967; Assessor para a Reunião dos Chefes de Estado Americanos, em Punta del Este, em abril de 1967; Membro da Reunião de Ministros das Partes Contratantes, da ALALC, em Assunção, agosto de 1967; Membro das Reuniões da CEPAL, da XII Reunião da CIAP e das 5ª Reuniões do CIES, em Viña del Mar, julho de 1967; Assessor do Secretário-Geral nas conversações com as autoridades do Departamento de Estado e da Comissão de Energia Atômica dos EUA, em setembro de 1967; Delegado da Delegação do Brasil à XXIV Sessão das Partes Contratantes do GATT, em Genebra, em novembro de 1967; participou dos trabalhos do GATT — Renegociação Lista III — Brasil, em Genebra, de outubro a dezembro de 1967.

BIRCHALL, Stephen

(C.E. — Inglês — 1964 a 1966)
(Não apresentou o «Curriculum»).

BROOKS, John William

(C.P.C.D. — Inglês — 1966).

Professor secundário em Nottingham — 1957/58. Professor de inglês no Garret Institute em Madrid — 1958/59. «Honours degree in Modern Languages», St. Edmund Hall, Oxford — 1959/62 e Diploma «in Education» — 1963/64. Pro-

fessor assistente de inglês do Lycée Neyret, Lyon — 1962/63. Professor «in Modern Languages» no Eton College — 1964. Conferencista na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa a partir de 1965.

BUESCU, Mircea

(C.P.C.D. — Economia II — 1967).

Formado pela Faculdade de Direito de Bucareste (1936). Membro da Ordem dos Advogados da Romênia (1936). Diploma de Estudos Superiores da Faculdade de Direito de Paris (1939). Chefe de Seção no Ministério do Comércio Exterior (1940) e no Ministério das Relações Exteriores da Romênia (1942). Adido Comercial da Embaixada Romênia na Turquia (1943-1948). Redator econômico da Revista «APEC — Analyse e Perspective Econômica». Professor de História Econômica na Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Publicações: «Mercado Paralelo de Câmbio» (separata); «Aspectos do Mercado Paralelo de Câmbio» (separata); «Ensaio sobre o Intercâmbio Brasil-URSS»; «Intercâmbio Comercial do Brasil com a Cortina de Ferro»; «O Modelo Soviético do Desenvolvimento»; «História do Desenvolvimento Econômico Brasileiro», em colaboração com o Prof. Vicente Tapajós (no prelo).

BURNIER, Maria Cândida Penido

(C.E. — Francês — 1964 a 1967).

Licenciada em Letras Clássicas pela Faculdade de Filosofia do Instituto Santa Úrsula. Bolsista do Governo Francês, em Paris, durante quatro períodos letivos (1946-50). Curso de Língua Grega na Sorbonne — Faculté des Lettres — Paris. Diploma de Literatura Francesa Contemporânea, Certificado de Cultura Francesa Contemporânea e Certificado de Aptidão ao Ensino de Francês pela «École de Préparation et de Perfectionnement des Professeurs de Français à l'Étranger» Faculté des Lettres — Sorbonne, Paris. Diploma de Fonética Francesa pelo «Institut de Phonétique» — Paris. Assistente de Francês na Faculdade Católica de Filosofia, de 1951 ao fim do período letivo de 1956. Professora Assistente de Francês do Colégio Pedro II (Externato).

CARBONAR, Secretário Orlando Soares

(C.P.C.D. — Política Internacional — 1967).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná. Curso na «Université

Italiana per Gli Stranieri», Perugia, Itália. Diplomado no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco. Prêmio «Rio-Branco», medalha de prata, 1960. Ingressou na Carreira em 15-4-61. Oficial de Gabinete do Ministro de Estado em Brasília, em janeiro de 1962. Serviu na Embaixada em Washington de 15-3-1963 a 1-3-1966. Segundo Secretário, por merecimento, em 22-1-1965. Estagiário na Academia de Direito Internacional em Haia e Genebra, em julho de 1962. Participou da II Conferência sobre Problemas Internacionais, em Nebraska, Estados Unidos da América, em 20-9-1965. Removido para a Secretaria de Estado em 1º de março de 1966. Oficial de Gabinete do Ministro de Estado em março de 1966. Assessor de Imprensa do Ministro de Estado em julho de 1966. Assessor da Delegação do Brasil à XXI Sessão da Assembleia-Geral da ONU, em 1966. Assessor de Imprensa do Ministro de Estado em abril de 1967. Assessor da Delegação do Brasil à XI Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores dos Estados Americanos (3º período de Sessões) e Reunião de Chefes de Estado dos Países do Sistema Interamericano, Punta del Este, abril de 1967. Orientador do 2º Ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

CARNEIRO JÚNIOR, David Antônio da Silva
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).

Engenheiro Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo — 1949. Bacharel em Matemática pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná — 1962. Pós-Graduação: 1. Curso de Estatística, Prof. João Remy Freire, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná — 1953. 2. Curso de «Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico», CEPAL — BNDE — CAPES — Rio de Janeiro, 1956. 3. «Master of Social Sciences» em Economia e Estatística pela Universidade de Birmingham, Inglaterra. *Estágios e Cursos de Extensão*: 1. Curso de «Evolução do Pensamento Econômico», Professor Paul Hugon — Curitiba, 1952. 2. Curso de «Estatística» do Prof. W. L. Stevens (ouvinte) — São Paulo, 1953. 3. Docente-Livre da Cadeira de Estatística Metodológica da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Paraná, por Concurso, em 1955. 4. Economia, Matemática, Teoria Estatística, Estatística Econômica, Processos Estocásticos — Inglaterra, 1957/1959. *Vida funcional* — a) *Atividades Profissionais* — 1. Assessor do PLADEP — Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econô-

mico do Paraná — 1956/1960. 2. Consultor Econômico-Financeiro da empresa Organização Comercial Paraná-Sta. Catarina Ltda. Orçopa — 1960/1964. 3. Fundador e Diretor da firma ERGO — Consultoria Econômica e Estatística (Soc. Civil) — Rio de Janeiro, 1966. 4. Subcoordenador do Plano Decenal de Governo, no Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA), do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica — Rio de Janeiro, 1966. 5. Membro da comissão de Especialistas de Economia — MEC — 1966/67. b) *Funções Didáticas e Cargos e Funções Principais que Exerceu* — 1. Professor registrado de Ensino Industrial. 2. Instrutor de Complementos de Matemática da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Paraná — 1952. 3. Catedrático Interino de Estatística Metodológica da mesma Faculdade — 1953. 4. Chefe de Divisão de Estatística do Instituto de Matemática da Universidade do Paraná — 1960/1964. 5. Professor de Ensino Superior — 1961. 6. Instrutor da Escola de Engenharia. Cadeira de «Economia, Estatística e Finanças» — 1963. 7. Coordenador e Professor-Associado do Departamento de Economia do Instituto Central de Ciências Humanas da Universidade Federal de Brasília — agosto 1964/dezembro 1965. 8. Professor do Conselho Nacional de Economia — 1966. 9. Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas — out./nov. 1966; ano letivo 1967. 10. Professor Catedrático, por concurso público, da Cadeira de Estatística — Processamento de Dados da Universidade Federal do Paraná (1967). 11. Assessor do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral (1967). c) *Cursos que Ministrou. Extra-curriculares* — 1. «Estatística» para cientistas do IBPT — Paraná, 1954. 2. «Contabilidade Social», no PLADEP — 1957. 3. «Cálculos em Sistemas Lineares» no Instituto de Matemática da Universidade do Paraná. Curso especial de extensão para pós-graduação — 1961. 4. «Introdução à Economia Matemática» na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Paraná. Curso especial de extensão — 1961. 5. «Estatística» nos cursos da II Universidade Volante — Londrina, 1962. 6. «Estatística» para administradores — Londrina, 1962. 7. «Estatística» no curso da CEPAL — Curitiba, 1963. 8. No curso normal de graduação economista, lecionou, além de «Estatística», a disciplina de «Economia Monetária» — 1964/1965, na Universidade de Brasília. 9. «Teoria de Produção e Programação Linear», curso de pós-graduação só para instrutores: duração de um semestre. Universidade de Brasília, 1965. 10. Curso de pós-graduação de «Teoria Microeconômica» intensivo, no Centro de Aperfeiçoamento de Economistas

do Nordeste — CAEN, Fortaleza, Ceará, 1965. *Trabalhos publicados ou em que colaborou* — 1. «A Indústria Paranaense através das Estatísticas Oficiais» — Boletim do IBPT, 1953. 2. «Estatística — Considerações em Torno de sua Definição», tese de concurso à Docência-Livre, 1955. 3. «Possibilidades de Implantação Industrial no Paraná» em colaboração com Arthur Miranda Ramos, no PLADEP — 1956. 4. «A Indústria de Fertilizantes no Paraná — PLADEP, 1956. 5. Estudo de projeto de financiamento da Rede para a Companhia Paranaense de Silos e Armazéns — COPASA — 1957. 6. «A Survey on the Literature on Input-Output» — Tese de Mestrado — 1959. 7. «O Modelo de Leontief», Revista Brasileira de Economia — 1960. 8. «Tecnologia importada de países onde a oferta de fatores difere essencialmente da que caracteriza os países importadores» — Reunião da SBPC — 1963. 9. Notas de aula de «Estatística» para o Curso da CEPAL — 1963. 10. «Sistema Bancário Brasileiro: Destinação Regional dos Recursos» — Curso CEPAL — 1963. 11. «Non-associative structures» em colaboração com Jayme M. Cardoso, em «Mathematics Magazine» — 1963. 12. Notas de aula de «Estatística» para o Curso da Universidade de Brasília — 1964. 13. «Estudo Econômico-Estatístico do Ensino Superior no Brasil» — Tese apresentada ao Concurso de Cátedra de «Estatística, Economia Política e Finanças» da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná — 1964. 14. «A Distribuição Normal — suas Generalizações e Conseqüências», tese apresentada ao concurso de Cátedra de «Estatística, Processamento de Dados» da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná — 1964. 15. Comentário do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) — Maio, 1965. 16. Comentário para o autor do livro «The Impact of the Western Man» de William Woodroff, Prof. da Universidade de Melbourne. 17. Artigos de jornal em Curitiba. Seu discurso de paraninfo também foi publicado. 18. Iniciador e Coordenador da pesquisa e principal redator do trabalho preparado para o Ministério do Planejamento pela firma ERGO, sobre: «Análise Econômica das Universidades Brasileiras» — Rio, julho de 1966. 19. Iniciador, coordenador da pesquisa e redator do trabalho preparado para o Ministério do Planejamento pela firma ERGO, sobre: «Análise do Ensino de Economia no Brasil» — Rio, julho de 1966. *Palestras, Conferências e Seminários de que participou* — 1. Em Londrina, nas Semanas Educacionais do Norte do Paraná, sobre «Metodologia Científica» — 1954. 2. Seminários de Economia na Universidade de Illinois, USA — 1960. 3. «Modelos Lineares em Economia» e «Teorias

Clássica e Moderna da Produção», na Escola de Oficiais Especialistas do Ministério da Aeronáutica — Curitiba, 1960/1961. 4. Colaborador, como especialista, dos Seminários no Departamento de Genética Humana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná — 1960/1964. 5. Seminários sobre o Ensino da Estatística nas Escolas de Engenharia — 1961. 6. «Inflação e Desenvolvimento Econômico» na VIII Semana de Estudos Econômicos promovida pelo Diretório Acadêmico Visconde de Mauá — Curitiba, 1961. 7. «O Desenvolvimento Econômico do Paraná» no Centro de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia do Paraná — 1962. 8. Coordenador, para a Fundação Getúlio Vargas, do Inquérito sobre Orçamentos Familiares, realizado em Curitiba e em doze cidades do Paraná e de Santa Catarina — 1962/1963. 9. «O Sistema Bancário Brasileiro» no curso da CEPAL em Curitiba — 1963. 10. Mesas redondas públicas de iniciativa do Centro de Estudos de História Natural da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná — 1963. 11. Membro organizador e Presidente nato da Comissão Especial constituída na Universidade do Paraná para elaborar os projetos de pedido de financiamento à USAID para a mesma Universidade — 1963/1964. 12. Indicado pela Fundação Getúlio Vargas para realizar para a SUNAB, para a Prefeitura do Distrito Federal e para a SUPRA, estudos análogos no Distrito Federal, em Goiânia e no Estado de Goiás — 1965. 13. Membro-suplente do Conselho Consultivo do Planejamento — CONSPLAN, como professor universitário — março de 1965. 14. Conferência sobre o Plano Decenal no Curso de Arquitetos e Urbanistas do IBAN — agosto de 1966. 15. Conferência sobre o Plano Decenal no Curso de Planejamento do IBAN — setembro de 1966. 16. Conferência na Universidade de São Paulo (Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas — curso de pós-graduação), sobre «Universidades Brasileiras» — novembro de 1966. 17. Seminário Especial ao Presidente Marechal Arthur da Costa e Silva, sobre «Universidades Brasileiras» — outubro de 1966. 18. Participou de vários congressos, reuniões técnicas da ABM, da ABNT, da SOBER e outros, inclusive de âmbito internacional. 19. Conferência sobre o Planejamento Brasileiro, na Escola de Saúde Pública, 1967. 20. Conferência sobre «O Mercado de Trabalho para Economistas» — Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, Rio, 1967. 21. Membro do Grupo de Trabalho sobre «Áreas Metropolitanas» para a Conferência em Toronto, Canadá, para o Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Rio, 1967. *Distinções* — 1. Paraninfo das turmas de Economistas e Con-

tabilistas do ano de 1961 da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Paraná. 2. Parainfo da 1ª turma de Economistas da Universidade de Brasília — julho de 1966. *Associações a que pertence* — a) *Nacionais*: 1. Sociedade Paranaense de Matemática. 2. Sociedade Brasileira de Estatística. 3. Associação Brasileira de Metais. 4. ABNT — Associação Brasileira de Normas Técnicas. 5. Instituto de Engenharia do Paraná. 6. Sociedade Brasileira de Economistas Rurais. 7. Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa (Curitiba) de que foi diretor em 1964. b) *Estrangeiras*: 1. The Royal Economic Society (Inglaterra). 2. The Royal Statistical Society (Inglaterra).

CASTRO, Antônio Barros de

(C.P.C.D. — Economia I — 1964 — Economia II — 1965 — Economia I — 1966).

Formação Universitária e pós-universitária: Curso da Faculdade de Ciências Econômicas — 1956 a 1959. Classificado em 1º lugar, em 1960 no concurso organizado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, obtendo bolsa de estudos de um ano na Universidade de Londres a título de «research student». Cursos e seminários em Londres: Economia e Filosofia Social, pelos Professores Lionel Robbins e Karl Popper. Bolsa de estudos do Governo Francês (ano letivo 1961/62) na qualidade de «técnico estrangeiro», como aluno do «Centre d'Études des Programmes Économiques». Cursos: Matemática (Noções de Cálculo Vetorial, Matricial e Álgebra Moderna), Estatística Matemática e Econometria. Monografia apresentada no fim do curso: «Alguns aspectos do Mercado Comum Europeu». *Atividades Profissionais*: Em 1959 exerceu atividades na Assessoria da Presidência do Conselho de Política Aduaneira passando, posteriormente, para assessor pessoal do presidente em exercício naquela época. Participou, então, de estudos e elaboração de projetos como o de Reforma Cambial (Ministério Lucas Lopes) e o de criação de uma zona de Livre Comércio para a América Latina. Membro do Grupo de Trabalho que escreveu o Livro Branco do Ministério das Relações Exteriores, sobre o referido projeto de Z.L.C. (hoje A.L.A.L.C.). Em setembro de 1962 (em Londres) realizou análise, em colaboração com alguns representantes do Ministério das Relações Exteriores, sobre as prováveis repercussões no comércio exterior brasileiro do ingresso do Reino Unido no Mercado Comum Europeu. A partir de janeiro de 1963, contratado pelo Centro de Desenvolvimento Econômico CEPAL/BNDE (Rio de Janeiro). Em

julho de 1963, contratado pela Comissão Econômica para a América Latina — CEPAL — como «consultor». Professor de Introdução à Economia, Introdução à Análise do Desenvolvimento Econômico e à Programação nos Cursos promovidos pelo Centro CEPAL-BNDE, em 1963 (Belém, Rio de Janeiro e Curitiba), 1964 (Belo Horizonte) e 1965 (Belém, Florianópolis e Recife). A partir de janeiro de 1965, designado Chefe do Departamento de Pesquisas do Centro de Desenvolvimento Econômico CEPAL/BNDE. *Trabalhos impressos*: «Introdução à Análise Econômica», estruturado em colaboração com Carlos Lessa e, posteriormente, desenvolvido em forma de texto, e «Raízes Históricas dos Desequilíbrios Regionais em Economias Subdesenvolvidas». Conferências realizadas na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, na Faculdade de Economia do Espírito Santo, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo e no Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB).

CHAMOUN, Ebert Vianna

(C.P.C.D. — Direito Civil — 1959 a 1967).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e Doutor em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Membro do Instituto dos Advogados do Brasil. Professor catedrático de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. Professor regente (catedrático interino) de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Livre-docente de Direito Romano e Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Livre-docente de Direito Romano da Faculdade de Direito do Estado da Guanabara.

EMMERICH, Charlotte

(C.E. — Alemão — 1966).

(Não apresentou o «Curriculum»).

Fox, William Thorton Rickert

(C.P.C.D. — Política Internacional — 1966).

Doutor em Filosofia pela Universidade de Chicago. Professor de Relações Internacionais na Universidade de Colúmbia. Diretor do Instituto de Estudos de Guerra e Paz, na mesma Universidade. Vice-Presidente do «American Political Science Association», 1965/66. Conferencista da «Fullbright-Hays»

no Brasil, 1966. Professor convidado junto à Pontifícia Universidade Católica, 1966. Ex-Professor-Associado da Universidade de Yale e Instrutor nas Universidades de Princeton e Temple. Editor Dirigente da Revista «World Politics», 1948/1953.

GOMES, Henrique de Carvalho

(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1966).
(C.P.C.D. — Economia II — 1967).

Cursos Realizados: 1) Curso superior de Ciências Contábeis — Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil; 2) Curso superior de Ciências Econômicas — Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil; 3) Curso de Análise Econômica — Conselho Nacional de Economia; 4) Curso de Orçamento Público — Departamento Administrativo do Serviço Público — DASP; 5) Curso de Economia Política — Departamento Administrativo do Serviço Público — DASP; 6) Curso de Direito Administrativo — Departamento Administrativo do Serviço Público — DASP. *Atividades Profissionais:* 1) Economista do Banco Central do Brasil; 2) Coordenador do Núcleo de Análise de Capitais e substituto do Chefe da Divisão de Balanço de Pagamentos do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil; 3) Regente da Cátedra de Análise Macroeconômica da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado da Guanabara; 4) Professor de Balanço de Pagamentos da Escola de Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas. *Colaborações:* 1) Redator do «Boletim Camibial»; 2) Redator de «Conjuntura Econômica» da Fundação Getúlio Vargas; 3) Síntese do Setor Externo da Economia para o Ministério Extraordinário do Planejamento e Coordenação Econômica. *Trabalhos Publicados:* 1) «Ágios e Bonificações», em *Economia Brasileira*; 2) «Área de Convertibilidade Limitada», em *Economia Brasileira*. *Representações:* 1) Representante do Banco Central do Brasil junto à Junta Deberativa do Trigo da Superintendência Nacional do Abastecimento; 2) Delegado do Banco Central junto à Reunião de Técnicos de Bancos Centrais do Continente Americano — Buenos Aires — novembro, 1966.

HOLLANDA, Guy de

(C.P.C.D. — História das Relações Exteriores do Brasil — 1967).

Cursos Superiores e Livre-docência: Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional; 2. Curso de Museus do Museu Histó-

rico Nacional; 3. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito; 4. Diplomado em História pela Escola de Economia e Direito da antiga Universidade do D.F.; 5. Licenciado em História pela Faculdade Nacional de Filosofia, em virtude de revalidação do diploma anterior; 6. Professor Agregado da Faculdade de Filosofia; 7. Doutor em História pela Faculdade Nacional de Filosofia; 8. Docente-livre de História da América da Faculdade Nacional de Filosofia. *Atividades Didáticas:* I — *Ensino Secundário* — A) Brasil: 1. Regência no Externato do Colégio Pedro II, de 1932 a 1935, de turmas de Francês e História da Civilização; 2. Ex-Professor, por concurso, de História da Civilização das Escolas Técnicas Secundárias da antiga Prefeitura do Distrito Federal (1936); 3. Ex-Professor Chefe de História da Civilização do Colégio Universitário da Universidade do Brasil (1938). *Atividades Didáticas:* I — *Ensino Secundário* — B) Paraguai: 1. Professor de Filosofia da Educação (1950/55) e Filosofia Geral (1954/55) da «Escola Normal de Professores nº 1» de Assunção; 2. Professor de História Americana e Revista da História (Revisão Geral da História), respectivamente, de 1953 a 1954 e em 1955, no «Colégio Nacional de Niñas» de Assunção; 3. Membro da comissão de reforma do ensino secundário e normal do Paraguai (1944/45). *Atividades Didáticas:* II — *Ensino Superior* — A) Brasil: 1. Professor de Introdução Metodológica à História (atualmente, Introdução ao Estudo da História), da Faculdade Nacional de Filosofia (1958/67); 2. Professor de História das Ideias Políticas (atualmente, História das Ideias Políticas e Sociais) (1959/67); 3. Professor de Filosofia da Cultura (1963/67); 4. Professor de Introdução aos Estudos Históricos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Espírito Santo (1959/67); 5. Ex-Professor de Etnografia Geral e do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Santa Úrsula (1940/41); 6. Professor de Introdução à História da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. *Atividades Didáticas:* II — *Ensino Superior* — B) Paraguai: 1. Regência, na «Escola de Humanidades» (Instituto de Ensino Superior destinado à formação de professores secundários), da Cadeira de Introdução aos Estudos Históricos (1944/47), Assunção, Paraguai; 2. Regência na mesma Escola: de História Geral (1944/45); de História Americana (1946/47); de História da Civilização Luso-Brasileira (1944/47); de História da Educação (1945/47); 3. Regência na Faculdade de Filosofia da Universidade Nacional de Assunção: de Introdução à História (1948/55);

de História Medieval e Moderna (1948/49); de História Contemporânea (1949/50); de História da América 1948/49/51); de História da Historiografia (1º ano do doutorado em História, 1950/55); de curso extraordinário sobre «Técnica da investigação histórica» (Curso de Aperfeiçoamento, 1955); de Didática da História e Prática do Ensino (1949/55). *Atividades Culturais*: 1. Membro da Missão Brasileira aos Centenários de Portugal (1940), tendo organizado o Catálogo da Exposição do Livro Brasileiro; 2. Membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Educação; 3. Membro da Associação dos Professores Universitários de História (fundador); 4. Membro da Organização Nacional do ICOM (International Council of Museums); 5. Membro do Seminário Latino-Americano de Museus promovido pela UNESCO no Rio de Janeiro em 1958; 6. Membro fundador do antigo Centro de Estudos Históricos e da Direção do seu «Boletim»; 7. Sócio correspondente, admitido por unanimidade, da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1941). *Estados Unidos*: 1. Membro da «American Historical Association» (1937); 2. Membro do Seminário Latino-Americano sobre Educação Norte-Americana organizado pela Universidade de Porto Rico (1958). *Paraguai*: 1. Membro da missão cultural brasileira no Paraguai (1942/50); 2. Membro fundador do Instituto Cultural Paraguai-Brasil; 3. Sócio honorário do «Ateneo Paraguayo» (1945); 4. Membro do «Instituto Paraguayo de Investigaciones Históricas»; 5. Diretor do Centro Cultural da Embaixada da França em Assunção (1954). *Principais trabalhos publicados*: 1. «Nôvo conceito de História da Civilização à luz da Etnologia e Prehistória», Rio de Janeiro, 1934; 2. «Um quarto de século de programas e compêndios de História para o ensino secundário brasileiro — 1931/56», Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, INEP, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1957; 3. «Recursos Educativos dos Museus Brasileiros», Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1958; 4. «O pensamento histórico de Manuel Domínguez e a reivindicação da «Alma da Raça» e das «Grandezas e Glórias do Paraguai», Rio de Janeiro, 1960; 5. «As características da economia do Paraguai no fim do século XVIII», Rio de Janeiro, 1960; 6. «Para un nuevo planteamiento de la historiografía Iberoamericana», Asunción, «Escuela de Humanidades, Sección Historia», Série «Cuadernos», 1946.

JACQUES, Paulino Ignacio

(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1966, 1967).

Bacharel e Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, atual Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Docente-livre e ex-catedrático de Direito Constitucional da antiga Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil; Catedrático efetivo de Introdução à Ciência do Direito da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. *Funções de Magistério*: 1) Professor efetivo dos Cursos de Bacharelado e de Doutorado da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara; 2) Conferencista da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica do Ministério da Aeronáutica; 3) Ex-Professor contratado de Direito Constitucional e de Filosofia do Direito da antiga Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. *Principais Obras Jurídicas*: 1) «Curso de Direito Constitucional», Editora Forense, 4ª edição, 1964; 2) «Da igualdade perante a lei», Editora Forense, 2ª edição, 1957; 3) «Da norma jurídica», Editora Forense, 2ª edição, 1963; 4) «A Constituição Federal Explicada», Editora Forense, 1958 (esgotada); 5) «Do conceito do Direito», Editora Forense, 1964. *Principais obras Históricas*: 1) «Elogio do Visconde de Beaurepaire Rohan», Rio, 1931; 2) «Elogio de Gaspar Silveira Martins», Rio, 1943; 3) «Memória da Guerra dos Farrapos de Francisco de Sá Brito», Rio, 1950. *Sociedades Culturais*: 1) Membro efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros; 2) Membro efetivo do Instituto de Estudos Econômicos, Políticos e Sociais; 3) Membro efetivo do Instituto de Direito Social; 4) Membro efetivo da Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico; 5) Membro efetivo do Instituto Genealógico Brasileiro; 6) Membro efetivo da Fundação Genealógica Brasileira; 7) Membro efetivo da Société Internationale de Droit du Travail et de la Sécurité Sociale (Genève — Suisse).

KRANC, Piotr Pawel

(C.E. — Inglês — 1967).

Diplomado em Inglês Moderno, Fonética e Ensino de Inglês pela Universidade de Londres. Professor e Vice-Diretor de Ensino da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa. Professor do Curso de Didática Inglesa na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa. Secretário Local e Examinador da Universidade de Cambridge no Rio de Janeiro. Professor do Curso de Pre-

paração à Carreira de Diplomata de 1963 a 1965, Examinador da Cadeira de Inglês, no Concurso de Provas (1962), nas Provas de Seleção Prévia (1960 a 1967), no Exame Vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (1961 a 1967) e nas provas finais do 1º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1967.

LACOMBE, Américo Lourenço Jacobina

(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1949, 1957, 1958)

(C.P.C.D. — História das Relações Exteriores do Brasil — Coordenador — 1967).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Catedrático de História do Brasil na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (fundador). Professor Catedrático de História do Brasil na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Santa Úrsula (Rio). Examinador de História do Brasil nos Exames Vestibulares ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1961, 1964 e 1967, e de História Mundial Moderna em 1955, 1956 e 1963. Examinador de História da 1ª fase do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata — 1967. Diretor da Casa de Rui Barbosa — 1939/1966. Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa — 1966. Diretor da Casa do Brasil (Cidade Universitária de Paris) — 1962-1963. Diretor da Coleção Brasileira, São Paulo. Antigo Secretário do Conselho Nacional de Educação. Membro do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Membro da Comissão de Estudos dos Textos de História do Brasil do M.R.E. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dos Institutos Históricos de São Paulo, Minas Gerais, Petrópolis, Bahia, Rio Grande do Sul, do Instituto Arqueológico de Pernambuco, da Sociedade Capistrano de Abreu e do Instituto de Coimbra. Autor de: «Um Passeio pela História do Brasil», «Rio-Branco e Rui Barbosa», «Paulo Barbosa e a Fundação de Petrópolis», «Rui Barbosa e a 1ª Constituição da República», «Mocidade e Exílio de Rui Barbosa», «O Pensamento Vivo de Rui Barbosa».

LANNA, Hélio José da Costa

(C.P.C.D. — Economia I — 1967).

Tenente-Coronel de Artilharia do Exército Brasileiro. Cursos: Artilharia de campanha — 1947 — Academia Militar de Agu-

lhas Negras; Artilharia Anti-Aérea — 1950 — Escola de Defesa Anti-Aérea; Aperfeiçoamento de Oficiais — 1956 — Escola de Aperfeiçoamento; Instituto Superior do Mar — Rio. Diplomado em Economia pela Faculdade de Economia São Luiz, São Paulo — 1963. *Atividade Profissional*: Assessor econômico do Ministro da Fazenda da República do Brasil — 1967; Representante do Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda no Conselho Nacional de Seguros Privados, na função de Vice-Presidente; Representante do Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda no Conselho Nacional de Política Salarial, como observador; Suplente do Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura; Participante da Reunião do FMI (1967) Rio; Membro do grupo de estudos sobre o gás (Ministério das Relações Exteriores) 1967. *Trabalhos* — *Artigos Publicados*: «Pesquisa sobre produtos brancos». Tradução inglesa enviada para o centro de pesquisa de Eindhoven, Holanda; para Philips S/A, «Consumo de lâmpadas nas capitais brasileiras. Determinação do coeficiente de confiança»; para Philips S/A. «A pesca marítima no Brasil», ensaio publicado na Revista Nacional da Pesca. Vários artigos para a Revista Nacional da Pesca. Relatórios para Schulz S/A. Artigos para a Revista Caduceu, da PUC. Ensaio sobre trabalhos executados para o Grupo Poppendieck. Oito monografias referentes a trabalhos realizados nas empresas: Colúmbia, Tupy, Dako, Bibabo, Tigre e Consul. *Titulos Universitários* — *Exercício do Magistério*: Assistente da cátedra de Valor e Precos da FEco Álvares Penteado (1961); Titular de Estatística Econômica da FEco São Luiz (1966); Chefe do Departamento de Matemática e Estatística da FEco São Luiz (1965); Membro do Conselho Departamental da FEco São Luiz (1965); Titular de Estatística Econômica da FEco de Osasco (1966); Titular de Finanças Públicas da FEco da PUC (1964); Titular de Econometria da FEco São Luiz (1966).

LEME, Og Francisco

(C.P.C.D. — Economia I — 1967).

Bacharel em Ciências Sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo — 1945. Cursos de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia Social pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo — 1946/47. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo — 1952. M.A. (Economia), The University of Chicago — 1956. Curso de Treinamento em Desenvolvimento e Planejamento — TAB — Nações Unidas (Santiago, Chile).

Ex-Professor de Economia na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Ex-economista das Nações Unidas, 1958 a 1964. Diretor do Centro de Treinamento e Pesquisa para o Desenvolvimento Econômico (CENDEC).

LEMONS, Augusto Jefferson de Oliveira

(C.P.C.D. — Economia I — 1967)

(Não apresentou o «Curriculum»).

LODGE, Ian Dennis

(C.P.C.D. — Inglês — 1967)

(Curso Especial de Inglês II — 1967)

(Não apresentou o «Curriculum»).

MÉRIGOUX, Pierre

(C.P.C.D. — Francês — 1966)

(Curso Especial II — Francês — 1967)

(Não apresentou o «Curriculum»).

MIRANDA, José Luiz Silveira

(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1966)

Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas do Estado da Guanabara — 1958. Curso de Análise Econômica do Conselho Nacional de Economia — 1960. Curso de Pós-Graduação em Economia na Universidade de Cambridge, Inglaterra — Ano escolar 1962/63. *Experiência Profissional*: Funcionário do Banco do Brasil S.A. desde 1952. Economista e, posteriormente, Chefe-Adjunto do Departamento Econômico da extinta Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) — hoje Banco Central — de 1960 a 1965. Chefe da Consultoria Técnica da Presidência do Banco do Brasil desde fevereiro de 1965. *Membro-delegado das seguintes Missões*: Delegação brasileira para negociar acordo de bitributação com a Suécia — 1964. Delegação brasileira à Reunião Conjunta do Banco Mundial — Fundo Monetário Internacional — Tóquio, 1964. Delegação brasileira para negociar acordo de bitributação com os Estados Unidos e países da Europa Ocidental — 1966. Participante de outras missões do Governo para entendimentos com as autoridades financeiras internacionais. Estudo sobre as repercussões das uniões

econômicas européias (Mercado Comum e EFTA) sobre o comércio exterior brasileiro, sob contrato do Ministério das Relações Exteriores, preparatório à Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Professor da Cátedra de Comércio Internacional da Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro e da Faculdade de Ciências Econômicas do Estado da Guanabara, de 1959 a 1962. Professor da unidade «Política de Comércio Internacional» dos Cursos de Análise Econômica do Conselho Nacional de Economia, 1964. *Tradutor dos seguintes livros*: «Ensaio de Economia Marxista», John Robinson. Parte III — «História da Análise Econômica», J. Schumpeter. «Inflação», atas da conferência patrocinada pela «International Economic Association». «Comércio Internacional», Ellsworth (no prelo).

MOREIRA, SECRETÁRIO MARCÍLIO MARQUES

(C.F.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1965).

(C.P.C.D. — Economia II — 1966).

(C.P.C.D. — Política Internacional — 1966, 1967).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Escola de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Diplomado no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco. Prêmio Rio-Branco, medalha de «vermel», 1954. Ingressou na carreira em 9-12-1954. Professor, substituto, de Direito Internacional Público, da Faculdade de Direito Cândido Mendes, de abril a junho de 1956. Diplomado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1956. Diplomado no Curso de Estudos do Sistema Interamericano, da Organização dos Estados Americanos, 1956. Serviu na Embaixada em Washington de 1957 a 1963. Promovido a 2º Secretário em 24-10-1961. Promovido a 1º Secretário em 1º de abril de 1967. Assessor da Delegação do Brasil nas negociações realizadas no Rio de Janeiro para conclusão de novos Ajustes de Pagamentos e Comércio, com vários países. Assistente do Secretariado da Reunião dos Países Participantes do Sistema de Pagamentos Multilaterais, realizada no Rio de Janeiro, 1956. Assessor da Delegação do Brasil à XXV Sessão do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas, em Nova York, em abril de 1958. Membro da Delegação do Brasil à Conferência sobre o Mercado Comum Europeu, de 3-2-58 a 7-2-58. Assessor da Delegação do Brasil à Junta Diretora do Governo Internacional do Café, em Washington, em 27-10-1959. Designado para participar

do seminário sobre a América Latina, em fevereiro de 1961, em Bloomfield Hills. M.A. em ciência política pela Universidade de Georgetown, Washington D.C., em junho de 1963. Diretor-substituto temporário do Brasil no Fundo Monetário Internacional e no Banco Interamericano de Desenvolvimento, 1961-1963. Assessor-Geral do Departamento de Operações Internacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico de 1963 a 1965. Delegado-substituto do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento realizada em Genebra de março a junho de 1964. Assessor do Chefe da Delegação do Brasil à 2ª Conferência Interamericana Extraordinária realizada no Rio de Janeiro em novembro de 1965. Professor de Aspectos Sociais e Políticos do Desenvolvimento nos cursos de Bacharelado, Mestrado e Doutorado no Instituto de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1965. Diretor da Companhia Progresso do Estado da Guanabara, a partir de dezembro de 1965. Membro do Conselho Consultivo da Companhia Siderúrgica da Guanabara — COSIGUA — desde 1966. Presidente do Conselho Consultivo da Companhia Central de Abastecimento da Guanabara — COCEA —, desde 1966. Professor da Escola Interamericana de Administração Pública, 1967.

NUNES, AMARO VENTURA

(C.E. — Português — 1967)

Bacharel e Licenciado em Letras Clássicas pela Faculdade Nacional de Filosofia. Cursos de Aperfeiçoamento de Língua Portuguesa, Língua Latina, Literatura e Didática. Professor de Português, por concurso, do Estado da Guanabara (1º classificado na Prova de Seleção e Classificação para Professor Contratado, 1962; 4º classificado no Concurso de Provas e Títulos para Professor do Ensino Técnico, 1962; 1º classificado no Concurso de Provas e Títulos para Professor do Ensino Técnico, 1963). Professor de Língua Latina e de Fundamentos de Letras na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Estado da Guanabara. Professor de Português (conteúdo e didática) em diversos Cursos de Aperfeiçoamento de Professores promovidos pela CADES-MEC em diferentes cidades do país. Orientador de Cursos de Revisão e Atualização para Professores de Portugueses (em caráter particular). Ex-Professor de Português em vários Colégios e Cursos Pré-Vestibulares e Pré-Normais no Estado da Guanabara. Ex-Professor do Colégio Nova

Friburgo (Centro de Estudos Pedagógicos) da Fundação Getúlio Vargas. Assistente e, posteriormente, Chefe do Serviço de Orientação de Ensino e do Departamento de Letras do Colégio Nova Friburgo, CEP, FGV. Membro da Comissão incumbida da organização do Plano das Classes Experimentais do CNF e, posteriormente, encarregado da Supervisão das Classes Experimentais. Organizador, em diversos anos, das provas de Português para seleção de bolsistas da Fundação do Ensino Secundário. Palestras e Conferências sobre Língua Portuguesa e Didática em diversas cidades do país. Artigo: «A Expressão Oral — Uma Experiência» (Revista «Curriculum», FGV, Ano I, nº 1). Apostilas do Curso de Revisão e Atualização para Professores de Português.

OUCHKOFF, Oleg

(C.E. — Russo — 1964 a 1966).

(Não apresentou o «Curriculum»).

PAYNE, Kenneth James

(C.P.C.D. — Inglês — 1961, 1964, 1965).

St. Catherine's Society, Oxford 1945-8. Honours Degree in Modern Languages (Class I). Professor primário — 1948-52 e professor particular de inglês — 1952-54, em Eastbourne. Professor Assistente na Escola de Inglês da Legião Árabe em Londres, 1955-56, em Amã, na Jordânia, em 1956. Professor Assistente no «The Linguist Club School of English», Londres — 1956-57. Professor no curso de inglês para professores de ensino secundário organizado pela CADES, Ministério da Educação e Cultura, Belo Horizonte — 1958. Professor na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa — 1958. Conferencista titular — junho, 1958; Diretor da filial de Botafogo em 1958-60. Nomeado Diretor de Estudos na SBCI em abril — 1960. Examinador de provas orais para o diploma «Cambridge» no Rio de Janeiro. Examinador de Inglês dos Exames de Seleção Prévia (1960, 1962, 1963, 1965, 1967), do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (1959, 1960, 1962 a 1967), e do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata (1967 — 1ª fase). Professor Assistente da PUC — 1966-67.

PUNTO, Luiz Fernando da Silva

(C.P.C.D. — Economia I — 1967).
(Não apresentou o «Curriculum»).

RENAULT, Adrien Joseph

(C.P.C.D. — Francês — 1963 a 1967).

Licenciado em filosofia e ciências experimentais. Professor de Letras (Académie de Paris — 1952-1956). Diretor da Aliança Francesa de Niterói — 1957-1962. Diretor dos Cursos externos da Aliança Francesa do Rio de Janeiro — 1963. Examinador de Francês dos Exames de Seleção Prévia (1963 a 1967), do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco (1963, 1965 a 1967), e do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata (1962 — 2ª fase, 1967 — 1ª fase).

RODRIGUES, José Antônio Gonçalves Amaral de Figueiredo

(C.P.C.D. — Economia I — 1967).
(Não apresentou o «Curriculum»).

ROUANET, Secretário Sérgio Paulo

(C.P.C.D. — Política Internacional — 1964 a 1966).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1957. Prêmio Eduardo Lustosa em 1952. Diplomado no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco. Prêmio Rio-Branco, medalha de «vermelho», 1956. Ingressou na carreira em 1957. Diplomado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1957. Serviu na Embaixada em Washington de 1959 a 1961 e na Missão junto à ONU, de 1961 a 1964. Realizou os seguintes cursos: *Economia*, na Universidade de George Washington em 1959 (Washington, D. C.); *Ciência Política*, na Universidade de Georgetown, de 1959 a 1961 (Washington, D. C.); *Filosofia*, na New School for Social Research (New York), 1962-63-64. Promovido a 2º Secretário em 1961. Membro da Delegação do Brasil à 16ª, 17ª, 18ª e 19ª Sessões da Assembléia-Geral da ONU. Membro da Delegação do Brasil à 33ª, 34ª, 35ª, 36ª e 37ª Sessões do Conselho Econômico e Social, em Nova York e Genebra. Membro da Delegação do Brasil à II e IV Sessões do Comitê de Desenvolvimento Industrial. Representante do Brasil no Comitê de Assistência

Técnica, em Genebra, 1962. Membro da Delegação do Brasil à I, II e III Sessões do Comitê-Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, em Nova York e Genebra. Delegado-Suplente à Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, em Genebra, 1964. Professor de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1964. Coordenador-Geral do Serviço Técnico de Análise e Planejamento do M.R.E. Conferencista na Escola Superior de Guerra. Removido para a Delegação em Genebra em 13-2-67.

SANTOS, Theophilo de Azevedo

(C.P.C.D. — Direito Comercial — 1963 a 1967).

Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, Cursos: de Doutorado de *Direito Comercial* da Faculdade de Direito da Universidade de Paris; de Doutorado (Seção de Direito Privado) da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais; de Doutorado (Seção de Direito Público) da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais; de Direito Penal ministrado pelos Professores Noé de Azevedo e Nelson Hungria, na Faculdade de Direito de Minas Gerais. Possui ainda diversos Cursos de Extensão. Diretor e Membro efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros e do de Minas Gerais. Membro efetivo do Instituto Brasileiro de Direito Aeronáutico e do Instituto Brasileiro de Direito Processual Civil. Diretor do Comitê Nacional de Direito Comparado. Membro da Sociedade Brasileira de Direito Marítimo. Membro da Comissão de Estudos sobre o anteprojeto do Código Brasileiro do Ar. Relator das teses de Direito Comercial do Congresso promovido pela Associação «Henri Capitant». Vice-Presidente do Conselho Interamericano de Comércio e Produção (Seção Brasileira). Membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio. Membro honorário do Comitê Patrocinador da revista «Derecho de la Integración», do «INTAL». Membro da «Society for International Development» (Seção Brasileira). Presidente da Associação Internacional de Direito dos Seguros. Consultor Jurídico da Cia. Docas da Bahia. Diretor do Banco Comercial de Minas Gerais. Diretor do Banco Brasília de Investimentos. Presidente da Fomento Nacional — Crédito, Financiamento e Investimentos. Conselheiro Consultivo de empresas de financiamento. Relator do «Curriculum Mínimo» apresentado pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis.

Diretor da «Associação de Direito Internacional» (Internacional Bar Association), Seção Brasileira. Ex-assistente Jurídico do Ministério da Educação, Regente da Cadeira de Direito Comercial na Faculdade Católica de Petrópolis. Docente-livre de Direito Comercial da Faculdade Nacional de Direito. Assistente da Cadeira de Direito Comercial da Pontifícia Universidade Católica do Estado da Guanabara. Professor do Curso de Doutorado (2º ano — Direito Público) da Faculdade de Direito do Estado da Guanabara, Examinador no Concurso para Juiz Substituto da Justiça do Estado da Guanabara. Examinador no Concurso para Defensor Público da Justiça do Estado da Guanabara. Professor de «Direito Bancário» — Curso instituído pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica da Guanabara (PUC). Obras publicadas: «Da Nacionalidade das Sociedades Comerciais» (tese de doutoramento) — edição da Imprensa da Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1957. «Regime Jurídico das Sociedades Comerciais» — edição da «Revista Forense», Rio de Janeiro, 1958. «Sociedades Anônimas» — edição da «Revista Forense», Rio de Janeiro, 1959. «Do Aceite» — edição da «Revista Forense», Rio de Janeiro, 1963. «Do Endosso», edição «Forense», Rio de Janeiro, 1963. «As Sociedades de Economia Mista no Direito Brasileiro», edição «Forense», Rio de Janeiro, 1964. «Direito da Navegação», edição «Forense», Rio de Janeiro, 1964. «Manual de Direito Comercial», edição «Forense», Rio de Janeiro, 1964. «Projeto de Código de Obrigações» — Parte II — Títulos de Crédito — edição da Imprensa Oficial.

SCARABÓTOLO, Ministro Hélio Antônio

(C.P.C.D. — Prática Diplomática — 1963 a 1966).

Bacharel em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Niterói, em 1948. Diplomado pelo Instituto Rio-Branco nos Cursos de Geografia Econômica, Geografia Política e Geografia Cultural do Brasil e da América Latina, em 1945, e no de Aperfeiçoamento de Diplomatas, em 1948. Diplomado pela Academia de Direito Internacional de Haia, em 1956. Diplomata, classe J, pelo Instituto Rio-Branco, em 9 de janeiro de 1948; em exercício de 15 de janeiro de 1948 a 25 de abril de 1950. Fiscal do Governo brasileiro junto à firma Thomas De La Rue & Co. Ltd. para inspecionar a fabricação de papel moeda, março a dezembro de 1955. Auxiliar do Secretário-Geral do M.R.E.,

de dezembro de 1956 a 30 de agosto de 1958. Representante do Ministério das Relações Exteriores junto à Comissão de Reparações de Guerra, 1956 e 1957. À disposição de Sua Alteza Imperial o Príncipe Takahito Mikasa, durante sua visita ao Brasil. Representante do M.R.E. na Comissão de Reparação de Guerra, de 8 de abril de 1957 a 18 de maio de 1959. Participou do Grupo de Trabalho do CIME, em Washington, em janeiro de 1958. Auxiliar do Secretário-Geral, de 5 de setembro de 1958 a 16 de abril de 1959. Serviu junto aos Consulados em Amsterdam, Haia e Londres, e junto às Embaixadas em Montevideu e Buenos Aires. Promovido a Cônsul de 2ª classe em 1953 e a 1ª Secretário em 1961. Chefe da Secretaria do Instituto Rio-Branco de 22 de agosto de 1962 a 2 de setembro de 1963. Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual do Departamento Cultural e de Informações do M.R.E. Membro da Delegação do Brasil à XIII Conferência Geral da UNESCO. Conselheiro do Conselho Nacional de Pesquisas (Representante do Itamaraty). Membro da Comissão Nacional de Assistência Técnica. Delegado Suplente à II Conferência Extraordinária Americana — Rio, 1965. Delegado à IV Reunião do Conselho Interamericano Cultural, em Washington, janeiro de 1966. Delegado à XIV Sessão da Conferência Geral da UNESCO, em Paris, de 18-10-66 a 10-12-66. Ministro de 2ª classe, por merecimento, em 31-12-66. Membro da Comissão Mista franco-brasileira para implementação dos Acórdos de Cooperação Científica e Cultural, Paris, em janeiro de 1967. Membro do Conselho Deliberativo da CAPES, com mandato de 3 anos. Membro da Comissão Mista luso-brasileira para a elaboração do Acórdo de Cooperação Intelectual. Rio de Janeiro, em fevereiro de 1967. Membro da Comissão da Força-Tarefa Cultural, maio de 1967. Chefe do Gabinete do Ministro da Justiça desde 3-5-67. Presidente da Comissão da Reforma Administrativa do Ministério da Justiça, junho de 1967. Ministro, interino, da Justiça, de 23-5-67 a 8-6-67 e de 8 a 18-10-67.

SELON, André

(C.P.C.D. — Francês — 1961 a 1967).

Licence-è-lettres — Sorbonne. Licence en Droit — Sorbonne. Tradutor Juramentado e Intérprete Comercial (1º colocado em Concurso — 1958). Dirigiu o Serviço de Tradução dos seguintes congressos: Conferência dos Ministros de Economia e Finanças (1954 — Rio), Congresso Internacional da União

Interparlamentar; Congresso Internacional das Organizações Superiores de Controle de Finanças Públicas (1959-Rio); Congresso Internacional do Pen Club (1960-Rio). Versão francesa do livro «Brasil», edições publicadas em 1955 e 1964, pelo Ministério das Relações Exteriores. Versão francesa da comédia «Deu Freud Contra», de Silveira Sampaio. Trabalho sobre as Favelas do Rio de Janeiro em equipe com o IPEME — 2 livros. Tradutor da revista «Brasil Constrói», do Ministério da Viação e Obras Públicas. Participou, como tradutor, da II Conferência Extraordinária Americana — Rio, 1965; das Quartas Reuniões Anuais do Conselho Econômico e Social Interamericano — Buenos Aires, março de 1966; da Terceira Conferência Interamericana Extraordinária — Buenos Aires, fevereiro de 1967; da Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores — OEA — Punta del Este, abril de 1967; da Reunião de Chefes de Estado Americanos — Punta del Este, abril de 1967. Ministrou o Curso «Aspectos sociais da comunidade industrial» na Federação das Indústrias de Salvador (Bahia), fevereiro de 1966, no qual abordou os seguintes temas: 1) Segurança social; 2) Desenvolvimento; 3) Artesanato; 4) O esporte, fenômeno social; 5) Sociologia da Educação: serviço social, serviço militar; 6) Os lazeres e o turismo; 7) Soerguimento nacional e educação.

SILVA, José Luiz Werneck da

(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1965, 1966).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Bacharel e Licenciado em História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Professor de Ensino Secundário Federal, no Colégio de Aplicação, da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Professor de História do Brasil, na Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, na Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil. Professor de História da Imprensa e de Metodologia de Pesquisa e Bibliografia, na Faculdade de Filosofia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor de História Econômica Geral, na Escola de Sociologia e Política, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor de História das Instituições Políticas e Sociais, e de Noções de Sociologia, no Curso Hélio Alonso. Professor de Ensino Secundário, do Estado da Guanabara (Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico). *Obras Publicadas*: a) «História Geral para o Vestibular de

Direito», 1957 e 1959; b) «História do Brasil para o Vestibular de Direito», 1958; c) «Manual de História das Instituições Políticas e Sociais», 1º vol. — «Antiguidade e Idade Média», 1965. *Artigos publicados* (in «Boletim de História» — C.E.H. — F.N.F. — U.B.): a) «Significação atual do Caminho de Chiquitos para o Brasil» — Ano III — nº 6, 1961; b) «Aspectos gerais dos livros didáticos de História» — Ano III — nº 6, 1961; c) «Carta Política da África», 1962 (introdução, bibliografia e carta) — Ano V, nº 7, 1963. *Conferências*: a) «Quadro político da África atual» — Curso Livre de Estudos Africanos — C.E.H. — F.N.F. — U.B., 1963; b) «O Rio de Janeiro através da música de Noel Rosa» — A.D.F., 1963.

SILVA, Ministro Ruy Barbosa de Miranda e

(C.P.C.D. — Prática Consular — 1963 a 1966).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Diplomado pelo Instituto Rio-Branco no Curso de Prática Diplomática, em 1947. Cônsul de 3ª classe em 26 de dezembro de 1945. Serviu em Assunção, Montevideu, Havana e Paris. Segundo Secretário, por merecimento, em 10 de junho de 1953. Removido para Ottawa. Primeiro Secretário em 24 de outubro de 1961. Assistente de Comunicações na Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, agosto de 1947. Secretário da Delegação do Brasil à Terceira Reunião da Comissão Econômica para a América Latina, em Montevideu, em 5 de junho de 1950. Secretário da Embaixada Especial para Representar o Governo do Brasil nas comemorações do Primeiro Centenário da morte de Artigas, em Montevideu, em setembro de 1950. Secretário da Embaixada Especial às solenidades de posse do Senhor André Martinez Trueba, Presidente eleito da República Oriental do Uruguai, em 27 de fevereiro de 1951. Enc. Neg. em Havana, de 15 de outubro de 1951 a 27 de outubro de 1951 e de 24 de junho de 1952 a 19 de janeiro de 1953. Secretário da Missão Especial do Brasil nas solenidades do Cinquentenário da Independência de Cuba, maio, 1952. Designado para representar o Brasil na VI Reunião do Conselho Diretor da Organização Sanitária Pan-Americana, em Havana, em setembro de 1952 e na VII e VIII Reuniões da Comissão Executiva da mesma Organização. À disposição da Delegação Especial de Cuba às solenidades de posse do Presidente eleito do Brasil, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, em

1956. Enc. do Consulado em Paris, de 1º de junho de 1956 a 23 de julho de 1956. Enc. Neg. em Ottawa, de 18 de abril de 1960 a 15 de setembro de 1960, de 4 de maio de 1961 a 21 de agosto de 1961; de 23 de setembro de 1961 a 15 de outubro de 1961 e de 4 de novembro de 1961 a 15 de abril de 1962. Promovido a Ministro de 2ª classe em 31-12-66. Chefe da Divisão Consular de 20-9-63 a 6-7-67. Removido para a Embaixada em Atenas e designado Ministro-Conselheiro.

SIMONSEN, Mário Henrique

{C.P.C.D. — Economia Política — 1961 — Política Econômica — 1962 — Economia — Coordenador — 1967}.

Engenheiro Civil, com especialização em Engenharia Econômica. Formado pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil — 1957. Economista — Formado pela Faculdade de Economia e Finanças da Universidade do Rio de Janeiro — 1963. Oficial da Reserva da Marinha — CIORM, 1956. *Cargos Exercidos*: Assessor Técnico — ECOTEC — Economia e Engenharia S. A. — 1957-1959. Professor do Curso de Engenharia Econômica da Escola Nacional de Engenharia — 1958-1960. Professor contratado do Instituto de Matemática Pura e Aplicada — 1958. Assessor Técnico do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria, 1961-1965. Consultor da CONSULTEC — Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda. — desde 1960. Diretor da CREDISAN — Crédito Financiamento e Investimento S. A. — 1962-1963. Professor do Curso de Aperfeiçoamento de Economistas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas — desde 1961. Professor do Curso de Análise Econômica do Conselho Nacional de Economia — desde 1959. Consultor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas — desde 1961. Diretor do Centro de Aperfeiçoamento de Economistas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas — desde 1º de fevereiro de 1965. *Alguns Trabalhos Publicados*: (excluídos artigos e trabalhos profissionais não assinados) «Introdução à Programação Linear» — 1958 — Editado pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada. «A Programação Linear Aplicada às Refinarias de Petróleo» com N. F. Thompson Motta — Publicado pela Revista de Engenharia. «Os Controladores de Preços na Economia Brasileira — 1961 — Editado pela CONSULTEC — Soc. Civil Planejamento e Con-

sultas Técnicas Ltda. «A Inflação Brasileira» — Publicado em Estudos Semestrais, APEC, nº 2, 1963. «Salários, Dualismo e Desemprego Estrutural» — Publicado na Revista Brasileira de Economia. «Capital de Giro para o Financiamento de Vendas» — Publicado em Economia Brasileira — 1959. «A Lei da Usura» — Publicado em Desenvolvimento e Conjuntura — 1962. «Tensões Econômicas nos Países Subdesenvolvidos» — 1962. Monografia apresentada ao Congresso sobre Tensões Internacionais em agosto de 1962 e publicada no livro: «Latin America — Evolution or Explosion». «Reforma Tributária» — Fascículo editado pelo IPÊS-1963. «A Lei de Say e o Efeito Liquidez Real» — 1964 — Publicado na Revista Brasileira de Economia. «Notas sobre a Controvérsia entre Monetaristas e Estruturalistas» — Conferência sobre a Inflação e Crescimento — Rio de Janeiro, 1963 — Publicado pela Universidade de Yale em «Inflation in Latin America». «O Mercado Brasileiro de Capitais» — Publicado pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica — 1965. «Teoria do Consumidor» — Publicado pelo Centro de Aperfeiçoamento de Economistas da Fundação Getúlio Vargas — 1965. «Bases para um Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico» — Publicado pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica — 1965. «Teoria da Produção» — Publicado pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. «Teoria do Investimento» — Publicado pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. «Teoria da Concorrência Perfeita» — Publicado pela Escola de Pós-Graduação em Economia do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas — 1966. «Teoria da Concorrência Imperfeita» — Publicado pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas — 1967.

SOARES, Pedro Paulo Martins

{C.P.C.D. — Economia I — 1967}.

Formação: a) Superior — Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil (1960-1963). b) Pós-Graduação — Centro de Aperfeiçoamento de Economistas — (CAE), atual Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas (1964). «Master» em Economia pela Universidade de Vanderbilt (1964-1965). Curso na Universidade da Califórnia, Los Angeles (Outono, 1965). *Atividades Funcionais*: a) Economista do Centro das Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Economia da

Fundação Getúlio Vargas. b) Responsável pela Cadeira de Contabilidade Nacional da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro. c) Professor de Estrutura e Dinâmica Econômica do 2º Curso de Aperfeiçoamento para Docentes do Serviço Social, patrocinado pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (1967). d) Professor de Contabilidade Nacional do Curso de Elaboração e Análise de Projetos da Escola Interamericana de Administração Pública (1967). e) Responsável pela Cadeira de Moeda e Bancos do Curso de Economia da Escola de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

VALLADÃO, Haroldo Teixeira

(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1959 a 1966; 1967 — Coordenador).

Professor Catedrático, em virtude de concurso, de Direito Internacional Privado, da Universidade do Brasil e da Universidade Católica do Rio de Janeiro; Vice-Diretor da Faculdade Nacional de Direito. Membro efetivo desde 1924, antigo orador (1941-1944) e Presidente (1944-1946) do Instituto dos Advogados Brasileiros. Antigo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (1950-1952). Membro, atual 1º Vice-Presidente do «Institut de Droit International» e Presidente da Sessão de Nice (1967) do mesmo Instituto. Antigo Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (1955-1959). Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores (desde 1960). Procurador-Geral da República. Antigo membro do Conselho Universitário das Universidades: do Brasil e Católica do Rio de Janeiro. Doutor «honoris causa» da Universidade d'Aix, Marseille. Acadêmico da Pontifícia Academia Romana de Santo Tomás de Aquino e de Religião Católica, Seção Jurídico-Econômica. «Soci» do Felibridge Provençal, da Academia Literária de Mistral, da «langue doc». Membro da Corte Permanente de Arbitragem da Haya. Membro da Comissão Nacional de Codificação do Direito Internacional. Presidente da Comissão Permanente de Inquérito e Conciliação Chileno-Sueca. Membro da Academia Internacional de Direito Comparado da Haya. Medalha de Ordem dos Advogados (Barreau) de Paris, (1949). Medalha «Teixeira de Freitas» do Instituto dos Advogados Brasileiros (1959). Medalha «Excellentia Fori» da Federação Interamericana de Advogados (1961). Presidente do Comitê Nacional (Brasil) de Direito Comparado. Membro eleito (antigo) do

Conselho Diretor (Comitê Internacional de Direito Comparado) da Associação Internacional das Ciências Jurídicas da UNESCO. Delegado do Brasil à I Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos. Antigo Consultor-Geral da República (1947-1950). Embaixador Chefe da Delegação do Brasil à V Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos (1965). Antigo Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Rio de Janeiro. Presidente da Seção Brasileira da «International Law Association». Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Membro do Diretório Central da Liga de Defesa Nacional. Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Presidente e Relator dos Capítulos referentes ao Poder Judiciário, à Nacionalidade e à Declaração de Direitos da Comissão Especial do Anteprojeto de Constituição, enviado pelo Instituto dos Advogados à Assembléia Constituinte, em fevereiro de 1946. Membro do Comitê Executivo e do Conselho da Federação Interamericana de Advogados. Professor da Academia Interamericana de Direito Internacional e Comparado, encarregado de cursos em Havana (1945-1959). Professor, em 1952 e em 1962, na «Académie de Droit International de La Haye». Advogado Honorário da Ordem dos Advogados de Portugal; Membro Honorário dos Colégios de Advogados de Lima (Peru) e do Distrito Federal (Caracas) Venezuela; Membro Correspondente do Colégio de Advogados de Buenos Aires; do Instituto Chileno de Estudos Internacionais; da Academia Colombiana de Jurisprudência; da «Academia de Derecho Internacional da Universidade Bolivariana» de Medellín (Colômbia). Membro Correspondente da Academia de Ciências Políticas e Sociais da Venezuela. Membro Honorário da Associação Argentina de Direito Comparado. Membro Titular do Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional. «Visiting professor» da Columbia Law School (1955). Professor do Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura; encarregado de Cursos nas Faculdades de Direito de Paris e Rennes (1936) e de Paris, Bordeaux e Toulouse (1949). «Visiting professor» da «Tulane Law School» (1965). Professor do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura; encarregado de Cursos nas Faculdades de Direito de Lisboa e Coimbra em 1936-1939. Relator Geral na antiga Comissão Legislativa dos Projetos de Lei sobre Entrada e Expulsão de Estrangeiros, Naturalização e Extradicação. Membro do Tribunal de Ética Profissional da Ordem dos Advogados do Brasil, (Seção do Distrito

Federal); Membro Titular da Seção Brasileira do «Comité Juridique International de l'Aviation» e Relator de Direito Internacional Privado Aeronáutico no Projeto do Código do Ar, organizado pela Seção e que serviu de base ao Código Brasileiro do Ar. Medalha da Faculdade de Direito de Paris (1936). Membro da Comissão de Reforma dos Códigos, Encarregado do Anteprojeto de Lei de Introdução (1961-1962). Autor do Projeto Oficial da Lei Geral de Aplicação das Normas Jurídicas (1963-1964).

THIELEN, Maila Karen

(C.E. — Alemanha — 1966).

(Não apresentou o «Curriculum»).

RELAÇÃO DOS EX-PROFESSORES DO INSTITUTO RIO-BRANCO

ACCIOLY, Embaixador Hildebrando Pompeu Pinto
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1947 a 1950, 1952-53, 1956 a 1958).

ALEXANDRE, Peter

(C.P.C.D. — Inglês — 1958).

ALMEIDA, Ministro Miguel Álvaro Osório de

(C.P.C.D. — Economia Política — 1953-54, 1961).

ALMEIDA, Renato Costa

(C.P.C.D. — Português — 1952).

ANDRADE, Dyla Silvia Navarro de

(C.E. — Prática de Arquivo — 1947-48).

ARANTES, Tarcísio Barbosa

(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1964, 1965).

ARAÚJO, Secretário João Hermes Pereira de

(C.P.C.D. — Prática Diplomática — 1963).

ARAÚJO, Secretário Roberto Luiz Assumpção de

(C.P.C.D. — História do Brasil — 1946).

AUSTEN, Mary Veronica

(C.E. — Inglês — 1964).

ÁVILA, Padre Fernando Bastos de

(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1957-58).

BACKEUSER, Everardo

(C.E.X. — Geografia Política do Brasil e da América Latina — 1945).

BAPTISTA, Secretário Paulo Nogueira

(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1959).

- BECKER, Martha Ellen
(C.E. — Alemão — 1952-53).
- BERARDINELLI, Cleonice Serôa da Motta
(C.P.C.D. — Português — 1961 a 1963).
- BORJA, Célio de Oliveira
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1961 a 1963).
- BRAGA, Ministro Pedro de Souza Ferreira Gonçalves
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1949-50, 1959).
- BRITO, Aldemar Hora Dantas de
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1954).
- BRITO, Dante de
(C.P.C.D. — Inglês — 1951).
- BRYTYGIER, Guy
(C.P.C.D. — Francês — 1962).
- BURGOS, Frederico Luís de
(C.E. — Estenografia — 1948 — 1951-52).
- CABAL, Embaixador Hélio de Burgos
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1964).
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso
(C.P.C.D. — Português — 1958 a 1960).
- CAMPOS, Pedro de Souza
(C.P.C.D. — Geografia — 1962).
- CAMPOS, Ministro Roberto de Oliveira
(C.A.D. — Sociologia Política — 1950).
- CARNEIRO, Ministro Octavio Augusto Dias
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1952 — Economia Política — 1952-53).
- (C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1951-52).
- CARVALHO, Carlos Delgado de
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1955-56 — História Diplomática Mundial — 1956).
- CHACEL, Julian Magalhães
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1960).

- COLE, Desmond
(C.P.C.D. — Inglês — 1958 a 1960).
- COLLOR, Secretário Lindolfo Leopoldo
(Curso Especial Correspondente à Terceira Fase do Curso de Provas — Política Internacional — 1963).
- CONNEL, Graham
(C.P.C.D. — Inglês — 1962).
- CONRADO, Secretário Raul
(C.A.D. — Espanhol — 1946).
- CORRÊA, Roberto Alvim
(C.P.C.D. — Francês — 1947-48, 1950).
- CORRÊA JÚNIOR, Ministro Manuel Pio
(C.P.C.D. — Orientação Profissional — 1951-52 — Política Internacional — 1959).
- (C.A.D. — Prática Diplomática — 1951).
- CORREIA, Marlene de Castro
(C.P.C.D. — Português — 1963 a 1965).
- CORTESÃO, Jaime
(C.A.D. — História da Formação Territorial do Brasil — 1946 a 1950).
- (C.E.X. — História da Cartografia e Geografia das Fronteiras do Brasil — 1945).
- COSTA, Edilberto
(C.P.C.D. — Economia Política — Política Econômica — 1957).
- (C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1957).
- COSTA, Secretário João Frank da
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1961-62).
- COUCHOUD, Jean Paul
(C.P.C.D. — Francês — 1963).
- Cox, Melvyn Dennis
(C.P.C.D. — Inglês — 1962).
- CURY, Américo
(C.P.C.D. — Economia Política — 1948 a 1950).
- DAROS, Eduardo José
(C.P.C.D. — Economia I — 1965).

- DOURADO, Mecnas
 (C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1954 —
 História Diplomática Mundial — 1954-55).
 DRUMOND, José Eduardo Pizarro
 (C.P.C.D. — Direito Civil — 1958).
 DUARTE, Aluísio Capdeville
 (C.P.C.D. — Geografia — 1961).
 ELIA, Hamilton
 (C.P.C.D. — Português — 1951, 1958-59).
 FALCON, Francisco José Calazans
 (C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1959).
 FARIA, Ministro Milton
 (C.A.D. — Prática Consular — 1950, 1957 a 1959.
 FARO JÚNIOR, Embaixador Luiz Pereira Ferreira de
 (C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1960).
 FERNANDES, Cônsul-Geral Mário de Deus
 (C.A.D. — Prática Consular — 1948, 1951).
 FERRAZ, Sérgio
 (C.P.C.D. — Direito Civil — 1965).
 FINN, Patrick James David Gardner
 (C.P.C.D. — Inglês — 1962).
 FLYN, Joan Gerard
 (C.P.C.D. — Inglês — 1963).
 FONSECA, Roberto Piragibe
 (C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1952).
 FORRER, Robert L. C.
 (C.P.C.D. — Inglês — 1959-60).
 Foz, Alberto dos Santos
 (C.P.C.D. — Economia Política — 1951).
 FRANCO, Alexandre
 (C.E. — Alemão — 1964).
 FRAZÃO, Secretário Sérgio Armando
 (C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1951).
 FREY, Alexander
 (C.P.C.D. — Inglês — 1962).

- GABAGLIA, Fernando Antônio Raja
 (C.E.X. — Geografia Cultural do Brasil e da América La-
 tina — 1945).
 GALVÃO, Ivan
 (C.A.D. — Italiano — 1946).
 GALVÃO, Jesus Belo
 (C.P.C.D. — Português — 1952 a 1957, 1960.
 GOMES, Ministro Jaime de Barros
 (C.P.C.D. — História Social e Política do Brasil — 1952-
 1953).
 GONÇALVES, Embaixador Roberto Mendes
 (C.P.C.D. — Português — 1963).
 GRIECO, Secretário Donatelo
 (C.P.C.D. — Português — 1951).
 GRIFFIN, William James
 (C.P.C.D. — Inglês — 1947).
 GUERREIRO, Ministro Ramiro Elysio Saraiva
 (C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1962).
 (Curso Especial correspondente à terceira fase do Concurso
 de Provas — Direito Internacional Público — 1963).
 GULLOU, Yvonne
 (C.P.C.D. — Francês — 1958-59).
 GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares
 (C.P.C.D. — Geografia — 1952 a 1954, 1957 a 1960).
 (Curso Especial correspondente à terceira fase do Concurso
 de Provas — Geografia — 1963).
 GUIMARÃES, José Nunes
 (C.P.C.D. — Política Econômica — 1954).
 HENFREY, Norman
 (C.P.C.D. — Inglês — 1961)
 HERMES JÚNIOR, Ministro João Severiano da Fonseca
 (C.A.D. — Prática Diplomática — 1948, 1950).
 HOLLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de
 (C.P.C.D. — Português — 1952, 1957).
 JACQUIER, Louise
 (C.P.C.D. — Francês — 1946 a 1960).

- KARIDAKIS, Savas
(C.E. — Francês — 1963, 1964).
- KELLER, Elza Coelho de Souza
(C.P.C.D. — Geografia — 1957).
- KNOX, John
(C.P.C.D. — Inglês — 1946 a 1957).
(C.E. — Inglês — 1952-53).
(C.E.X. — Inglês — 1953).
- KRANC, Piotr Pawel
(C.P.C.D. — Inglês — 1963 a 1965).
- KURY, Adriano da Gama
(C.P.C.D. — Português — 1961).
- LACERDA, José Cândido Sampaio de
(C.P.C.D. — Direito Civil e Comercial — 1955 a 1959).
- LAGE, Alfredo Martins
(C.E. — Inglês — 1948).
- LAGO, Embaixador Antonio Corrêa do
(C.P.C.D. — Orientação Profissional — 1954).
- LAMY FILHO, Alfredo
(C.P.C.D. — Direito Comercial — 1960 a 1962).
- LANTELME, Paulo
(C.P.C.D. — Português — 1957).
- LATOUR, Embaixador Jorge
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1956-57).
- LEAL, Hamilton
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1946 a 1959).
- LÉCUYER, Jacques
(C.P.C.D. — Francês — 1961-62).
- LEITE FILHO, João Baptista Barreto
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1955 a 1961).
- LELLIS, Raul Moreira
(C.P.C.D. — Português — 1956).
- LIED, Helmut
(C.E. — Alemão — 1964).

- LIMA, Alceu Amoroso
(C.P.C.D. — Economia Política — 1947).
(C.A.D. — Sociologia Política — 1948).
- LIMA, Carlos Henrique da Rocha
(C.P.C.D. — Português — 1947 a 1950, 1953 a 1957).
- LINHARES, Bruno Mattos
(C.P.C.D. — Economia I — 1965).
(C.P.C.D. — Economia II — 1965).
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1965).
- LINHARES, Maria Yedda Leite
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1957).
- LOBO, Ministro Hélio
(C.A.D. — História Diplomática do Brasil — Prática Diplomática — 1946).
- LOPES, Desembargador Miguel Maria de Serpa
(C.P.C.D. — Direito Civil — 1960).
- MADEIRA, Marcos Almir
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1952).
- MAGALHÃES, João Paulo de Almeida
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1958).
(C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1958).
- MANGABEIRA, Francisco
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1953).
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1956).
- MARINHO, Ministro Ilmar Penna
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1946).
- MELLO, José de Campos
(C.P.C.D. — Economia Política — 1949).
- MELLO, Embaixador Rubens Ferreira de
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1958).
- MELLO FRANCO, Afonso Arinos de
(C.P.C.D. — História do Brasil — 1946).
- MONTENHO, Clovis do Rêgo
(C.P.C.D. — Português — 1947 a 1949).

- MONTEIRO, Secretário Márcio Rêgo
(C.P.C.D. — Economia I — 1963).
(Curso Especial correspondente à terceira fase do Concurso de Provas — Economia — 1963 — Política Internacional — 1963).
- MOREIRA, Laura de Barros
(C.E.X. — Praxes Sociais e Diplomáticas — 1951).
- MORTARA, Marcella
(C.A.D. — Italiano — 1948, 1950).
- MOTA, Secretário Benedito Roque da
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1955).
- MOTTA, Petrónio
(C.P.C.D. — Português — 1946).
- MOURA, Secretário Heitor Pinto de
(C.P.C.D. — Português — 1962-63).
- MULHOLLAND, John
(C.P.C.D. — Inglês — 1952, 1954 a 1957).
- NASCENTES, Antenor
(C.P.C.D. — Português — 1946).
- NEVES, Ministro Adolpho de Camargo
(C.E.X. — Prática Consular — 1945).
- NOGUEIRA, Júlio
(C.E. — Português — 1947-48).
- NOVELLI, Flávio Bauer
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1964, 1965).
- PACHÁ, Sérgio de Carvalho
(C.E. — Português — 1964).
- PARAÍSO, Hamilton Prisco
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1960).
- PAULA, Tacariju Tomé de
(C.P.C.D. — Geografia — 1962).
- PEARSON, Christopher
(C.P.C.D. — Inglês — 1961-62).

- PEDROSA, Mário
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1955).
- PEREZ, David José
(C.A.D. — Espanhol — 1948, 1950).
- PIMENTEL, Maria de Lourdes
(C.E. — Criptografia — 1947).
- PINHEIRO, Ministro João Baptista
(C.P.C.D. — Economia Política — 1953 — Política Econômica — 1952 a 1954).
(C.E.X. — Conceitos Básicos de Economia Política e Renda Nacional — 1952).
- PINHO, José Wanderley de Araújo
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1957).
- POLZIN, Côsul Geral Alfredo
(C.A.D. — Prática Consular — 1954 a 1957).
- PÔRTO, Conselheiro Luiz de Almeida Nogueira
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1953).
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1954).
- PÓVOAS, Sílvia Ribeiro
(C.E. — Datilografia — 1948).
- PRADO, Eugênia Damasceno Vieira
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1958).
- QUEIROZ, Secretário José Maria Vilar de
(C.P.C.D. — Português — 1964).
- RAILLARD, Georges Léopold
(C.P.C.D. — Francês — 1960).
- REZENDE, Omar Vieira de
(C.E. — Prática de Correspondência e Comunicação — 1947).
- RIBEIRO, Darcy Rodrigues Lopes
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1958).
- RIBEIRO, Pedro Freire
(C.P.C.D. — Política Mundial Contemporânea — 1947 a 1953).
- RIOS, José Arthur
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1951).

- RODRIGUES, Embaixador Jaime Azevedo
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1961 — Política Internacional — 1961 — Orientação Profissional — 1953).
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1960).
- RODRIGUES, José Honório
(C.P.C.D. — História do Brasil — 1946 a 1949, 1956).
- RODRIGUEZ, Ministro Carlos Calero
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1954-1955, 1963-1964).
- SÁ, Hernane — Tavares de
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1951).
- SÁ, Jayme Magrassi de
(C.P.C.D. — Economia Política — 1955 a 1957 — Política Econômica — 1954 a 1957).
(C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1954 a 1957).
- SANTOS, Ezio Távora dos
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1964, 1965).
- SANTOS JÚNIOR, Carlos
(C.P.C.D. — Economia II — 1963).
- SETTE, Secretário Luiz Paulo Lindenberg
(C.P.C.D. — Economia Política — 1961).
- SILVA, Secretário Geraldo Eulálio do Nascimento e
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1946 a 1948, 1956 a 1958, 1961).
- SILVA, Hélio Schlittler
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1958 a 1964).
- SILVA, Embaixador Joaquim Eulálio do Nascimento e
(C.A.D. — História Diplomática do Brasil — 1948).
- SILVA, Paulo Cesar Machado da
(C.P.C.D. — Inglês — 1948-49).
- SILVA, Roberto Barbosa da
(C.P.C.D. — Português — 1953).

- SOARES, Secretário João Clemente Baena
(C.P.C.D. — Português — 1964, 1965).
- SOUSA, Senador José Ferreira de
(C.P.C.D. — Direito Civil e Comercial — 1951).
- STERNBERG, Hilgard O'Reilly
(C.P.C.D. — Geografia — 1946 a 1958).
- TEIXEIRA FILHO, Henrique Carneiro Leão
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1959).
- TENÓRIO, Desembargador Oscar Accioly
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1946 a 1958 — Direito Internacional Público — 1946, 1952).
- TRIGUEIRO, Embaixador Oswaldo
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1960).
- TURTUR, Hermann
(C.E. — Alemão — 1963, 1964).
- VÁRZEA, Afonso
(C.E.X. — Geografia Econômica do Brasil e da América Latina — 1945).
- VASCONCELLOS, Cônsul Dora Alencar de
(C.A.D. — Prática Consular — 1952).
- VASCONCELLOS, Marina de Barros e
(C.P.C.D. — Francês — 1951 a 1954).
(C.E. — Francês — 1948).
- VIANA, Hélio
(C.A.D. — História Diplomática — 1950).
- VIEIRA, José Maria Gouveia
(C.P.C.D. — Economia I — 1963).
(Curso Especial correspondente à terceira fase do Concurso de Provas — Economia — 1963).
- WEISS, Arthur Bernardes
(C.P.C.D. — Geografia — 1963 a 1965).
- WOOD, F. G.
(C.P.C.D. — Inglês — 1961 a 1963).

ÍNDICE

	págs.
DIREÇÃO	3
HISTÓRICO	5
RELATÓRIO 1966/67	7
ORGANIZAÇÃO ATUAL	14
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	15
Exame Vestibular	15
Organização do Curso	17
Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas	21
Curso de Altos Estudos	22
Cursos Especiais e de Extensão	22
Concursos	22
ANEXOS	23
Atividades em 1966	25
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	27
Exame Vestibular	33
Cursos Especiais	38
Pesquisas e Publicações	39
Biblioteca	40
Homenagem ao Embaixador Antônio Camillo de Oliveira	41
Turma de 1966	45
Programas	49
Legislação	95
Atividades em 1967	109
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	111
Aperfeiçoamento de Diplomatas Lotados no Exterior	116
Exame Vestibular	117

	págs.
Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata	122
Concurso para a Carreira de Oficial de Chancelaria	125
Cursos Especiais	130
Pesquisas e Publicações	131
Biblioteca	132
Turna de 1967	133
Programas	139
Legislação	185
Pessoal	221
Pessoal do Instituto Rio-Branco de 1945 a 1967	223
Professores do Instituto Rio-Branco	227
Relação dos ex-professores do Instituto Rio-Branco	265